



Boletim da
ABRALIN

Boletim da Associação Brasileira de Linguística
Julho de 2001 • ISSN 0102-7158

**II Congresso
Internacional
da ABRALIN**

27

ABRALIN
Associação Brasileira de Lingüística

**Boletim da Associação
Brasileira de Lingüística**

**Maria Elias Soares
(Organizadora)**

**Componentes da Diretoria e do Conselho
Gestão 1999/2001**

DIRETORIA

Presidente

Maria Elias Soares (UFC)

Secretária

Maria do Socorro S. de Aragão (UFC)

Tesoureira

Bernardete Biasi Rodrigues (UFC)

Suplente

Vlândia Maria Cabral Borges (UFC)

Conselheiros

José Luiz Fiorin (USP)

Leonor Scliar-Cabral (UFSC)

Lúcia Maria Pinheiro Lobato (UNB)

Maria Cecília Mollica (UFRJ)

Maria Denilda Moura (UFAL)

Rosemeire Selma Monteiro (UFC)

**Representantes da ABRALIN no
Comitê Nacional de Educação
Indígena do MEC**

Títular: Gilvan Muller de Oliveira
(UFSC)

Suplente: Angel Corbera Mori
(UNICAMP)

**(Catalogação na fonte por Daurecy Camilo (Beto)
CRB - 14/416**

ABRALIN: Boletim da Associação Brasileira de Lingüística/Associação Brasileira de Lingüística .— v. 1, (1979) - .— Fortaleza: Imprensa Universitária/ UFC, 2001.
v; 21 cm

Anual

ISSN 0102-7158

1. Lingüística - Periódicos I. Associação Brasileira de Lingüística

Endereço para correspondência / *Mailing address*

Associação Brasileira de Lingüística

Centro de Humanidades - Universidade Federal do Ceará
Av. da Universidade, 2683, CEP 60020-180 - Fortaleza - CE
Fone: (85) 288.7602 / 288.7603 - Fax: (85) 288.7604
e-mail: abralin@npd.ufc.br <http://sw.npd.ufc.br/abralin>

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

Maria Elias Soares 7

CONFERÊNCIAS

• USO DE TERMOS ESTRANGEIROS NO BRASIL

Diana Luz Pessoa de Barros 15

• SOBRE AS ORIGENS DO PORTUGUÊS DO BRASIL: PROPOSTA DE UMA NOVA ABORDAGEM

Lúcia Maria Pinheiro Lobato 19

• SOME REMARKS ON THE LEFT PERIPHERY

Anna Roussou 37

• DIVERSIDADE LINGÜÍSTICA E MOBILIDADE SOCIAL

Maria Cecília de Magalhães Mollica 61

SIMPÓSIOS

LÍNGUAS NACIONAIS E MINORIAS LINGÜÍSTICAS: DIVERSIDADE E PATRIMÔNIO

• PORTUGUÊS BRASILEIRO - LÍNGUA NACIONAL, LÍNGUA OFICIAL; DIVERSIDADE E PATRIMÔNIO CULTURAL

Suzana Alice Marcelino Cardoso 83

• LÍNGUAS INDÍGENAS BRASILEIRAS: EXTINÇÃO E RESGATE

Yonne Leite 91

GÊNEROS E REFERENCIAÇÃO

• SUBTIPOS DE NOMEAÇÃO

Mônica Magalhães Cavalcante 103

• O PROCESSO DE REFERENCIAÇÃO EM GÊNEROS ACADÊMICOS

Bernardete BLASI RODRIGUES 119

HISTÓRIA DA LINGÜÍSTICA E AS POLÍTICAS DE LÍNGUAS NO BRASIL

- ENUNCIÇÃO, GRAMÁTICA E POLÍTICA DE LÍNGUA NA ATUALIDADE
Luiz Francisco Dias 129

ASPECTOS DISCURSIVOS DA LITERATURA POPULAR BRASILEIRA

- O PROCEDIMENTOS DE CONCEPTUALIZAÇÃO NO ROMANCE ORAL O CONDE ALARCOS
Maria de Fátima Barbosa de Mesquita Batista 139
- RELAÇÕES ISOTÓPICAS NA LITERATURA DE CORDEL BRASILEIRA
Francisca Neuma Fechini Borges 149
- O MITO DA MORTE EM GURIATA: *UM CORDEL PARA MENINO*
Neide Medeiros Santos 157

A LÍNGUA GERAL AMAZÔNICA ATRAVÉS DO TEMPO

- LÍNGUA GERAL AMAZÔNICA E PORTUGUÊS: CONTRASTES E CONVERGÊNCIAS
Aryon Dall'Igna Rodrigues 165
- OBSERVAÇÕES SOBRE A FONOLOGIA DA LÍNGUA GERAL AMAZÔNICA NOS TRÊS ÚLTIMOS SÉCULOS
Ruth Maria Fonini Monserrat 173
- NATUREZA DAS MUDANÇAS GRAMATICAIS OCORRIDAS NA LÍNGUA GERAL AMAZÔNICA DO SÉCULO XVIII
Ana Suelly Arruda Câmara Cabral 185

ENCONTROS

O ATLAS LINGÜÍSTICO DO BRASIL

- ATLAS LINGÜÍSTICO DO BRASIL: UM RESGATE HISTÓRICO
Maria do Socorro Silva de Aragão 213

• A Metodologia do Atlas Lingüístico do Brasil no Quadro da Geolingüística Contemporânea

Jacyra Andrade Mota 225

Concurso: O que é Ser Lingüista - Trabalhos Premiados

• Profissão: Lingüista Brasileiro(a) - Reflexões Sobre Sua Identidade e Atuação

Ana Clara Eufrásio 239

• Lingüística: Abá-pe Aïpo?

Américo Venâncio Lopes Machado Filho 249

APRESENTAÇÃO

A Programação da ABRALIN na 53ª Reunião Anual da SBPC **Maria Elias Soares**

O Boletim 27 publica trabalhos apresentados na programação da ABRALIN na 53ª Reunião Anual da SBPC, realizada em Salvador-BA, no período de 13 a 18 de julho de 2001.

Tal como aconteceu no ano anterior, a Diretoria fez uma chamada de trabalhos dirigida à Comunidade Acadêmica e recebeu inúmeras propostas, que foram submetidas ao Conselho da ABRALIN. As propostas selecionadas compuseram uma programação com temas que refletem as preocupações dos lingüistas brasileiros, tanto em relação às pesquisas que desenvolvem, quanto no que diz respeito ao debate das questões relativas à prática lingüística, que envolve a sociedade como um todo.

A programação foi constituída de 5 minicursos, 4 conferências, 5 simpósios e 2 encontros, além das Assembléias que elegeram a nova Diretoria da ABRALIN, antecedida da reunião da Diretoria e do Conselho. Na Assembléia foi entregue o prêmio dos vencedores do concurso “O que é ser lingüista”, promovido pela ABRALIN e aberto a alunos da graduação e pós-graduação.

Dos trabalhos entregues para publicação espõem questões e preocupações sobre as políticas lingüísticas no Brasil. A Conferência “O uso de termos estrangeiros no Brasil”, proferida pela Profa. Diana Luz Pessoa de Barros, apresenta a questão na perspectiva teórica da semântica discursiva de linha francesa, sob três ângulos: o das relações com o diferente, o estrangeiro, o dos discursos de aceitação e da rejeição dos termos estrangeiros e o ângulo do papel dos termos estrangeiros na comunicação.

Numa outra vertente, que envolve o problema das línguas nacionais e da diversidade lingüística, são apresentados quatro artigos. A conferência “Diversidade lingüística e mobilidade social”, da Profa. Maria Cecília de Magalhães Mollica, discute o efeito de indicadores que concorrem para a apropriação de variedades de prestígio para o letramento e para a questão da exclusão social. Com o trabalho “Português brasileiro – língua nacional, língua oficial: diversidade e patrimônio cultural”, a Profa. Suzana Alice Marcelino Cardoso analisa o português como uma língua revestida de peculiaridades regionais e de marcas sociais que individualizam falantes e grupos de usuários e mostra que entender a diversidade e lidar com a pluralidade de usos é patrimônio do presente e do futuro.

Numa outra vertente, a Profa. Yonne Leite, em seu artigo “Línguas indígenas: extinção e resgate”, mostra que embora já tenha sido denunciado por diversas vezes, é inerente o perigo de extinção dos povos e línguas indígenas do território brasileiro, que, em 500 anos, acumula uma perda de 85% das línguas, cuja grande maioria hoje se encontra na região amazônica.

Tratando da política de línguas no Brasil, na perspectiva da história da Lingüística, o Prof. Luiz Francisco Dias discute a tese da gramática como instrumento lingüístico, mostrando que, em linhas gerais, as gramáticas, assim como os dicionários, constituem-se instrumentos de visibilidade do funcionamento e da história das línguas.

Três artigos focalizam a língua geral amazônica através do tempo. O Prof. Ayrton

Dall'Ighna Rodrigues, no texto "Língua geral amazônica e português: contrastes e convergências" mostra que só recentemente têm-se publicado estudos visando a compreender a natureza lingüística das línguas gerais e a esclarecer sua situação histórica e sociolingüística. Com o artigo "Natureza das mudanças gramaticais ocorridas na língua geral amazônica", a Profa. Ana Suely Arruda Câmara Cabral, traz novas contribuições para a compreensão de que a LGA, apesar de surgida em situação de contato e de ter sofrido diferentes e constantes tipos de interferência externa, não teve sua continuidade interrompida, mas manteve suas relações genéticas com as demais línguas da família Tupí-Guaraní. Finalmente, o texto "Observações sobre a fonologia da língua geral amazônica nos três últimos séculos", a Profa. Ruth Maria Fonini Monserrat apresenta alguns resultados de um estudo da evolução paulatina do inventário fonológico da LGA desde seu estado inicial, identificado com o Tupinambá falado no Maranhão e no Pará no século XVII.

O tema "O Atlas Lingüístico do Brasil" é discutido em dois trabalhos: "Atlas lingüístico do Brasil – um resgate histórico", da Profa. Maria do Socorro Silva de Aragão e "A metodologia do Atlas lingüístico do Brasil no quadro da geolingüística contemporânea", de Jacyra Andrade. o primeiro faz uma retrospectiva histórica dos estudos dialetais e publicações de geolingüística no país, que prepararam o terreno e deram as condições necessárias para a concretização da realização do Atlas Lingüístico do Brasil. Lista os pioneiros da geolingüística no país, a importância desses trabalhos e a contribuição oferecida para um melhor conhecimento dos métodos e técnicas da dialetologia e da geolingüística para a elaboração de Atlas lingüísticos. Mostra os novos métodos da pesquisa sociolingüística atualmente utilizados na elaboração dos Atlas lingüísticos, que hoje têm dimensões diatópica, diastrática, diageracional, diassexual e diafásica. Dá os objetivos do Projeto AliB, encerrando com a afirmação de que já há, no Brasil, as condições de infra-estrutura e vontade política, bem como as condições técnicas para a elaboração do Atlas Lingüístico do Brasil. O segundo mostra que, em sua feição moderna, a geolingüística substituiu a busca de dialetos arcaizantes, isolados, acantonados em localidades antigas e afastadas dos centros maiores, documentados a indivíduos analfabetos, em geral do sexo masculino, ligados ao meio rural e, tanto quanto possível, sem afastamentos da região em que nasceram, para procurar depreender e sistematizar a complexa rede de variantes que se encontra em todas as línguas.

Os demais artigos tratam de temas igualmente importantes para a Lingüística brasileira. A Profa. Lucia Maria Pinheiro Lobato, em seu trabalho "Sobre as origens do português do Brasil: proposta de uma nova abordagem", discute questões que tem sido destacadas na literatura sobre as origens do português do Brasil, que diz respeito a ter havido, ou não, um processo de crioulização e a outra relativa à abordagem teórica adequada para explicar a mudança: a perspectiva histórica, a gerativista ou uma pesquisa sapiriana de deriva lingüística.

Destaca-se ainda o texto da conferência da Profa. Ana Roussou, "The left periphery: the position of particles and complementizers".

O artigo "Subtipos de nomeação", da Profa. Mônica Magalhães Cavalcante, analisa a partir da relação entre critérios formais e semântico-pragmáticos, alguns contextos em que mais freqüentemente se instauram os processos de nomeação anafórico e dêitico-discursiva. A nomeação, que consiste numa operação de encapsulamento de porções textuais de extensão variada, desempenha um importante papel de organização de informações no discurso, bem como, às vezes, de veiculação de conteúdo de valor axiológico (cf. Conte, 1986). Tratando também do tema referenciação, o texto da Profa. Bernardete Biasi Rodrigues trata a

referencialidade em resumos acadêmicos e em artigos de pesquisa, com o objetivo de identificar os tipos de referência empregados nesses gêneros, considerando que alguns processos parecem mais recorrentes em um do que em outro.

Numa outra vertente de pesquisa – os aspectos discursivos da literatura popular brasileira – são apresentados três artigos. O primeiro, da Profa. Maria de Fátima Barbosa de Mesquita, intitulado “O procedimento de conceptualização no romance oral de *Conde Alarco*”, estuda um *corpus* de quarenta e nove versões do romance “*O Conde Alarcos*”, publicadas no Nordeste, de que examina os recortes conceptuais à propósito dos seres e objetos. O texto “Relações isotópicas na literatura de Cordel brasileira, da Profa. Francisca Neuma Fachine Borges, mostra que os textos da riquíssima literatura de cordel brasileira, poeticamente estruturados e com capas sugestivamente ilustradas, têm sido objetos de estudos para pesquisadores, em diversas áreas do conhecimento, oferecendo farto material para pesquisas, ensejando variadas abordagens e interpretações que remetem para os contextos sócio-culturais. Finalmente, em “O mito da morte em guriatã: um cordel para menino”, a Profa. Neide Medeiros Santos destaca, dentre os vários mitos apresentados, o mito da morte que aparece interligado ao rito da separação.

Também são publicados, neste volume, os dois trabalhos premiados no Concurso “O que é ser lingüista”, promovido pela ABRALIN. Os trabalhos foram julgados por uma Comissão composta pelos Prof. Dr. Aryon Rodrigues, Profa. Dra. Lúcia Teixeira e Prof. Dr. Francisco Gomes de Matos. A Comissão resolveu premiar os dois melhores trabalhos, com o primeiro lugar, por achar que não havia condições de fazer a distinção entre o primeiro e o segundo lugares. Assim, foram premiados os seguintes trabalhos: *O Lingüista: Abá-pe-aipó*, de Américo Venâncio Lopes Machado Filho, doutorando em Lingüística, da Universidade Federal da Bahia, que concorreu com o pseudônimo de Nuno Lis, e o trabalho *Profissão: Lingüista Brasileiro(a). Reflexões sobre sua identidade e atuação*, de Daniel do Nascimento e Silva, aluno de graduação em Letras da Universidade Estadual do Ceará, que concorreu com o pseudônimo de Ana Clara Eufrásio. Os ganhadores do Concurso receberão um diploma e um cheque de R\$500,00 (quinhentos reais), cada um, durante a Assembléia Geral Ordinária da ABRALIN, a ser realizada neste mesmo dia.

Apresentamos a seguir a programação completa da ABRALIN na 53ª SBPC.

PROGRAMAÇÃO DA ABRALIN – DIAS 13 A 18/JULHO DE 2001

DIAS 14/15/16/17 - SÁBADO/DOMINGO/2ª FEIRA/3ª FEIRA

8h 9h30	MINICURSOS
1.	Título: História da Gramática no Brasil – PAF II – Sala 204 Responsável: Prof. Eduardo Roberto Junqueira Guimarães – UNICAMP
2.	Título: A pesquisa etnográfica em sala de aula: uma leitura sociolingüística e de lingüística aplicada – PAF II – Sala 202 Responsável: Profa. Stella Maris Bortoni-Ricardo – UnB Profa. Marilda do Couto Cavalcanti – UNICAMP
3.	Título: Categorias funcionais na estrutura oracional: uma abordagem gerativa – PAF II – Sala 203 Responsável: Profa. Heloísa Maria Moreira Lima Salles – UnB Profa. Anna Roussou – Universidade de Patra-Grécia

4. Título: Avaliação da produção escrita - PAF II – Sala 3	
Responsável: Profa. Rosemeire Selma Monteiro – UFC	
5. Título: Metodologia dos estudos dialetais: tradição e modernidade na coleta e apresentação de dados geolinguísticos – PAF II – Sala 205	
Responsável: Profa. Jacyra Andrade Mota – UFBA Profa. Suzana Cardoso - UFBA	
DIA 14 DE JULHO – SÁBADO – PAF I – AUDITÓRIO 2	
10h 11h	CONFERÊNCIA
Título: O uso de termos estrangeiros no Brasil	
Conferencista: Profa. Diana Luz Pessoa de Barros – USP	
Apresentador: Prof. Luiz Antonio Marcuschi – UFPE	

DIA 14 DE JULHO – SÁBADO - AUDITÓRIO DE BIOLOGIA – SALA 132	
16h 18h	SIMPÓSIO
Título: Línguas nacionais e minorias lingüísticas: diversidade e patrimônio	
Coordenadora: Suzana Alice Marcelino Cardoso – UFBA	
Português brasileiro – língua nacional, língua oficial: diversidade e patrimônio cultural	
Participantes:	
Profa. Yonne Leite – UFRJ	
Línguas indígenas: extinção e resgate	
Profa. Iracema Luiza de Souza – UFBA	
Língua, cultura e identidade: o português brasileiro e as línguas africanas transplantadas	

DIA 14 DE JULHO – SÁBADO – PAF I – SALA 5	
18h 20h	ENCONTROS
Título do Encontro: Política Educacional e Diversidade Lingüística	
Coordenador: Prof. José Luiz Fiorin (USP)	
Participantes: Profa. Leonor Scliar-Cabral (UFSC)	
Profa. Cláudia Nívia Roncarati de Souza (UFF)	

DIA 15 DE JULHO – DOMINGO – PAF I – AUDITÓRIO 2	
16h 18h	SIMPÓSIO
Título: Gêneros textuais e referenciação	
Coordenador: Prof. Luiz Antônio Marcuschi – UFPE	
Processos de referenciação na construção de listas	
Participantes:	
Profa. Mônica Magalhães Cavalcante - UFC	
Processos de nomeação na organização de textos escritos	
Profa. Bernardete Biasi Rodrigues – UFC	
O processo de referenciação em gêneros acadêmicos	

DIA 15 DE JULHO – DOMINGO – PAF I – AUDITÓRIO 2	
18h 20h	ASSEMBLÉIA
ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA DA ABRALIN	

DIA 16 DE JULHO – 2ª FEIRA – INSTITUTO DE BIOLOGIA – AUDITÓRIO 132	
10h 11h	CONFERÊNCIA
<p>Título: Diversidade Lingüística e mobilidade social no Brasil Conferencista: Profa. Maria Cecília Mollica – UFRJ Apresentadora: Profa. Maria Elias Soares - UFC</p>	

DIA 16 DE JULHO – 2ª FEIRA – INSTITUTO DE BIOLOGIA – AUDITÓRIO 132	
11h 13h	SIMPÓSIO
<p>Título: História da Lingüística e as políticas de línguas no Brasil Coordenador: Prof. Eduardo Roberto Junqueira Guimarães – UNICAMP Espaço de enunciação e as línguas do Brasil Participantes: Profa. Eni de Lourdes Puccinelli Orlandi - UNICAMP Os estudos de linguagem no Brasil: Ética e política lingüística Prof. Luiz Francisco Dias – UFPB Enunciação, gramática e política de língua na atualidade</p>	

DIA 17 DE JULHO – 3ª FEIRA - PAF II – SALA 202	
10h 11h	CONFERÊNCIA
<p>Título: Sobre as origens do português do Brasil: Proposta de uma nova abordagem Conferencista: Profa. Lúcia Maria Pinheiro Lobato – UnB Apresentadora: Profa. Rosa Virgínia Mattos e Silva – UFBA</p>	

DIA 17 DE JULHO – 3ª FEIRA – INSTITUTO DE BIOLOGIA – AUDITÓRIO 131	
16h 18h	SIMPÓSIO
<p>Título: Aspectos discursivos da literatura popular brasileira Coordenadora: Profa. Maria de Fátima Barbosa de Mesquita Batista – UFPB O procedimento de conceptualização no romance oral <i>O Conde Alarcos</i> Participantes: Profa. Neuma Fechini Borges – FCJA Relações isotópicas na literatura de cordel brasileira Profa. Neide Medeiros Santos – UBE-PE O mito da morte em Guriatã: um cordel para menino</p>	

DIA 17 DE JULHO – 3ª FEIRA – INSTITUTO DE BIOLOGIA – AUDITÓRIO 131	
18h 20hh	ENCONTROS
<p>Título do Encontro: O atlas Lingüístico do Brasil Coordenadora: Profa. Jacyra Andrade Mota UFBA) Participantes: Profa. Maria do Socorro Silva Aragão – UFC Prof. Mário Roberto Lobuglio Zágari - UFJF</p>	

DIA 18 DE JULHO – 4ª FEIRA – PAF I – AUDITÓRIO 2	
10h 11h	CONFERÊNCIA
<p>Título: The left periphery: the position of particles and complementisers Conferencista: Profa. Anna Roussou – Universidade de Patra- Grécia Apresentadora: Profa. Lúcia Maria Pinheiro Lobato - UnB</p>	

DIA 18 DE JULHO – 4ª FEIRA – PAF I – AUDITÓRIO 2	
11h 13h	SIMPÓSIO
<p>Título: A Língua Geral Amazônica através do tempo. Coordenador: Prof. Aryon Dall’Igna Rodrigues - UnB Língua Geral Amazônica e português: contrastes e convergências</p> <p>Participantes: Profa. Ruth Maria Fonini Monserrat Observações sobre a fonologia da Língua Geral Amazônica nos três últimos séculos Profa. Ana Suely Arruda Câmara Cabral Natureza das mudanças gramaticais ocorridas na Língua Geral Amazônica</p>	

CONFERÊNCIAS

O USO DE TERMOS ESTRANGEIROS NO BRASIL

*Diana Luz Pessoa de BARROS
Universidade de São Paulo - USP*

SOBRE AS ORIGENS DO PORTUGUÊS DO BRASIL: PROPOSTA DE UMA NOVA ABORDAGEM *

*Lúcia Maria PINHEIRO LOBATO
Universidade de Brasília*

SOME REMARKS ON THE LEFT PERIPHERY¹

*Anna ROUSSOU
University of Cyprus/University of Patras*

DIVERSIDADE LINGÜÍSTICA E MOBILIDADE SOCIAL

*Maria Cecilia de Magalhães MOLLICA
Universidade Federal Rio de Janeiro
Centro Nacional de Pesquisa - CNPq*

O USO DE TERMOS ESTRANGEIROS NO BRASIL

Diana Luz Pessoa de BARROS
Universidade de São Paulo - USP

Apresento na conferência alguns resultados de estudos que realizei sobre o uso de termos estrangeiros no português do Brasil, na perspectiva teórica da semiótica discursiva de linha francesa. A exposição foi organizada em três partes: a primeira, introdutória e mais genérica, sobre as relações com o “outro”, o diferente, no caso, o estrangeiro; a segunda, sobre os discursos de aceitação e de rejeição dos termos estrangeiros; a terceira, sobre o papel dos termos estrangeiros na comunicação.

1 - Relação com o “outro”.

Os lingüistas e semioticistas sabem que é por meio das diferenças que o mundo ganha sentido para o homem. Insistem, dessa forma, no fato de que um sujeito ou objeto adquirem identidade quando confrontados com outro. Os discursos da identidade articulam de formas diversas as relações intelectuais e afetivas entre “nós” e o “outro”. Eric Landowski (*Présences de l'autre*, Paris, PUF, 1997) aponta quatro grandes tipos de relações: a assimilação, a exclusão, a agregação e a segregação. **O discurso da assimilação** procura transformar “o outro” em “nós”, baseado na certeza de que o nosso modo de vida, a nossa visão de mundo é melhor e mais razoável que a do outro, pois está assentada sobre valores universais. **O discurso da exclusão** propõe a negação do “outro”, do estrangeiro, do diferente, a partir dos mesmos preconceitos do discurso da assimilação: é preciso preservar o “nós”, garantir-lhe a integridade, seja pela assimilação, seja pela exclusão do “outro”, que representa uma ameaça. **Os discursos da agregação e da segregação** consideram, ao contrário, que as diferenças entre o “nós” e o “outro” não são naturais ou universais, mas dependem do ponto de vista adotado. O da agregação procura integrar o “outro” ao “nós”, sem que ele perca sua identidade, o da segregação propõe a manutenção das diferenças, mas sem misturá-las, mantendo assim o outro separado do “nós”.

Se o “nós” assimila, exclui, agrega ou segrega o “outro”, esse outro reage também com diferentes tipos de discursos, em que mostra querer ser

ou não assimilado, excluído, agregado ou segregado. As relações entre os discursos do "nós" e do "outro" podem ser, portanto, de conformidade ou de conflito.

Esses diferentes modos de relações são também encontrados no âmbito das relações lingüísticas, tanto internas a uma dada sociedade, entre variantes de uma língua, e tendo por referência a variante culta ou padrão, quanto entre línguas diferentes, tendo por referência a "língua nacional". As relações dependem da posição econômica, cultural ou política dos grupos e de suas línguas e criam, entre eles, relações de dominação.

Em relação aos empréstimos do inglês e do francês, ocorridos sobretudo a partir do século XVIII, o português se coloca como língua culturalmente ou economicamente dominada.

Dominantes e dominados constroem representações positivas ou negativas do outro grupo e de sua língua, e os dominados, muitas vezes, interiorizam o modo de ver dos dominantes e se consideram "inferiores".

2 - Discursos de aceitação e de rejeição dos termos estrangeiros.

Constroem-se no Brasil discursos de aceitação e de rejeição dos estrangeirismos no português, a partir de critérios muito diversificados. Foram considerados, neste estudo, sobretudo os discursos de aceitação e de rejeição dos anglicismos, atualmente os estrangeirismos mais freqüentes no português. Em relação aos termos do inglês, estudos e pesquisas diversas mostram que:

- 1 - **os discursos de aceitação** são elaborados sobretudo pelas classes mais favorecidas, pelos mais jovens; eles dizem que é bom ser global e internacional, que os anglicismos melhoram e enriquecem o português, que seu uso facilita o relacionamento internacional, e atribuem aos estrangeirismos, entre outros, os valores de novidade, superioridade e praticidade;
- 2 - **os discursos de rejeição** provêm de classes menos favorecidas e dos mais velhos; eles dizem que os estrangeirismos, muito abundantes, ameaçam a língua, a pátria e a diversidade cultural, e atribuem a eles os valores de estranhamento, exploração, submissão cultural;
- 3 - **os discursos "intermediários" de não-aceitação ou de não-rejeição** dos termos estrangeiros ou negam, os primeiros, a superioridade dos estrangeirismos, dizendo que eles são iguais aos termos nacionais, e insistem na necessidade de uma política lingüística, ou afirmam, os

segundos, que os termos estrangeiros não ameaçam ou empobrecem a língua nacional, e são inevitáveis.

3 - Os papéis dos termos estrangeiros na comunicação.

Os termos estrangeiros têm vários papéis nos textos em que são empregados, mais especificamente na organização da persuasão e da argumentação dos discursos, tendo em vista o estabelecimento de relações de interação entre os sujeitos envolvidos. Os estrangeirismos estabelecem relações de três ordens entre os sujeitos postos em comunicação: relações racionais, relações sensoriais e relações afetivas ou emocionais.

Examinadas as modalizações que determinam essas relações, os estrangeirismos serão ditos, **do ponto de vista racional**, prejudiciais ou proveitosos, prescritos ou proibidos, possíveis ou prescindíveis, **do ponto de vista sensorial**, belos ou feios, harmônicos ou desarmônicos, sonoros ou dissonantes, **do ponto de vista emocional**, desejáveis ou temíveis, amados ou odiados, patrióticos ou antipatrióticos e assim por diante.

Constroem-se, portanto, relações racionais, sensoriais e afetivas entre os usuários dos discursos que empregam termos estrangeiros. Os diferentes valores combinam-se no discurso quer por homologação, quer por contradição. Dessas relações dependem os sentidos dos discursos, sua eficácia persuasiva e argumentativa e seu uso na venda de produtos, nas relações de comunicação de instituições diversas, no marketing, em geral.

SOBRE AS ORIGENS DO PORTUGUÊS DO BRASIL: PROPOSTA DE UMA NOVA ABORDAGEM *

Lúcia Maria PINHEIRO LOBATO

Universidade de Brasília

0. Introdução

Três questões têm merecido destaque na literatura sobre as origens do português do Brasil (PB). A mais antiga (remonta a Coelho, 1880) é se o português popular do Brasil (PPB) teve origem crioula. Há os que defendem que sim (Melo, 1946; Silva Neto, 1951/1986; Guy, 1981) e os que defendem que não (Révah, 1963; Naro, 1981; Naro & Scherre (2000); Mussa, 1991; Tarallo, 1993). Caso sim, o PB resulta do desenvolvimento de um pidgin ou crioulo colonial hipotético, de base lexical portuguesa. Caso não, o PB resulta do desenvolvimento natural e direto do português clássico (que era a fase do português no século 16). Entre os argumentos que Révah aponta contra a tese crioulista, está o fato de que os traços dados como característicos do PPB, ou se encontram também em dialetos do português europeu (PE), como é o caso da relativa simplificação da flexão nominal e verbal, ou representam arcaísmos, como é o caso da ocorrência de palavras como *cósca* (por *cócega*) e *passo* (por *pássaro*). O argumento de Révah (1963) é reforçado por Naro & Scherre (2000), que documentam a ocorrência de concordância variável no PE oral contemporâneo e no PE escrito medieval, sendo a concordância variável uma das propriedades dadas como típicas do PPB. Os fatos de concordância são usados por Guy (1981) no sentido inverso - como evidência empírica a favor da tese da crioulição: 1º No PPB a marca de plural ocorre na primeira palavra do sintagma nominal, havendo variação quanto à ocorrência nas demais posições. Como esse fato não tem precedente na história da língua, não pode ser explicado em termos da hipótese da evolução natural. 2º

* Este trabalho expõe parte da argumentação apresentada na conferência de mesmo título, proferida por ocasião da 53ª Reunião Anual da SBPC, realizada na UFBA em julho de 2001, e é fruto de pesquisa financiada pelo CNPq. Dedico-o a meus filhos Leandro e Thiago como expressão de minha gratidão por sua colaboração logística. Agradeço a Maria Marta Pereira Scherre e a Aryon Dall'Igna Rodrigues por preciosas discussões de pontos precisos na época da preparação do resumo da conferência, e aos participantes dos debates após a conferência (que não enumero por falta de espaço) por suas valiosas observações, sugestões e críticas.

Nas línguas africanas que podem ter influenciado na formação de um pidgin português no Brasil, a marca de plural ocorre no começo do sintagma nominal. Logo, há uma similitude de padrão entre o PPB e essas línguas, quanto à ocorrência da concordância. Essa similitude é ilustrada em pares como o homem / os homem do PPB, de um lado, e pares como untu (o homem) / bantu (os homens), em diversas línguas bantu, como o songo, e okùnrin (o homem) / àwon okùnrin (os homens) do yoruba (dados explicitados por Mussa, 1991), de outro. Em untu / bantu, mu- e ba- são prefixos indicadores de número - singular e plural, respectivamente, - e classe gramatical. Em okùnrin / àwon okùnrin, o singular é formado pelo morfema zero e o plural, pelo morfema àwon. 3º A similitude é evidência empírica a favor da hipótese de o PPB ter surgido por um processo de criouliização, uma vez que não pode ser explicada em termos de evolução natural.

Uma segunda questão diz respeito à abordagem teórica explicativa da mudança: alguns postulam uma perspectiva histórica (Mattos e Silva, 2000), outros, uma perspectiva gerativa (Mussa, 1991), e, outros ainda, a perspectiva sapiriana de deriva lingüística (Naro, 1981; Naro & Scherre, 2000), sendo comum se considerar que cada abordagem é incompatível com as demais.

A terceira questão diz respeito ao contato lingüístico causador do desenvolvimento do PB - teria sido o contato com as línguas africanas, o contato com as línguas gerais (paulista e amazônica) ou o contato com todas elas? Essa questão tem sido colocada independentemente da hipótese crioula. No contato com as línguas africanas (incluindo aí eventuais línguas francas africanas) sobressai o fato de a grande massa da população aprendiz de origem africana ter adquirido o português como segunda língua em idade adulta e em condições adversas. No contato com as línguas gerais sobressai o fato de durante longo tempo terem sido elas, e não o português, as línguas da comunicação diária, tendo o país se tornado verdadeiramente lusófono somente a partir de meados do século XVIII. A hipótese de Mattos e Silva (2000) é que a influência foi das línguas africanas. A de Naro (1981) e Naro & Scherre (2000) é que foi uma influência conjunta. Há uma tendência a se rejeitar a influência exclusiva das línguas gerais. Uma das razões é que a influência estrutural se deu comprovadamente do português para as línguas gerais, e não das línguas gerais para o português - a influência dessas línguas para o português, parece ter se restringido ao vocabulário (V. Rodrigues, 1996). Na verdade, qualquer resposta a essa terceira questão é problemática. Dizer que foram as línguas africanas somente, ou dizer

que foram as línguas gerais somente, é problemático, pois as línguas africanas cobriam uma certa extensão do território brasileiro, e as línguas gerais, outra. Portanto, se se considera que a influência foi do contato com as línguas africanas, fica sem explicação o fato de a mudança ter sido a mesma na área geográfica de contato com as línguas gerais, e se se considera que a influência foi do contato com as línguas gerais, fica sem explicação a similaridade da mudança na área em que o contato foi somente com as línguas africanas. Por outro lado, dizer que foi uma influência conjunta, apesar de não incorrer nesse problema, não é por si só explicativo. Essa hipótese na verdade levanta outra questão: Como e por que os dois tipos de contato causaram a mudança, e, sobretudo, uma mudança relativamente uniforme e generalizada, num país de dimensões continentais como o Brasil?

Independentemente do estudo do PB, entre os teóricos da mudança também há questões em debate, mesmo quando se considera uma única e dada teoria lingüística. No âmbito da teoria gerativa há uma vertente que liga a mudança lingüística a mudanças na experiência desencadeadora (Lightfoot, 1999), e outra que defende que a mudança é explicável inteiramente em termos da Gramática Universal (GU), não sendo preciso recorrer a mudança na experiência desencadeadora para tal fim (Roberts, 1993, entre outros).

Esta conferência tem o objetivo de propor uma nova abordagem para explicar a mudança que ocorreu na língua portuguesa no contexto brasileiro. Essa nova abordagem resulta da análise gerativa de certos contrastes sistemáticos entre o PB e o PE, de tipos sintático e morfológico, com reflexo na interpretação da referencialidade nominal.¹ Com base nesses dados, vai ser defendido que a mudança que se deu do português clássico para o PB é compatível com a abordagem sapiriana de deriva e decorreu do contato lingüístico, tanto com as línguas gerais quanto com as línguas africanas. Segundo essa tese não importava a língua de contato, e sim o fato de a aquisição ter se dado como segunda língua por uma população aprendiz adulta e numerosa que passou a usar o português no seu cotidiano. Essa população adulta consistia tanto de falantes de línguas africanas quanto de falantes das línguas gerais. A aquisição do português como segunda língua por essa população adulta e numerosa foi o fator externo, histórico, da mu-

¹ Para uma compreensão total da mudança que ocorreu, seria necessária a análise de dados do português clássico, em contraste com dados do PE e do PB contemporâneos, como apontado por Ribeiro (1998, 1999). No entanto, essa análise está fora do escopo desta conferência.

dança. Esse tipo de circunstância externa provocou um fator interno, endógeno: forçou o licenciamento sintático sistemático dos argumentos nucleares dos predicados de sentenças simples por meio da verificação pelos núcleos funcionais sintáticos (NFSs) da informação extensional dos argumentos, e não a informação temática. No PE contemporâneo, ao contrário, a sintaxe verifica o traço temático. A argumentação vai mostrar que houve de fato uma diferente fixação paramétrica do PB em relação ao PE, e apontar como evidência dois tipos de contrastes entre as duas gramáticas: contrastes (a) no sistema pronominal clítico e (b) no licenciamento de sujeito lexical pleno com verbos inacusativos. Uma importante tese nessa argumentação é que o licenciamento extensional é feito diretamente pela formação de núcleo funcional (NF) nulo (i.e., NF sem inserção de elemento lexical substantivo portador de propriedade temática, tal como V). Em outras palavras, os NFs portam informação inerente, e essa informação é licenciadora de interpretação extensional. A informação extensional, por sua vez, tem caráter ao mesmo tempo *referencial* e *categorial*. Afinal, as *categorias* gramaticais são definidas em termos conceituais que caracterizam seu tipo *referencial* - substantivos denotam entidades, adjetivos denotam propriedades de entidades, e assim por diante. A mudança foi um processo instantâneo para cada um dos aprendizes do português como segunda língua (escravos africanos e falantes não-portugueses das línguas gerais), o que significa que a mudança na gramática foi abrupta. O PB surgiu aí e essa nova gramática foi transmitida às gerações seguintes. A mudança foi generalizada porque a população aprendiz era numerosa, e, além disso, se deslocou no território. Caso a população não fosse numerosa e não se deslocasse, a mudança resultaria em variação dialetal. Por outro lado, os produtos da nova gramática têm surgido lentamente desde então, no decorrer dos séculos. Enfim, a mudança na gramática foi abrupta, mas a mudança nos seus produtos tem sido gradual. Nessa visão, o que é novo é a proposta de análise interna dos fatos, pois é afirmação corrente que o processo de aquisição como segunda língua em condições desfavoráveis foi a causa externa (Holm, 1992; Baxter & Lucchesi, 1997; Mattos e Silva, 2000).

Essa abordagem cria uma nova perspectiva para a questão de ser necessária experiência lingüística desencadeadora para explicar a mudança e permite conciliar a abordagem histórica com uma visão gerativa. A mudança por contato com uma população numerosa falante de outra língua que aprende a nova língua em idade adulta processa-se inicialmente pelo adulto, obvia-

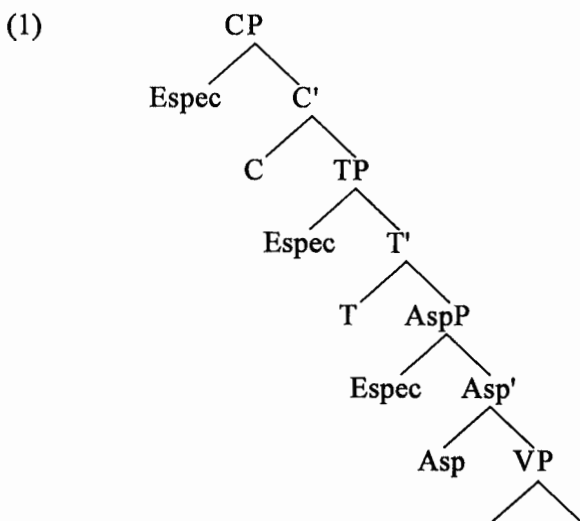
mente. A causa externa da mudança é a aquisição como segunda língua. Esse fator externo força o fator interno (uso da informação inerente aos NFSs nulos para licenciamento extensional na sintaxe). Não se pode falar aí propriamente de mudança com experiência lingüística contextual desencadeadora, no sentido de a mudança em certa construção ou tipo de palavra ser desencadeada por mudança prévia em construção ou palavra. Para as crianças da geração seguinte, que terão a segunda língua dos pais como primeira língua, sim, ocorre experiência lingüística desencadeadora. Portanto, para a primeira geração a mudança se dá em virtude de propriedades da arquitetura da faculdade de linguagem (FL). No entanto, evidência desencadeadora é necessária para explicar a ordenação dos produtos da mudança paramétrica.

Nessa concepção o conceito de deriva faz sentido se usado para caracterizar a mudança paramétrica de plano de uso dos NFs para licenciamento sintático, sendo os planos o estrutural (em que se licenciam argumentos com seu traço extensional) e o lexical (em que se licenciam argumentos com seu traço temático). Esses planos poderiam ser igualmente intitulados funcional e lexical, ou, em termos mais tradicionais, gramatical e lexical. Segundo essa abordagem, a deriva, caracterizada como uma mudança de plano de uso dos NFs para efeito de licenciamento sintático de expressões nominais, ocorre em qualquer mudança lingüística, quer por contato ou não. A hipótese desta conferência é que na mudança lingüística por contato há passagem de licenciamento no plano lexical para licenciamento no plano estrutural. Como mencionado, no caso do PB deu-se uma fixação do plano estrutural, em contraste com o PE, que fixou o plano lexical. A questão do licenciamento de objeto lexical está fora do âmbito deste trabalho, daí não se chegar aqui a nenhuma generalização completa a respeito do processo de fixação de plano de licenciamento. Mas veremos que objetos pronominais de todas as pessoas e sujeitos lexicais plenos são licenciados no plano estrutural no PB, em contraste com o PE. Não parece então irrazoável concluir, numa primeira aproximação a essa questão, que o PB fixou o plano estrutural para licenciamento dos argumentos nucleares de sentenças simples. Será defendido que a deriva para o plano estrutural corresponde ao próprio processo de gramaticalização e apontados efeitos de gramaticalização no PB. Se essa hipótese está correta, a gramaticalização é um tipo de mudança decorrente de fixação do plano estrutural para licenciamento sintático. A origem do PB pode então ser explicada como consequência de um processo sintático de gramaticalização.

1. O Sistema de Clíticos do PE e do PB

1.1. Licenciamento de Referencialidade por NFS

Como dito acima, uma tese central deste trabalho é que houve uma circunstância externa, histórico-social (aquisição do português como segunda língua por um elevado contingente de adultos que passou a usar o português no seu cotidiano), que acionou um fator interno (forçou o licenciamento dos argumentos nucleares dos predicados de sentenças simples diretamente pelos NFSs nulos, os quais verificam o traço referencial da expressão). Essa tese pressupõe outra: os NFs são licenciadores de referencialidade. Vou iniciar a argumentação com evidência de que os NFs licenciam referencialidade. Estarei pressupondo a estrutura sintática em (1), onde os NFSs são C (complementador), T (tempo) e Asp (aspecto), e as posições de especificador (Espec) são posições para expressões nominais.



O fato de que o PB coloquial restringiu a ocorrência dos clíticos à posição pré-verbal e limitou sua interpretação às primeira e segunda pessoas é evidência empírica de que os NFSs nulos licenciam interpretação referencial. A limitação da interpretação resultou no contraste em (2)-(3) para as formas acusativas do singular:²

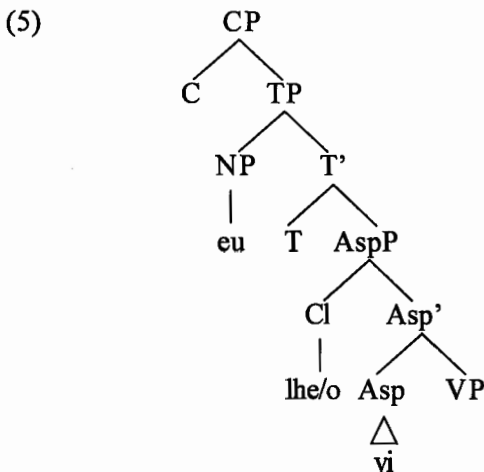
2. O exemplo 'O vejo amanhã', dito por um jornalista para se despedir dos ouvintes no final do noticiário de um canal de televisão, ilustra o uso de 'o' como segunda pessoa.

	1S	2S	3S
(2) <u>Repertório Clítico Acusativo Singular do PE:</u>	me	te,o	o
(3) <u>Repertório Clítico Acusativo Singular do PPB:</u>	me	te,o,lhe	-

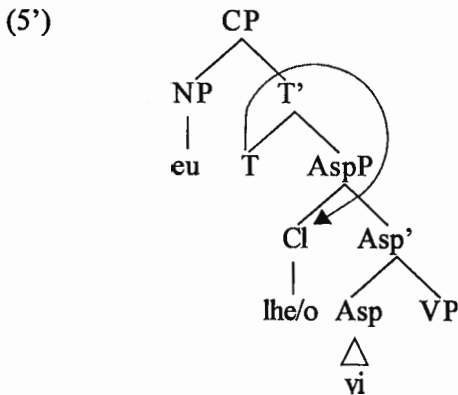
Os exemplos em (4) são consequência dessa restrição:

- (4) a. Eu lhe vi (PE: *) b. Eu o vi (PE: *)

De um lado, a próclise é a ordem natural no PB. De outro lado, os clíticos em (4) são interpretados como segunda pessoa, e não como terceira. No PE esses exemplos são agramaticais por diferentes razões: (4a), em virtude de ‘lhe’ não ser licenciado como acusativo nessa gramática e de a ênclise ser exigida quando o sujeito é de tipo referencial e a sentença, matriz e afirmativa, e (4b), por esta última razão. As formas gramaticais no PE correspondentes a (4a,b) são ‘Vi-o’ / ‘Eu vi-o’. De qualquer modo, quando as formas ‘lhe’ e ‘o’ são gramaticais (como em “Não lhe dei isso.” / “Não o vi.”) podem ter leitura de segunda ou terceira pessoa. Contrariamente à análise usual para clíticos, que segue Kayne (1991, 1994) e os trata como em adjunção a um núcleo de tipo flexional, considero que clíticos, na qualidade de expressões nominais, ocorrem sempre em posição de Espec. Como pressuponho a estrutura (1), atribuo aos exemplos (4) a estrutura (5):



A ordem proclítica decorre da presença de V em Asp. Por sua vez, V em Asp causa T ficar sem inserção lexical substantiva (no caso de ocorrência de auxiliar temporal, como em ‘Ele está me vendo’, há realização fonológica em T, mas não de verbo temático). O conceito de tempo tem relação com o ato de fala, sendo até mesmo definido em função dele, o mesmo não acontecendo com o conceito de aspecto. As primeira e segunda pessoas são também definidas em termos do ato de fala, uma vez que as interpretamos como as pessoas participantes da cena de discurso. Concluo que um pronome em *Espec,AspP*, no PB, é interpretado como relacionado com o ato de fala. Portanto, a gramática do PB coloquial só pode licenciar clíticos de primeira e segunda pessoas porque essas são as pessoas participantes da cena de discurso. A interpretação de terceira pessoa não é licenciada porque não é definida em termos do ato de fala. Assim, a diferença entre o PE e o PB, com relação aos clíticos de terceira pessoa, é consequência do fato de a interpretação semântica referencial dos clíticos ser submetida a verificação na sintaxe no PB. Se essa análise está correta, há efeito semântico de T sobre *Espec,AspP* no PB, como em (5’).



1.2. Licenciamento de Função Sintática

A mudança ocorrida no sistema de clíticos pronominais do PB afetou não somente a interpretação semântica desses itens, mas também a sua interpretação gramatical. Isso se vê em (6) e (7), que retomam (2) e (3) acrescentando-lhes as formas dativas. Esses repertórios mostram que ‘lhe’ foi acrescentado ao sistema acusativo do PB vernacular:

	1S	2S	3S
(6) a. Repertório Clítico Acusativo Singular do PE:	me	te,o	o
b. Repertório Clítico Dativo Singular do PE:	me	te,lhe	lhe
(7) a. Repertório Clítico Acusativo Singular do PPB:	me	te,o,lhe	-
b. Repertório Clítico Dativo Singular do PPB:	me	te,lhe	-

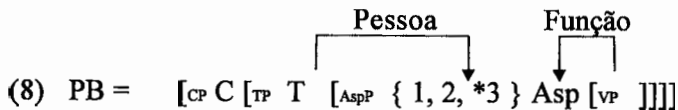
Quanto à função, o aspecto inovador da gramática do PB foi a interpretação acusativa para as formas que tinham interpretação dativa, de modo que ‘lhe’, uma forma originalmente dativa (Eu lhe dei o livro.), passou a ser licenciada como dativa e acusativa (Eu lhe vi.). Essa mudança afetou somente os clíticos que eram originalmente de terceira pessoa, pois os de primeira e segunda já aceitavam interpretação acusativa (Ele me/te viu) e dativa (Ele me/te deu o livro.).

Houve, então, uma regularização do sistema, exceto para a forma ‘o’, que se mantém como acusativa, somente. No entanto, essa forma não é a preferencial para referência à segunda pessoa acusativa, sendo ‘te’ a preferencial, seguida de ‘lhe’. A conclusão que tiro é que o PB licencia estruturalmente a interpretação da função de complemento, por meio da relação entre Asp e a expressão nominal na posição de Espec,AspP.³

1.3. O que diferencia os sistemas clíticos do PE e do PB?

A questão é: Como explicar as diferenças morfossintáticas entre os clíticos do PE e do PB?

Segundo a análise acima, no PB T determina a interpretação referencial em Espec,AspP (porque essa gramática licencia interpretação extensional na sintaxe) e Asp licencia interpretação de função nessa mesma posição, como mostrado na representação parentetizada em (8):



3 A hipótese que faço, mas que não terei espaço para defender, é que esse licenciamento estrutural se faz em processo de combinação de traços, entre o traço temático da expressão nominal e o traço inerente a Asp. Isto é, o posicionamento em Espec,AspP, para um clítico, licencia sua interpretação como complemento na base do seu traço temático em combinação com o traço de Asp. Por sua vez, o posicionamento em Espec,AspP faz sofrer o efeito de T.

No PE não pode estar ocorrendo o mesmo, dado que a interpretação de pessoa não depende da posição estrutural. Antes, no PE, há formas clíticas para todas as três pessoas gramaticais. Portanto, T não é licenciador de interpretação extensional no PE. Por outro lado, há no PE formas clíticas de terceira pessoa especializadas para Caso. Logo, deve haver checagem de traço de Caso na sintaxe. Minha conclusão é que o PE recobre com traço específico de Caso a informação de pessoa dos clíticos porque não licencia na sintaxe a leitura extensional. Mais claramente, para qualquer língua, o posicionamento de clíticos de terceira pessoa em *Espec, AspP* só é possível se o traço de pessoa não está sendo verificado (dada a inconsistência entre o traço de T e o traço de terceira pessoa), e um modo de a língua assegurar isso é encapsular os traços de pessoa com um envólucro de traço de Caso.⁴

Resumindo, a hipótese deste trabalho é que o PE verifica em *Espec, AspP* material que já tem informação referencial e Casual fixada e é licenciado na sintaxe com traço temático. Portanto, por hipótese, há uma ordenação quanto à entrada dessas propriedades na sintaxe no PE: primeiro entra, pela enumeração, informação sobre pessoa e Caso e

4 Um fato a ser explicado é o uso das formas de terceira pessoa com interpretação de segunda. No PE, onde as formas de terceira pessoa com interpretação de segunda ocorrem em situações de relação assimétrica entre os interlocutores, explico esse fato como decorrente da atribuição ao interlocutor do traço típico de terceira pessoa (não participação da cena de discurso). Isto é, estou atribuindo a esse traço a leitura assimétrica. No PB, onde 'você', em boa parte do país, substituiu a forma característica de segunda pessoa (tu) e implica tratamento igualitário, a explicação tem de levar em conta a mudança que houve também no sistema flexional verbal, que perdeu as formas características de segunda pessoa.

PE = eu vejo
tu vês, você vê
ele vê

PB = eu vejo
você vê
ele vê

Mesmo nas regiões onde ocorre a forma 'tu' no Brasil, ela não leva à concordância de segunda pessoa. Houve, portanto, no PB, uma mudança de um sistema flexional verbal tripartite (terceira pessoa vs não-terceira, onde, por sua vez, não-terceira se distingue em primeira vs segunda) para um bipartite (primeira vs não-primeira, sem distinção flexional entre segunda e terceira). Logo, no PB a indicação de pessoa está crucialmente marcada nas formas pronominais, e não na flexão verbal, ao contrário do PE, onde, além da marcação de pessoa nos pronomes, há flexão verbal de segunda pessoa, distinta da de terceira, e, como vimos, a flexão de terceira, quando empregada para a segunda pessoa, tem efeito semântico. Atribuo essa diferença ao fato de a flexão verbal ser determinada pelos NFSs no PB, mas não no PE, onde a flexão verbal já faz parte da enumeração

depois é que, na sintaxe, há verificação do traço temático. Em outras palavras, no PE as formas dos clíticos já estão licenciadas na entrada da sintaxe, porque o traço de entidade já estava licenciado, e a sintaxe licencia somente o traço temático, ao contrário do PB, em que as formas dos clíticos são licenciadas na saída da sintaxe, pois é na sintaxe que o PB licencia a interpretação de entidade.

2. Licenciamento de Sujeitos no PB e no PE

Como mencionado, a generalização proposta por este trabalho é que o PB fixou o plano estrutural para o licenciamento sintático de argumentos de sentenças simples, em contraste com o PE, que fixou o plano lexical. A hipótese é que a fixação sistemática do plano estrutural, no PB, representa uma deriva, efeito do contato lingüístico. Esta seção apresenta evidência de que houve de fato uma fixação do plano estrutural pelo PB para efeito de licenciamento de sujeito oracional, em contraste com o PE. A evidência é o fato de o PB licenciar sujeitos por meio da leitura extensional da expressão nominal, pela verificação do seu traço categorial, e o PE, por meio da leitura temática da expressão nominal, pela verificação do seu traço temático. Em outras palavras, o PB faz a verificação de traços na interface extensional da FL, onde lê a propriedade “ser expressão nominal completa” (no sentido de ter propriedade extensional e informação lexical), e o PE a faz na interface intensional, onde lê as propriedades que levam à interpretação temática.

2.1 Licenciamento de Sujeito pelo Traço Categorial no PB e Temático no PE

Um tipo de construção reveladora da diferença de planos entre o PE e o PB é a em (9), que é gramatical no PB, mas não no PE, onde somente (10a,b) podem ser geradas:

- | | |
|------------------------------------|------------------|
| (9) O meu carro furou o pneu. | (PE: *, PB: OK) |
| (10) a. Furou o pneu do meu carro. | (PE: OK, PB: OK) |
| b. O pneu do meu carro furou. | (PE: OK, PB: OK) |

O que é especial em (9) é que tanto a posição de sujeito quanto a de objeto são ocupadas por subconstituintes do argumento interno. Essa sequência é agramatical no PE porque somente parte do argumento interno

foi alçada para a posição de sujeito, tendo a outra ficado na posição de objeto. Como (10a,b) mostram, caso todo o argumento interno ou permaneça na posição de objeto ou seja alçado para a posição de sujeito, o resultado é gramatical no PE. Esses fatos revelam que o sistema computacional do PE preenche as posições de sujeito e objeto levando em conta a informação que identifica os argumentos de V como tais e só pode preenchê-las com argumentos completos.. Logo, no PE o preenchimento se faz por meio do uso do traço caracterizador do argumento como um todo, não sendo permitido exame da sua estrutura interna.

O que a gramaticalidade de (9) revela a respeito do PB, é que o seu sistema computacional pode examinar o interior do argumento interno, lá encontrar dois diferentes subconstituintes, e licenciá-los como sujeito e como objeto da mesma sentença, não sendo necessário ficar no nível de identificação dos argumentos como tais. Em (9), o argumento interno expressa uma relação todo/parte. O que concluo é que nessa relação os dois subconstituintes são licenciados como sujeito e objeto da mesma oração porque, entre outras condições, ambos têm propriedades completas de expressões nominais (cada um tem sua estrutura LC e cada um tem sua extensão definida). A relação todo/parte se distingue da relação de argumento por independe totalmente de qualquer núcleo, ao passo que a relação de argumento depende de um núcleo lexical (todo argumento é argumento de um núcleo lexical). Em outras palavras, ser argumento é informação lexical, mas ser relação todo/parte não é, sendo, antes, um tipo de relação semântica que reflete a estruturação do próprio objeto denotado.

Logo, os fatos em (9)-(10) justificam a conclusão de que o PE faz a derivação de sujeitos no plano lexical, ao passo que o PB o faz no plano de estruturação da informação que se costuma chamar de gramatical. Portanto, a gramática do PE opera o licenciamento de sujeitos numa interface em que está acessível a marcação temática dos argumentos do predicado e a do PB, numa em que está acessível a sua marcação extensional.

3. A Tese da Gramaticalização

Uma tese deste trabalho é que a gramática do PB surgiu como um processo de gramaticalização, decorrente da fixação de licenciamento da linearização nominal na sintaxe no plano estrutural, por efeito de contato lingüístico. O que se entende por gramaticalização neste contexto? Defendi que a linearização das expressões nominais sujeito e objeto é licenciada no

PE por verificação de traço temático e no PB, por verificação do traço extensional.⁵ Numa gramática como a do PE, em que há uma propriedade temática, que é propriedade do nível lexical, que é verificada na sintaxe para licenciamento da linearização da expressão nominal que a porta, é uma propriedade do nível lexical que é acionadora do posicionamento. Mas, numa gramática como a do PB, em que é o traço extensional nominal que precisa ser verificado para linearização de expressão nominal, já que traço extensional é traço categorial, e traço categorial é construtor de estrutura, é uma propriedade do nível da construção de estrutura que é licenciadora da derivação. No contexto deste trabalho, o processo de gramaticalização pode, então, ser entendido como um processo de linearização sintática acionado por traço de tipo construtor de estrutura. Pode, também, ser entendido como dizendo respeito a licenciamento de linearização no nível extensional, e não intensional.

Os fatos empíricos aqui examinados são evidência de ter havido um processo de gramaticalização no PB. A mudança no sistema pronominal clítico é evidência nesse sentido: no PB houve fixação da posição pré-verbal para os clíticos, em contraste com sua ocorrência pré- e pós-verbal no PE (sem considerar a mesóclise). Essa cristalização de posição estrutural encontra uma explicação plausível na hipótese de gramaticalização: elementos gramaticalizados têm posicionamento estrutural rígido, cristalizado. A mudança no sistema clítico, quanto à redução das possibilidades de interpretação de pessoa - de três diferentes pessoas para duas, como apontado -, também condiz com a tese da gramaticalização, dada a conhecida diferença numérica entre elemento lexical e elemento gramatical. No nosso caso, não podemos falar (pelo menos ainda) em redução do efetivo de elementos, mas há, de qualquer modo, redução do número de interpretações, o que, igualmente, recebe explicação como efeito de gramaticalização.

Existem outras evidências, independentemente motivadas, a favor dessa tese. Uma delas é o fato de ter havido no PB perda da informação cultural associada ao item lexical 'você'. Esse item deriva, historicamente, da expressão de tratamento 'Vossa Mercê'. 'Vossa Mercê' implica uma relação social assimétrica entre falante e ouvinte - o falante se situa em posição hierárquica inferior à do interlocutor. Com a lexicalização da ex-

5 Deixei antever que o licenciamento da função de objeto clítico é feito no PE por verificação de traço Casual e no PB por verificação do traço temático. Não tenho espaço para desenvolver essas idéias aqui.

pressão de tratamento sob a forma ‘você’, houve, no PE, uma inversão da relação social assimétrica: em Portugal, ‘você’ implica que o falante se situa em posição hierárquica mais alta do que a do interlocutor.⁶ Esse tipo de informação cultural só pode se situar no plano da estrutura LC desse pronome. No PB, perdemos essa interpretação da estrutura LC de ‘você’, e esse pronome é usado sem implicação de assimetria social.⁷ Houve então perda de informação semântica, o que bem caracteriza o processo comumente identificado como ‘bleaching’, típico do fenômeno de gramaticalização.⁸

Finalmente, os fatos de concordância de número dão suporte à tese da gramaticalização, em virtude de a variação que existe no PE contemporâneo ou existiu em estágios anteriores da língua não ser sistemática como é no PB contemporâneo (cf. dados em Naro & Scherre, 2000). A regularidade dos padrões da variação no PB é um fato surpreendente, atestado em todos os diferentes estudos sobre essa questão em diferentes regiões do país., fato mostrado em Scherre (1999). Além disso, a variação é significativa em termos estatísticos, o que não ocorre no PE. Esses fatos são compatíveis com a tese da gramaticalização. É em virtude de o licenciamento extensional ter se gramaticalizado no PB que a concordância de número

6 Cunha & Cintra (1985: 284) observam que, ao contrário do que ocorre no Brasil, em Portugal não é possível “usar *você* de inferior para superior, em idade, classe social ou hierarquia”, só sendo possível usá-lo como tratamento de igual para igual ou de superior para inferior (em idade, em classe social, em hierarquia). Acrescentam que “só excepcionalmente - e em certas camadas sociais altas - aparece usado como forma carinhosa de intimidade.” Estou generalizando os fatos do PE além da observação de Cunha & Cintra, em virtude de minha experiência pessoal, que tem mostrado um certo constrangimento dos portugueses ao serem tratados por ‘você’ em condições de igual para igual, havendo casos de pedido explícito para mudança de escolha do pronome, como relatado por Clóvis Santos (c.p.). A mudança é, no entanto, problemática para os brasileiros que têm ‘você’ como a forma natural de segunda pessoa, pois o uso de ‘tu’ não é natural em sua gramática.

7 Essa perda está intimamente ligada à perda da oposição entre ‘tu’ e ‘você’. Os falantes que mantêm o uso das duas formas sentem uma interpretação mais afetiva em ‘tu’, como apontado por Suzana Cardoso em observação durante os debates.

8 Depois de finalizado este texto, recebi de Jânia Ramos informação sobre trabalhos de Lorenzo Vitral que analisam o processo de redução fonológica nas formas pronominais do PB em termos de gramaticalização (Vitral, L. (1996). A forma *cê* e a noção de gramaticalização. *Revista de Estudos da Linguagem* 5: 115-124. -- (2000). Gramaticalização de ‘você’: um processo de perda de informação semântica? *Filologia e Linguística Portuguesa* 3: 55-64.). Essa perspectiva de análise vem bem ao encontro da proposta que estou defendendo, e esses processos de redução fonológica, que envolvem também outros pronomes (por exemplo, ‘es’ por ‘eles’) são um outro tipo de evidência independente em favor da tese de gramaticalização.

está em variação. A concordância regular, do tipo existente no PE, só é compatível com uma gramática em que os traços extensionais são licenciados na sintaxe nominal. No PB, como vimos, os dados apontam para um outro tipo de gramática: uma gramática com verificação da interpretação extensional pela sintaxe oracional. Decorre daí a variação, e é resultado de um processo de mudança lingüística, como já tinha sido apontado por Scherre (1988).

4. De Volta às Questões Iniciais

Retornando à questão da mudança que ocorreu na língua portuguesa no contexto brasileiro, a proposta deste trabalho é que, como já dito, houve diferente fixação de plano, pelo PE e pelo PB, para licenciamento de linearização de expressões nominais - plano lexical para o PE, que licencia a linearização na sintaxe pela verificação do traço temático dessas expressões, e estrutural para o PB, que a licencia pela verificação do traço categorial nominal. Os fatos reveladores foram o licenciamento de clíticos e o licenciamento de sujeitos lexicais plenos de verbos inacusativos. A gramática que licencia a linearização das expressões nominais no plano estrutural licencia seu posicionamento sintático pela verificação de seu traço categorial, enquanto a gramática que a licencia no plano lexical verifica na sintaxe o traço temático das expressões. As evidências apontam, então, para uma distinção de planos na FL - plano lexical e plano estrutural -, cada um associado com uma diferente propriedade licenciadora de posicionamento na sintaxe: propriedade extensional (traço categorial) para o plano estrutural, e propriedade intensional (traço temático) para o plano lexical.

Se esta abordagem está correta, a questão do contato causador da mudança deixa de ser problema. Não parece realmente ter havido mudança por contato exclusivo com as línguas africanas. De um lado, há o problema apontado na Introdução, de essa posição não explicar a questão de a mudança ter sido generalizada em todo o território apesar de não ter havido presença negra em todo a extensão geográfica do país. Além disso, essas línguas têm propriedades que as distinguem das que o PB apresenta em oposição ao PE. Por exemplo, as línguas africanas do contato são línguas de sujeito nulo, ao passo que o PB deixou de ser uma língua plenamente de sujeito nulo. A similitude apontada por Guy, quanto à posição da marca de concordância, é pouco para se estabelecer uma conexão que privilegie estritamente o contato com as línguas africanas, em detrimento das línguas

gerais. Se a proposta desta conferência está na direção acertada, a similitude é fruto de o PB ter mudado o plano do licenciamento das expressões nominais, do lexical para o estrutural e do fato de essa mudança corresponder a um processo de gramaticalização. Além do mais, a análise de Scherre (1996) mostra que a complexidade dos dados sobre concordância nominal no PB não pode ser captada somente em termos de ocorrência de marca na primeira palavra do sintagma nominal. Por outro lado, a premissa de Guy de que um fato sem precedente na história da língua não pode ser explicado em termos da hipótese da evolução natural tampouco parece razoável: as mudanças no sistema de clíticos e no tipo de licenciamento de sujeitos de verbos inacusativos não têm precedente, mas, segundo o espírito deste trabalho, são naturais. Como já apontado por Rodrigues (1996) e observado na Introdução, tampouco parece ter havido uma mudança por contato com as línguas gerais, em virtude do fato de que essas é que receberam influência estrutural do português, tendo exercido influência no português somente no plano lexical. Resta, assim, a conclusão de que se tratou de mudança por contato com as línguas indígenas e africanas. Na abordagem aqui defendida essa conclusão não entra em choque com o fato de a mudança ter sido generalizada: se é realmente verdadeiro que a mudança por contato leva sempre a uma mudança de plano em direção ao plano estrutural, todos os contatos tinham mesmo de resultar na mesma mudança paramétrica.

Chegamos assim a uma nova abordagem a respeito das origens do PB, a qual parece dar uma solução não somente para a questão do contato causador da mudança, mas também para as demais questões apresentadas: a mudança ocorreu como uma evolução natural e tem explicação compatível com as perspectivas histórica, gerativa e de deriva. Quanto à questão teórica de ser, ou não, possível explicar a mudança em termos de propriedades da GU, exclusivamente, os fatos parecem pender para uma resposta afirmativa no que concerne à mudança da fixação paramétrica (a mudança na gramática), mas não no que tange à mudança nos produtos da gramática - a explicação da ordenação diacrônica da mudança no produto da gramática ao longo de séculos parece depender da relação conjunta de evidência desencadeadora e propriedades da GU.

Referências bibliográficas

- BAXTER, Alan & LUCCHESI, Dante (1997) A relevância dos processos de pidginização e criouliização na formação da língua portuguesa no Brasil. In *Estudos Lingüísticos e Literários*, 19, pp. 65-84. Salvador, UFBA
- COELHO, Francisco Adolpho (1880) Os dialectos românicos ou neolatinos na África, Ásia e América. *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*. (Reproduzido em BARBOSA, J. Morais (org.). *Estudos Lingüísticos Crioulos*. Lisboa, Academia Internacional de Cultura Portuguesa, 1967, pp. 129-196.
- GUY, Gregory (1981) *Linguistic Variation in Brazilian Portuguese*. Tese de Doutorado. University of Pennsylvania.
- HOLM, John (1992) Vernacular Brazilian Portuguese: a semi-creole. In D'ANDRADE, E. & Kihm, A. (orgs.). *Actas do Colóquio sobre Crioulos de Base Lexical Portuguesa*. Lisboa, Colibri, pp. 37-66.
- KAYNE, R.ichard (1991) Romance Clitics, Verb Movement and PRO. *Linguistic Inquiry* 22: 647-686.
- _____(1994). *The Antisymmetry of Syntax*. Cambridge, Mass., MIT Press.
- LIGHTFOOT, David (1999) *The Development of Language*. Oxford. Blackwell.
- Mattos e Silva, Rosa Virgínia (2000) Uma interpretação para a generalizada difusão da língua portuguesa no território brasileiro. *Congresso Internacional "500 anos da Língua Portuguesa no Brasil"*. Universidade de Évora.
- MELO, Gladstone Chaves de (1946) *A Língua do Brasil*. Rio de Janeiro, Agir.
- MUSSA, Alberto (1991) *O Papel das Línguas Africanas na História do Português do Brasil*. Dissertação de Mestrado. UFRJ.
- NARO, Anthony (1981) The social and structural dimensions of a syntactic change. *Language* 57: 63-98.
- NARO, Anthony J. & SCHERRE, M. Marta P. (2000) Variable Concord in Portuguese: the situation in Brazil and Portugal. In McWhorter. John. (ed.) *Language Change and Language Contact in Pidgins and Creoles*. Amsterdam/Philadelphia, John Benjamins, pp.235-255.
- RÉVAH, I. (1963) La question des substrats et superstrats dans le domaine linguistique brésilien. *Romania* 84: 433-450.
- RIBEIRO, Ilza (1998). *A mudança sintática do PB é mudança em relação a que gramática?* Ms. Universidade Salvador.

____ (1999). *Sobre a perda da inversão do sujeito no Português do Brasil*. Ms. Universidade Salvador.

ROBERTS, Ian (1993) *Verbs and Diachronic Syntax*. Dordrecht, Kluwer.

RODRIGUES, Aryon (1996). As Línguas Gerais Sul-Americanas. *Papia* 4(2): 6-18.

SAPIR, Edward (1954) *A Linguagem: uma introdução ao estudo da fala*. Trad. de J. Mattoso Camara Jr. Rio de Janeiro, INL.

SCHERRE, M. Marta P. (1988) *Reanálise da Concordância Nominal em Português*. Tese de Doutorado, inédita. UFRJ.

____ (1996) Sobre a influência de três variáveis relacionadas na concordância nominal em português. In Machline e Silva, G & Scherre, M. (orgs.). *Padrões Sociolingüísticos*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, pp. 85-117.

____ (1999) A sociolingüística laboviana no Brasil: o passado, o presente e o futuro. Goiânia, UFG. Trabalho apresentado no *II Seminário Nacional de Lingüística e Língua Portuguesa*.

SILVA NETO, Serafim da (1951) *Introdução ao Estudo da Língua Portuguesa no Brasil*. Rio de Janeiro. (Reeditado em 1986. Rio de Janeiro, Presença.)

TARALLO, Fernando (1993) Sobre a origem crioula do português brasileiro: mudanças sintáticas aleatórias. In ROBERTS, Ian & KATO, Mary (orgs.) *Português Brasileiro*. Campinas, Editora da Unicamp, pp. 35-68.

SOME REMARKS ON THE LEFT PERIPHERY¹

Anna ROUSSOU

University of Cyprus/University of Patras

1. Introduction: the properties of C.

In embedded contexts, the left periphery of the clause is typically marked by the presence of a complementiser (C). As the English example below shows C is the head that encodes properties associated with clause-typing. More precisely, *that* is used to introduce embedded declaratives, while *whether/if* introduce embedded interrogatives:

- (1) a. I think [*that* John has left].
b. I wonder [*if/whether* John has left].

The above distinction is carried out in a different way in matrix clauses: interrogatives are marked by subject-auxiliary inversion, which is the result of I-to-C movement, while declaratives do not show inversion and are thus marked by a zero C:

- (2) a. *Has* Peter read the book?
b. What *has* Peter read?
c. *The book has Peter read.
d. Peter has read the book.

The data in (1) and (2) then can be used as evidence that C is the head associated with clause-typing properties.

Turning to another language, such as German, we notice that there may be more properties associated with C. In particular, German shows subject-verb inversion in all matrix clauses irrespectively of their clause-type:

- (3) a. Das Buch *hat* Peter gelesen.
the book has Peter read

¹ A longer and slightly different version of this paper has appeared as Roussou (2001) in the Journal of Greek Linguistics 1.

- “Peter has read the book”
- b. Was *hat* Peter gelesen?
what has Peter read
“What has Peter read?”
- c. *Hat* Peter das Buch gelesen?
has Peter the book read
“Has Peter read the book?”

The position of the verb in (3) is an instance of V-to-(I-to-)C movement (cf. den Besten 1983), giving rise to the verb-second (V2) phenomenon (i.e. the verb appears in the second, structurally defined, position). Unlike English, however, the realisation of C by a verbal element is not restricted to interrogatives but holds for all root clauses. Thus V movement in this case realises some other property of C. According to Holmberg & Platzack (1995) V-movement in German realises Finiteness, which in the Germanic languages is a property of C (cf. also den Besten (1983) for an earlier approach, Roberts & Roussou (in press) for a more recent analysis).

What the contrast between English and German matrix clauses shows is that C is the position associated not only with clause-typing properties but with some notion of finiteness as well. Moving to another group of languages, that of the Balkan peninsula, we notice that the C position can be associated with mood properties (i.e. subjunctive vs. indicative):

- (4) a. Dua [*që/*se* Brixhida *të* kendojë] (Albanian)
want-1sg that Brigitte prt sing-3sg
“I want Brigitte to sing.”
- b. Vrea [*ca/*că* Petru *să* citească] (Rumanian)
want-1sg that Peter prt read-3sg
“I want Peter to read.” (from Rivero 1994: 67)
- e. Thelo [*na* dhiavasi o Petros] (Greek)
want-1sg prt read-3sg the Peter
“I want Peter to read.”

The particles *të*, *să*, and *na* in Albanian, Rumanian, and Greek respectively are called subjunctive particles. It is worth pointing out that a common property of the Balkan languages is that they lack infinitives. In other words, the finite vs. non-finite distinction is mainly taken over by the

indicative vs. subjunctive one. Going back to the data in (4), we notice that the subjunctive complements in Albanian and Rumanian may be introduced by the complementisers *që* and *ca* respectively, but not by *se* and *că*; the latter are only compatible with an indicative complement. Greek does not have a specialised subjunctive C. In this case we have to assume that C is realised as zero, which contrasts with the indicative C *oti*, thus predicting that *na*-clauses cannot be introduced by *oti*, as is indeed the case.

The brief typological discussion above shows that there are a number of properties/features associated with C. The two basic ones seem to correspond to clause-typing and finiteness/mood. The way these features are realised is subject to parametric variation, as the data in (1)-(4) show. If we are indeed dealing with different features as part of the C-system, then it seems reasonable to assume that each of them is associated with a different C head in the left periphery, as argued by Rizzi (1997). According to Rizzi's analysis, C splits into two heads: Force (the clause-typing one) and Fin, as illustrated below:

(5) [Force [Topic/Focus [Fin [I ...]]]]

Force is the highest head in the clause-structure, while Fin is the lower one in the C-system, interfacing with Inflection. Its characterisation as Fin may not be very precise, as in some cases we find Mood distinctions realised on this head (cf. (4)). Moreover, Finiteness itself is not a very well-defined notion, as it can be interpreted either in terms of tense or of agreement specifications (e.g. non-finite clauses lack a full specification of T, or of Agr). On the other hand, Mood (or more precisely modality) gives us a characterisation of events as realis or irrealis, a divide which can reduce to the definite vs. indefinite distinction in the nominal system (cf. Tsoulas 1995, Savoia & Manzini in prep.). For this reason, we could say that Fin is actually the head that gives us information about mood/modality. Following Manzini & Savoia (1999), we can notate Fin as CM. As far as Force is concerned, we can characterise it as a clause-typing head, that is a head where propositional operators are represented, notated as COp by Manzini & Savoia (1999).² The structure in (5) then can be revised as in (6):

2 To be more precise, Manzini & Savoia (1999) take C_o to be the head where the intensional properties of the clause are represented.

(6) [C_{Op} [Topic/Focus [C_M [I ...]]]]

According to (6), the two C positions (left periphery) contain features associated with the proposition expressed by the clause.

In the present paper I will show that the structure in (6) can be further modified as to include a position for negation (NegP) as well as a further C position, which plays the role of a subordinator (cf. Roussou 2001). The empirical evidence for this claim will be drawn from Greek. In particular, it will be shown that the subjunctive particle *na* in (4c) is situated in the C system, i.e. in C_M . The discussion will take into consideration the similarities and differences of *na* and the future particle *tha*, on the basis that they can both be characterised as modal particles. In the light of this, I will consider the distribution of these particles in connection with typical complementisers (i.e. the elements *oti* and *an*, which roughly correspond to *that* and *if/whether* respectively). This will be the topic of section 2. In section 3, the C-system in (6) will be further enriched by the availability of a NegP and a higher C head. Evidence for the latter will be provided by the distribution of Topic/Focus in relation to the modal particles and complementisers. Finally, section 4 will conclude the discussion.

2. Particles and complementisers: the case of Greek.

Greek makes use of a number of modal particles. As already mentioned the particle *na* in Greek is characterised as the subjunctive marker (Veloudis & Philippaki Warburton 1983). The particle *tha*, on the other hand, is characterised as the future marker and along with the verb gives rise to a periphrastic future construction. The particle *as* is a hortative marker and is restricted to direct speech only.

These three particles have a number of properties in common: they precede (object) clitics, can take 'dependent' (-past, +perfective) verbal forms, and are morphologically invariant. At the same time, they exhibit a number of different distributional properties with respect to the typical complementisers *oti* ('that') and *an* ('if/whether'), as well as with the type of negator used (cf. (7)):

- (7) a. Nomizo [oti dhen *tha* to aghorasi]
 think-1sg that not prt it buy-3sg
 "I think that she will not buy it"

- b. Anarotjeme [an *tha* to aghorasi]
wonder-1sg if prt it buy-3sg
“I wonder if/whether she will buy it.”
- c. Theli [(**oti/*an*) na min to aghorasi]
want-3sg (that/if) prt not it buy-3sg
“She wants (him/her) to buy it.”
- d. As (min) to aghorasi.
Prt (not) it buy-3sg
“Let her (not) buy it.”

As (7a) shows, *tha* is compatible with both *oti* and *an*, and is negated by *dhen* which precedes *tha*. On the other hand, *na* is incompatible with *oti* and *an*, the negator is *min* and it follows *na*. Thus there is a difference not only in the negative element used but also in the position of negation with respect to the particle. *As* is similar to *na* with the additional difference that it is restricted to matrix clauses, and is in any case incompatible with any kind of complementiser. In the present paper, I will focus on *na* and *tha* (assuming that whatever holds for *na* also holds for *as*).

There has been a number of approaches regarding the position of these particles in the clause structure. Rivero (1994) argues that both *na* and *tha* occupy the head of a Modal Phrase (MP) situated in the IP domain below NegP and above TP, as in (8) (see also Drachman (1994), for the same claim, following different assumptions):

(8)	C	Neg	Mod	T
	<i>∅</i>	<i>min</i>	<i>na</i>	...
	<i>oti/an</i>	<i>dhen</i>	<i>tha</i>	...

The order *na min* is derived by movement of *na* to Neg. (8) captures the fact that *tha* and *na* have to some extent a similar distribution. Let us refer to the structure in (8) as Analysis 1. One problematic aspect of this approach concerns the movement of *na*, but not *tha*, to Neg. First, there seems to be no obvious difference between the two negative elements, that is neither *min* nor *dhen* are clitics: for example, they can both bear emphatic stress (cf. Na MIN fijis = don't go, An DHEN fijis = if you don't go) (but see Joseph (1990) for the view that *dhen* is an affix). Moreover, *min* can appear

without *na*, as is the case with negated imperatives (Min fjis = don't go!) and gerunds (see Roussou 2001). Thus if *na* moves to support *min*, then the question is how *min* is supported in the absence of *na*. Alternatively, if *na* moves because it requires a host, then what supports *na* in the absence of negation?

Philippaki-Warbuton (1992, 1994, 1998), following earlier work on *na* by Veloudis & Philippaki-Warbuton (1983), Philippaki-Warbuton & Veloudis (1984), argues that *na* is in MoodP, while *tha* is the head of a phrase that marks future tense. In Philippaki-Warbuton's analysis, MoodP is above NegP (see also Pollock (1997) who independently argues for this order), which dominates the *tha* projection, indicated as FutP in (9):

(9)	C	Mood	Neg	(Fut)	T
	\emptyset	<i>na</i>	<i>min</i>	\emptyset	...
	<i>oti/an</i>	\emptyset	<i>dhen</i>	<i>tha</i>	...

FutP is followed by TP and the projections that host the object clitic(s). Mood is specified as +/-indicative. The subjunctive particle *na* realises the -indicative value. The +indicative specification receives no overt realisation in Greek. The -indicative specification selects for Neg *min*, while +indicative selects for *dhen*. Since the particle *tha* occurs with *dhen*, the Mood head is +indicative, realised by the zero morpheme, thus *na* is excluded. Moreover, *tha* cannot be a mood marker itself. Let us refer to (9) as Analysis 2. This approach avoids the problem raised by Analysis 1 with respect to the position of *min*: in (9) *na* is above NegP anyway.

What could be problematic in (9) though is the treatment of *tha* as a Future head. Notice that *tha* may occur in clauses that exclude the future interpretation. Consider the following data:

- (10) a. *Tha katharise to spiti.* (katharise = +past, +perf.)
 prt cleaned-3sg the house
 "He must have cleaned the house."
- b. *Tha katharize to spiti.* (katharize = +past, -perf.)
 prt cleaned-3sg the house

- “He was supposed to/would have cleaned the house.”
- c. *Tha katharizi to spiti.* (katharizi = -past, -perf.)
 prt clean-3sg the house
 “He must be cleaning the house/ He will be cleaning the house.”
- d. *Tha katharisi to spiti.* (katharisi = -past, +perf.)
 prt clean-3sg the house
 “He will clean the house.”

The combination of *tha* with a +past verb blocks any future interpretation, as shown in (10a-b). Both examples give rise to a modalised, non-future, reading: (10a) has an epistemic interpretation, while (10b) is a counterfactual. In (10c-d) *tha* combines with a -past verb, allowing for a future interpretation. Notice *that* the preferred interpretation for (10c) is that of epistemic modality. However, the future interpretation is possible, given the right context: for example, by adding the adverbial expression *tomorrow*. (10d) on the other hand, readily receives a future reading (Tsangalidis (1999a: 212) for a detailed discussion of these examples). The brief discussion of the above data, shows that *tha* cannot be simply analysed as a future marker, since it occurs in a number of modalised, non-future contexts. The different interpretations that arise crucially depend on the verbal specification (+/-past, +/-perfective).³ Thus analysing *tha* as a T (or Future) head turns out to be problematic, while considering it a Modal head, along with *na* (and *as*), as in Rivero's (1994) analysis may turn out to be more promising in that respect.

There is one further approach, which takes *na* to be a complementiser (Analysis 3), as in (11) (Agouraki 1991, Tsoulas 1993):

- | | | | |
|------|---------------|-------------|---------------|
| (11) | C | Neg | T |
| | | | |
| | <i>oti/an</i> | <i>dhen</i> | <i>tha(?)</i> |
| | <i>na</i> | <i>min</i> | ... |

3 Grammatical aspect in Greek is marked on the verbal stem in one of the following ways by: (a) adding *-s-*: *aku-o* > *aku-s-o* (to hear); (b) changes on the thematic vowel: *men-o* > *min-o* (to stay); (c) *both -s* and changes on the thematic vowel: *dhin-o* > *dho-s-o* (to give), or (d) by suppletion: *troo* > *fao* (to eat).

The treatment of *na* as a C element accounts for its incompatibility with *oti/an* (cf. (7c)), as both sets of heads introduce complement clauses. The status of *tha* is not clearly discussed in these analyses, but one could take it to be in T, thus dispensing with the postulation of a Mood head (although this is not a necessary conclusion). One potential problem with (11) is that *na* may cooccur with a *wh*-phrase in matrix and embedded interrogatives, as in (12a-b), or with the complementiser *pu* in relatives, as in (12c):

- (12) a. Pjo vivlio na dhjvaso?
 which book prt read-1sg
 "Which book should I read?"
- b. Dhen ksero [pjo vivlio na dhjvaso].
 not know-1sg which book prt read-1sg
 "I don't know which book to read."
- c. Thelo ena spiti[pu na exi meghalo kipo].
 want-1sg a house that prt have-3sg big garden
 "I want a house that has a big garden."

The cooccurrence of *na* in C with a *wh*-phrase in Spec,CP can be resolved on the assumption that *na*, unlike *oti/an*, is not specified for the +/-*wh*-feature. The problem though still remains with (12c), given that *pu* is in C. One way to accommodate *pu* and *na* in relatives is to invoke CP-recursion, so that *pu* realises the higher C and *na* the lower one (cf. also Philippaki-Warbuton (1992), (1994) for this suggestion). This solution would have to be restricted to *pu* though for reasons that need to be further clarified. We will come back to this point in the following section.

Another potential problem regarding (12) concerns the presence of *na* in matrix clauses, given that in Greek complementisers are restricted to embedded contexts only. Perhaps this is also due to the underspecification of *na* with respect to the +/-*wh* feature, but it's difficult at this point to see how this property can be further exploited. What seems to be relevant though is the fact that a matrix *na*-clause always carries a modal reading, as shown in (13) and also (12a) above (cf. Rouchota 1991):

- (13) a. Na efije?
 prt left-3sg

- “Can it be the case that she left?”
- b. Na dhoulevis lighotero.
prt work-2sg less
“You should work less.”
- c. Na efevje!
prt left-3sg
“I wish she would leave!”

The examples in (13) show that the presence of *na* in matrix clauses yields a number of different modal readings. Notice that the verb in (13a) is +past, +perfective and the reading is epistemic; in (13c) it is +past, -perfective and corresponds to an optative (an unrealised event). Finally, in (13b) it is -past, -perfect and has an imperative reading (suggesting, advising, prohibiting, etc.). It is interesting to compare the readings in (13) with those in (10) with the particle *tha*. Once again, the similarities between the two particles in terms of modality are evident. Thus, if we want to maintain the analysis of *na* as a C-element, then a few modifications may be required: for example, we could take *na* to realise the C head specified for mood/modality. If this is the case, then there is no clear reason why *tha* cannot be a C head as well. This approach, however, leaves the position of *oti/an* and their (in)compatibility with *tha* and *na* unaccounted for, at least in a system that makes use of a single C position.

To summarise the discussion so far, we see that analysis 1 accounts for the similarities between *na* and *tha*; analysis 2 accounts for their differences, as these are indicated by the choice and position of Negation. The incompatibility of *na* with a lexical C (other than *pu*) is accounted for as follows: the 'subjunctive' C in Greek is realised as zero (although it may receive an overt realisation in the other Balkan languages (cf. Rivero 1994) and the data in section 2 below). The implication is that C is also sensitive to Mood/Modality as the availability of distinct morphological realisations in these languages shows. Finally, analysis 3 accounts for the differences between *na* and *tha*, by taking *na* to be a C head like *oti/an*, while *tha* is an inflectional head. Each of the above approaches captures a different insight: for analysis 1 both *na* and *tha* are essentially modal particles, for analysis 2 *na* and *tha* differ, and for analysis 3 *na* shares some properties with *oti*. Ideally, what we would like to do is provide a unified account that combines all these insights. In

the following section it will be shown that the articulated C-system outlined in (6) can indeed provide such an analysis.

3. *The articulated C-structure and the position of modal particles*

3.1 *The particles as C heads.*

Recall from the discussion in the preceding section that the particles *tha* and *na* precede inflectional elements such as clitics (cf. (7)). Assuming that clitics attach to the highest I head (cf. Kayne 1989), then these particles will have to occur in a head above IP. Second, *tha* and *na* are morphologically invariant: they do not form (inflectional) paradigms. Their lack of any inflectional property can be taken as an indication that they do not occur in the IP domain, i.e. they cannot realise an inflectional head. If this is correct, then the MP of Rivero (1994) (and similarly the MoodP of Philippaki-Warbuton (1992, 1994, 1998)) will have to be positioned above IP, that is in the CP domain.

Consider *na* first, which marks the subjunctive. The question is whether the subjunctive particle *na* is an inflectional element of the 'mood' paradigm. The answer seems to be negative, given that *na* does not inflect, as just mentioned above. Notice that mood is a property of verbal paradigms on the basis that it is morphologically realised on the verb (usually by different endings), as is the case of subjunctive morphology in Classical Greek and Latin (and in a more restricted fashion in Romance). Modality, on the other hand, is not tied to verbal forms, as it can also be expressed by means of particles, a distinct class of verbs (as in English), or adverbs (Palmer 1986).⁴ Similar arguments extend to *tha* which gives rise to a periphrastic future. In other words, the question is whether *tha* is a Tense (Future) head, on a par with the synthetic future of Classical Greek and Latin for example, which show future inflection on the verb. Once again, the fact that *tha* does not inflect and most crucially does not necessarily mark futurity (cf. (10)) argues against its status as a Fut or T head.

The next point has to do with the fact that *tha* and *na* are compatible with all possible inflected verbal forms along the +/-past, +/-perfective specifications. As shown in (10) and (13), the various readings that arise are the by-product of the individual particle and the tense and aspectual properties

4 In this respect we take the standard view that 'mood' is the grammaticalisation of modality on the verb (cf. Lyons 1977, Palmer 1986, Giorgi & Pianesi 1997, a.o.).

of the verb (cf. Tsangalidis 1999b). Thus based on these facts, we can conclude that both *tha* and *na* are modal particles, therefore agreeing with Rivero (1994). However, given that they are arguably non-inflectional, the MP in (8) will have to be situated above IP, namely in the CP-domain. In other words, MP is a C-related projection, and can now be identified with CM. The same holds for the MoodP of analysis 2. If this is correct, then we have placed not only *na* but also *tha* (and *as*) in the C domain, somehow extending analysis 3 to both particles under consideration.

Assuming that this is a desirable outcome, we have to account for the following: if *tha* and *na* are in C, what is the syntactic position of the typical complementisers like *oti/an* (and *pu*)? More crucially, how do *tha* and *na* differ from *oti/an*? Notice that this problem arises only if we assume that there is a single C head. However, as already argued in section 1, C splits into two basic heads, allowing for the interpolation of Topic and Focus in between. If we adopt the structure in (6) repeated below as (14), then the problem of accommodating particles and complementisers in the C-system is resolved:

(14) [C_{Op}[Topic/Focus [C_M[I ...]]]]

The simplest assumption we could make is that *tha* and *na* are in while *oti* and *an* are in C_{Op} (we will discuss *pu* below). Given the structure in (14) we have to assume that when *na* (and *as* for that matter) is present, C_{Op} is realised as zero (cf. analyses 1 and 2 in section 2). There are a couple of points that need to be clarified in relation to (14). In particular, we need to account for the position of negation, which precedes *tha*, but follows *na* (and *as*). Moreover, we still need to express the important insight of Philippaki-Warburton's (1992, 1994, 1998) account (analysis 2), which distinguishes *tha* from *na*. As it stands, (14) cannot capture this difference.

Let us then see how the structure in (14) can be further modified. For the time being we will leave aside the position of Topic and Focus (we will discuss it in 3.2) and consider the position of negation with respect to each of the two particles under consideration. Recall that the negator *dhen* precedes *tha*, while the negator *min* follows *na*. Suppose that there are two NegPs available in Greek: the higher one (*dhen*) is situated between the two Cs, while the lower one (*min*) is in the IP domain, preceding clitics. If this is correct, then (14) is modified as in (15):

(15) [C_{Op} *oti/an* [_{Neg1} *dhen* [_{CM} *tha/na* [_{Neg2} *min* [_I cl+V]]]]]

C _{Op}	(Neg1)	C _M	(Neg2)	I
<i>oti/an</i>	<i>dhen</i>	<i>tha</i>	∅	<i>clitic+V</i>
∅	∅	<i>na</i>	<i>min</i>	<i>clitic+V</i>

Descriptively, (15) gives us the right results: the order *dhen tha* and *na min*. However, it fails to express the insight that the choice of the different negative elements in Greek correlates with 'mood' distinctions, so that *dhen* occurs with the indicative, while *min* with the non-indicative (cf. Philippaki-Warbuton 1994, Tsimpli & Roussou 1996). In this respect, postulating one NegP in the CP domain where the clause-typing/modal properties of the sentence are represented, and another one in the IP domain, especially when the latter is clearly sensitive to modality, seems to be counterintuitive. Ideally then we would like to have a single NegP in Greek. Given that both negators are sensitive to the properties of the C system, as their interaction with the modal particles shows, it seems reasonable to postulate a NegP in the C domain, and in particular in the position between the two C heads, that is where Neg1 appears in (15).

As already mentioned, the presence of NegP in (15) in the C system yields the right order with *dhen*, i.e. *oti/an dhen tha* + clitic-V, but the wrong order with *min*, i.e. **min na/as* + clitic-V. The problem is solved if *na* (and *as*) raises to C_{Op} (head movement), thus yielding the desired *na min* order. Evidence for this type of movement comes from the presence of *na* (and *as*) in conditionals:

- (16) a. *Na/an to iksera, tha se voithousa.*
 prt/if it knew-1sg, prt you helped-1sg
 "If I had known it, I would have helped you."
 b. Had I known it, I would have helped you.

As the example in (16a) show when the complementiser *an* is present *na* is excluded. The complementary distribution of *an* and *na* in conditionals is reminiscent of I-to-C movement in counterfactuals in English, which is blocked when *if* is present, as in (16b). Unlike English though *na*-conditionals are not restricted to counterfactuals. The data in (16) then provide independent

evidence for *na*-raising to the higher C. Under this approach, *na* (and similarly *as*) is the spell-out of both a modal and a clause-typing operator feature. This is a desirable result for a number of reasons: first, we derive the right order with respect to negation. Second, we account for the complementary distribution of *na* with *tha*, as well as with *oti/an*, since *na* moves from C_M to C_{Op} ⁵. This way, we formally express the distinct properties of *na* in relation to *tha* for example, since the former spells-out two C heads. (15) is thus modified as in (17):

(17)	C_{Op}	Neg	C_M	I
	<i>oti/an</i>	<i>dhen</i>	<i>tha</i>	clitic+V
	<i>na</i>	<i>min</i>	<i>tna</i>	clitic+V

The structure in (17) captures the insights of all three approaches discussed in section 2. By having *na* (and *as*) generated in C_M we capture the similarities with *tha* (analysis 1); by raising it to C_{Op} we capture the differences with *tha* (analysis 2) and the similarities with *oti/an* (analysis 3)⁶.

Notice that movement of *na* in (17) takes place over the negative particle *min*, apparently violating Minimality (cf. the Head Movement Constraint). In principle then *na*-raising should be impossible when negation is present, as it would otherwise give rise to a locality effect. However, this is only an apparent problem. In Chomsky (2000, 2001) phrase structure is built derivationally. Suppose then we have reached that stage in the derivation where C_M is merged and that the numeration contains the negator *min* as well. Then given that *min* is sensitive to modality it is merged in C_M first. When Neg is merged, *min* moves to realise (spell-out) Neg. The next step of the derivation involves merger of C_{Op} . Give that *na* is present, it is merged in C_{Op} and the derivation is complete, converging at both interfaces (LF and PF). The structure in (17) then is best represented as in (18):

5 Notice that *na* and *as* in conditionals retain their original meanings as modal particles. Conditionals with *an*, *na* and *as* have different pragmatics, as expected (see Christidis & Nikiforidou 1994).

6 On the affinity of the particles with the verbal complex see Philippaki-Warbuton & Spyropoulos (1998).

(18)	Cop	Neg	C _M	I
	<i>oti/an</i>	<i>dhen</i>	<i>tha</i>	<i>clitic+V</i>
	<i>na</i>	<i>min</i>	<i>t_{min}</i>	<i>clitic+V</i>

The next question is how *na* satisfies its modal properties in this case. We could argue that this is done through the operation *Agree* (cf. Chomsky 2000, 2001). More precisely, *Agree* establishes a relation between *na* and *min*, and between *min* and C_M. Thus *na* becomes associated with the modal position C_M in the clause structure via its relation with Neg (*min*), and Minimality is respected. This way we predict a grammatical output, as is indeed the case.

Having provided the basic functional structure of the left periphery in Greek clauses, slightly modifying Rizzi's (1997) structure, we are in a position to consider topics and focalised elements. It will be shown that (18) has to be further modified (partially) to accommodate these elements. To this end, I will propose the postulation of one more C position.

3.2. Topic, focus and the *oti/na* asymmetry

In the structure illustrated in (14), TopicP and FocusP occur between the two basic C positions. Assuming that *oti*, *an*, and *na* are in the highest C, we predict that Topic and Focus would follow *oti/an/na*. As the data below show, this prediction is borne out only partially (we illustrate this with *oti* and *na* only, bearing in mind that *an* and *as* behave like *oti* and *na* respectively):

- (19) a. Nomizo (ta mila) oti (ta mila) dhen tha ta fai o Petros.
 think-1sg the apples that the apples not prt them eat-3sg the Peter
 b. Nomizo (TA MILA) oti (TA MILA) dhen tha fai o Petros.
 think-1sg the apples that the apples not prt eat-3sg the Peter
 "I think that Peter won't eat the apples."
- (20) a. Elpizo ta mila na (*ta mila) min ta fai o Petros.
 hope-1sg the apples prt the apples not them eat-3sg the Peter
 b. Elpizo TA MILA na (*TA MILA) min fai o Petros.
 hope-1sg the apples prt the apples not eat-3sg the Peter
 "I hope that Peter won't eat the apples."

The examples in (19) and (20) show a clear contrast between *oti* and *na*: while topic/focus can appear on either side of *oti* (and above negation), it has to precede *na*.

There are at least two ways to account for the distribution of topicalised and focused elements in relation to *na* and *oti*. The first approach takes the structure in (14), i.e. with Topic/Focus located between the two C positions, to be essentially correct. The question then is why this order is blocked when *na* is present. A possible answer is to attribute the ungrammaticality of (20) to a Minimality effect: the presence of intervening material blocks movement of *na* from one C position to the next. The reason why (19) is grammatical is straightforward: *oti* is directly merged in the higher C, so there are no intervention effects by Topic/Focus. This is illustrated in (21 a-b) below:

- (21) a. [C_{Op} *oti* [_{XP} Topic/Focus [_{CM} [_{IP} ...]]]]
 b. [C_{Op} *na* [_{XP} Topic/Focus [_{CM} t_{na} [_{IP} ...]]]]

Notice that (21b) only accounts for the ungrammatical versions of (20), namely why Topic/Focus cannot occur between *na* and the verbal complex. However, it cannot account for the availability of Topic/Focus before *na*. The same problem arises with (21a) given that it predicts that Topic/Focus can only follow *oti*, although the data in (19) show that Topic/Focus may also precede *oti*. However, (21) does not make any position available for these elements. It's worth pointing out that the problem clearly arises with respect to the position of Focus, which is supposed to have a rather fixed position in the left periphery, unlike Topic which projects more freely (cf. Rizzi's (1997) discussion). For this reason, we will consider Focus as a clearer diagnostic for the structure of the C-system.

The immediately preceding discussion seems to indicate that the structure in (21) has to be somehow revised so that it includes a position above C_{Op} that hosts Focus (and another one for Topic also), as indicated in (22) below:

- (22) [Topic/Focus [C_{Op} [(Neg) [C_M [... I ...]]]]]

(22) differs from (21) with respect to the relative position of Focus (and Topic) and C_{Op}. The revised structure accounts for the ordering of focus with respect to *na* and also predicts that *oti* follows. However, it

presents the reverse problem: it cannot account for the fact that focus (and topic) may follow *oti*, as shown in (19). Assuming that Focus at least has a fixed position, then the two different orderings between the focused element and *oti* will have to be derived in some other way. To be more precise, if FocusP does not project on either side of C_{op} , then it must be *oti* that occurs in two different positions, yielding different orders. If this is correct, then (22) has to be modified as to provide a higher C position to which *oti* (and possibly *an*) moves, leaving Focus behind. Similarly, if *oti* does not move, Focus precedes. Postulating a higher C, allows us to attribute the different orders in (19) to the movement of the complementiser and not to that of the focused element, thus maintaining a single FocusP. The obvious question is whether there is any independent evidence for expanding the C structure along these lines. We discuss this issue in what follows.

Recall that in section 1 we discussed the cooccurrence of *na* with the C *pu*, as illustrated in (12c) repeated as (23a) below for ease of exposition. Interestingly, a focused or topicalised phrase can intervene between *pu* and *na* as in (23b) and (23c) respectively (cf. also Philippaki-Warburton 1992, 1994):

- (23) a. Thelo ena spiti[pu na exi meghalo kipo].
 want-1sg a house that prt have-3sg big garden
 “I want a house that has a big garden.”
- b. Theloun ena voitho [(POTE) pu POTE na min arji].
 want-1pl an assistant never that never prt not be-late-3sg
 “They want an assistant who is never late.”
- c. Theloun ena voitho [(ta agglika) pu ta agglika na ta milai kala].
 want-1pl an assistant the English that the English prt it speak-3sg well
 “They want an assistant who speaks English well.”

Recall also that *na* is incompatible with any other C such as *oti* or *an*. As argued above, this is due to the fact that *na* moves to C_{Op} and competes for this position with *oti/an*. On the other hand, the compatibility of *na* with *pu* suggests that these elements occupy distinct heads, thus *pu* must occur in a different C. As the examples in (23b-c) show, focus and topic occur between *pu* and *na*, and crucially cannot precede *pu*. Based on this pattern, we can argue that *pu* occupies the highest position in the CP structure, which also precedes Focus.

For present purposes, let us take the highest C, realised by *pu* in (24)

below, to have the properties of a subordinator: it connects the clause to some element of the higher clause (so that the former depends on the latter)⁷. Given its connecting properties we will simply refer to this head as C. In the light of the above data the structure in (18) is now modified as in (24) (final version):

(24)	C	(Topic/Focus)	C _{Op}	Neg	CM	I
	<i>pou</i>	XP	<i>na</i>	<i>min</i>	<i>t_{min}</i>	<i>cl+V</i>
	(<i>oti/an</i>)	XP	(<i>oti/an</i>)	<i>dhen</i>	<i>tha</i>	<i>cl+V</i>

According to (24) there are three basic C positions each specified for different features. The higher C gives us 'subordination', the middle C clause-typing, and the lower C modality. NegP is situated between the lower two C heads, while Focus/Topic is situated between the two higher ones (for an alternative view of the clause structure in Greek see Drachman & Klidi (1992)).

Let us now reconsider the examples in (19)-(20) on the basis of (24). So far we have argued that *oti/an* and *na* occupy C_{Op}, that is the middle C head. If Topic/Focus is above C_{Op}, then we derive the order topic/focus - *oti/an/na* in a straightforward manner. The structure in (24) also accommodates the *oti/an* - focus (or topic) order, by allowing *oti/an*, but not *na*, to move to the highest C. In this case *oti* (and *an*) spells-out features for both clause-typing and subordination. Given though that this ordering is optional, we can further assume that spelling-out the highest C is optional, otherwise *oti* (and *an*) would also precede Focus at least, as is the case with *pu*. The next question that arises concerns the optional character of this realisation. If it is syntactic, then we have to assume that the syntactic feature that triggers movement is optional. However, this approach is not compatible with recent minimalist assumptions. The alternative is to take *oti/an* to bear this feature optionally as part of their lexical specification in the following way: both morphemes are fully specified for clause-typing properties (e.g. declarative, interrogative) but optionally for subordination. Rizzi (1997) provides a similar account for the

7 In fact Rizzi (1997: 328, note 6) suggests, citing Bhatt & Yoon (1991), that a tripartite split into Subordinator-Force-Fin is possible. See also Alexiadou (1997: 74-78) for a discussion of the left periphery in Greek.

complementiser *that* in English, namely that it can be optionally +finite. The idea that *oti/an* can lexicalise the highest C predicts that they are incompatible with *pu* as is indeed the case. On the other hand, *na* spells-out features associated with modality and clause-typing operators. The compatibility of *na* with *pu* is derived on the basis that the latter is the realisation of the highest C only.

The basic feature specification of *oti*, *an*, *na*, *as*, *tha* and *pu* is given in (25):

- (25) a. *tha*: modal
 b. *na*, (*as*): modal, clause-typing
 c. *oti*, *an*: clause-typing, (subordinator)
 d. *pu*: subordinator

According to (25) *tha/na* share the modal property, *na/oti/an* share the clause-typing property, and finally, *oti/an/pu* share the subordinating property. The complementiser *pu* is specified as a subordinator only, i.e. it is more 'specialised' than the other morphemes. The fact that it only occurs in relatives and certain complement clauses (factives) offers further support for this specification. Thus the articulated C-system in (24) provides us with a clear picture of the distribution of various C elements and their interaction with topic/focus.

As is clear from (24), the modification of Rizzi's (1997) system involves the addition of one extra C position, the postulation of Topic/Focus between the higher and the middle C heads, as well as the presence of (mood/modality-sensitive) NegP in the CP domain. Leaving negation aside, the revised structure in (24) essentially involves splitting the higher C, i.e. Force in Rizzi's system, into two heads (subordination and clause-typing). The interpolation of Focus/Topics still occurs between two C positions, albeit between the higher and the middle Cs. If the revised structure in (24) is not to be restricted to Greek, then we should at least consider some basic cases discussed by Rizzi (1997) and see if and how they fit in with this schema. Let us then take the following English examples as representative of the core cases:

- (26) a. I think (that) John has left.
 b. Who do you think (*that) left?
 c. I think *(that) next year I'll go on holidays.

In (26a) *that* alternates with C_0 ; in (26b) the C_0 variant is obligatory with subject extraction, while in (26c) *that* is obligatory with topicalisation. Rizzi (1997: 312) suggests the following specification for *that* and C_0 :

- (27) a. *that*: +decl, (+fin) (Rizzi 1997)
 b. C_0 : (+decl), +fin, (+Agr)

According to (27) *that* obligatorily realises clause-typing, and the zero morpheme finiteness. In subject extraction, the zero form is selected as it can also realise agreement, thus allowing for subject extraction to take place (cf. Roussou in press); *that* is incompatible with agreement as the ungrammaticality of (26b) shows. In this case C_0 spells-out both Force and Fin (+Agr). On the other hand, when TopicP projects the C system splits so that *that* spells-out Force and C_0 Fin. In other words, *that* cannot spell-out the lower C. In the neutral case (that is when neither of the above is at stake), as in (26a), either of these two morphemes can be present, spelling-out Force and Fin.

In the tripartite C-system illustrated in (24) the only real modification concerns the role of the middle C. Assuming that Topic/Focus occurs between the two higher C positions (C and C_{Op}) the account of the data in (26) is slightly modified. Let us start with (26c) where *that* is obligatory and precedes the topicalised element. In this respect it is like *pu* and can be taken to occupy the highest C position. This is further supported by the fact that the preposed adverbial in (26c) cannot precede *that*, i.e. **I think next year that I'll go on holidays*. Consider next (26b), which involves subject extraction. The ungrammatical version of (26b) follows as in Rizzi's system: the presence of *that* (or its trace) in the lower C is incompatible with agreement. Thus we can take *that* to be a subordinator, which can spell-out the lower C positions as well. In movement terms, *that* starts in the lower C_M (Fin in Rizzi's analysis) and moves to C via C_{Op} .

A comparison with the Greek system may turn out to be useful: *that* differs from *oti* as it realises features of the lowest C and has to move to the highest C obligatorily. It differs from *pu* as the latter only carries features for subordination. Finally, it differs from *na* since it moves all the way up to C. In this respect, English *that* is a less-specialised morpheme than *oti*, *na*, or *pu* in Greek, given that it can spell-out all three positions. Notice also that it introduces relative clauses, while Greek has a different C, namely *pu*.

Consider next C_0 , which is not available with topics, as (26c) shows. On this basis we can assume that C_0 can spell-out the two lower C heads (i.e. C_{Op} and CM), but not the higher one. In other words, C_0 is more specialised than *that*. The question is how or why it is available in (26a). The problem is solved, if we assume that in the absence of *that*, the zero morpheme spells-out all three positions as a last resort. In general then we expect that those complementisers that (obligatorily) precede focus (and topic) occur in the highest C position (i.e. they are lexically specified as subordinators). Whether they also realise the features of the lower C heads depends on their further lexical specification. This rather sketchy analysis is meant to show how the tripartite C-structure can capture the relevant empirical facts, cross-linguistically. What makes the Greek C system more transparent is the availability of a larger number of specialised C elements.

4. Conclusions

In the present paper I have considered the distribution of the particles *na* and *tha* in Greek arguing for their analysis as modal particles that occur in the C domain. In particular, it was argued that *na* realises features associated with the lower two C heads, such as C_{Op} and C_M , while *tha* only spells-out C_M . The typical complementisers *oti* and *an* spell-out C_{Op} , and optionally the highest C head (subordination), while *pu* realises the highest C only. The position for Focus (and Topic) was postulated between the two higher C heads. This analysis enriches Rizzi's (1997) structure by adding another C head and further modifies it by locating Focus (and Topic) higher up in the articulated C system.

References bibliograficas

AGOURAKI, Y. 1991. "A Modern Greek complementizer and its significance for UG". *UCL Working Papers in Linguistics* 3.1-24.

ALEXIADOU, A. 1997. *Adverb placement: A case study in antisymmetric syntax*. Amsterdam: John Benjamins.

BESTEN, H. den. 1983. On the interaction of root transformations and lexical deletive rules. *On the formal syntax of Westgermania*, ed. by W. Abraham, 47-138. Amsterdam: John Benjamins.

CHOMSKY, N. 2000. "Minimalist inquiries: the framework." *Step by step: Essays on minimalist syntax in honor of Howard Lasnik*, ed. by R. Martin, D. Michaels, and J. Uriagereka, 89-155. Cambridge, Mass.: MIT Press.

_____. 2001. "Derivation by phase". *Ken Hale: A life in language*, ed. by M. Kenstowicz, 1-52. Cambridge, Mass.: MIT Press.

CHRISTIDIS, A.Ph & Kiki Nikiforidou. (1994) "Structural and cross-linguistic regularities in the history of three particles". *Themes in Greek Linguistics*, ed. by I. Philippaki-Warbuton, K. Nicolaidis & M. Sifianou, 169-176. Current Issues in Linguistic Theory, Amsterdam: John Benjamins.

DRACHMAN, G. 1994. Verb movement and minimal clauses. *Themes in Greek Linguistics*, ed. by I. Philippaki-Warbuton, K. Nicolaidis & M. Sifianou, 45-52. Current Issues in Linguistic Theory Amsterdam: John Benjamins.

_____. & S. Klidi. 1992. The extended minimal structure hypothesis. *Studies in Greek Linguistics*, 371-389. Thessaloniki.

GIORGI, A. & F. Pianesi. 1997. *Tense and aspect: From semantics to morphosyntax*. Oxford: Oxford University Press.

HOLMBERG, A. & C. Platzack. 1995. *The role of inflection in Scandinavian syntax*. Oxford: Oxford University Press.

JOSEPH, B. 1990. "The benefits of morphological classification: On some apparently problematic clitics in Modern Greek". *Contemporary Morphology*, ed. by W. Dressler, H.C. Luschützky, O.E. Pfeiffer, & J.R. Rennison, 171-181. Berlin: Mouton de Gruyter.

KAYNE, R. 1989. "Null subjects and clitic climbing". *The Null Subject Parameter*, ed. by O. Jaeggli & K. Safir, 239-261. Dordrecht: Kluwer.

LYONS, John. 1977. *Semantics* (Volume 2). Cambridge: Cambridge University Press.

- MANZINI, M.R. & L. Savoia. 1999. "The syntax of middle-reflexive and object clitics: A case of parametrization in Arberërsh dialects". *Studi in Onore di Luigi Marlekaj*, ed. by M. Mandalà, 328-383. Bari: Adriatica.
- PALMER, F.R. 1986. *Mood and modality*. Cambridge: Cambridge University Press.
- PHILIPPAKI-Warburton, I. 1992. "On mood and complementisers in Modern Greek". *Reading University Working Papers in Linguistics* 1.5-41.
- _____. 1994. "Verb movement and the distribution of clitics" [in Greek]. *Studies in Greek Linguistics*, 892-905. Thessaloniki.
- _____. 1998. "Functional categories and Modern Greek syntax". *The Linguistic Review* 15.159-186.
- _____. & I. Veloudis. 1984. "The subjunctive in complement clauses" [in Greek]. *Studies in Greek Linguistics*. Thessaloniki.
- _____. & V. Spyropoulos. 1998. "On the boundaries of inflection and syntax". *Proceedings of the first mediterranean conference on morphology*, ed. by G. Booij, A. Ralli, & S. Scalise, 215-226. University of Patras.
- POLLOCK, J.-Y. 1997. "Notes on clause-structure". *Elements of grammar: Handbook of generative syntax*, ed. by L. Haegeman, 237-280. Dordrecht: Kluwer.
- RIVERO, M.L. 1994. "Clause structure and V-movement in the languages of the Balkans". *Natural Language and Linguistic Theory* 12. 63-120.
- RIZZI, L. 1997. "The fine structure of the left periphery". *Elements of grammar: Handbook of generative syntax*, ed. by L. Haegeman, 281-337. Dordrecht: Kluwer.
- ROBERTS, I. & A. Roussou. In press. "The EPP as a condition on the T-dependency". *Subjects, expletives, and the EPP*, ed. by P. Svenonius. Oxford: Oxford University Press.
- ROUCHOTA, V. 1991. "The interpretation of na-clauses in Modern Greek: A Relevance theoretic approach". *UCL Working Papers in Linguistics* 3.255-277.
- ROUSSOU, A. 2001. "On the left periphery: Modal particles and complementisers". *Journal of "Greek Linguistics* 1.65-94.
- _____. In press. "C, T, and the subject: that-t phenomena revisited". *Lingua*.
- SAVOIA, L. & M.R. Manzini. In preparation. *I dialetti Italiani*. Bologna: Il Mulino.
- TSANGALIDIS, A. 1999a. *Will and tha: A comparative study of the category future*. Thessaloniki: University Studio Press.
- _____. 1999b. "On 'Secondary Moods' in Greek". Paper presented at the 4th International Conference on Greek Linguistics, University of Cyprus.
- TSIMPLI, I.M. & A. Roussou. 1996. "Negation and Polarity Items in Modern Greek". *The Linguistic Review* 13. 49-81.

TSOULAS, George. 1993. "Remarks on the Structure and Interpretation of Na-clauses". *Studies in Greek Linguistics*. 191-206. Thessaloniki.

_____ 1995. "The nature of the subjunctive and the formal grammar of obviation". *Grammatical theory and Romance languages*, ed. by K. Zagona. Amsterdam: John Benjamins.

VELOUDIS, I. & I. Philippaki-Warburton. 1983. "The subjunctive in Modern Greek" [in Greek]. *Studies in Greek Linguistics*, 151-168. Thessaloniki.

DIVERSIDADE LINGÜÍSTICA E MOBILIDADE SOCIAL

Maria Cecília de Magalhães MOLLICA
Universidade Federal Rio de Janeiro
Centro Nacional de Pesquisa - CNPq

ABSTRACT: *This paper deals with the relationship between linguistic variability in Brazil and social mobility. It shows the richness of Brazilian Portuguese from a point of view of more than one continuum and it discusses the effect of some social factors which are important for learning prestige language, for literacy and for social exclusion..*

PALAVRAS-CHAVE: *variabilidade, continuum, variantes lingüísticas, letramento, indicadores sociais, exclusão social*

KEY WORDS: *variability, continuum, linguistic variables, literacy, social factors, social exclusion.*

Introdução

O tema proposto “Diversidade lingüística e mobilidade social” é tão amplo quanto instigante seja para o leigo seja para o especialista das áreas de Ciências Humanas e Ciências Sociais. Vou, nesta conferência, abordar alguns aspectos extremamente conhecidos, outros menos debatidos.

Não é qualquer país que tem o privilégio de reunir tamanha multiplicidade em níveis tão diferentes. Guardamos uma riqueza enorme e convivemos com uma biodiversidade invejável. Seja do ponto de vista geográfico, cultural ou climático, seja em muitos outros aspectos, a nação brasileira possui tal complexidade, que ainda nem a descreveu nem a conheceu em profundidade tampouco fez uso de forma competente e conseqüente no âmbito da ciência e da tecnologia, da política e da economia.

A capitalização dessa pujança de recursos ainda se encontra no aguardo de desdobramentos positivos no nível de uma política interna e externa para o país. Os brasileiros não usufruem de qualidade de vida satisfatória nem de imagem positiva no exterior em consonância com o que possuem.

Contrariamente ao que deveria ter sido feito, nossa riqueza chegou a ser usada para construir sandices: o falar cantado e compassado de algumas regiões do Nordeste, para a impressão de alguns, explicar-se-ia pelo clima adverso, quente e pouco chuvoso daquelas localidades.

1) Diversidade lingüística e multilingüismo

Em meio a tanta riqueza, somos além do mais plurilingües, realidade bem diferente da que se propaga para a maioria dos brasileiros através de um discurso de um país supostamente monolingüe. Além do português, fala-se em nosso território cerca de 180 línguas indígenas (cf. Rodrigues, 1993), de comunidades étnico-culturalmente diferenciadas, afora as populações bilingües que dominam igualmente o português e línguas do grupo românico, anglo-germânico e orientais-eslavas, como em comunidades multilingües português/italiano, português/espanhol, português/alemão, português/japonês. A lingüística volta-se para todas as comunidades com o mesmo interesse científico. Para Fasold (1984), a sociolingüística trata da importância social da linguagem dos pequenos grupos sócio-culturais a comunidades maiores. Se cada grupo apresentasse comportamento lingüístico idêntico, não haveria razão para se ter um olhar sociolingüístico da sociedade.

Em princípio, poderíamos pensar que o multilingüismo traz problemas que as comunidades monolingües não oferecem. De um prisma estritamente prático, as dificuldades de comunicação dentro de um país plurilingüe podem atingir o comércio, a indústria e provocar descontinuidades sociais. Nessa visão, o multilingüismo estaria em permanente conflito com o nacionalismo e na contramão de um desenvolvimento harmônico e de um crescimento uniforme de toda a sociedade.

Uma das primeiras barreiras seria a educação, permanentemente em conflito entre o nacionalismo e a manutenção de identidades sócio-culturais de comunidades minoritárias. Sabemos já que a melhor estratégia, nesses casos, é implantar um sistema total e amplamente bilingüe, diretriz filosófica norteadora da política de educação escolar indígena no Brasil.

Se é verdade que o multilingüismo constitui problemas, seria o caso de se pensar que os países monolingües são melhores economicamente que os multilingües? Para provar isto, precisaríamos de métodos para medir o grau de diversidade lingüística e o grau de sucesso e insucesso econômico, de modo a estabelecer uma correlação, por exemplo, entre grau alto de multilingüismo e nível econômico baixo.

Investigações dessa natureza foram tentadas por alguns autores sem sucesso, embora se possa admitir que exista uma tensão permanente e não casual entre uniformidade lingüística e desenvolvimento econômico. Com efeito, é razoável afirmar-se que o conflito entre identidade grupal e nacionalismo contribui para uma sociedade mais dinâmica e que uma multiplicidade de estilos de vida e de visões de mundo imprime situação estimulante. Em contexto desse tipo, o ideal corresponderia à existência de uma nação multiétnica com grupos sócio-culturais conscientes da cultura e identidade lingüísticas locais e imbuídos de sua inserção nacional.

Impõe-se como realidade no Brasil que assim se estabeleçam as relações dos grupos comunitários com a nacionalidade brasileira em toda a sua plenitude. Repudia-se portanto o desenvolvimento de base imperialista, colonialista, discriminatória e defende-se a implantação e permanência de atitude que busca a equivalência de status social das línguas e de suas variedades.

Os lingüistas brasileiros vêm lutando para evitar situações de diglossia no Brasil, tarefa desafiadora e difícil, embora situações diglóssicas na concepção genuína de Fishman (1967) não se apliquem de forma estrita. De fato, o processo de colonização não respeitou a identidade étnico-lingüístico-cultural dos grupos nativos, mas esse quadro mudou e tem mudado, ainda que não se constate igualdade absoluta de direitos entre as comunidades de fala no Brasil. E como inserir neste contexto já tão problemático a questão da mobilidade social? Que ações são possíveis para simultaneamente manter as distintividades antropológicas sem alijar os indivíduos da estrutura de poder em âmbito nacional?

A diversidade lingüística tem que ser considerada em cada sistema de per si. Nesse sentido, o princípio universal da dinamicidade inerente (cf. Labov, 1972) tem que ser respeitado e aplicado a cada língua em particular. Ao reconceptualizar diglossia, Ferguson (1959) entende que as variedades lingüísticas são funcionais, recebem um valor em relação às demais, devem ser adquiridas em toda a sua plenitude, são standartizadas, estruturadas e estáveis. O português do Brasil apresenta uma diversidade que se distribui em *continuum*. Em geral, o falante adquire primeiro as variantes vernaculares. Num processo sistemático e paulatino, pode apropriar-se de estilos e gêneros mais formais, aproximando-se das variedades cultas e da tradição literária. Segundo Bortoni (1994), há no Brasil

“uma peculiar situação de diglossia, porque à variedade padrão e às variedades populares cabem funções bem distintas, mas grande parte da população não é bidialetal já que o acesso à língua padrão do Português Brasileiro (daqui por diante PB) é muito restrito.”

(Bortoni (1994:84)

2) As contrapartes fixa e heterogênea da língua e sua relação com os movimentos de unidade e de heterogeneidade dos sistemas de língua.

Cumprir lembrar, neste ponto, que o PB está permanentemente sujeito (como todo sistema lingüístico) à atuação de duas forças que atuam no sentido da variedade e da unidade. Esse princípio que opera nos sistemas lingüísticos já se encontra esboçado em Saussure e, posteriormente, foi melhor delineado em outros autores como em Langacker (1972, dentre outros). Por meio da interação permanente dessas duas forças, as línguas exibem inovações, mantendo-se contudo coesas. De um lado, o impulso à variação e possivelmente à mudança; de outro, o impulso à convergência, base para a noção de comunidade lingüística, caracterizada por padrões estruturais e estilísticos. Assim, as línguas apresentam as contrapartes fixa e heterogênea de forma a exibir unidade em meio à heterogeneidade.

Note-se que isso só é possível porque a dinamicidade lingüística é inerente e motivada. Labov prova como é equivocado o conceito estruturalista de variantes livres, ao demonstrar que a variação é estruturada de acordo com as propriedades sistêmicas das línguas e se implementa porque é contextualizada com regularidade.

Assim, tradicionalmente, concebe-se uma ecologia lingüística do ponto de vista diatópico, com a constituição de comunidades geográficas com base em marcadores regionais, e do ponto de vista diastrático, com a geração de padrões sociais por meio de indicadores. A recorrência da atuação de parâmetros condicionadores resulta numa sistematicidade de tal modo que delineiam-se padrões preditivos mensuráveis probabilisticamente. No Brasil, a tradição dialetológica discretizou por demais os padrões sociolingüísticos admitindo-se como demarcados “padrão culto”, “variedades populares” e “falares regionais”. Ainda hoje, categorias e sub-categorias desse tipo são usadas seguindo a tradição da geografia dialetal e até mesmo as classificações dicotômicas labovianas standard/vernacular. Em

enfoque mais avançado, Bortoni (1998) concebe a ecologia lingüística do PB em três continua (o contínuo rural-urbano, de oralidade-letramento e de monitoração estilística):

“(...) um continuum de urbanização, que se estende desde as variedades rurais geograficamente isoladas, conhecidas genericamente como “dialeto caipira” (Amaral, 1920) até a variedade urbana culta que, no processo histórico, passou por uma estrita padronização em Portugal e, posteriormente, no Brasil, podendo-se situar um falante em qualquer posição ao longo do continuum.”

(Bortoni, 1988: 101-2)

Além de traços descontínuos, já sobejamente conhecidos, analisados e identificados nos pólos rural e urbano, são levados em conta recursos comunicativos próprios de discursos monitorados e não monitorados. O grau de isolamento geográfico e social concorre para a gama de traços que definem uma estratificação descontínua, assim como as relações sociais, as características das redes sociais e o grau de relação do falante ao meio.

“A localização do falante ao longo do continuum depende mais de sua rede de relações sociais do que sua própria história social. As características das redes, por sua vez, variam em função do sexo, da faixa etária e do acesso do indivíduo ao sistema de produção. § O continuum de oralidade/letramento tem interface tanto com o de urbanização quanto com o de monitoração estilística. (...) A inserção do falante em uma cultura predominantemente oral ou predominantemente letrada tem conseqüências decisivas para sua apropriação de recursos comunicativos próprios das modalidades oral e escrita e dos gêneros discursivos.”

(Bortoni, 1998:116)

A proposta de Bortoni parece extremamente interessante pois elimina, no entender de Marcuschi (2000), equívocos sobre a relação fala/escrita que, grosso modo, cria categorias estanques e dicotômicas, protótipos distantes da complexidade da diversidade das línguas. Em perspectiva estreita, não se compreendem estilos formais e informais na fala e na escrita em conformidade

com o controle e monitoramento na produção lingüística. Ademais, deve-se esquecer do ideal a ser atingido além de se trabalhar com o plano da enunciação e de considerar-se o grau diferenciado de envolvimento dos falantes nos diversos gêneros discursivo-textuais olhados igualmente num *continuum*.

3) Sistematicidade, legitimidade e estigmatização dos padrões lingüísticos

Nesse ponto, cabe assinalar então que todas as manifestações lingüísticas são possíveis, legítimas e até previsíveis. Embora não caibam julgamentos de valor, os padrões lingüísticos estão sujeitos à avaliação social positiva e negativa e, nessa medida, podem determinar o tipo de inserção do falante na escala social.

Outros indicadores são igualmente responsáveis pela colocação ou exclusão social dos indivíduos. No Brasil, nível de renda e de escolarização, acesso a bens culturais, grau de comprometimento com a cultura letrada são alguns dos inúmeros agentes conjuntamente atuantes na questão da mobilidade social.

Estigmatização lingüística e mobilidade social constitui binômio de interesse aos lingüistas e ponto crucial para subsidiar o tema desta conferência. Em princípio, estruturas de maior valor de mercado nos termos de Bourdieu (1977) parametrizam-se com grau alto de monitoramento e de letramento. Maior sensibilidade, percepção e planejamento lingüístico são, via de regra, pré-condição à produção das formas de prestígio e disposição adequada para eliminarem-se estigmas sociolingüísticos seja na fala seja na escrita. Os lingüistas brasileiros têm-se voltado para analisar essas relações e o preconceito lingüístico tem sido um ponto muito debatido na área (conferir, por exemplo, Bagno 2000), na medida em que predominam as práticas pedagógicas assentadas em diretrizes maniqueístas do tipo certo/errado, tomando-se como referência o padrão culto. Esse autor acredita que

“(...) a pesquisa lingüística pode e deve contribuir para a reforma consciente e planejada da norma-padrão, no sentido de atualizá-la mais dinâmica e diminuir o fosso entre os usos reais e o uso ideal, fosso que é o campo das operações ideológicas que propiciam o preconceito lingüístico e a exclusão social.”

(Bagno, 2000: 296)

Mollica (1995) procurou investigar a existência de uma constante entre produção/percepção/ avaliação num estudo em que comparou usos e crenças dos falantes, levando em conta também a frequência e a funcionalidade das construções no discurso. Verificou que não existe necessariamente uma equivalência perfeita entre os processos e propõe que:

- “1. Estruturas menos notadas são menos estigmatizadas, que, no entanto, nem são necessariamente as menos frequentes, nem exatamente as variantes padrão;*
- 2. estruturas mais notadas são mais estigmatizadas, que, no entanto, nem são necessariamente as menos frequentes, nem exatamente as variantes não padrão;*
- 3. as estruturas mais notadas (salvo os casos de variantes não sujeitas permanentemente à atenção dos indivíduos mais escolarizados) são envolvidas por condições especiais, que implicam quase sempre forte e nítida relevância do ponto de vista de sua funcionalidade sócio-pragmática;*
- 4. as estruturas mais estigmatizadas (salvo os casos de variantes não padrão sujeitas permanentemente à atenção dos indivíduos escolarizados) só recebem avaliação negativa dos falantes quando são percebidas, e isso só se verifica se presentificadas as pré-condições estabelecidas em 3.”*

(Mollica, 1995:128)

Num modelo em que se projetam três continua (cf. Bortoni, 1998), apreende-se de forma mais precisa a complexa situação sociolingüística do PB, pois incorporam-se questões como a escolha do estilo que se impõe ao falante para acomodar-se ao seu interlocutor, o apoio contextual na produção dos enunciados, o grau de complexidade cognitiva exigida no tema em tela e a familiaridade do falante com a tarefa comunicativa realizada.

“Na escolha do estilo monitorado o/a falante presta mais atenção à sua fala. Este estilo geralmente caracteriza-se pela maior complexidade cognitiva do tema abordado. Se o/a falante tiver um maior grau de apoio contextual, bem como maior familiaridade com a tarefa comunicativa, poderá desempe-

nhar-se no estilo monitorado com menor pressão comunicativa. A pressão comunicativa aumenta quando o apoio contextual é menor e a temática mais complexa.”

(Bortoni, 1994:104)

4) Estigmatização sociolingüística e mobilidade social

Já se encontram bastante avançados os estudos que correlacionam variáveis sociais e fenômenos de uso na fala e na escrita. Mesmo assim, não nos parece ainda possível dar como concluída a discussão acerca da relação entre estigmatização sociolingüística e mobilidade social. Já nos idos de 60 e 70, Labov (1972) investigou o efeito de diversos fatores sociais sobre traços do inglês standard e não standard, dedicando-se sobretudo a demonstrar que o Black English, variedade extremamente estigmatizada, sofre preconceito em razão de pressões étnicas, estilísticas e de escolarização e classe social. Sankoff, Kemp & Cedergren (1978) demonstraram que escolarização, valor de mercado de formas discursivas e status profissional dos falantes são relevantes para determinar o grau de marcação social negativa ou positiva das alternativas lingüísticas: falantes com maior cotação no mercado lingüístico tendem a lançar mão de estruturas de maior prestígio. As contribuições de Laberge (1977), Clermont & Cedergren (1979) e os trabalhos de Kemp (1979 e 1981) consolidam resultados a favor da tese de que empregos lingüísticos prestigiados acham-se preferencialmente em indivíduos com prestígio social alto. Para o PB, os fenômenos até então observados para verificar-se a pertinência da relação entre estigmatização lingüística e prestígio social apontam, de maneira diferenciada, a importância da cotação de mercado da forma lingüística aliada a renda, sexo, faixa etária e nível escolar do falante (cf. Scherre & Silva, 1996).

“(...) o mercado ocupacional mostrou-se geralmente atuante (embora com maior ou menor amplitude, dependendo do fenômeno estudado), no seguinte sentido: houve nítida atuação do mercado ocupacional entre os homens. Para estes, na regra de concordância nominal, esta variável chegou mesmo a ser considerada como a mais importante do ponto de vista estatístico. Entre as mulheres, o mercado ocupacional, embora relevante, mostrou ser mais atuante. Verificou-se ainda que varia a faixa etária em que essa variável atua com mais for-

ça. Nos homens, o mercado atua mais na faixa de 15 a 25 anos; nas mulheres, tende a atuar entre 26 e 49 anos. Em ambos os sexos, a atuação do mercado ocupacional decresce ou se anula na faixa de 50 anos em diante.”

(Silva & Paiva, 1996: 373)

As evidências estatísticas na coletânea de estudos de Silva & Scherre (1996) são interessantes e sugerem que renda, valor de mercado, sensibilidade lingüística, conjuntamente com outros parâmetros sociais, podem ser bons indicadores utilizados para a discussão sobre o tema diversidade lingüística no Brasil e mobilidade social. Alguns resultados servem de comprovação de que a variável mercado se mostra relevante, pois demonstram que, quanto maior a cotação na escala do mercado ocupacional, mais sobe a probabilidade de haver concordância nominal, fenômeno inegavelmente marcado socialmente. Examinando-se o efeito de idade conjuntamente com mercado também sobre a concordância nominal, verifica-se que a força do mercado se faz sentir em indivíduos mais jovens cuja norma é necessária do ponto de vista acadêmico e profissional.

A questão, em princípio, poderia ser simples se todas as evidências revelassem uma correlação constante e regular entre estruturas lingüísticas standard e prestigiadas de alto valor no mercado lingüístico diretamente proporcional a grau alto de consciência lingüística. Isso posto como verdade absoluta, esperar-se-ia o emprego de estruturas padrão dos grupos mais escolarizados e mais sensíveis quanto à diversidade lingüística em relação à necessidade de adequação dos usos alternativos em estilos e gêneros de grau diferenciado de formalidade tanto na fala quanto na escrita. A realidade é, contudo, muito mais complexa.

O uso da forma *seu*, alternando-se com a forma *dele*, para indicar um referente possuidor de quem se fala, acha-se em extinção na fala do PB, no entanto é standard, de tradição literária e altamente prestigiado, como bem demonstrou Silva (1982), num trabalho que examina as atitudes lingüísticas em diversas classes socioculturais. Em relação ao uso, os falantes classificados como mais conscientes e de renda mais alta apresentam maior número de empregos da forma padrão. Contraditoriamente, a variável mercado ocupacional não influencia no uso da forma *seu*, tampouco a mídia se faz notar.

Por razões funcionais, a forma *dele* (desambiguadora) vem se sobre-

pondo amplamente à forma seu entre os falantes de maior nível social e cultural e está sendo inclusive veiculada na mídia, ainda que seja desprestigiada, contrarie os ditames do padrão culto, faça parte do imaginário dos falantes como a forma recomendada e seja trabalhada na escola. Esse exemplo é extremamente útil para a nossa reflexão, fornecendo elementos concretos para a constatação ainda mais contundente da complexidade do tema desta conferência.

5) Indicadores de mobilidade social e fatores de exclusão social

Numa sociedade tão complexa como a constituída pelos falantes do PB, podemos pensar em inúmeros indicadores sociais, seja de exclusão, inclusão, estabilidade, seja de mobilidade social. Origem social, renda, acesso a bens materiais e culturais são alguns deles, assim como tipo de ocupação, grau de inserção em redes sociais, possibilidade de interferência na realidade.

Ainda assim, é muito difícil trabalhar com classe social e sua relação com o comportamento lingüístico. Chambers (1995) julga que classe social é o aspecto mais marcado lingüisticamente nas nações intensamente industrializadas e a estratificação social pode ser observada com base em indicadores ocupacionais, educacionais e econômicos. Para o autor, nos círculos sociais mais fechados, mais localizados evidentemente, temos as redes sociais da família, da vizinhança, do clube e de outros locais de identidade. Há índices mais objetivos de classe social, outros de caráter bem subjetivo. Em seus estudos, Trudgill (1974) oferece índices detalhados para demarcar classe social, tal como localidade, tipo de casa etc. Note-se ainda que mobilidade social pode ficar ao sabor da avaliação das pessoas e submeter-se à constituição de estereótipos, como a categoria de *nouveau riche*.

Assinalei que nem sempre variedades de prestígio, com alta cotação de mercado, são necessariamente assimiladas pelos falantes. Há casos que, por razões outras, uma regra pode encontrar-se em mudança em curso no sistema da língua, de modo que os padrões lingüísticos devem ser compreendidos também pela sua natureza dinâmica. Esse é um dos motivos pelos quais nem sempre os movimentos dos indivíduos na direção de ascensão social redundam na apropriação de recursos lingüístico-discursivos monitorados.

Estudos pioneiros no Brasil no âmbito do PEUL (Programa de Estudos sobre o uso da Língua), citados e sucintamente mencionados em Paiva &

Scherre (1999) procuraram correlacionar a utilização de construções prestigiadas e não prestigiadas com variáveis como bens materiais, bens culturais, origem social. Os resultados não foram tão surpreendentes quanto se esperava, o que pode significar que essas categorias, ou não são mensuráveis porque não chegam a refletir-se lingüisticamente, ou são sub-categorias que representam pré-condições a uma trajetória mais custosa e/ou mais longa que o indivíduo tem que percorrer no eixo vertical da estratificação social durante a qual a língua é uma das propriedades no conjunto de propriedades que compõe finalmente o patrimônio social de uma pessoa.

“A busca de variáveis sociais não convencionais para o entendimento da variação lingüística numa sociedade tão complexa como a brasileira, em que a categorização por classe social segundo parâmetros como renda, local de moradia, escolarização e profissão não é claramente delimitada, tem motivado o controle de aspectos mais sutis da ambientação material e cultural dos indivíduos e do seu grau de integração aos valores veiculados pelos meios de comunicação de massa. Concebidas na forma de escalas que controlam a relação quantitativa e qualitativa dos falantes com os produtos culturais (como mídia televisiva e escrita, cinema, teatro e outros) sua posse de bens materiais disponíveis no mundo moderno (apartamentos, carros, telefones, viagens etc.) e suas expectativas em relação ao futuro, variáveis como bens materiais, bens culturais e lingüística.

(...) conjugadas com as variáveis mais convencionais, como idade, sexo e escolarização, essas variáveis mais refinadas permitem detectar tendências divergentes no interior da mesma comunidade de fala.

(...) Revela-se, portanto, estreita correlação entre a complexidade social e os processos de variação.”

(Paiva&Scherre, 199:220-21)

Recentemente, tivemos a oportunidade de investigar, no âmbito do PEUL, se os falantes tendem a mudar na direção de variantes de prestígio ao serem “promovidos” socialmente num espaço de 20 anos. A maioria dos estudos, reunidos em coletânea por Paiva & Duarte (em preparação), não

encontrou muita mudança nos aspectos analisados, à exceção de uma modificação na reconfiguração no sistema pronomial do PB (cf. Mollica, em preparação).

No cômputo geral, pode-se afirmar que não se verificou substancial modificação no português dos falantes tomados isoladamente e na comunidade, mesmo naqueles indivíduos que, por alguns indicadores, modificaram seu status social. No conjunto de pesquisas, os fatores funcionais e sistêmicos prevalecem sobre os extra-sistêmicos, reafirmando que os princípios de natureza discursivo-pragmática e cognitiva, que não pertencem estritamente à ordem social, regulam consistentemente os fenômenos analisados.

Como podemos vincular as questões lingüísticas sucintamente expostas neste texto com fatores e barreiras de exclusão e mobilidade social? A apropriação da cultura letrada e a utilização adequada de recursos lingüísticos são suficientes para indicar o espaço que os indivíduos ocupam na escala social e/ou determinar mobilidade social?

Acredita-se realmente que o letramento (cf. Soares, 1998) é uma “saída” para as questões em discussão. Na área da lingüística, é difícil enumerar os estudos voltados para o tema cujo principal objetivo tem sido investigar a forma como operar os princípios e achados teóricos na formação dos profissionais de educação e em práticas pedagógicas.

Num painel bem amplo apresentado em Silva & Scherre (1996), três tendências foram observadas quanto ao efeito da escolarização sobre as formas padrão, próprias a estilos e gêneros mais formais, descritos a seguir.

“A) Podem ocorrer casos em que os falantes entram na escola oscilando entre um grande e um pequeno uso da variante padrão, a escola “poda” a criança que não se amolda ao sistema de ensino). (...) Nesses casos, trata-se de variantes estigmatizadas pela escola, que chegam a ser sistematicamente corrigidas.

B) Em outros casos, em que a maioria dos falantes entra na escola sem usar a variante padrão, esta é adquirida durante sua escolarização sem que desapareça, porém, a variante não padrão. Enquanto no primeiro ano escolar só há indivíduos que tendem a usar a variante não-padrão, nos últimos anos escolares há falantes que tendem a usar ambas as variantes. (...) Algumas variantes não-padrão não chegam a ser estig-

matizadas pela escola, não sendo objeto de correção.

C) Finalmente, uma terceira modalidade ocorre quando os falantes entram na escola apenas com a variante que se considera não padrão, mas, paulatinamente, substituem essa variante pela considerada padrão.”

(Paiva&Silva, 1996: 346: 348-49)

Bortoni também tem observado a ação decisiva que atividades de letramento podem ter sobre os alunos, mesmo que sejam práticas de base inteiramente intuitiva por parte dos professores.

“(...) os padrões de mudança de código e de intervenções dos professores estão associados a estratégias intuitivas que estes desenvolveram com base em seu sistema de crença sobre o letramento. Entendemos que as estratégias intuitivas usadas por eles podem contribuir para a implementação de uma pedagogia culturalmente sensível e para que isso se torne mais efetivo recomendamos que se lhes proporcione acesso a informações sistêmicas de sociolingüística.”

(Bortoni,1994:92)

6) Os princípios imanentes aos usos lingüísticos e seus desdobramentos pedagógicos

Há muito venho desenvolvendo linha de pesquisa em sociolingüística aplicada com o intuito de transpor sistemática e conseqüentemente o acervo de que dispomos no nível da pesquisa básica e descritiva. Em Mollica (1988), reuni as idéias que fundamentam a proposta, oferecendo também estratégias aplicáveis no nível da capacitação profissional e de ações pedagógicas efetivas. A título de ilustração, vamos examinar resultados de alguns experimentos e refletir sobre seus desdobramentos.

O foco das investigações vem sendo a questão da possível influência, na escrita, de processos variáveis presentes no português brasileiro falado no atual momento histórico da língua. Busco investigar a forma como os condicionamentos sociais e estruturais atuam no letramento, especialmente no que tange ao entendimento de regras variáveis, para sanar dificuldades apontadas em inúmeros autores, a exemplo de Adams (1992), Caghiari (1993), Faraco (1992), Fonseca (1995), Franchi (1988), Kato (1982 e 1992), Oliveira (1994) e muitos outros.

Verifiquei, dentre os empregos do PB que oferecem interesse para o lingüista e para o educador, algumas questões envolvidas na concordância verbal com base em alguns parâmetros apontados em Naro & Votre (1986) e em Leme & Naro (1977) sobre o acordo entre *s* e *sv*, considerando-se as seguintes variáveis: ordem *sv/vs* e distância nula ou presença de distância entre *s* e *v*. Há uma hipótese forte de que a ordem canônica *sv* no português estaria em processo de mudança para *vs*, paralelamente à tendência da gramática de marcar a flexão à esquerda. Assim, os falantes naturalmente interpretam o sujeito posposto ao verbo e/ou distante dele como um *sn* objeto, resultando em menor índice de concordância. Sentenças como ‘chegou0 as aulas’, ou ainda ‘acabou0, que pena, as aulas’ ou ‘chegou0, finalmente, as aulas’ são extremamente comuns na fala e na escrita. Pedagogicamente, trabalhar prioritariamente esses contextos é extremamente aconselhável, uma vez que as chances de processamento das variantes sem a concordância são bem altas.

Os testes confeccionados referem-se tão somente à questão da ordem *sv/vs* e da distância entre os constituintes. Voltou-se a atenção também para a questão da saliência fônica que, segundo os pesquisadores, é variável considerada altamente relevante: os falantes costumam estabelecer a concordância entre os sintagmas em formas plurais mais marcadas na fala.

Os primeiros resultados dessa testagem mostraram-se surpreendentes. Em relação à posição e à distância sujeito/verbo, confirmou-se o reflexo da fala na escrita também quanto à concordância verbal. A variante padrão (com concordância) é menos usada, porque o falante/aprendiz de escrita interpreta com dificuldade o sujeito posposto, tendendo a entendê-lo como objeto. Uma instrução direcionada nesse sentido mostra-se eficaz, atentando para o fato de que palavras com função de sujeito podem posicionar-se à direita do verbo e, independentemente do lugar que ocupam na ordenação dos constituintes, são marcadas por desinência de flexão de tempo, modo, número e pessoa. É necessário advertir que, quanto mais distante o sujeito do verbo, tanto mais provável a ausência de marca entre os constituintes.

Tenho demonstrado que os aprendizes de escrita demoram mais a aprender o padrão quando se trata de alternâncias na fala com status de mudança em curso e/ou com interpretações sintagmáticas diferentes do paradigma esperado. Os resultados provam que a orientação explícita na escola traduz impacto positivo no letramento, mesmo em regras mais resis-

tentes. Os resultados dos experimentos em escolas referentes à concordância verbal demonstram que há uma paridade entre fala e escrita e que é possível trabalhar as variantes padrão na escrita de estudantes por meio de orientações baseadas em tendências de uso da própria língua. Os falantes entendem bem explicações que regem os empregos reais e passam a compreender os meios de que se utilizam para apropriar-se das formas standard.

7) Em favor de uma política contra a discriminação lingüístico-cultural

A diversidade lingüística é uma das características universais das línguas naturais que convive com forças de estabilidade. Aparentemente caótica e aleatória, a face heterogênea imanente da língua é regular, sistemática e previsível, de modo que seus usos são controlados por fatores estruturais e sociais. A dinamicidade é inerente a ambas as estruturas social e lingüística. Vetores em várias direções se entrecruzam e controlam os comportamentos sociolingüísticos dos falantes

No Brasil, registram-se marcadores regionais predominantes em comunidades facilmente identificadas geograficamente, em simultaneidade a indicadores de estratificação estilístico-social. As formas em variação projetam-se num contínuo em que se podem descrever tendências de uso lingüístico de comunidades de fala caracterizadas diferentemente quanto ao perfil sociolingüístico. As variáveis não agem isoladamente mas como um conjunto complexo de condicionamentos que inibem ou favorecem o emprego de formas variantes equivalentes semanticamente. Em geral, por exemplo, agentes como escolarização alta, contato com a escrita, meios de comunicação de massa, nível sócio-econômico alto, origem social alta concorrem para o aumento na fala e na escrita da variedade standard, admitindo-se que existam pelo menos o padrão popular e culto.

O universo de falantes do português brasileiro é, via de regra, sociolingüisticamente heterogêneo, composto por indivíduos de classe social e de nível sócio-cultural diferenciados. Por isso, as diferentes variedades standard e não standard podem apresentar-se mais ou menos marcadas e, em geral, distribuídas num *continuum*. Até o ingresso na escola, o nativo de português possui domínio completo do padrão coloquial da língua e é no processo de letramento que passa a incorporar o padrão culto, os estilos e gêneros formais na fala e na escrita. Sem a ação da educação formal, o falante tende a manter tão somente o padrão vernacular, de modo que deixá-lo de fora do processo de sistematização dos saberes letrados pode excluí-

lo socialmente, alijando-o e condenando-o a permanecer estagnado na escala social. Torna-se, assim, imperioso inserir o indivíduo no mercado em que a língua tem boa cotação, de forma que ele passe a fazer uso pleno da língua de cultura. O letramento supõe a incorporação dos conhecimentos de ler e escrever no contexto social, visão portanto mais abrangente do processo em que inúmeros fatores são co-responsáveis.

Do ponto de vista científico, sabemos ser legítima toda e qualquer manifestação de língua desde que cumpridas as necessidades de intercomunicação. Contudo, ao considerar-se a adequação dos usos da língua aos inúmeros atos de fala e estilos exigidos por situações contextuais reais de interação lingüística, surge a necessidade de os falantes se apropriarem plenamente de suas potencialidades lingüísticas, sob pena de se restringirem a “espaços comunicativos” limitados e a serem condenados à imobilidade social. Cumpre à pesquisa lingüística contribuir no sentido de oferecer novas alternativas quanto a estratégias facilitadoras de ensino/aprendizagem de atividades discursivas apropriadas.

Advogo a favor da tese segundo a qual o eixo certo/errado, implementado e preferencialmente adotado historicamente como prática pedagógica no ensino sistemático de estruturas lingüísticas de variedades prestigiadas, contribui na verdade para reforçar as diferenças sociolingüísticas, prestando-se aos interesses de ideologia dominante que prioriza a exclusão social. Tenho como meta demonstrar que é possível promover uma quebra no sistema vigente, com base nos princípios imanentes dos usos lingüísticos reais, com o lema “rota da fala para a escrita versus o certo/errado”. Acredito que essa deve ser uma das formas de, ao facilitar o acesso aos saberes letrados, assumir-se uma posição mais democrática, já que todos os falantes deveriam chegar a dominar a língua padrão ainda que não venham a usá-la.

Se há dúvidas quanto a alguns dos indicadores aqui mencionados como identificadores e determinadores de status social, há outros sobre os quais há consenso absoluto e já é de senso comum. A fome, condições sub-humanas no que se refere à habitação, saúde, à educação são barreiras intransponíveis e constituem impedimentos aos indivíduos à cidadania plena. Sabemos que o Brasil convive com esses agentes em diferentes graus a depender da localidade em nosso território.

Segundo o último Censo, os indicadores sociais apresentam-se mais positivos, no entanto a concentração populacional nos grandes centros urbanos tem concorrido para que um grande universo de pessoas mantenha-

se na linha da miséria, embora os índices apontem melhoria para os brasileiros quanto à expectativa de vida, renda, saúde e escolaridade. Contudo, isso não tem sido suficiente para promover distribuição mais justa de riqueza no país, para diminuir a violência e a mortalidade infantil, para melhorar a qualidade de nosso ensino.

Referências bibliográficas

- ADAMS, M. J. *Beginning to read*. The MIT Press. Cambridge, Massachussets, London, 1992.
- BAGNO, Marcos. *Dramática da língua portuguesa*. Editora Loyola, 2000.
- BOURDIEU, P. L. L'économie des échanges linguistiques. *Langue Française*, 34: 17-34, 1977.
- BORTONI, Stella Maris. *Varição Lingüística e atividades de Letramento em Sala de Aula*. Revista Internacional de Língua Portuguesa, (82-94), 1994.
- _____. *A análise do português brasileiro em três continua: o continuum rural-urbano, o continuum de oralidade-letramento e o continuum de monitoração estilística*. Sybille Grobe / Klaus Zimmermann (eds.): "Substandard" e mudança no português do Brasil, Frankfurt am Main (101-118), 1998.
- CAGLIARI, L. C. *Alfabetização e Lingüística*. 6.ed. São Paulo, Scipione, 1993.
- CHMBERS, J. K. *Sociolinguistic Theory*. Basil Blackwell, 1955.
- CLERMONT, J. & CEDERGREN, H. "Les R de ma mère sont perdus dans l'ais". IN: THIBAUT, Pierrete. *Le français parlé: études sociolinguistiques*. Edmonton, Linguistic Research Inc., p 13-28, 1979.
- FARACO, C. A. *Escrita e alfabetização*. São Paulo, Editora Contexto, 1992.
- FERGUSON, Charles. Diglossia. *Word*, 15-324-40, 1959.
- FISHMAN, Joshua. Bilingualism with and without diglossia: diglossia with and without bilingualism. *Journal of Social Issues*, 32-29-38, 1967.
- FASOLD, Ralph W. (1984). *The Sociolinguistics of Society*. Basil Blackwell.
- FONSECA, V. *Introdução às dificuldades de aprendizagem*. 2.ed. Porto Alegre, Artes Médicas, 1995.
- FRANCHI, E. P. *Pedagogia da alfabetização: da oralidade à escrita*. São Paulo, Cortez, 1988.
- KATO, Mary. *No mundo da escrita*. São Paulo, Ática, Série Fundamentos, 1986.

_____. *A concepção da escrita pela criança*. 2.ed., Campinas, Pontes, 1992.

KEMP, William. "L'histoire récente de ce que, que" est-ce que et qu'osque à Montréal. IN: *Le français parlé: études sociolinguistiques*. Edmonton, Linguistic Research Inc., p.53-74, 1979.

_____. "Major sociolinguistic patterns in Montréal french". IN: SANKOFF, David & CEDERGREN, Henrietta. *Variation Omnibus*. Canada, Linguistic Research Inc., 1979, p. 3-16, 1981.

Laberge, s. *Étude de la variation des pronoms définis et indéfinis dans le français parlé à Montréal*. Université de Montréal, Tese de Doutorado, 1977, ms.

LABOV, William. *Sociolinguistic Patterns*. University of Pennsylvania Press, Inc., 1972.

LANGACKER, Ronald W. (1972). *A Linguagem e sua Estrutura*. Editora Vozes.

LEMLE, Miriam & NARO, Anthony. "Competências básicas do português". Relatório Final apresentado às instituições Fundação Ford e Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral), 1977, ms.

MARCUSCHI, Luis Antônio. "Língua falada e escrita no português brasileiro: distinções equivocadas e aspectos descuidados". IN: GROBE, Sybille & ZIMMERMANN, Klaus (eds.) *O português brasileiro: pesquisas e projetos*. Frankfurt am Main: TFM, 11-57, 2000.

MOLLICA, Maria Cecilia. "Como o brasileiro fala, percebe e avalia alguns padrões lingüísticos". IN: HEYE, Jürgen (org). *Flores Verbais*. Rio de Janeiro, Editora 34, p 121-29, 1995.

_____. *Influência da fala na alfabetização*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1998.

_____. "Relativas no português brasileiro contemporâneo". IN: PAIVA, M.^a & DUARTE, M. E. *Mudança em tempo real*. Em preparação.

NARO, Anthony & VOTRE, Sebastião Josué. "Emergência da sintaxe como efeito discursivo". IN: Relatório Final do Projeto Subsidio sociolingüístico à educação, UFRJ, CNPq, 1986. ms.

OLIVEIRA, M. A. *Alfabetização no Brasil*. Relatório Parcial ao CNPq do Projeto, 1994. ms.

RODRIGUES, Aryon Dall'Igna. Línguas Indígenas: 500 anos de descobertas e perdas. D.E.L.T.A. 9.1.83-103.

PAIVA, Maria Auxiliadora & DUARTE, Maria Eugênia. *Mudança em tempo real*. Em preparação.

SCHERRE, Maria Marta & SOUSA E SILVA, Giselle Machiline (orgs.). *Padrões sociolingüísticos*. Tempo Brasileiro, 1996.

_____ & SCHERRE, Maria Marta. "Retrospectiva sociolingüística: contribuições do PEUL". *Lingüística*. ALFAL, vol.11, 1999.

SILVA, Giselle Machline de Oliveira. "Estertores da forma seu na língua oral: resultados

sociais”. *Padrões Sociolinguísticos*. Editora Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, pp. 297-307, 1996.

_____. *Estudos da regularidade na variação dos possessivos no português do Rio de Janeiro*. Tese de Doutorado, UFRJ, 1982, ms.

_____ & PAIVA, M. A. “Visão de conjunto das variáveis sociais”. IN: SILVA, Giselle. & SHERRE, Maria Marta. *Padrões sociolinguísticos*. Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, 336-78, 1996.

SANKOFF, G. & KEMP, W. & CEDERGREEN, H.J. “The syntax of ce que, que'est-ce que variation and its social correlates”. IN: SHUY, R. W. & FISHING (eds). *Dimension of variability and competence*. Washington, D> C., Georgetown University Press, 1978.

SOARES, Magada. *Letramento, um tema em três gêneros*. Autêntica, Belo Horizonte, 1998.

TRUDGILL, Peter. *The social differentiation of English in Norwich*. Cambridge: Cambridge University Press, 1974.

SIMPÓSIO

Línguas Nacionais e Minorais Lingüística: Diversidade e Patrimônio

- **PORTUGUÊS BRASILEIRO - LÍNGUA NACIONAL, LÍNGUA OFICIAL: DIVERSIDADE E PATRIMÔNIO CULTURAL**

Suzana Alice Marcelino CARDOSO

Universidade Federal da Bahia

- **LÍNGUAS INDÍGENAS BRASILEIRAS: EXTINÇÃO E RESGATE**

Yonne LEITE

Centro Nacional de Pesquisa - Museu Nacional

Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ

Gêneros e Referenciação

- **SUBTIPOS DE NOMEAÇÃO**

Mônica Magalhães CAVALCANTE

Univercidade Federal do Ceará - UFC

- **O PROCESSO DE REFERENCIAÇÃO EM GÊNEROS ACADÊMICOS**

Bernardete BIASI RODRIGUES

Universidade Federal do Ceará - UFC

História da Lingüística e as Políticas de Línguas no Brasil

- **ENUNCIÇÃO, GRAMÁTICA E POLÍTICA DE LÍNGUA NA ATUALIDADE**

Luiz Francisco DIAS

Universidade Federal da Paraíba - UFPB - Campus II

Aspectos Discursivos da Literatura Popular Brasileira

**O PROCEDIMENTO DE CONCEPTUALIZAÇÃO NO
ROMANCE ORAL *O CONDE ALARCOS***

Maria de Fátima Barbosa de Mesquita BATISTA

Universidade Federal da Paraíba - UFPB

**RELAÇÕES ISOTÓPICAS NA
LITERATURA DE CORDEL BRASILEIRA**

Francisca Neuma Fachine BORGES

Universidade Federal da Paraíba

**O MITO DA MORTE EM *GURIATÃ*:
*UM CORDEL PARA MENINO***

Neide Medeiros SANTOS

Universidade Federal da Paraíba, UFPB

*Universidade Estadual de São Paulo, UNESP**

PORTUGUÊS BRASILEIRO - LÍNGUA NACIONAL, LÍNGUA OFICIAL: DIVERSIDADE E PATRIMÔNIO CULTURAL

Suzana Alice Marcelino CARDOSO
Universidade Federal da Bahia

Unidade, diversidade, pluralidade de usos, variedade de normas: como fica o português brasileiro? Língua oficial de um País de 8 milhões e meio de quilômetros quadrados, língua nacional da maioria dos falantes, a língua portuguesa no Brasil reveste-se de peculiaridades regionais e de marcas sociais que individualizam falantes ou grupo de usuários.

Neste Simpósio, mais do que apresentar resultados, quero levantar questões, ainda que, para muitas delas deixe escapar reflexões que definam pontos de vista e forneçam aspectos de enfoque dos problemas tratados na perspectiva da língua como instrumento diversificado de comunicação e, por isso mesmo, patrimônio cultural da Nação.

E essas questões assim se põem. Logo de partida, e começando pelo próprio título desta comunicação: Português brasileiro ou língua brasileira? Língua falada de Norte a Sul, do Oiapoque ao Chuí, língua oficial do País, constitui-se numa unidade inequívoca, monobloco indivisível? Onde se situa, e como se situa, a pluralidade de usos? Como uma das línguas nacionais, que lugar ocupa no acervo patrimonial lingüístico do Brasil? Em síntese: o que é e como se comporta a língua que falamos?

Precedendo tais questões e como preliminar a elas, necessário se faz aclarar a relação língua-patrimônio, língua como patrimônio e o patrimônio da língua. Pode parecer jogo de palavras ou querer brincar com elas, mas, na verdade, o que estou procurando focar é exatamente a profundidade e a dimensão dessa relação. Para tanto, começo pelo próprio entendimento de **patrimônio** e na forma mais vulgarizada como é e deve ser a que registram os dicionários comuns da língua e como vem consignado em Ferreira (1999):

Bem, ou conjunto de bens culturais ou naturais, de valor reconhecido para determinada localidade, região, país ou para a humanidade, e que, ao se tornar(em) protegido(s), como, p.

ex., pelo tombamento, deve(m) ser preservado(s) para o usufruto de todos os cidadãos.

Dessa definição de Ferreira (1999) quero destacar o caráter de *bem cultural*, o valor reconhecido para determinada localidade e, por último, o fato de tornar-se *usufruto de todos os cidadãos*, características que se aplicam à língua sem, no entanto, implicar imobilidade ou invariabilidade de uso.

A Língua Portuguesa, e toda e qualquer língua, pelo seu próprio caráter, é um bem cultural, propriedade do cidadão que nasce e cresce numa área geográfica determinada, no convívio contínuo com o seu grupo social. É um veículo de comunicação, imprescindível e indissociável da condição humana, mas também um acervo de informações que perpassam o tempo, transitam por faixas etárias, especificam-se por grupos, generalizam-se pelo saber que a experiência diuturna transmite a cada um dos usuários e se armazenam no curso da história. E, *ipso facto*, constitui-se patrimônio da comunidade que detém o seu conhecimento, com o caráter de *usufruto*, o que significa dizer-se: é preciso respeitar-se a equidade das gerações no direito e no domínio da sua língua. Tal respeito ao direito igualitário das gerações no uso da sua língua não passa pela preservação de modelos rígidos, conserváveis, como se preservam obras de arte, para uso por todos. Tal respeito à equidade das gerações requer, antes, o reconhecimento do direito ao uso diferenciado da sua própria língua, reflexo da pluralidade cultural e da diversificação de formas de expressão, impulsionada por estímulos individuais de variada natureza. Assim, imagino, pode-se entender a língua como patrimônio de uma Nação.

Com esta preliminar posta, procuro discutir as perguntas feitas, não necessariamente na ordem em que as apresentei de início, esperando que a contribuição dos presentes possa completar as informações, dirimir as dúvidas e acrescentar novas visões.

Início, exatamente, por uma questão que tem, sob diferentes óticas, ocupado os que se envolvem com reflexões sobre a língua: a **unidade do português do Brasil**.

Sobre o tema, variadas e divergentes manifestações têm sido postas. Assim, diferentes autores, entre os quais Elia (1979), têm defendido a tese da unidade. Em trabalho de 1979 formula esse Autor, enfaticamente, a sua tese com a publicação de *A unidade lingüística do Brasil*. Condicionamentos geoeconômicos.

Reconhece Elia (1979) uma *unidade* que se reflete nos espaços e entre as classes sociais. Em outras palavras, quer dizer e assim deixa claro que a diversidade diatópica inexistente e a variação diastrática não chega a afetar a unidade que apregoa e que indica ser visível *de norte a sul e de leste a oeste*, além de constituir-se em *verdade também facilmente comprovável* (1979: 13).

Em artigo de 1980, Rossi expõe de forma clara e contundente sobre a questão da unidade do português do Brasil ao comentar o, então, recém saído livro de Elia. Refuta a tese da unidade do português brasileiro, examina as reiteradas vezes em que o Autor a ela se refere e mostra que, mesmo defendendo a supremacia da unidade, deixa ele escapar referências à diversidade.

Posição contraposta à de Elia têm, também, Silva Neto (1963) e Houaiss (1983) - para citar apenas mais dois, dentre outros - que, reiteradas vezes, se manifestaram sobre a diversidade de usos do português brasileiro, reconhecendo-a em planos distintos.

Se a unidade, entendida como homogeneidade de usos, não passa de um mito, há de reconhecer-se, no entanto, que a existência de uma unidade sistêmica é inequívoca, a presença de uma estrutura comum evidencia-se em todo o território nacional. Estaríamos - estamos - todos unificados sob um mesmo sistema, mas diferenciados pelos usos que se agregam em diferentes normas, para seguir, com fidelidade, o pensamento de Coseriu (1979), normas, distintas nos planos horizontal e vertical, onde se situa a pluralidade de usos, evidenciada pela variação diatópica e pela variação social, que se procura explicar seja pela presença indígena e africana, seja por uma espécie de crioulezização ou pelo próprio processo de dialeção que afeta as línguas românicas.

No tocante à variação diatópica, o português brasileiro oferece uma diversidade de possibilidades nos diferentes níveis de abordagem da língua - fonético-prosódico, morfossintático, lexical, semântico, pragmático, discursivo - que evidenciam áreas e delimitam regiões. Dessa diversidade afloram as primeiras referências no século XVIII quando se reconhecem usos típicos do Brasil e distintivos do português europeu, como o fizeram Dom Jerônimo Contador de Argote e Frei Luis do Monte Carmelo. O primeiro, referindo-se ao caráter exótico ou arcaico do vocabulário, assim se manifesta (apud Teyssier, 1982: 77):

Há os dialectos ultramarinos e conquistas de Portugal, como India, Brasil, etc., os quaes tem muytos termos das línguas barbaras e muytos vocabulos do portuguez antigo (grifo nosso).

O segundo aponta, pela primeira vez, um traço fonético diferenciador do português de Portugal e do Brasil - a não distinção entre as pretônicas abertas e fechadas, em exemplos do tipo *padeiro*, *pregar*, *corar* (com vogais abertas) e *cadeira*, *pregar*, *morar* (com vogais fechadas), como vem citado por Teyssier (1982: 77). O conhecimento amplo dessa realidade espacial torna-se, no entanto, possível com os estudos dialetais.

Hoje, essa diversidade tem-se tornado objeto de maior conscientização sobretudo com a contribuição da Geolingüística que por meio de atlas lingüísticos fornece, com precisão, o mapeamento dos usos e a localização da variação, a que não se pode deixar de agregar a contribuição específica de Nascentes (1953) que apontou, pela primeira vez, fatos distintivos ao interior do português brasileiro e propôs uma divisão dialetal do Brasil, reconhecendo grandes áreas - o falar do Norte e o falar do Sul - e apresentando um mapa da divisão dialetal do Brasil. Nesse campo têm trazido, particularmente, a sua contribuição os atlas lingüísticos regionais já publicados - Paraíba, Sergipe, Bahia, Minas Gerais e Paraná - a que se somam nove outros, em andamento, que ampliarão, consideravelmente, a visão que se passará a ter do português no Brasil. A esse enfoque de cunho regional, vem somar-se uma macro visão a ser dada pelo atlas lingüístico geral do Brasil, no tocante à língua portuguesa, projeto em curso que se propõe oferecer uma visão geolingüística do território nacional em toda a sua extensão e a partir da fala registrada em 250 localidades, selecionadas segundo os critérios estabelecidos pelo projeto, com registro da fala de 1104 informantes, cujos resultados possibilitarão traçar, com base em dados empíricos, uma divisão dialetal do Brasil e oferecerão subsídios para o conhecimento sociohistórico do português brasileiro e para o aprimoramento do ensino-aprendizagem da língua materna.

A variação social, que assinala numa perspectiva vertical os diferentes usos, tem os seus estudos implementados, principalmente a partir da década de 60, do século que se findou, com a implantação de projetos nacionais entre os quais se inscreve o Projeto de Estudo da Norma Urbana Culta no Brasil, Projeto NURC, iniciado em 1969. Voltado para a descrição da norma urbana culta, o Projeto NURC reúne documentação de cinco capitais brasileiras - Recife, Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre - e os já numerosos estudos feitos com base no *corpus* recolhido nas cinco cidades. Se os estudos dialetais dão evidência aos traços regionais, a pesquisa sociolingüística tem trazido relevante aporte para o entendi-

mento da língua e a compreensão da pluralidade de usos identificados pela correlação fatos lingüísticos-fatores sociais.

O reconhecimento da unidade sistêmica e da variação de usos no plano geográfico e social constituem-se em fator significativo para a compreensão do processo de dialeção do português brasileiro e para a definição de uma política de ensino da língua materna. Que língua ensinar-se? Que variedades de uso reconhecer-se? Como lidar com a pluralidade de dialetos que convergem para uma sala de aula? Como se define o professor: usuário de que modalidade do português do Brasil, mestre de que norma? São questões pertinentes para o ensino do português, nos diferentes níveis de escolarização mas, sobretudo, é uma questão de política lingüística a ser estabelecida, a qual deve ser capaz de encontrar, ainda, respostas para perguntas como: Por que não se sabe mais a língua portuguesa? Como se explicar o desconhecimento da modalidade culta da língua portuguesa entre as pessoas com graus diversos de escolaridade? Qual o nível de aceitabilidade da inovação e da mudança lingüísticas? Até onde pode/deve chegar a escola na convivência com a diversidade de usos e como se situa a sua responsabilidade para com a difusão de um padrão lingüístico?

Essas questões convergem para três pólos em torno dos quais passo a concluir essa apresentação: a língua nacional que somos, a língua oficial que nos fizemos ser e, finalmente, o português brasileiro ou a língua brasileira.

Um primeiro passo refere-se ao entendimento do papel de uma língua nacional que, ao lado de outras, as numerosas línguas indígenas, deve atender às necessidades culturais do país e encontrar respostas para perguntas tais como: Até onde vai a individualidade, privacidade de uma língua de maneira a fazê-la imune a interferências - empréstimos - de outras línguas? Como se deve comportar uma língua nacional diante das inovações? O que representa uma língua nacional como depositária do acervo semântico-lexical de um povo? Constitui-se o português do Brasil, desse ponto de vista, em instrumento de preservação da unidade nacional, cujo papel aglutinador é incontestado.

Língua nacional, é também língua oficial do País, o que significa dizer-se instrumento de comunicação através do qual se legisla, se administra, se desenvolve o processo escolar. Não se tratando de uma escolha natural, mas de uma deliberação política com profundas implicações histórico-sociais, a língua oficial figura entre os símbolos da Nação não apenas como elemento identificador mas como bem cultural, patrimônio do presente e, espera-se, do futuro.

Por fim, e para uma compreensão do que realmente somos em relação à língua majoritária que falamos, cabe retomar, como última das questões, a pergunta **língua portuguesa ou língua brasileira**, para uma breve conclusão.

Não pretendo abordar a questão com o espírito nacionalista que moveu muitos autores, no século passado e em épocas diferenciadas, a defenderem a existência de uma língua brasileira em oposição à língua portuguesa. As justificativas que apresentavam não se sustentam do ponto de vista científico e por isso não podem funcionar como elemento definidor de posições lingüísticas, uma vez que o sentimento de brasilidade apesar de nobre, não resta dúvida - e tem feito muita falta no momento atual à história do País - não pode constituir-se em parâmetro para a definição de questões de tal natureza.

Quero, antes, examinar o tema numa perspectiva eminentemente lingüística. De início, retomei a questão da unidade do português brasileiro, para mostrar a impropriedade do termo enquanto sinônimo de uniformidade, homogeneidade, não diferenciação, assumindo-o, no entanto, quando entendido como unidade sistêmica. Dessa posição ressalta-se de imediato a concepção de que continuamos a falar a língua portuguesa - chame-se assim, ou passemos a chamá-la português brasileiro ou português do Brasil. Em conseqüência, temos que assumir que no Brasil - e não vou tecer considerações sobre o português europeu nem sobre o português dos países africanos - o processo de dialeção é evidente, a pluralidade de usos um fato incontestado e a situação de diglossia uma conseqüência transparente.

Empenhar-se na defesa de uma “língua brasileira” afigura-se-me uma perda de tempo, um despautério, um “perder o bonde da história”. Cabe, antes, entender o processo de dialeção, a configuração de normas que passam a conviver em decorrência das mudanças sociais e das novas configurações demográficas, e encontrar os caminhos da construção harmônica nessa trilha da diversidade, sem estigmatização de usos, sem censura a comportamentos lingüísticos que nada mais são do que a própria conseqüência da evolução histórica da língua, mas garantindo a todos, indistintamente, não só uso da sua norma mas também o domínio da norma de prestígio social, como posição política de reafirmação, digamos, da “cidadania lingüística” e como forma de evitar exclusões e não contribuir para a discriminação social por motivos lingüísticos.

Como anunciei, de início, não me propunha trazer resultados de análises nem apresentar soluções para consabidos problemas de ordem lingüística. Isso, tenho certeza, não o fiz. Queria, antes, levantar questões, o que, pelo menos, espero ter alcançado.

Referências bibliográficas

COSERIU, Eugenio (1979). *Teoria da linguagem e lingüística geral: cinco estudos*. Rio de Janeiro: Presença; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo.

ELIA, Sílvio (1979). *A unidade lingüística do Brasil*. Condicionamentos geoeconômicos. Rio de Janeiro: Padrão.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda (1999). *Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

HOUAISS, Antônio (1983). *A crise de nossa língua de cultura*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

ROSSI, Nelson (1980). "A realidade lingüística brasileira. O mito da unidade e sua manipulação." *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, nº 22, Universidade de São Paulo, São Paulo, p.35-44.

SILVA NETO (1963). Serafim da. *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro.

LÍNGUAS INDÍGENAS BRASILEIRAS: EXTINÇÃO E RESGATE

Yonne LEITE

Centro Nacional de Pesquisa - Museu Nacional
Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ

1. O estado atual da arte

Ao se falar das línguas indígenas brasileiras é costumeiro o uso de palavras como perdas, danos, extinção, aliadas à diversidade, multiplicidade, patrimônio e importância científica e cultural. A essas se soma a procura de estatísticas que demonstrem o quanto nosso país perdeu e a grande tarefa a ser executada, dever de nossa consciência profissional. O tema que iremos abordar trata exatamente de perda, extinção diversidade, multiplicidade, visto pelo ângulo de patrimônio cultural e científico e estratégias de resgate.

O primeiro grito de alerta para o perigo de extinção, que até hoje perdura, e necessidade de salvamento, que teve como audiência o grande público, foi a conferência de Aryon Rodrigues (1993), feita na reunião comemorativa dos 500 anos de Conquista da América, realizada na 44ª Reunião anual da SBPC (1992), conjugando-se com a Reunião anual da ABRALIN. É bom lembrar que a grande maioria dos intelectuais se recusou a chamar a data festiva de *descoberta*, devido à espoliação e extermínio dos povos subjugados com a expansão do mundo europeu.

Em artigo anterior, Tarefas da lingüística no Brasil, de grande aceitação e que levou vários alunos a abraçarem o novo caminho de pesquisa, diz-nos Rodrigues:

Se é lícito falar em responsabilidade de uma comunidade com respeito à investigação científica na região em que vive essa comunidade, então os lingüistas brasileiros têm aí uma responsabilidade enorme, que é não deixar que se percam para sempre cento e tantos documentos sobre a linguagem humana (Rodrigues, 1966: 5).

Essa necessidade urgente de documentação e resgate vem de longa data. Nos anos 30, José de Oiticica (1933) criticava a falta de planejamento

e o modo por que estavam sendo conduzidos os estudos das línguas indígenas. Propunha um programa integrado de pesquisa e documentação, não só das línguas brasileiras, mas que englobasse também as línguas dos outros países da América do Sul. Porém, apesar dessas abalizadas e veementes denúncias, ainda na década dos 80, a institucionalização do campo era baixa, conforme demonstra artigo de Leite e Franchetto (1983) em que se analisam depoimentos de 13 pesquisadores que se dedicavam, à época, ao estudo de línguas indígenas. A resposta à pergunta de como haviam escolhido trabalhar com línguas indígenas foi praticamente unânime: “foi por acaso”.

Hoje a situação é outra. Se, no início dos anos 80, o *locus* em que apresentávamos trabalhos eram primordialmente as reuniões bi-anuais da Associação Brasileira de Antropologia (Aba), hoje a atitude lingüística e politicamente correta é abrir, em qualquer Encontro, um espaço para as línguas indígenas brasileiras. É bem verdade que ficamos um tanto ou quanto enclausurados, em GT especiais, havendo uma nítida cisão entre as mesas em que se trata do português ou das teorias lingüísticas e as que tratam das línguas indígenas. São os dados “complicados”, desconhecidos, em que se precisa prestar muita e muita atenção que afastam um número razoável de ouvintes e de interessados.

A mudança na atitude quanto às línguas indígenas não é um fato isolado no contexto em que vivemos. Foi-se, no decorrer desses anos, o mito do Brasil sem preconceitos raciais, homogêneo e singular lingüística e culturalmente. Tomamos hoje consciência de nossa heterogeneidade e já nos entendemos com um país heterogêneo e plural, com grande desigualdade social. Promulgaram-se, no mundo, os direitos humanos, luta-se por uma cidadania plena, e, mesmo que seja de maneira superficial, aos poucos começamos a aprender a conviver com a diferença e a respeitá-la. O índio ganhou o direito, na Constituição de 1988, de manter seus costumes, suas línguas e a ter sua terra.

O papel de nossas associações científicas foi crucial para a divulgação dos direitos lingüísticos e para que se consolidasse uma política de desenvolvimento do campo. Foi no I Encontro Nacional da ANPOLL (Curitiba 1985), no qual se formou o GT Línguas Indígenas, que tomou corpo a idéia de um Programa especial e integrado, que viesse a formar pessoal e a iniciar um projeto sistemático de documentação e análise, que consolidasse e institucionalizasse esta área de conhecimento. O CNPq, tendo à frente, como advogada da causa, a inesquecível Marisa Cassim, comprou a idéia, a co-

munidade aceitou o desafio e durante alguns anos se contou com recursos para formar novos quadros e retirar do rol das línguas pouco conhecidas alguns exemplares.

Em fins do século passado, a mudança já se fazia sentir. Examinando o trabalho de levantamento das teses de doutorado e dissertações de mestrado defendidas, feito por Lucy Seki e Ángel Corbera Mori¹, na época em que foram, respectivamente, coordenador e subcoordenador do GT Línguas Indígenas da ANPOLL, computam-se 85 (oitenta e cinco) línguas estudadas, em maior ou menor extensão, arroladas abaixo pela classificação genética de Rodrigues (1986), que nos permite ter uma visão panorâmica da ampliação do campo. Não é intuito aqui ser exaustivo. A listagem não está completa. Não se fez aqui qualquer análise e a intenção é puramente quantitativa. Lembremo-nos sempre que só estão incluídos neste rol as línguas que foram alvo de teses e dissertações. Há mais do que isso em andamento.

Família Aruák: Apurinã, Ashenica do Ucayali (Peru), Baré, Baniwa, Hohodene, Kuripako, Mehináku, Yawalapíti.

Família Arawá: Suriwaka.

Família Karibe: Arara, Bakairi, Ikpeng (Txikão), Kaxuyana, Kuikuro, Makuxi, Taurepang, Tiriyo.

Tronco Tupi

Família Arikém: Karitiana.

Família Juruna: Juruna, Xipaya.

Família Mondé: Cinta Larga, Gavião, Suruí.

Família Munduruku: Munduruku.

Família Rama-rama: Karo.

Família Tupari: Makuráp, Mekens, Tupari.

Família Tupi-Guarani: Asurini do Trocará, Avá-Canoeiros, Guajá, Guarani antigo, Guarani moderno (Paraguai), Kamayurá, Kokama, Mbyá, Língua Geral (Amazônia), Parakanã, Suruí (Akwawa), Tembé (Tenetehara), Tupinambá, Urubu-Kaapor, Uru-eu-au-au (Anodawa), Wayampi.

Outras línguas: Aweti, Mawé (Sateré).

1 Parte das informações aqui fornecidas constam do artigo de Leite e Franchetto, a ser publicado em *500 anos de história lingüística no Brasil*, organizado por Suzana Alice Marcelino Cardoso, Jacyra Motta, Rosa Virgínia Mattos e Silva.

Macro Jê

Família Botocudo: Krenák, Nakrehé.

Família Jê: Apinayé, Kaingang, Kayapó, Krahó, Gavião (Parakâteyé), Panará (Kren-Akorore), Pykobyé, Suyá, Xokleng.

Família Karajá: Javaé, Karajá.

Família Kariri: Kiriri (Kipeá).

Outras línguas: Guató, Yatê.

Família Guaikuru: Kadiwéu, Macovi.

Família Múra: Pirahã.

Família Maku: Dou, Nadëb, Yahup.

Família Maxakali: Maxakali.

Família Pano: Arara, Katukina, Kaxinawá, Marubo, Matsés, Poyanáwa, Shanenawa.

Família Txapakura: Moré.

Família Yanomami: Yanomami.

Línguas isoladas: Irantxe (Myky), Jabuti, Kanoê, Máku, Mapundungun (Mapuche, Chile e Argentina), Tikuna, Trumai.

Vale observar que o desejo de Oiticica começa a ser atendido, pois ultrapassam-se as fronteiras do Brasil, com trabalhos defendidos sobre o Aguaruna (Jívaro) e Asheninca Ucaiali (Aruak) do Peru, o Mocovi (Guaikuru) do Chaco Argentino, Mapudungun, mais conhecido como Mapuche, da zona central do Chile e da Argentina.

Deve-se ressaltar que gramáticas de referência já começam a surgir, tais como as que se encontram nas teses de doutorado sobre as línguas² Apurinã, Myky, Kadiwéu, Karitiana, Karo, Kaxinawá, Mekens, Tiriyo, Trumai. A qualidade destes trabalhos é atestada pelo outorga do *Mary Haas Award*, conferido à melhor tese de doutorado sobre línguas ameríndias, a Sergio Meira (1999) por sua tese de doutorado *A grammar of Tiriyo*.

Não podemos esquecer aqui a publicação da *Gramática do Kamaiurá* (Seki 2000), a qual inaugura, em bases modernas, o estudo descritivo das línguas tupi-guarani.

2 As referências completas dos trabalhos mencionados nesta seção se encontram no apêndice de LEITE, Yonne; FRANCHETTO, Bruna, 2000.

Esses dados demonstram que o avanço é grande e que o campo está em plena efervescência. Mas ainda, assim, ainda há muito a fazer. Das 180 línguas que se estimam ainda existentes, retomamos metade. Falta ainda outro tanto.

Será isso suficiente para afastar o perigo da extinção e, mais ainda, para que se cumpra o desiderato dos que participam dessas tarefas de resgatar a língua e, ao mesmo tempo, instrumentalizar essas populações com uma educação bilingüe para que possam atuar no mundo dos brancos em condições de maior igualdade e defender seus direitos garantidos na Constituição? E mais ainda fazer com que os resultados de nossas pesquisas possam ser usufruídos pelos povos que foram nosso objeto de estudo e continuadas pelas gerações que nos sucedem de tal modo que não tenham de partir da estaca zero?

2. Mundos que se findam

Rodrigues (*op.cit.*) faz um minucioso estudo dos grupos extintos desde as 76 “nações tapuyas”, que englobariam 68 línguas, no levantamento feito por Fernão de Cardim em 1584 e constante de sua obra *Do princípio e origem dos índios do Brasil e de seus costumes, adoração e cerimônias* até os dias atuais. Acrescentando outras fontes, Rodrigues estima que no início da colonização eram faladas 1175 línguas, tendo-se extinto no decorrer dos séculos cerca de 1000, se calcularmos que hoje são faladas 180 línguas, o que significa que apenas 15% teriam sobrevivido.

As estimativas e prognósticos podem se alterar com contatos com grupos que viviam até bem recentemente isolados. Nos anos 80, pesquisadores do Museu Goeldi encontraram os dois últimos falantes de Puruborá e redescobriram o Kujubim; em 1987, o Zo'e ingressou na família Tupi-Guarani; em 1995, foi identificado um grupo arredio como sendo falante do até então desconhecido Canoê. Grenand e Grenand (1993) listam 52 grupos amazônicos ainda sem contato.

Em outros casos, pesquisas demonstram que grupos e línguas considerados extintos, como os Guató, que não falariam mais a língua, ou o Krenák, ainda a mantêm e a escondiam por medo de serem tomados como caboclos ignorantes.

Previsões de extinção próxima não se confirmam: Laraia e Matta (1967) previram o desaparecimento iminente dos Parakâteye (Gaviões, Jê) e dos Akwáwa (Suruí, Tupi-Guarani), ameaçados pelas frente de expan-

são extrativista da castanha do Pará. Esses grupos, no entanto, superaram suas dificuldades populacionais e cresceram em número de indivíduos. O mesmo se pode dizer dos Tapirapé (Tupi-Guarani) que, reduzidos a 40 pessoas e apenas quatro crianças na década de os 40, hoje são cerca de 450 pessoas, das quais aproximadamente 50% são crianças e adolescentes.

É de surpreender que, apesar de todas as vicissitudes históricas e da política que perdurou por séculos de homogeneização lingüística e cultural, o Brasil, seja, no contexto sulamericano, o país com a maior diversidade genética. Hoje estima-se a população indígena em 350 000 pessoas e 206 etnias. São cerca de 180 línguas, das quais a grande maioria se encontra na região amazônica, para uma população que se distribui em 41 famílias, dois troncos, uma dezena de línguas isoladas. No entanto, tem uma das mais baixas concentrações de população por língua. O número de falantes vai de um máximo de 20 000 a 10 000 (Guarani, Tikuna, Terena, Makuxi, Kaingang), a pouco mais de 10, quando não resta um único e último falante. A densidade populacional média é de menos de 200 falantes por língua.

Krauss (1992) lançou uma alerta para o mundo quando afirmou, com base em rigoroso levantamento, que, no século a se iniciar, 3 000 das 6 000 línguas existentes no mundo desaparecerão e 2 400 estarão perto da extinção. Apenas 600, ou seja 10%, se encontram seguras, a salvo; no século XXI, diz Hale (1998), a categoria “língua” incluirá somente aquelas faladas por, no mínimo, 100 000 pessoas. Isso significa que 90 % das línguas do planeta estão em perigo; pelo menos 20% - ou talvez 50% - das línguas já estão agonizando., isto é, já se verifica a ruptura geracional e os filhos não mais falam a língua dos pais.

Os prognósticos não são, pois, alentadores. Por mais que façamos no nosso trabalho de revitalização através de uma educação indígena bilingüe, na revalorização que inculcamos nos professores indígenas da língua nativa, parece-me que as condições sociais podem vencer: o poder da televisão, a necessidade de participar de encontros nacionais e regionais, em que o português é a língua geral, apesar da universidade indígena que está a se fundar no Estado de Mato Grosso, a força do mundo moderno globalizado e de uma ideologia neoliberal é bem capaz de vencer essa tarefa, sem lucro econômico-financeiro, de revitalizar e proteger um patrimônio cultural.

Lembremo-nos de que a perda de uma língua é irreversível e um dano irreparável do patrimônio da humanidade. Além disso, num continente em que a pré-história ainda é muito desconhecida, cada língua que se perde significa talvez a ausência de um elo importante para a reconstrução desse passado que suscita uma enorme curiosidade a todos e uma grande vontade de desvendá-lo e conhecê-lo. É um anseio da humanidade querer saber quem somos, de onde viemos, para onde vamos.

3. A importância científica das línguas indígenas brasileiras

Em geral, nos projetos de pesquisa que versam sobre documentação e análise de línguas indígenas brasileiras, submetidos às agências de fomento, dois tipos de justificativa são apresentados: uma de cunho científico, qual seja, a possibilidade de contribuir para confirmar ou infirmar teorias lingüísticas, outra, de cunho social, a participação em projetos educacionais bilingües, na função de assessor.

Trataremos aqui rapidamente, e usando minha experiência pessoal com a pesquisa Tapirapé, da primeira justificativa para que os órgãos de fomento nos financiem, qual seja, a contribuição que as línguas indígenas faladas no Brasil, tão desconhecidas na bibliografia internacional, poderiam trazer para a discussão de teorias e de fatos sobre a linguagem humana.

A língua Tapirapé (família Tupi-Guarani), como tantas outras, fadada, na década dos 40, à total e rápida extinção, é hoje falada por cerca de 450 indivíduos, que recuperaram seu antigo território, se reconstruíram enquanto grupo social, têm escola com professores indígenas, e são ativos participantes da luta pelos direitos indígenas. São assíduos freqüentadores das Assembléias Indígenas. Alguns de seus membros já andaram pelos Estados Unidos e Europa. Visitam com freqüência São Paulo, Goiânia e Brasília. E já entraram na bibliografia lingüística internacional. William Labov (1994) usa os dados, apresentados por Soares & Leite (1991) da mudança vocálica em cadeia ocorrida em tapirapé, que, aparentemente, contradizem a tendência universal de perda da nasalização já que esta língua não desnasaliza, antes nasaliza o *a.

Apesar da recuperação espantosa, fruto de uma assistência primorosa e sensível das Irmãzinhas de Jesus, continua, pelos critérios que vimos na seção anterior, uma língua ameaçada de extinção, perigo que é documentado e analisado por Luiz Gouvêa de Paula (2001), que trata, em sua dissertação de mestrado, da entrada maciça de étimos do português, de categorias

gramaticais e até mesmo de sufixos na fala de crianças e de adultos. As crianças já substituíram até o vocativo *towi* por *papai*. Os pais, em fase de nacionalização patente, os forçam a usar *xeropy*, o vocativo dos adultos.

A sintaxe Tapirapé apresenta fatos bastante interessantes, aparentemente relacionados, que são compartilhados pelo Asurini do Trocará (Tupi-Guarani, Vieira, 1993), Kadiweo (Guaikuru, Sandalo, 2001), ambas situados em território brasileiro, Mohawk (Baker, 1995), Choctaw, Salish (Jelinek, 1989), Estados Unidos e Warlpiri (Hale, 1984), Austrália, entre outras.

Esses fatos são os seguintes 1) ordem sintagmática livre; 2) anáfora zero ou apagamento de sintagmas nominais; 3) sintagmas descontínuos; 4) ausência de quantificadores, 5) ausência de questões múltiplas; 6) incorporação nominal).

A correlação entre esses fatos deu origem, tomando por base a teoria da regência e da vinculação, ao estabelecimento de um parâmetro denominado parâmetro da não-configuracionalidade. Para Hale (1984), o primeiro a estabelecer essa correlação com base nos dados do Warlpiri, a proposta foi a de parametrizar o princípio da projeção: essas línguas não teriam sintaticamente uma configuração arborea, em que se hierarquizam assimetricamente o sujeito e o objeto. Nelas, os sintagmas seriam enfileirados como contas num colar. Baker (1995) e Jelinek (1984), de modos diferenciados, seguem outro caminho e consideram que nas línguas com essas características os sintagmas nominais não são argumentos do verbos, mas sim adjuntos. Uma consequência, desenvolvida por Baker (1995) e denominada Parâmetro da Políssintese, é que, ao serem adjuntos, em sentenças do tipo *ele quebrou o braço de Pedro ele e Pedro* são co-referenciais.

Porém o Tapirapé, e muito provavelmente o Asurini, não permite esse tipo de co-referencialidade, o que o distingue do Kadiweo e do Mohawk. Como incluir, então, essas línguas nessa tipologia? Não há dúvidas de que a ordem sintagmática não é um mecanismo que indique função gramatical, mas tem uma função pragmática. Também diferentemente do Kadiweo e do Mohawk, o Tapirapé e o Asurini não têm uma morfologia verbal complexa. Em que esses dados comprometem a parametrização proposta, já que tanto o Asurini, como o Tapirapé têm quase todas as características do mohawk, menos essas duas? Haveria, então, um subparâmetro? Ou será que haveria uma escalaridade nas características do parâmetro?. Isso não tornaria a teoria poderosa demais? O Tapirapé e o Asurini seriam como o

Japonês e não como o mohawk? São perguntas que os fatos suscitam, mas que não podemos nos alongar aqui. Moveu-nos tão somente mostrar como a consideração das tão conhecidas línguas Tupi-Guarani podem, qualquer que seja a teoria adotada, levar a repensar e a avaliar uma hipótese ou uma proposta.

Para finalizar pensemos em um futuro, já que são decorridos quase 20 anos do processo de revitalização do campo e já temos uma posição assegurada no academia.

4. Em prol de um futuro

Tratarei aqui de algumas iniciativas que me parecem primordiais para um efetivo resgate e uso dos resultados que foram até agora produzidos.

Em primeiro lugar o montante de material é bem significativo e seria oportuno fazê-lo acessível a todos, índios e não índios. Se a perspectiva de sobrevivência dessas línguas não são animadoras, temos o dever de tornar o resgate, que vem sendo laboriosamente feito, mais permanente e organizado. É difícil hoje em dia ter acesso à bibliografia disponível e atual. E já temos um bom começo para isso. Retomo aqui o levantamento de Lucy Seki e Ángel Corbera Mori. Não está completo, mas poderíamos partir dele e organizarmos um banco de teses e dissertações, nos moldes do que foi feito pela Aba para o campo da antropologia. Seria, assim possível, pelo cruzamento de informações, saber as lacunas existentes na documentação das línguas, e avaliar efetivamente a extensão do conhecimento de que se pode usufruir. Em segundo lugar, urge criar um centro referencial que congregue os trabalhos feitos, teses, dissertações, artigos, comunicações a congressos, cartilhas, material de apoio didático etc. etc. Isso quanto à parte escrita.

Há, no entanto, a parte sonora que necessita urgentemente de um local apropriado para que o resgate não se perca mais depressa do que as línguas. Guardados em nossas casas, sem as devidas precauções, terão vida curta. Todas essas iniciativas deveriam ser supra-institucionais, com pessoal especializado, e com essa tarefa específica.

A importância dessas iniciativas me parece evidente: temos professores indígenas e uma universidade indígena. Todos precisam de material para ler, avaliar, criticar e produzir novas análises, novas interpretações, sem partir do zero. Se tiverem de passar pelas dificuldades que temos para conseguir um texto, uma tese, um dissertação, pode ser que até desistam. Fico

também a imaginar que talvez algum dia, quando essas línguas não forem mais faladas, bata em um dos seus descendentes aquela vontade de saber quem ele é, de onde veio, que língua seus antepassados falavam. E o prazer que terá em ouvir um mito, com toda sua riqueza de execução oral, com seu ritmo, sua cadência, suas repetições, suas onomatopéias.

Esse dia há de chegar. Até lá, enquanto aguardo, minha esperança é que o movimento indígena continue bastante forte e vigoroso de modo que nenhum dos jovens de hoje tenham de ouvir o pedido, diria a súplica, que me foi feito, na condição de presidente da Associação Brasileira de Antropologia, pelos três últimos sobreviventes Juma. Pediam-me para interceder junto às autoridades competentes a fim de pudessem voltar ao seu lugar de origem. Queriam apenas lá morrer e ser enterrados junto a seus antepassados, único futuro que lhes restava, única esperança que os movia.

Agradeço a minha irmã do coração, de lutas e de ideais, Suzana Alice Marcelino Cardoso pelo convite, à Abralín, pelo espaço aberto e a vocês, aqui presentes, pela paciência com que me ouviram.

Referências bibliográficas

- BAKER, Mark. *The polysynthesis parameter*. Oxford: Oxford University Press, 1995.
- GRENAND, Pierre ; GRENAND, Françoise. *Amérique équatoriale: grande Amazonie*. In: BAHUCHET, Serge (Ed.). *Situation des populations indigènes des forêts denses et humides*. Luxemburg: Office des Publications Officielles des Communautés Européennes. 1993. p. 89-176.
- HALE, Ken. Warlpiri and the grammar of non-configurational languages. *Natural Languages and Linguistic Theory*, [s.l.], v. 1, n. 1, p. 5-47, 1983.
- _____. On endangered languages and the importance of linguistic diversity. In: GRENOBLE, Lenore A.; WHALEY, Lindsay J. (Eds.). *Endangered languages: language loss and community response*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998. p. 192-216.
- JELINEK, Eloise. Empty Categories, Case, and Configurationality. *Natural Language and Linguistic Theory* 2: 39-76, 1984.
- _____. *Argument type in Athabaskan: evidence from noun incorporation*. Ms., Tucson: The University of Arizona, 1989.
- KRAUSS, Michael. The world's languages in crisis. *Language*, [s.l.], n. 68, p. 4-10, 1992.
- LARAIA, Roque de Barros; MATTA, Roberto da. *Índios e castanheiros: a empresa extrativista e os índios no médio Tocantins*. São Paulo: Difel, 1967.
- LEITE; Yonne; FRANCHETTO, Bruna. A concepção dos lingüistas. *Cadernos de Lingüística*, Campinas, v. 4, p. 15-30, 1983.
- _____. 500 anos de línguas indígenas. In: CARDOSO, Suzana, MOTTA, Jacyra, SILVA, Rosa Virginia Mattos (coord.). *500 anos de história da lingüística do Brasil*. Salvador: Ufba, 2000. (no prelo).
- MEIRA, Sérgio. *A grammar of Tiriyo*. 1999. - Rice University, Houston, 1999.
- OITICICA, José. Do método no estudo das línguas sulamericanas. *Boletim do Museu Nacional*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 41-81, 1933.
- PAULA, Luiz Gouvêa. *Mudança de código em eventos de fala na língua tapirapé durante a interação entre crianças*. 2001: 185f.-- Faculdade de Letras, Curso de Mestrado em Letras e Lingüística, Universidade Federal de Goiânia, Goiânia, 2001.
- RODRIGUES, Aryon Dall'Igna. Tarefas da lingüística no Brasil. *Estudos Lingüísticos*, [s.l.], v. 1, n. 1, p. 4-15, 1966.

_____. *Línguas brasileiras*. São Paulo: Loyola, 1986.

_____. Línguas indígenas: 500 anos de descobertas e perdas. *DELTA* vol. 9 nº 1: 83-103, 1993.

SANDALO, Filomena. A violação da condição C em kadiweu. 2001. A sair em *DELTA*.

SEKI, Lucy. *Gramática Kamayurá: língua Tupi-Guarani do Alto Xingu*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2000.

SOARES, Marília Facó; LEITE, Yonne. Vowel shift in the tupi-guarani language family: a typological approach. In Mary Ritchie Key (ed). *Language change in south American indian languages*. Philadelphia: Univeristy of Pennsylvania Press, 1991. p. 36-53.

VIEIRA, Márcia Maria Damaso. *O fenômeno de não-configuracionalidade na língua Asurini do Trocará: um problema derivado da projeção dos argumentos verbais*. 1993. 274 f. - Departamento de Lingüística, IEL, Unicamp, Campinas, 1993.

SUBTIPOS DE NOMEAÇÃO

Mônica Magalhães CAVALCANTE
 Universidade Federal do Ceará - UFC

Introdução

Neste trabalho, analisamos, a partir da relação entre critérios formais e semântico-pragmáticos, alguns contextos em que mais freqüentemente se instauram os processos de nomeação anafórica e dêitico-discursiva. A nomeação, que consiste numa operação de encapsulamento de porções textuais de extensão variada, desempenha um importante papel de organização de informações no discurso, bem como, às vezes, de veiculação de conteúdos de valor axiológico (cf. Conte, 1986). Por essa estratégia textualizadora (Koch, 1997), as “informações-suporte” (cf. Apothéloz; Chanet, 1997), que se encontram difundidas no cotexto anterior ou posterior, são erigidas em referentes, os quais não apresentam, no universo discursivo, antecedentes pontualmente delimitáveis. Nosso propósito é relacionar certos subtipos de expressões nomeadoras a diferentes funções discursivas que elas desempenham em gêneros textuais escritos.

As diferentes formas da nomeação

O que Apothéloz e Chanet (1997) tratam por “nominalização” - e que estamos designando como *nomeação* - pode expressar-se por meio de recursos lingüísticos distintos:

- por pronomes substantivos demonstrativos, como em:

(1) “Cardoso (1994,1995 e 1996), a partir da análise de produções orais, defende que ao contrário do que prega a tradição, o demonstrativo não tem por função apontar para objetos ou fatos envolvidos na situação imediata de comunicação. Mais que isso, os demonstrativos introduzem pressuposições no discurso cuja interpretação é condicionada ao conhecimento partilhado dos falantes.” (artigo científico)

- por sintagmas nominais introduzidos por artigo definido, como:

(2) “O trabalho (...) focaliza as dimensões contextual e causal dos verbos predicadores Benefactivos, quer em sua acepção básica, quer em suas incursões metafóricas.” (resumo acadêmico)

• por sintagmas nominais assinalados por demonstrativos, advérbios ou outras formas indiciais equivalentes, como nas seguintes ocorrências:

(3) “Nos últimos seis anos, 454 empresas industriais, nacionais e estrangeiras, se instalaram no estado. Essa revoada propiciou investimentos de US\$ 5,4 bilhões (...)” (CL02 - Carta ao Leitor)

(4) “Nesta ocasião abordaremos os seguintes pontos de pauta: (...)” (C008 - Carta Oficial)

Conforme sugerem Apothéloz e Chanet (1997), em caso de nomeações manifestadas por SNs, várias alternativas são ainda possíveis, dependendo do item lexical selecionado pelo falante, que pode consistir de:

-um nome morfológicamente derivado de um verbo da proposição que forneceu as informações-suporte, como *alegar - a alegação; afirmar - essa afirmação; recomendar - tal recomendação* etc; ou uma forma supletiva (à falta de um correspondente na língua), como em *o sono, o medo, este encargo* etc.;

- um nome que evidencie o valor ilocutório ou perlocutório da enunciação, como em *o aviso, essa explicação, este comentário* etc.;
- um nome que transforme processos específicos em processos genéricos, como em *essa tarefa, a análise, esta distinção* etc;
- um nome que exprima juízo de valor, como em *essa desculpa, este preconceito, esse erro de interpretação* etc.

Verificamos, em estudo anterior (cf. Cavalcante, 2001), que as nomeações realizadas por pronomes, diferentemente das que se materializam por sintagmas nominais, permitem ao falante despender pouco esforço cognitivo, uma vez que não precisará escolher o nome que designe mais apropriadamente suas intenções comunicativas. Assim, quando em interações de processamento on line, por exemplo, ou quando simplesmente não se pretende acrescentar nenhum conteúdo argumentativo, como em (5), abaixo, parece ser mais cômodo, dado o alto grau de genericidade, empregar apenas uma pro-forma resumidora:

- (5) É aquela posição subumana do condenado que prefere omitir-se sobre a injustiça da pena que lhe foi imposta, por temor de que a simples discussão possa agravá-la ainda mais. Quando se transporta isso para o âmbito de uma nação (...). (editorial - jornal O Povo, 4/9/00)

Já as nomeações realizadas por SNs correspondem ao que Francis (1994) vem denominando como “rótulos”, e nem sempre cumprem um papel meramente sumarizador. Conte (1996) defende precisamente o contrário: que essas expressões rotuladoras exercem função principalmente argumentativa. Pelo exame de nossos dados, verificamos, porém, que, dependendo do gênero e dos propósitos comunicativos do falante, os rótulos são empregados, muitas vezes, apenas para encapsular informações.

A nomeação e os parâmetros de deiticidade e de referencialidade

Temos postulado que as nomeações expressas por rótulos podem ser de duas espécies:

- a) quando comportam elementos dêiticos, como demonstrativos e advérbios, assumem as características de dêiticos discursivos, conforme se pode ver nos exemplos (3) e (4);
- b) quando são introduzidas por artigos definidos, são anafóricos de remissão não-pontual, como no exemplo (2).

Em Cavalcante (2000), argumentamos que todo dêitico discursivo só poderia merecer tal designação se carregasse consigo algum traço que estabelecesse vínculo com as coordenadas dêiticas da enunciação. Do contrário, poderia perfeitamente ser enquadrado entre os anafóricos, porque lhe restaria apenas a função da referencialidade, peculiar a qualquer fenômeno de anáfora.

Sob tal perspectiva, nem todas as nomeações pronominais, conforme mostram nossos dados, conquanto sejam sempre formalizadas por demonstrativos ou por advérbios, não configuram, em todas as situações um caso de dêixis discursiva, necessariamente. Um dos casos que apontam nessa direção é o do demonstrativo o, recurso a que freqüentemente se recorre para recapitular, por aposição, proposições inteiras. Exemplo:

- (6) “Nela estes lapsos ocorrem, talvez pela influência da opção narrativa do

começo do texto (discurso direto), sendo corrigida (rasurada) logo em seguida, pois nenhum acréscimo na entrelinha é feito, o que nos leva a suspeitar que estes consertos são realizados no momento em que são escritos.” (artigo científico)

Veja-se que, neste caso, o pronome não assinala o ponto de referência dêitico do falante ou do interlocutor, e não deve ser tratado, por isso, como um *dêitico*.

Do mesmo modo que o demonstrativo *o*, o advérbio *assim*, bem como os demonstrativos *tal* e *semelhante*, não implicam a presença do falante, embora dirijam o foco de atenção do destinatário para as proposições destacadas, o que lhes confere algum grau de deiticidade. Exemplo:

(7) “Essa última interpretação, perfeitamente possível, está condicionada a fatores discursivos, uma vez que permite perceber uma estreita relação entre as duas proposições, como se ambas tivessem a mesma significação, no sentido de que dizer que as lideranças devem encontrar formas para conviver... é dizer que para que tal fato ocorra necessita-se de entendimento, de modo que um fato implica outro.”

Outros casos, apesar de serem reconhecidos na literatura como *dêiticos textuais* (cf. Apothéloz, 1995), não devem ser entendidos propriamente como nomeações. Enquadram-se aqui certas expressões adverbiais como *abaixo*, *acima*, *anteriormente*, *a seguir* etc. São dêiticas porque pressupõem a posição da última enunciação do falante; e porque dirigem a atenção dos interlocutores para lugares específicos no texto. Mas não encapsulam; são meros organizadores textuais e, por isso mesmo, exercem a importante função de localizar conteúdos na linearidade do texto, como se pode perceber pelo exemplo:

(8) “Para comprovar a idéia de que o pronome não introduz um elemento totalmente novo, a autora apresenta um exemplo no qual existe apenas co-referência textual, mas cujos referentes são distintos, como se vê abaixo: (...)” (artigo científico)

Note-se o comportamento exclusivamente “sinalizador” (para utilizar o termo de Koch, 1997), e não exatamente resumidor, de “abaixo”. Expressões assim simplesmente apontam para posições na superfície textual; ope-

ram, pois, como dêiticos no espaço físico metaforizado do texto, mas não exercem primordialmente uma função referencial. Diferentemente dos demonstrativos, que transportam informação velha para o discurso, algumas dessas formas, quando em uso catafórico, como em (8), indicam a introdução de novas proposições.

Chamamos a atenção, ainda, para o advérbio *aqui*, que pode sumarizar todo o conteúdo do texto, representando-o por inteiro, como em (9):

(9) “Pretendemos, *aqui*, analisar casos evidentes de reelaboração textual, onde a criança, a partir de um confronto com a sua própria expressão escrita, em acertar a ortografia correta de um termo, ou na preocupação estrutural do texto que cria.” (artigo científico)

Exemplos dessa natureza, que encontram correspondentes também entre sintagmas nominais rotuladores, do tipo *este trabalho, este estudo, a pesquisa, etc.*, se diferenciam de todos os demais porque remetem ao discurso como um todo, não a segmentos dele. Além disso, acumulam ainda uma remissão ao espaço físico real da comunicação, na medida em que marcam o ponto de referência do falante.

Por fim, outro comportamento peculiar de certos nomeadores é o das formas seqüenciais (Koch, 1997), pronominais e nominais, como *por isso, além disso, nesse sentido, etc.*, que apresentam função, por assim dizer, “menos referencial” do que a dos demais subtipos. Com efeito, o objetivo dessas formas é muito mais fazer o texto avançar, promovendo a articulação temática, do que encapsular informações.

Como vemos, há nomeações com graus variados de deiticidade (subjetividade) e - curiosamente - de referencialidade também, os dois parâmetros que nos parecem definir a dêixis discursiva.

Funções cognitivo-discursivas das nomeações

As nomeações realizadas por SNs (rótulos) são sempre tratadas como “anafóricas”, mas, na maioria dos casos, são dêitico-discursivas. Acreditamos que as funções executadas por um ou outro tipo divergem em aspectos importantes, não somente pelo jogo de *flashes* acionado pelo contraste no discurso entre procedimento dêitico e procedimento anafórico (ver Ehlich, 1982), mas também pelas condições de saliência, dentro do “universo mostrado” (cf. Ducrot, 1977), impostas pelo uso do demonstrativo.

As pesquisas que tratam de nomeações e de rótulos têm negligenciado essa distinção, que julgamos relevante, na medida em que ela aponta para um outro tipo de função textual, que não a de encapsulamento, comum a ambos os casos. A diferença se estabelece a partir de uma função cognitiva de (re)focalização de conteúdos. Koch (2001) sugere três funções desempenhadas pelas formas referenciais nominais no texto:

- a *cognitiva*, pela qual elementos previamente introduzidos no cotexto são reativados, por uma estratégia de (re)focalização na memória operacional do interlocutor;
- a de *encapsulamento* ou *sumarização*, que, junto com o traço formal de realizar-se por SNs, compõe a própria definição de rótulos; e
- a de *organização textual*, pelas quais o falante sinaliza para o interlocutor que está passando de um estágio a outro de sua argumentação. Como observa a autora, as expressões rotuladoras

possuem, portanto, uma importante função na introdução, mudança ou desvio de tópico, bem como de ligação entre tópicos e subtópicos. Ou seja, elas introduzem mudanças ou desvios do tópico, preservando, contudo, a continuidade tópica, ao alocarem a informação nova dentro do quadro da informação dada. Desta forma, são responsáveis simultaneamente pelos dois grandes movimentos de construção textual: retroação e progressão. (Koch, 2001:4)

O procedimento dêitico dos rótulos com demonstrativo é, dessa forma, responsável pela (re)focalização de conteúdos difundidos no contexto e pelo monitoramento da atenção dos interlocutores, razão por que reiteramos a necessidade de se aprofundarem os estudos sobre o contraste entre os papéis discursivos dos determinantes definidos e demonstrativos nessas expressões referenciais.

Trabalhos recentes de Koch (2001) e Zamponi (2001; ver também Cavalcante, 2001) têm se ocupado da descrição dos contextos que favorecem o emprego ora do definido, ora do demonstrativo nas expressões nominais de modo geral. Tem-se constatado que, embora as duas formas sejam intercambiáveis na maioria das ocorrências, há casos em que, de fato, a substituição não parece aceitável, como em:

- (10) “Nesse sentido, o trabalho do locutor (na fala ou na escrita) é sempre um trabalho conjunto, embora materialmente realizado por um indivíduo, revelando um movimento contínuo e recursivo inter-intra-individual.

Além destes fatores, as interações narrativas em contextos instrucionais de ensino têm despertado o interesse de estudiosos (...)” (artigo científico)

Compare-se:

* Além dos fatores, as interações narrativas em contextos instrucionais de ensino têm despertado o interesse de estudiosos (...)”

Pela particularidade de resumirem informações do cotexto, as nomeações têm sempre status de dadas, de velhas para o destinatário, de vez que, ao sumariá-las com uma forma definida, o falante reconhece o conteúdo como sendo compartilhado. Mas as expressões nomeadoras podem apresentar, em várias ocorrências, o status de novas para o discurso, e em outras, o estatuto de velhas. Tomamos por base a proposta de Prince (1992), segundo a qual o referente pode ser novo/velho com relação às crenças do falante sobre os conhecimentos do ouvinte; ou novo/velho com relação à sua condição de conteúdo recentemente introduzido ou apenas mantido no modelo discursivo criado.

A partir desse pressuposto, diremos que, no que respeita ao modelo de discurso construído na interação, as nomeações, sempre que forem manifestadas por pronomes substantivos demonstrativos, embora se baseiem em informações velhas, anteriormente explicitadas, estabelecem um referente novo no discurso. Chamamos atenção, aqui, para o equívoco, por vezes encontrado na literatura sobre status informacional, de se confundir “informação nova” com “referente novo”, tomando-se um pelo outro.

Uma nomeação pronominal, como *isso*, *isto*, tem sempre o estatuto de velha, porque não acrescenta, por sua própria descrição formal, nenhuma informação nova ao discurso. Todavia, exatamente por se tratarem de nomeações, que se descrevem por erigirem em referentes informações difusas no contexto, elas introduzem, por definição, referentes novos no discurso. É o que ocorre em (11), abaixo, tanto com o *isso*, quanto com o zero:

- (11) O departamento continua no mesmo lugar, eu fiz o exame de qualificação no dia 29 de novembro, isso me tomou algum tempo mas agora \emptyset já passou. (carta pessoal entre amigos)

Por outro lado, as nomeações, quando manifestadas por sintagmas nominais, são novas, conforme argumenta Conte (1996), por dois motivos: primeiro, porque, enquanto itens lexicais e enquanto referentes, ainda não ocorreram no cotexto; segundo, porque, muitas vezes, sob a base de uma informação dada, é adicionado um valor axiológico. Em outras palavras, podemos afirmar que as nomeações por SNs (rótulos) sempre introduzem referentes novos no discurso, mas nem toda vida adicionam efetivamente informações novas. A informação será velha se apenas sumariar o conteúdo difuso no texto; será nova se, além de resumir, prover ao conteúdo algum traço avaliativo. Observe-se que o rótulo, em (12), simplesmente encapsula as informações-suporte com um nome de natureza metalingüística, ao contrário do rótulo em (13), que comporta um ponto de vista do enunciador:

- (12) “Condenado pelos tribunais da Inquisição por ter afirmado que a Terra se move em torno do Sol, Galileu Galilei, um dos grandes gênios da revolução científica do século 17, foi obrigado a negar suas idéias. No momento em que se retratava em voz alta, ele teria dito, bem baixinho, para ninguém ouvir, “Eppur si muove” (No entanto, ela se move), referindo-se à Terra.

Lembrei dessa história (DD-rótulo) em minha primeira reunião com a equipe (...)” (CL06 - Carta ao Leitor)

- (13) “Foram esses homens que Gudin identificaria como ordinários, que elevaram a nossa dívida externa de 60 bilhões para 600 bilhões de dólares, e a dívida interna de 100 bilhões para 300 bilhões de dólares. *Foi esse endividamento irresponsável*, ao lado da corrupção, que levou o País e o seu povo ao estado de pobreza e miséria que os assola e angustia. (editorial - jornal *O Povo*, 4/9/00).

Note-se o importante papel das nomeações rotuladoras na hierarquização semântica do texto, organizando as subunidades temáticas e preparando o terreno para novas predicções. Poderíamos, até esta primeira etapa da pesquisa, dividir as nomeações que constituem rótulos em três grandes grupos:

- 1) as que contêm valores axiológicos e desempenham uma função dupla, referencial e atributiva, ou de “tematização remática” (ver Koch, 2001 e Marcuschi, 2000), conduzindo informações velhas e novas, e introduzindo um referente novo no discurso, como em (13) acima e como no exemplo seguinte:

(14) “Mais uma vez o governo lavra um tento em sua forma de administrar a Nação: o problema deixa de existir pelo simples fato de considerar-se encerrado. O mais surpreendente é que *essa estratégia de governar, com a retórica - ou o silêncio - substituindo a solução dos problemas*, parece dar certo.” (editorial - jornal *O Povo*, 4/9/00)
- 2) as que, não conduzindo elementos avaliativos, se diferenciam pelo tipo de nome rotulador; variam segundo a espécie de classificação que realizam e segundo o grau de genericidade do hiperônimo empregado. É o caso de (14) acima e dos nomes “de processo mental”, como em *o pensamento*; ou dos nomes “metalingüísticos”, como em *essa frase*; ou dos nomes “de atividade lingüística”, como em *esta denúncia* (ver esta subclassificação em Francis, 1994).
- 3) as que portam um rótulo tão genérico que se aproximam dos pronomes, e não têm, em vista disso, nem função avaliativa, como no primeiro grupo, e nem função classificadora, por vezes metalingüística, como no segundo grupo. Aproximam-se daquilo que Halliday e Hasan (1973) denominaram de *nomes gerais*, como *essa coisa*, *esse negócio* etc.

Cumprido descrever ainda, na próxima fase desta investigação, os traços lexicais dos nomes rotuladores a fim de subagrupá-los segundo parâmetros semânticos mais definidos.

As nomeações em gêneros textuais distintos

Realizamos uma análise qualitativa do comportamento das nomeações a partir do exame de 66 exemplares de textos escritos, pertencentes aos gêneros jornalísticos, acadêmicos e epistolares, distribuídos da seguinte maneira:

Epistolares (21): 3 cartas pessoais, 3 bilhetes, 15 cartas oficiais

Jornalísticos (22): 10 cartas ao leitor, 12 editoriais

Acadêmicos (23): 3 artigos científicos, 20 resumos acadêmicos,

Apesar de os gêneros “carta ao leitor” receberem a designação de “cartas”, não manifestam inteiramente, a nosso ver, as características próprias dos gêneros epistolares, não somente por não se organizarem segundo o formato externo típico, mas ainda por terem caráter não-dialógico. Principalmente por seu conteúdo, elas se aproximam dos editoriais, sobretudo em revistas como *Veja e Isto é*, em que só raramente se encontram indicações de apelo ao leitor.

Provisoriamente, agrupamo-las entre os textos jornalísticos, a despeito de sua natureza híbrida, porque julgamos que de algum modo se avizinham aos editoriais, não apenas pelo suporte (ou veículo) - de vez que aparecem em revistas -, mas também pelo conteúdo, que informa, geralmente, sobre a matéria de destaque, e pelo desenvolvimento argumentativo do texto.

Para identificar os subtipos de nomeações, consideramos os seguintes critérios:

- formais: realização por pronome ou por sintagma nominal; determinação por artigo definido ou por demonstrativo, ou por advérbio; presença/ausência de modificadores no sintagma;
- discursivos: função referencial, atributiva ou apenas sinalizadora das nomeações; referência anafórica ou dêitico-discursiva; status informacional;
- semânticos: traços lexicais dos nomes nos rótulos - valor axiológico, classificação metalingüística, grau de genericidade.

Os resultados nos têm levado à constatação geral de que as nomeações não se distribuem do mesmo modo em todos os gêneros, nem em termos de quantidade, nem em termos de traços descritivos. Uma rápida comparação entre os três gráficos seguintes pode dar a exata medida da discrepância de ocorrências entre os gêneros analisados:

Gráfico 1:

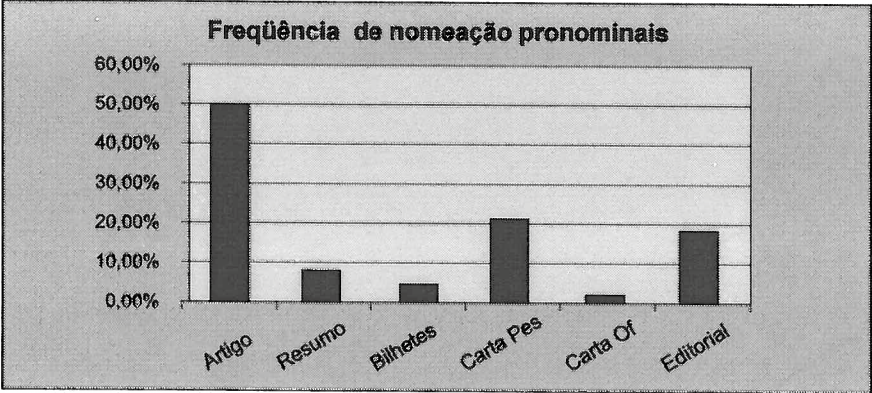


Gráfico 2:

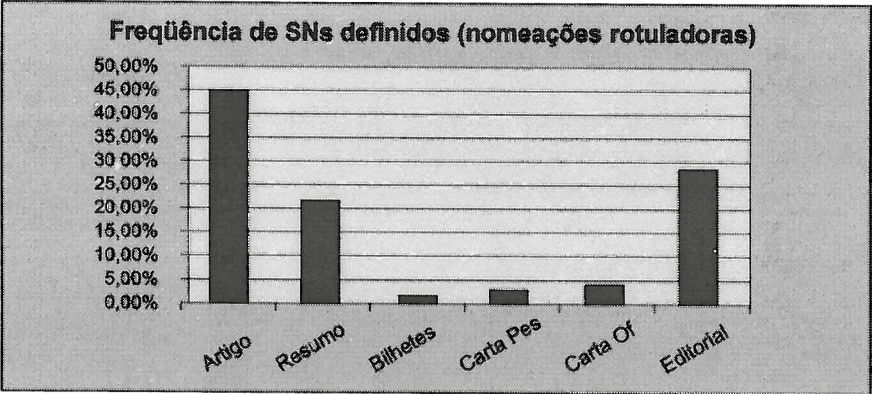
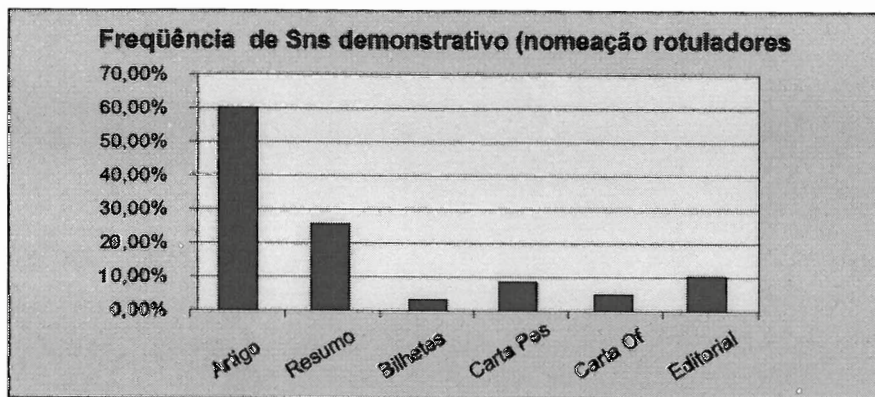


Gráfico 3:

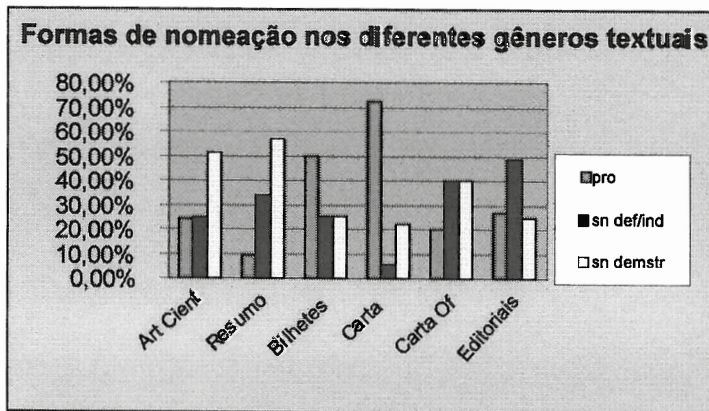


Salta à vista que as nomeações, quer pronominais, quer nominais (rótulos) são muito mais frequentes nos gêneros acadêmicos do que em quaisquer outros. Isto sugere que o discurso acadêmico é bastante propício ao aparecimento deste fenômeno, o que se justifica, talvez, pela densidade muito própria desse discurso, que deve exigir constantes recapitulações que ajudem na organização dos conteúdos. É necessário que se investiguem as razões pelas quais as nomeações são mais recorrentes em artigos científicos do que em resumos.

Já nas cartas oficiais e bilhetes, praticamente não se encontram encapsuladores. Nos bilhetes, isso se justifica pela brevidade do texto, em que constam apenas informações rápidas, quase que telegráficas. Pelas características do próprio gênero, portanto, tipificado pelo pouco volume textual, não se poderia esperar, de fato, a presença de nomeações.

Note-se que os editoriais, assim como os gêneros acadêmicos, também recorrem bastante às nomeações. O gráfico 4, abaixo, exhibe o percentual das diferentes formas de nomeação dentro de cada grupo de gêneros - mas não comparativamente. Pelos resultados, vemos que as expressões nomeadoras, nos editoriais, são realizadas predominantemente por sintagmas nominais, ou seja, por rótulos. Mas, ao contrário dos acadêmicos, que se utilizam mais frequentemente de rótulos demonstrativos, que operam como dêiticos discursivos, os editoriais empregam geralmente rótulos definidos, que funcionam como anáforas.

Gráfico 4:



A distribuição das formas dentro de cada gênero revela, ainda, que bilhetes e cartas pessoais, embora, como vimos, quase não se valham de nomeações, quando o fazem, apelam quase sempre para formas pronominais. Este resultado deve ser mais apropriado aplicado às cartas pessoais e possivelmente se justifica pelo baixo esforço cognitivo requerido nas situações de mais espontaneidade.

Se examinarmos especificamente as nomeações por rótulos, veremos que nem sempre as estratégias de rotulação, como pretendem Francis (1994) e Conte (1996), expressam os propósitos argumentativos do enunciador. Os gráficos 5 e 6, a seguir, mostram os percentuais de rótulos avaliativos dentro de sintagmas nominais demonstrativos e definidos/indefinidos, respectivamente:

Gráfico 5:

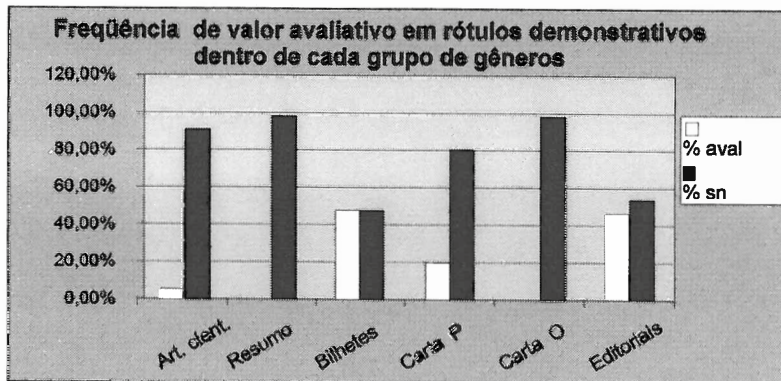
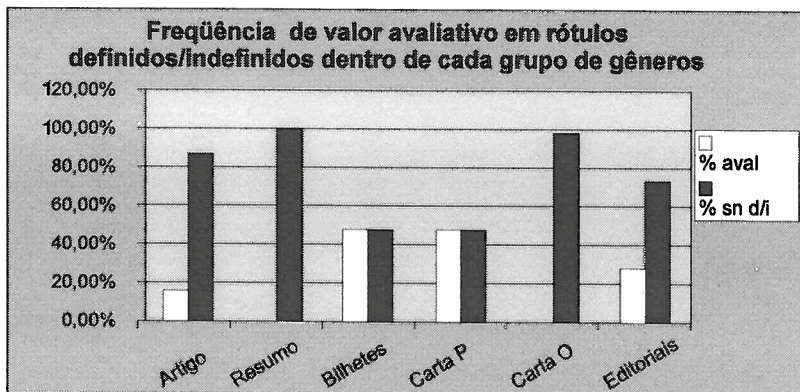


Gráfico 6:



Em artigos científicos, os rótulos tanto demonstrativos quanto definidos/indefinidos só raramente têm função avaliativa, isto é, não cumprem o papel de atribuir ao conteúdo resumido um ponto de vista do falante que contribua para a construção argumentativa. Em resumos, não foi registrada nenhuma ocorrência de sintagmas avaliativos.

Nas cartas pessoais, quando se empregam rótulos, eles tendem a comportar pontos de vista do enunciador, provavelmente pelo ambiente propício a subjetividades que caracteriza este gênero.

Numa análise geral, os editoriais nos pareceram os gêneros que mais se valem dos rótulos como suporte de valores axiológicos que atendam a propósitos argumentativos.

Conclusões

As conclusões a que chegamos até este ponto da pesquisa são ainda muito primárias, mas já apontam para campos ainda desabitados que esperam por investigações mais profundas. É preciso que se analisem, separadamente, as características textuais dos gêneros aqui examinados e se reflita melhor sobre as relações entre a organização das informações em cada um e as funções que os diferentes tipos de nomeação exercem nos desenvolvimentos discursivos.

Referências bibliográficas

- APOTHÉLOZ, Denis. *Rôle et fonctionnement de l'anaphore dans la dynamique textuelle*. Tese (Doutorado) - Université de Neuchâtel, 1995.
- APOTHÉLOZ, D.; CHANET, C. Défini et démonstratif dans les nominalisations. In: MULDER, W. de; RYCK, L.T.; VETTERS, C. (eds.). *Relations anaphoriques et (in)cohérence*. Amsterdam: Rodopi, 1997. p. 159-86.
- CAVALCANTE, Mônica M. *Expressões indiciais em contextos de uso: por uma caracterização dos dêiticos discursivos*. Recife, 205p. Tese (Doutorado em Linguística) - Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), 2000.
- _____. *Demonstrativos - uma condição de saliência*. /Trabalho apresentado por ocasião do II Congresso Internacional da ABRALIN - Fortaleza, 2001/.
- CONTE, Maria-Elisabeth. Anaphoric encapsulation. *Belgian Journal of linguistics*, 10, 1996. p. 1-10. /Tradução de Mônica Magalhães Cavalcante/.
- DUCROT, Oswald. *Princípios de semântica lingüística - dizer e não dizer*. Tradução de Carlos Vogt; Rodolfo Ilari; Rosa A. Figueira. São Paulo: Cultrix, 1977.
- EHLICH, Konrad. Anaphora and deixis: same, similar, or different? In: JARVELLA, R.J.; KLEIN, W. (eds.) *Speech, place and action: studies in deixis and related topics*. New York: John Wiley and Sons, 1982. p.315-38.
- FRANCIS, Gill. *Advances in written analysis*. London: Ed. Routledge, 1994. /Tradução de Mônica Magalhães Cavalcante, Valéria Sampaio Cassan de Deus e Thatiane Paiva de Miranda.
- HALLIDAY, M. A . K.; HASAN, R. *Cohesion in spoken and written english*. Londres: Longman, 1973.
- KOCH, Ingedore G.V. *O texto e a construção dos sentidos*. São Paulo: Contexto, 1997.
- _____. *A referenciação como atividade cognitiva e interacional*. /Conferência apresentada no II Congresso Internacional da ABRALIN. Fortaleza, 2001/.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Anáfora indireta: o barco textual e suas âncoras*. /Texto remetido para publicação nos anais do Congresso da CelSul. Curitiba, 2000./
- PRINCE, Ellen F. The ZPG letter: subjects, definiteness, and information-status. In: MANN, W.C.; THOMPSON, S.A . (eds.) *Discourse description: diverse linguistic analyses of a fund-raising text*. Amsterdam/Philadelph: J. Benjamins, 1992. p. 295-325.
- ZAMPONI, Graziela. *O determinante demonstrativo em sintagmas nominais*. /Conferência apresentada no II Congresso Internacional da ABRALIN. Fortaleza, 2001/

O PROCESSO DE REFERENCIAÇÃO EM GÊNEROS ACADÊMICOS

Bernardete BIASI-RODRIGUES
Universidade Federal do Ceará - UFC

Introdução

Investigamos a referencialidade em resumos acadêmicos e em artigos de pesquisa, com o objetivo de identificar os tipos de referenciação empregados nesses gêneros, considerando que alguns processos parecem mais recorrentes em um do que em outro.

Partimos da hipótese geral de que a disposição das unidades de informação nos resumos acadêmicos é assinalada por recursos coesivos referenciais. A natureza informativa do gênero possivelmente favorece a ocorrência de anáforas associativas, pelas quais vários referentes relacionados ao conteúdo das diversas unidades são introduzidos no discurso. Diferentemente dos textos expandidos, cuja organização precisa atender a um dado percurso argumentativo, nos resumos, as células temáticas constituem blocos textuais independentes, distribuídos com o objetivo precípuo de condensar as informações contidas nos textos que eles representam.

Analisamos 40 exemplares de resumos em quatro modalidades, de dissertações, de teses, de artigos de pesquisa e de comunicações em congressos, em diferentes áreas disciplinares, e uma amostra de 8 artigos de pesquisa, para verificar como a referenciação anafórica e dêitica se mostra na organização das informações que compõem os resumos e, comparativamente, na construção da arquitetura argumental de artigos de pesquisa.

Os resultados mostram uma preferência por anáforas indiretas nos resumos, porém com baixa frequência, contribuindo apenas para a organização das informações no discurso, enquanto que nos artigos de pesquisa as anáforas por recategorização e as expressões rotuladoras são bastante recorrentes e cumprem o papel de evidenciar os propósitos argumentativos do enunciador.

A organização das informações em artigos de pesquisa e em resumos

Os textos escritos que relatam pesquisa, longos ou curtos, revelam um padrão de organização textual que é reconhecido e praticado na comunidade

acadêmico-científica. “É esse padrão de dinâmica textual que tipifica a pesquisa científica e em particular o gênero AP (artigo de pesquisa) com seus componentes formalmente distintos - comumente Introdução, Método, Resultados/Discussão - e seus objetivos retóricos respectivos” (Gosden, 1993: 57). Essa distribuição das informações é reconhecida em diferentes gêneros acadêmicos e referida na literatura pela sigla IMRD (cf. Hill *et alii*, 1982:334).

Os resumos acadêmicos, pelo que observamos em pesquisa com resumos de dissertações (Biasi-Rodrigues, 1998), tendem a apresentar uma organização retórica semelhante a dos seus textos-fontes, em termos de distribuição das informações. Na análise de um *corpus* com 134 resumos de dissertações, encontramos um padrão de organização textual que vem se confirmando na análise e descrição de resumos de teses, de artigos de pesquisa e de comunicações em congressos. Verificamos a presença de cinco unidades retóricas básicas, cada uma com subunidades opcionais: Un1 - Apresentação da pesquisa; Un2 - Contextualização da pesquisa; Un3 - Apresentação da metodologia; Un4 - Sumarização dos resultados; Un5 - Conclusão(ões) da pesquisa (Biasi-Rodrigues, 1998:113).

No entanto, os resumos acadêmicos, diferentemente dos textos expandidos que lhes dão origem, como os artigos de pesquisa, nem sempre são marcados por elos coesivos seqüenciais e por elementos lexicais explícitos que permitam identificar cada unidade de informação. Autor e audiência compartilham o conhecimento de uma organização estrutural que lhes possibilita preencher e reconhecer cada unidade de informação na distribuição do conteúdo.

É esse conhecimento partilhado que gera expectativas quanto ao esquema superestrutural que será preenchido com determinadas informações e não com outras, numa seqüência mais ou menos esperada. A pressuposição desse conteúdo informacional e da sua distribuição nos resumos permite ao enunciador introduzir referentes novos sob o modo do definido, do conhecido, ou simplesmente justapor as unidades sem nenhum tipo de marcação seqüencial.

A distribuição das células temáticas por justaposição revela-se um fator preponderante de coesão nos resumos acadêmicos. São raros os exemplares em que encontramos marcas coesivas seqüenciais (cf. Halliday e Hasan, 1976) inter-unidades, não muito variadas, que parecem não preencher as mesmas funções dos mecanismos seqüenciadores em textos expandidos. Eis alguns exemplos encontrados em resumos de dissertações de

mestrado: *Para tal fim* foi realizada uma pesquisa... *Para tanto*, foi necessário rever conceitos... *Desta maneira* estudamos estas variações... *Para isso*, foram efetuadas gravações... *Deste modo*, constatou-se... *Enfim*, pode-se perceber... *Finalmente*, concluímos...

Do nosso ponto de vista, os mecanismos retóricos exemplificados acima configuram-se como fórmulas de entrada em algumas unidades de informação e poderiam ser dispensadas sem aparente prejuízo à informação contida na unidade que introduzem. Essas mesmas fórmulas de topicalizar o conteúdo temático foram encontradas também por Motta-Roth e Hendges (1996) em resumos de artigos de pesquisa.

Na verdade, os resumos acadêmicos apresentam um comportamento geral de coesão seqüencial não explicitada na linearidade do texto. As unidades retóricas, nos textos-resumos, constituem células temáticas geralmente justapostas, independentes entre si, elaboradas num estilo telegráfico. Esse comportamento demonstra que é possível, sem o comprometimento do todo, tanto a alteração da ordem quanto a exclusão de qualquer uma das unidades, exceto da primeira, a Un1 - Apresentação da pesquisa, que demonstra ser a única unidade obrigatória, pela sua alta freqüência em todas as modalidades de resumos analisados por Biasi-Rodrigues (1998; 2000).

Essa característica do gênero parece corresponder ao que Hoey (1986:4), denomina “colônia discursiva”: “um discurso cujas partes componentes não têm seu significado derivado da seqüência na qual elas estão localizadas”. Isto quer dizer que o sentido não será afetado pelas escolhas de disposição seqüencial das informações em determinados gêneros, que cobrem, segundo o autor, “um amplo leque de discursos que vai de lista de compras a estatutos, de bibliografias a bíblias” (idem, p.2).

A referenciação em resumos e em artigos de pesquisa

Segundo Adam (1992), parece haver uma correlação entre o emprego de algumas anáforas e determinados tipos de texto a que o autor denomina de “explicativos”, que tomam um tema ou problema como ponto de partida para posterior explicitação dos elementos a que se associam. Podem enquadrar-se nesse caso certos gêneros com seqüências injuntivas e descritivas, como, por exemplo: receitas diversas, instruções de uso de aparelhos eletrônicos, textos didáticos definidores etc. Supomos que os resumos acadêmicos compartilhem, de algum modo, de alguns traços informativos desses tipos de texto na medida em que também se ocupam da explicitação das partes de

um todo, a saber: as etapas do trabalho de pesquisa ali sumariadas.

Acreditamos que o caráter explicativo de tais gêneros possa condicionar o aparecimento de anáforas indiretas, especialmente de anáforas associativas, porque esse tipo de anáfora, como afirmam Kleiber *et alii* (1991), estabelece relações convencionais pré-inscritas no léxico, ativadas por elementos tomados como desencadeadores. No gênero resumo, esses desencadeadores figuram no início do texto como formulações dêitico-discursivas do tipo “esta pesquisa”, “este trabalho”, “este ensaio” etc., as quais permitem ativar um processo de associação com referentes representados, por exemplo, por: “o objetivo”, “os dados”, “os resultados”, “a amostra” etc.

Além disso, vale ressaltar que as expressões desencadeadoras nem sempre abrem a primeira unidade. Às vezes elas acompanham uma anáfora indireta como nos exemplos “o tema central desta tese” e “o objetivo deste trabalho”, ou simplesmente não aparecem explícitas no texto, ficando a cargo do leitor inferir o referente, como nos exemplos a seguir em que o resumo inicia sem qualquer indicação referencial: “Análise dos fatores físicos...”, “Com o intuito de contribuir...”, “O debate sobre a democracia tem oscilado...”.

As anáforas indiretas, para efeitos deste estudo, são tomadas de maneira ampla, sem entrar no mérito da discussão em torno de diferentes concepções e subclassificações ou desdobramentos. As anáforas indiretas acontecem quando certas expressões que introduzem referentes novos para o discurso mantêm dependência interpretativa de outras informações indicadas, mas não retomadas, não explicitamente mencionadas no cotexto. Esse entendimento está baseado na definição proposta por Schwarz (2000), reformulada por Marcuschi (2000:5), como segue:

anáforas indiretas são expressões definidas [e expressões pronominais] que se acham na dependência interpretativa em relação a determinadas expressões [ou informações constantes] da estrutura textual precedente [ou subseqüente] e que tem duas funções referenciais textuais: a introdução de novos referentes (até aí não nomeados explicitamente) e a continuação da relação referencial global.

Trata-se de uma concepção ampla de anáfora indireta, segundo a qual a informação necessária para a sua interpretação é alcançada não somente pelo cotexto anterior ou posterior, mas também pelo conhecimento de mun-

do ou pela situação enunciativa. Fica a cargo do destinatário a tarefa de recuperar as informações introduzidas por referentes novos “não nomeados explicitamente”.

Esse comportamento do enunciador é muito freqüente em resumos acadêmicos. Considerando-se o seu propósito mais informativo, em contraste com os artigos de pesquisa, os resumos apresentam um padrão de distribuição de informações muito mais orientado por mecanismos coesivos referenciais do que por elos seqüenciais de natureza argumentativa. O exemplo de resumo abaixo ilustra essa espécie de organização, que caracterizamos anteriormente como justaposta, por não ser predominantemente marcada por elementos encadeadores.

Un1 - Apresentação da pesquisa

O objetivo desta tese é propor uma classificação interna para as línguas Maipure/ Arawak do grupo continental (G-C) (América do Sul).

Un3 - Apresentação da metodologia

Através da pesquisa de campo e bibliográfica foram coletados dados de 36 línguas, sendo 23 delas extintas. A análise dos dados foi executada de acordo com o Método Histórico Comparativo Clássico, das “Normalizações Fonéticas” (...) As classificações foram obtidas por meio do método estatístico clássico (...)

Un4 - Sumarização dos resultados

Os resultados encontrados foram divididos em dois conjuntos: (...)

(Vergine, V. *Classificação das línguas maipure/arawak do grupo continental*. Florianópolis: UFSC, 1995. *Resumo de tese.*)

Atente-se para as expressões em grifo, que, em geral, introduzem as unidades retóricas do gênero em estudo, ou novos tópicos dentro de uma unidade, e se encontram em dependência interpretativa com o desencadeador “desta tese”, na primeira unidade, pois o resumo é o representante legítimo do texto da tese. Ancoradas em tal desencadeador e no saber partilhado da comunidade discursiva acadêmica de que um trabalho de pesquisa deve conter determinadas etapas metodológicas, as anáforas indiretas sublinhadas devem atender às expectativas geradas pelo interlocutor quanto ao esquema superestrutural do texto e às informações que o preenchem.

Em conjunto, as expressões sublinhadas no exemplo de resumo acima constituem uma classe de componentes de uma pesquisa (o objetivo, a análise dos dados, os resultados), todos semanticamente associados, representando referentes novos para o discurso, ligados por uma relação de não-correferencialidade.

Se compararmos, agora, o exemplo acima com o trecho de um artigo de pesquisa mencionado abaixo, constataremos uma maior diversidade de recursos referenciais anafóricos e dêitico-discursivos utilizados em função dos propósitos argumentativos do enunciador.

“(...) No texto acima, vemos várias reelaborações textuais, o que mostra a constante busca de SL em acertar. A cada palavra escrita, a cada frase feita, o autor revê minuciosamente se seu texto corresponde a sua intenção. É dessa forma que SL procede ao escrever, verificando e consertando as formas escritas que lhe parecem inadequadas, sobretudo, a ortografia. É a refacção a nível da micro-estrutura textual, realizada por SL, que nos chama maior atenção. ‘[Os meninos pararam] <em e nem amigo paramos>...’

A troca discursiva quanto à pessoa que narra ocorreu porque SL lembrou-se de que, ele próprio participava da história desde o início, é que a história que ele mesmo contava havia se passado com ele e seu amigo. Por isso ‘[os meninos pararam]’ não era verdade, pois colocava-o fora da história. Daí a rasura, e o posterior acréscimo de: ‘< eu e meu amigo paramos>’.

(Lopes, M.da C. Indícios de percepção da linguagem escrita. *Anais do GELNE*. Fortaleza, 1998. Artigo de pesquisa.)

Observe-se que no artigo de pesquisa há um emprego mais recorrente de seqüenciadores (que não deixam de ser também referenciais) como “dessa forma”, “por isso”, “daí”, que contribuem para a progressão das idéias, e o uso de expressões rotuladoras como “a refacção a nível da micro-estrutura textual”, que sintetizam informações. Nos artigos científicos as expressões rotuladoras são bastante freqüentes, mas desempenham, em geral, a função de encapsular as informações, sem acrescentar conteúdo avaliativo, como ocorre em artigos de opinião e em editoriais, por exemplo (cf. Cavalcante, 2001)

Essa variedade de recursos referenciais não acontece nos resumos acadêmicos, não apenas pela pouca extensão dos exemplares desse gênero, mas também, ou principalmente, por uma preocupação menos argumentativa do enunciador que a revelada nos textos expandidos. Nos resumos, as anáforas indiretas exercem importante papel de introduzir o tópico principal e indicar as partes em que se organiza o trabalho científico. Informações novas são apresentadas como dadas, apelando para o conhecimento partilhado entre os interlocutores de uma mesma comunidade discursiva.

Nos artigos as expressões referenciais são empregadas freqüentemente com a função de encapsular as informações por meio de nomes genéricos, a exemplo das expressões sublinhadas nos trechos que transcrevemos a seguir.

“(...) Nesse sentido foi que me surgiu a idéia de propor como unidade de análise o que chamei de ENI - elocução narrativa Informal, por entender que nas ENIs estariam refletidos fatores contextuais da fala, além de se prestarem elas à análise tanto da oralidade quanto da escrita.”

.....
“Pelo estudo feito, uma conclusão é evidente: os alunos demonstraram um grau de conhecimento incipiente sobre a estrutura da L.E. e, conseqüentemente, um domínio parcial de estratégias pertinentes à produção escrita, as quais não lhes permitiram desvincular de sua produção escrita as estruturas típicas da L.O. (...)”

(Serra, M.A.C.M. A interface oralidade/escrita no ensino de língua materna: confronto de narrativas. *Anais do GELNE*. Fortaleza, 1998. Artigo de pesquisa.)

“(...) Toda essa reflexão da autora é motivada pelo seu interesse em esclarecer um fato intrigante para uma língua em que os não ditos, os pressupostos, são fundamentais para conferir sentido, qual seja: o uso exaustivo dos demonstrativos e expressões dêiticas em vez de artigos.”

.....
“2.1 A anáfora neutra

Desta categoria fazem parte os pronomes lexicalmente vazios

os, aqueles que não oferecem pistas sintáticas e, por extensão, semânticas que conduzam à identificação do referente. Em vista disso, uma das características é a de ter como referente um objeto especificado ou localizado, como revela o diálogo abaixo. (...)

(Ramos, M.A.B. Uma abordagem discursiva da referência demonstrativa. *Anais do GELNE*. Fortaleza, 1998. Artigo de pesquisa.)

Muitas vezes esses rótulos são metalingüísticos e funcionam como organizadores textuais, que apontam para segmentos do próprio texto como é o caso da expressão “o diálogo abaixo” sublinhada no último trecho, e das demais encontradas em outros artigos de pesquisa: “no texto acima”, “o exemplo a seguir”, “os exemplos supracitados”, “situações como as acima referidas”, “mais abaixo” e “em seguida”. Estas são expressões sinalizadoras (cf. Koch, 1997) utilizadas para dar seqüência à argumentação que vai sendo desenvolvida e são freqüentes nos textos expandidos, em que se pretende orientar o leitor na localização cotextual das informações. As mesmas expressões são inexistentes nos resumos, porque estes não revelam a mesma natureza argumentativa dos textos que resumem.

Além disso, os resumos, como já afirmamos acima, podem dispensar qualquer referência para introduzi-los, e a mudança de tópico é orientada, muitas vezes, por uma expressão anafórica que recategoriza a informação que a antecede, exigindo conhecimento compartilhado do interlocutor para interpretá-la, como se pode verificar na Un1 e na Un3, respectivamente, do exemplo abaixo, transcrito na íntegra.

Un1 - Apresentação da pesquisa

Análise dos fatores físicos - Frequência Fundamental (Fo), Intensidade (I) e Duração (D) - que determinam a proeminência acentual em Baníwa-Hohodene (BH), língua da família Arawák.

Un3 - Apresentação da metodologia

A análise acústica foi desenvolvida pelo programa de análise lingüística computacional CECIL.

Un4 - Sumarização dos resultados

BH é uma língua “picht”, havendo uma hierarquia de fatores com a predo-

minância de Fo para a proeminência primária e de I para a proeminência secundária.

(Telles, I.M. *Atualização fonética da proeminência acentual em Baniwa-Hohodene: parâmetros físicos*. Florianópolis: UFSC, 1995. Resumo de tese.)

Vale ainda observar, em relação aos resumos, que o esquema superestrutural pode ser acionado ou reconstruído pelo leitor por meio de formas verbais impessoais, ou seja, apenas pelo valor semântico do verbo ao abrir uma unidade com informações metodológicas (Un3) como em “Efetuou-se o levantamento do perfil lingüístico da comunidade bilíngüe...”, ou com a sumarização dos resultados (Un4) como em “Mostramos como a diversidade de regras de ajuste (...) dificultam a aceitação...”, ou ainda com afirmações conclusivas (Un5), como em “Reconhecendo-se as limitações de escala mais ampla, pode-se direcionar...”

Um levantamento quantitativo criterioso ainda será feito nos exemplares de resumos e artigos de pesquisa que compõem o corpus desta pesquisa, com o fim de corroborar as considerações acima ilustradas. Por ora, a análise qualitativa nos deixa à vontade para demonstrar as preferências nos dois gêneros, em termos de processos referenciais, e para confirmar a hipótese de que os resumos acadêmicos constituem um gênero textual que revela uma natureza de organização textual muito particular em relação a outros gêneros acadêmicos e, como tal, apresenta determinadas características no encadeamento das informações que lhe são muito próprias e que o fazem muito distinto dos textos que lhe dão origem, sejam artigos de pesquisa, teses ou dissertações em diferentes áreas disciplinares.

Por enquanto, fica evidente que as expressões referenciais são empregadas com propósitos diferentes nos resumos e nos artigos de pesquisa: nos primeiros têm a função principal de demarcar limites, ou introduzindo as unidades básicas de informação (cf. modelo de Biasi-Rodrigues, 1998) ou assinalando as subunidades dentro delas; nos segundos representam outras funções como as de resumir uma informação dada, através de expressões referenciais rotuladoras, com o propósito de manter o tópico, encapsulando proposições por meio de nomes genéricos, em geral metalingüísticos, e, em certos pontos, até orientando o leitor no reconhecimento do fio argumentativo.

Referências bibliográficas

- ADAM, J.M. *Les texts: types et prototypes*. Paris: Nathan, 1992.
- BIASI-RODRIGUES, B. *Estratégias de condução de informações em resumos de dissertações*. Florianópolis: UFSC, 1998. Tese de Doutorado.
- _____. *Estratégias de condução de informações em resumos acadêmicos*. *Revista do GELNE, Fortaleza: UFC, 2000 (no prelo)*.
- CAVALCANTE, M.M. *Subtipos de nomeação*. Comunicação apresentada na 53ª Reunião Anual da SBPC, Salvador, 2001.
- GOSDEN, H. Discourse functions of subject in scientific research articles. *Applied Linguistics*, vol. 14(1):56-75, 1993.
- HALLIDAY, M.A.K. e HASAN, R. *Cohesion in English*. London: Longman, 1976.
- HILL, S.S, SOPPELSA, B.F. e WEST, G.K. Teaching ESL students to read and write experimental-research papers. *TESOL Quarterly*, vol.16(3):333-47, set./1982.
- HOEY, M. The discourse colony: a preliminary study of a neglected discourse type. In: COULTHARD, M. (org.). *Talking about text, ERL Discourse Analysis Monograph. Birmingham, (13):1-26, 1986*.
- KLEIBER, G. *et alii*. L'anaphore associative: aspects linguistiques. In: SCHNEDECKER, C. *et alii*. *L'anaphore associative (aspects linguistiques, psycholinguistiques et automatiques)*. Paris: Faculté des Lettres et Sciences Humaines, 1991. p. 5-64.
- KOCH, I.V. *O texto e a construção dos sentidos*. São Paulo: Contexto, 1997.
- MARCUSCHI, L.A. *Anáfora indireta: o barco textual e suas âncoras*. (Texto remetido para publicação nos anais do Congresso do CelSul. Curitiba, 2000.)
- MOTTA-ROTH, D. e HENDGES, G. R. Uma análise de gênero de resumos acadêmicos (abstracts) em economia, lingüística e química. *Revista do Centro de Artes e Letras, Santa Maria: UFSM, 18(1-2):53-90, jan./dez. 1996*.
- SCHWARZ, M. *Indirekte anaphern in texten*. Tübingen: Niemeyer, 2000.

ENUNCIÇÃO, GRAMÁTICA E POLÍTICA DE LÍNGUA NA ATUALIDADE

Luiz Francisco DIAS

Universidade Federal da Paraíba - UFPB - Campus II

Introdução

Em linhas gerais, as gramáticas, assim como os dicionários, se constituem em instrumentos de visibilidade do funcionamento e da história das línguas. Com a tese da gramática como instrumento lingüístico, Auroux (1992, 1998) abriu perspectivas interessantes sobre a identidade do campo de produção de gramáticas. No presente estudo, gostaríamos de reformular (formular de novo/formular diferente) uma das questões básicas de Auroux. Especificamente, queremos colocar a seguinte pergunta: a que responde a elaboração de gramáticas? Vamos procurar especificar alguns aspectos relativos a uma resposta a esta pergunta. Isto é, queremos aprofundar um pouco mais a idéia da necessidade do instrumento lingüístico. Situaremos o nosso enfoque no próprio campo da concepção do lingüístico. Especificamente, tomamos como ponto de partida uma concepção determinada de língua e enunciação para tentar encontrar os elementos que nos permitam falar sobre a necessidade da gramática como instrumento lingüístico. Dessa forma, é a partir da questão da necessidade da gramática que situamos o problema da política de língua.

Para isso, vamos desenvolver, ainda que brevemente, o conceito de *demanda de pertinência* no âmbito das reflexões sobre língua e enunciação. Através desse conceito, entramos na questão da necessidade da gramática. No desenvolvimento das concepções de língua e gramática, retomamos as recentes formulações de Guimarães (2001) relativas ao conceito de enunciação.

1. Língua e enunciação

As línguas se constituem numa relação necessária entre a dimensão material e a dimensão simbólica. Nessa relação, o simbólico se “historiciza” e o material se faz articulável. A articulação é uma relação na qual unidades de um extrato da materialidade lingüística formam seqüência linear com unidades de outros extratos.

Apesar de operar numa relação constitutiva, as duas dimensões são discrepantes: nem todas as modulações do representável (dimensão simbó-

lica) encontram correspondência nas formas de representação (dimensão material); por outro lado, as formas de representação ora se mantêm aquém, ora ultrapassam a sua capacidade de representação. Em outras palavras, temos, de um lado, formações simbólicas não projetadas nas unidades e nas formas articuladas; de outro, formas articuladas que projetam formações simbólicas dispersas¹. Essa discrepância constitutiva entre o material e o simbólico produz uma *demanda de saturação*.

Essa demanda de saturação faz da sintaxe um ponto de cruzamento entre o uno e o múltiplo; em outros termos, essa demanda faz da sintaxe um ponto em que a conjunção reúne o que já foi diverso e a disjunção distingue o que já foi unitário. Frente a isso, cabe aos estudos sintáticos explicar: a) os mecanismos de formação da linearidade a partir desses processos de conjunção e de disjunção; b) a relação entre as instâncias de enunciação que determinam o uno e o múltiplo. Enfim, os estudos sintáticos operam com a relação entre o plano da organicidade lingüística e o plano do enunciável.

O plano da organicidade não é autônomo, porque a materialidade lingüística não tem uma base primária de identidade física. Um objeto como um lápis tem uma base de identidade na sua própria dimensão. Isso não significa que essa dimensão é independente da dimensão simbólica. Mas a dimensão simbólica, neste caso, é projetada da dimensão material. Os “objetos lingüísticos”, ao contrário, não ganham identidade a partir de uma projeção da sua dimensão material. Palavras, sintagmas, sentenças não são entidades distinguíveis a partir da sua dimensão material. É na relação com o plano do enunciável que esses “objetos” ganham identidade.

O plano do enunciável é, por sua vez, regulado pelo discurso, que arregimenta as forças de representação simbólica (de natureza histórica). O sentido do termo “enunciável” no nosso estudo está agregado à concepção de enunciação que adotamos. Trabalhamos com a tese segundo a qual a enunciação é o acontecimento histórico relativo à produção do enunciado (Guimarães, 1995). Dessa forma, o plano do enunciável diz respeito às instâncias nas quais o dizer ganha pertinência. Essas instâncias correspondem a diferentes extratos no campo da memória, vale dizer, diferentes domínios de discurso. Recentemente, Guimarães (2001) tem abordado o acontecimento como diferença na sua própria ordem. Nas suas palavras, “a temporalidade do acontecimento constitui o seu presente e um depois que

1 Em sentido análogo, Bakhtin (1996) afirmou que o signo retrata e refrata ao mesmo tempo

abre o lugar dos sentidos, e um passado que não é lembrança ou recordação pessoal de fatos anteriores. O passado é, no acontecimento, memória de enunciações, ou seja, se dá como parte de uma nova temporalização, tal como latência de futuro. É nesta medida que o acontecimento é diferença na sua própria ordem: o acontecimento é sempre uma nova temporalização, um novo espaço de conviviabilidade de tempos, sem a qual não há sentido, não há acontecimento de linguagem, não há enunciação”.

Integrado ao que estou denominando de *demanda de saturação*, provinda da relação discrepante entre o material e o simbólico, temos a *demanda de pertinência*. Essa demanda se constitui tendo em vista que o enunciar se configura como uma prática de um locutor que se constitui como sujeito tendo em vista o lugar social que ele ocupa ao enunciar (Guimarães, 2001).

A *demanda de pertinência do lingüístico* está pois relacionada ao fato de que, ao falar, o sujeito se expõe à identidade de um idioma, às normatividades, e às categorizações enunciativas. Dessa forma, a demanda de pertinência é sempre uma “demanda de pertinência a__”.

Vamos refletir sobre a especificidade de cada um desses três componentes da demanda de pertinência do lingüístico tendo em vista a necessidade de produção de gramáticas. Para isso, trazemos algumas reflexões já produzidas no âmbito do Projeto História das Idéias Lingüísticas no Brasil, no sentido de sustentar melhor as distinções entre os componentes. Após a apresentação dessas reflexões, apontamos algumas questões correntes hoje no campo da lingüística e a sua relação com cada um desses componentes.

2. A demanda de pertinência do lingüístico: três componentes

2.1. Demanda de pertinência do lingüístico a uma identidade enquanto idioma

Segundo Orlandi (2000), o século XIX é um “momento intelectual definidor na direção de se pensar a língua, suas instituições e seus sujeitos”. Tratava-se da “constituição de um sujeito nacional, um cidadão brasileiro com sua língua própria,” visível na gramática. As gramáticas produzidas naquela época tinham a função de “dar forma aos difíceis limites da identidade brasileira”. Ser autor de gramática no Brasil era assumir a “posição de um saber que não reflete meramente o saber gramatical português”. A referência nesta época eram Júlio Ribeiro, João Ribeiro, Maximino Maciel, Lameira de Andrade e Pacheco Silva, dentre outros. Ainda nas palavras de Orlandi, “a gramática, enquanto um objeto histórico disponível para a socie-

dade brasileira, é assim lugar de construção e representação dessa unidade e dessa identidade [da língua]”. Na passagem do século XIX para o século XX, “a gramática deixa de ser um ‘monumento’ à língua, para se apresentar como um ‘artefato’ de ciência”. Ganham vulto, nas discussões em torno da língua, as diferenças descritivas e analíticas relativas a pormenores de uso do português. Nos termos de Orlandi, se, no século XIX, o que faz sentido é o enunciado “a língua portuguesa *do* Brasil”, pois é a própria pertinência ao Brasil que está em disputa, a passagem para o século XX foi acompanhada de uma mudança nessa configuração enunciativa. A especificação da língua passa a ser uma localização. Nesse caso, o que faz sentido é o enunciado “a língua portuguesa *no* Brasil”.

Dessa forma, produzir gramáticas no sentido de fornecer uma identidade/unidade à língua portuguesa do Brasil enquanto idioma do brasileiro, destacando a sua especificidade em relação à língua portuguesa de Portugal, constitui-se numa prática que se insere naquilo que denominamos de pertinência do lingüístico a uma identidade enquanto idioma.

Recentemente, as teses que procuram caracterizar duas gramáticas do português - português europeu e português brasileiro - também se inserem no campo dos estudos que trabalham com a pertinência do lingüístico a uma identidade enquanto idioma. Da mesma forma, se inserem nesse campo os fundamentos dos projetos de lei que visam coibir o uso de expressões estrangeiras nos meios de divulgação de produtos comerciais.

2.2. Demanda de pertinência do lingüístico às normatividades

Nas décadas de 30 e 40 do século XX, um intenso debate em torno da denominação apropriada da língua falada no Brasil, envolvendo gramáticos, filólogos e parlamentares (Dias, 1996) trouxe de volta o tema da pertinência da língua portuguesa ao Brasil. No entanto, para um extenso grupo de parlamentares e de intelectuais, o termo “língua brasileira”, proposto como substituto de “língua portuguesa”, remetia à língua portuguesa falada pelos brasileiros que não dominavam a escrita. E, dessa forma, se o corpo de enunciados produzidos por esses brasileiros não adquiriam a visibilidade para as instituições, visto que não geraram uma produção cultural calcada na escrita, não possuíam, portanto, o status capaz de dar sustentação ao nome de um idioma nacional. Essa posição foi uma das que influenciaram na decisão de manter o nome atual da língua que falamos (língua portuguesa).

A distinção entre o culto e o popular nas gramáticas normativas reco-

bre parcialmente a distinção entre “língua de escrita” e “língua de oralidade”, conforme apreendida naquele debate sobre a denominação do idioma. Uma breve análise das introduções das gramáticas produzidas no século XX em busca do conceito de língua (ou falar) culto mostrou-nos que não há uma homogeneidade entre os conceitos, mas eles se complementam. Vejamos:

- a) a língua culta é aquela que permite uma estética de elaboração da frase (o belo), que proporciona a exatidão e a clareza na expressão do pensamento
- b) a língua culta é aquela que é balizada no uso dos melhores escritores da língua
- c) a língua culta é aquela que retém no tempo a melhor expressão da cultura de um povo

Podemos observar que, no primeiro eixo, culto é *o que projeta* (permite/proporciona) beleza, exatidão, clareza; no segundo, culto é *o que é projetado* pelo uso dos escritores; e no terceiro eixo, culto é *a própria projeção* da cultura de um povo. Ora, temos aqui um quadro no qual o falante comum (aquele que usa a escrita como instrumento no cotidiano) se situa num círculo peculiar: escrever com exatidão e clareza é resultado do domínio da língua culta, língua essa que se encontra configurada pelos falantes especiais (grandes escritores). Por sua vez, esses escritores, exercitando a língua culta, “apuram” a cultura, e devolvem ao falante comum, em forma de exemplo, os meios para escrever com exatidão e clareza. Dessa forma, a chave daquilo que se entende por correção na gramática estaria na relação entre cultura e exatidão/clareza. No entanto, como essa relação não é natural, isto é, acessível pelo significante, ela passa necessariamente por dispositivos normativos², fundamentados nos usos dos grandes escritores. Essa é uma das faces mais cruéis da política de língua. De um lado, há um acesso desigual a esses dispositivos, de outro, os campos de aplicação e validação dos dispositivos também não são acessíveis a todos. Por isso, é muito comum o brasileiro afirmar que não sabe português.

Isso nos mostra como o sujeito é fortemente afetado por uma demanda de agenciamento das diferenças, via normatividade. A circunscrição do chamado padrão culto pelo viés da legitimação de um uso nas gramáticas normativas é, pois um dos elementos constitutivos do que estou denominan-

2 Regras de concordância, colocação de pronomes, regência, etc

do de demanda de pertinência do lingüístico à normatividade.

Atualmente, as discussões em torno de preconceitos lingüísticos se constituem em aspectos da pertinência do lingüístico às normatividades.

2.3. Demanda de pertinência do lingüístico às categorizações enunciativas

Nos últimos três anos (Dias, 1999 e 2001), estudamos as funções gramaticais sujeito e complemento verbal em provérbios e slogans. A especificidade dos provérbios e slogans no tocante a essas funções está no fato de que é muito comum eles aparecerem sem o sujeito ou complemento. Exemplos disso podem ser observados em enunciados como:

- (1) “Bebeu, jogou, furtou; beberá, jogará, furtará”
- (2) “É dando que se recebe”
- (3) “Omo faz, Omo mostra”

No enunciado (1), por exemplo, estando os verbos na terceira pessoa do singular, sem marca de indeterminação, era de se esperar o preenchimento lexical do lugar do sujeito. Em (2) e (3), “dar”, “receber”, “fazer” e “mostrar”, que normalmente são apontados como verbos que pedem/exigem complemento/argumento, aparecem como se fossem intransitivos. O que há de comum entre os enunciados desse tipo é justamente o fato de que eles sofreram um processo de “publicização”. Isto é, eles são repetidos e repassados como suporte de um saber não datado, de um saber supra-individual.

Ora, uma avaliação das gramáticas produzidas no Brasil nos mostrou que, no tocante às funções sujeito e complemento, fenômenos como o da “publicização” não aparecem como pertinentes na circunscrição das funções sujeito e complemento.

Com isso, queremos chegar ao problema da origem e mesmo do estatuto do exemplo na gramática. Nesse aspecto, temos três procedimentos:

- a) os exemplos são construídos pelo próprio gramático, sem que se obedeça a uma categorização;
- b) os exemplos pertencem a um corpus específico, obedecendo às categorizações relativas ao tipo jornalístico, literário ou técnico;
- c) os exemplos são retirados aleatoriamente de obras de escritores consagrados.

Uma gramática elaborada a partir de exemplos construídos pelo próprio gramático constitui-se num corpo de conhecimentos que se aglutinam em torno de uma perspectiva teórica. Os exemplos adquirem o papel de dar sustentação e visibilidade a esse corpo de conhecimentos. Nesse sentido, o exemplo é um dentre outros exemplares da língua em que se projeta uma mesma propriedade nesse corpo de conhecimento, propriedade essa que está configurada numa regra/conceito. Dessa forma, o que menos interessa é a pertinência do exemplo à enunciação, mas o fato de que ele atualiza a propriedade da regra/conceito. A abrangência do exemplo é relativa aos outros enunciados que atualizam a mesma propriedade. O conceito de exemplo está relacionado ao conceito de “exemplar”, no sentido de ser uma peça dentre outras de igual propriedade.

Por outro lado, uma gramática elaborada a partir de um corpus definido opera diferentemente com a abrangência do exemplo. A organização de um corpus com perfil definido ganha relevância. Há uma necessidade de relacionar os usos com as modulações de significação que eles adquirem tendo em vista as especificidades dos meios de interação. Nesse aspecto, do corpus se extraem parâmetros determinantes para se definir a própria organização da gramática. Dessa forma, a gramática adquire o papel de explicitar os usos da língua segundo padrões regulares. Aqui, o conceito de exemplo está relacionado ao de “exemplar”, no sentido de ser um testemunho de um uso específico.

Por sua vez, numa gramática que lança mão de frases de autores consagrados, ao se buscar a demonstração da regra nesses escritores, a concepção de exemplo adquire uma especificidade: expor o usuário a um padrão consagrado nos meios cultos. Aqui, o conceito de exemplo está relacionado ao de “exemplar”, no sentido de ser um modelo de prestígio a ser seguido.

Acreditamos que há espaço para a constituição de uma outra via de abordagem da relação entre conceito e exemplo na gramática. Trabalhamos atualmente com um projeto de elaboração de uma gramática que atenda ao seguinte perfil: a relação entre a língua e a exterioridade se situaria nas condições de sustentação e pertinência do enunciado a gêneros discursivos específicos. Nesse sentido, a língua se constitui em possibilidades regularmente configuradas numa ordem material específica, que tem na sintaxe a sua base; e é sobre essas possibilidades que opera o discurso. A descrição da configuração dessas possibilidades (dimensão orgânica), aliada à explicação do mecanismo de acionamento das possibilidades (dimen-

são enunciativa) constituem o perfil de uma gramática explicativa. Sendo assim, aquilo que se configura como exemplo na gramática vai se ordenar segundo o perfil de constituição dos gêneros discursivos em função dos quais os enunciados ganham pertinência. Dessa forma, vamos operar com enunciados já configurados segundo o seu gênero de pertencimento, e com base neles, vamos produzir outros enunciados com o mesmo perfil de pertencimento. Assim, pretendemos elaborar uma gramática capaz de explicar o funcionamento da língua, trabalhando a relação entre a configuração orgânica e suas projeções de acionamento enunciativo.

Acreditamos que as questões relacionadas aos enunciados (1) a (3) apontadas acima poderiam receber um melhor tratamento se levarmos em consideração que o pertencimento das frases-exemplo a gêneros adequadamente configurados deve fazer parte da gramática.

Dessa forma, procuramos mostrar que as categorizações enunciativas (ordem, gênero, tipo) são também elementos da demanda de pertinência do lingüístico. E essas categorizações são importantes para o campo de elaboração de gramáticas.

3. Gramática, enunciação e política de língua

Esperamos já ter elementos para provisoriamente “amarrar” algo sobre os sentidos de política de língua, tendo em vista o campo de produção de gramática.

A relação necessária, mas discrepante, entre o simbólico e o material configurando uma *demanda de saturação* pode ser levantado como um ponto de partida para pensarmos o sentido de política de língua. Nesse caso, o político estaria na própria injunção (necessária) do sujeito a essa demanda.

Quanto à demanda de pertinência, a relação entre a gramática e as políticas de língua se configura da seguinte forma.

No que se refere à *demanda de pertinência do lingüístico a uma identidade enquanto idioma*, a gramática atua no sentido de fornecer uma visibilidade ao sujeito no tocante a sua relação com a nação.

No que se refere à *demanda de pertinência do lingüístico às normatividades*, a gramática opera hierarquizando essas diferenças de uso, situando o sujeito em relação aos grupos a que ele se filia.

Em relação à *demanda de pertinência do lingüístico às categorizações enunciativas*, a gramática adquire o papel de situar o sujeito em relação aos meios, aos fins, e às formas de produção lingüística.

Referências bibliográficas

AUROUX, Sylvain. *A revolução tecnológica da gramatização*. Campinas: ed. da Unicamp, 1992.

_____. Língua e hiperlíngua. *Línguas e Instrumentos Lingüísticos*. Campinas, n.1, p. 17-30, 1998.

DIAS, Luiz F. *Os sentidos do idioma nacional: as bases enunciativas do nacionalismo lingüístico no Brasil*. Campinas: Pontes, 1996.

_____. Fatos sintáticos e propriedades enunciativas: uma visão semântica da transitividade verbal. In: HORA, Dermeval da & CHRISTIANO, Elizabeth (orgs.) *Estudos Lingüísticos realidade brasileira*. João Pessoa, 1999, p.179-191.

_____. Fundamentos do sujeito gramatical: uma perspectiva da enunciação. In: ZANDWAIS, Ana (org.) *As relações entre pragmática e enunciação*. Porto Alegre: UFGS/Sagra Luzzatto, 2001. (no prelo)

GUIMARÃES, Eduardo J. *Os limites do sentido*. Campinas: Pontes, 1995.

_____. O político e os espaços de enunciação. Campinas, 2001 (inédito).

MILNER, Jean-Claude. *O amor da língua*. Porto Alegre: Arte Médicas, 1987.

ORLANDI, Eni P. O Estado, a gramática, a autoria: língua e conhecimento lingüístico. *Línguas e Instrumentos Lingüísticos*. Campinas, n. 4/5, p. 19-34, 2000.

O PROCEDIMENTO DE CONCEPTUALIZAÇÃO NO ROMANCE ORAL *O CONDE ALARCOS*

Maria de Fátima Barbosa de Mesquita BATISTA
Universidade Federal da Paraíba - UFPB

1. INTRODUÇÃO

Considerando que “*toda compreensão de um texto em língua natural é de natureza conceptual*” (Pottier, 1987: 62), procuramos, aqui, estudar este nível da enunciação em *O Conde Alarcos*, romance oral de larga difusão no romanceiro brasileiro cujo enredo focaliza a história de uma princesa que pede ao pai para mandar matar a esposa de um conde, a fim de que este possa com ela casar-se. Serviram de modelo teórico os trabalhos de Pottier, em especial *Theórie et analyse en linguistique* (1987), os de BARBOSA, M. A (2000: 1-20 e 1996) e o de PAIS, Cidmar (1993 e 1998: 271-311). O corpus consistiu de quarenta e nove versões do romance, publicadas no nordeste, de que examinamos os recortes conceptuais, ou conceitos que temos à propósito dos seres e objetos. Pensamos, entretanto, em tecer, antes, algumas considerações sobre esta peça da oralidade a cujo levantamento vimos-nos dedicando desde algum tempo, tendo realizado sobre o assunto nossa tese de Doutorado, defendida em 1999 no Curso de Pós-graduação em Semiótica e Lingüística Geral da USP.

2. O ROMANCE ORAL

O romance oral constitui uma peça literária que se caracteriza pela natureza poético-musical, pelo conteúdo épico ou épico-lírico, pela forma dialogada ou dramatizada, pela linguagem popular e pela riqueza de variação, no conteúdo e na forma, advinda dessa passagem de uma geração à outra através da oralidade. Portanto, difere das narrativas em prosa que conhecemos comumente, estando suas origens ligadas a épocas bem antigas da língua. Os estudiosos reputam sua criação aos séculos X, XI, e XII, escritos, inicialmente, em romance, língua falada no vasto território do império romano e que foi o estágio intermediário entre o latim vulgar e as línguas neolatinas. Da designação dada à língua, passou-se, depois, às composições literárias nessa língua. A respeito do assunto, Menéndez opina:

“La palabra romance en su sentido primario significó lengua vulgar; a diferencia de latín, acepción que perdura hasta hoy; pero además tuvo desde la Edad Media en el campo literario un sentido vago, designando composiciones varias redactadas en lengua común, no en el latín de los clérigos. En los siglos XIII y XIV nos encontramos la voz, ora com sentido literario general, indeterminado, ora aplicada particularmente a composiciones de muy diverso carácter.”
(1953, tomo I:3)

A origem do romance oral é controvertida. Alguns remontam-no aos antigos cantares de gesta, produzidos no norte da França em *langue d’oil*. É esta a opinião de Milá e Fontenals quando o consideram como *“herdeiros diretos e legítimos dos antigos cantares de gesta”*. (Apud Michaëlis Carolina. 1980:25). Os últimos constituem as primeiras manifestações literárias escritas em língua românica, cujo exemplo valioso é *La Chanson de Rolland*, *“epopéia anônima que marcou o triunfo definitivo da langue d’oil”*, (ALENCAR, M. 1983:66) servindo de inspiração a outras composições, como o texto renascentista *Orlando Furioso*, escrito por Ariosto. Em francês antigo, trazemos um trecho da epopéia franca:

*“Ei Durendal, cum es bele esentime!
En l’oriet punt assez i ad reliques,
La dente seint Perre e del sanc seint Basili
E des chevels mun seignor seint Denise”*
(Apud ALENCAR, M. 1983:66)*

Vale observar, entretanto, que as gestas em língua primitiva eram de natureza eminentemente épica, contando longas narrativas de batalhas e feitos heróicos de seus personagens. O texto citado da *Chanson de Rolland* serve de exemplo, uma vez que descreve a espada de Carlos Magno como algo belo e sagrado. Os romances, ao contrário, apesar de terem mantido a fidelidade formal primitiva quanto à rima e metrificacão (versos longos e

* Ó Durendal, como tu és bela e santa!//O punho de tua espada é cheio de relíquias://O dente de São Pedro e o sangue de São Basílio//E os cabelos de meu senhor São Denis

monorrímicos) perderam os caracteres da epopéia antiga, adquirindo tonalidades líricas. São fragmentos “*desengranzados do colar épico*” no dizer de Menéndez y Pelayo. (Apud Michaëlis Carolina. 1980: 25) Aos elementos épicos das gestas primitivas, uniram-se tendências líricas absorvidas, provavelmente, da poesia trovadoresca que se produziu em Provença, em *langue d'oc* e que iria influenciar grandemente a literatura ibérica, principalmente em Portugal, cujas origens estão ligadas ao conde Dom Henrique de Borgonha. Esse fato levou os estudiosos a considerarem a inexistência de uma herança imediata dos cantares de gesta e a pensarem em recriações posteriores, tendo em vista a adaptação do romance ao gosto ibérico. Passaram a fazer então uma distinção entre romances épicos propriamente ditos que trazem narrações de feitos heróicos e romances épico-líricos, de assunto novelesco que se difundiu na Europa, na mesma época em que se desenvolviam os primeiros.

No início, os romances épicos e novelescos, foram criados para serem cantados por jograis nos serões e festas da corte. Somente a partir dos séculos XV e XVI foram adaptados ao gênio popular e difundidos em larga escala. O motivo se prende aos movimentos expansionistas de Portugal e Espanha que se alargariam a partir do século XV (a descoberta do caminho marítimo para as Índias e a projeção sobre terras de América, Ásia e África). Conseguindo o inusitado: alargar os domínios e encher os cofres com o ouro advindo das colônias, era preciso difundir e tornar conhecidos, nas novas terras, os valores dos seus reis, a bondade e a beleza de suas donzelas e a valentia de seus nobres. O romance se prestava muito bem a isso, sobretudo pelo fato de ser cantado, permitindo uma rápida memorização. Além de veicular informação sobre a vida no reino, serviu também como instrumento de catequese para os jesuítas que os faziam representar em suas comemorações. O mesmo aconteceu com os ciganos e artistas de circo que se tornaram responsáveis por sua penetração nas zonas interioranas.

3. O CONDE ALARCOS

O Conde Alarcos é um romance novelesco muito antigo, provavelmente surgido antes dos épicos nacionais na Península Ibérica. F. Wolf em sua *Primavera de romance* considera-o entre os romances jogralescos mais completos e formosos.

Gaston Paris e C. Nigra acreditam que o tema é proveniente da França, tendo se propagado pela Itália setentrional e dali passado para a Catalunha

que o levaria à Castela e a Portugal. Menéndez Pidal refuta a teoria de ambos, utilizando-se de dois argumentos: a presença de Castelhanismos em todas as versões catalãs, (provando que o romance passou primeiro por Castela) e a inexistência do mesmo na França e em seus domínios. O tema é apenas conhecido numa canção piemontesa do Norte da Itália e no romance oral, largamente difundido nos países de línguas hispânica e portuguesa.

É um dos poucos romances orais que têm uma origem escrita conhecida: *El conde Alarcos y la infante Solisa*, texto jogralesco muito extenso (com quatrocentos e vinte e oito octossílabos) e muito antigo, provavelmente da primeira metade do século XV. Destaca-se pela perfeição estilística e sobretudo pela originalidade. Surgido na Espanha numa época em que a criação poética deixava-se enveredar pelas aventuras cavaleirescas, o autor consegue poetar sobre uma situação conflituosa ocorrida na corte:

*“Por la honra de los reys muchos sin culpa moriã,
Pues que muera la Condessa no es mucho maravilla.,
De morir tienne, buen Conde, por salva la honra mia”.*
(Apud Pidal, 1968, Vol I: 357)

Os estudiosos costumam apontar uma fonte histórica que teria motivado os jograis a escreverem o folheto. Entre as opiniões, encontra-se a de Augustin Duran, para quem o motivo histórico remonta ao reinado de Dom Fernando (1367-1383) quando a rainha Dona Leonor de Teles instigou Dom João de Castela a assassinar a esposa, Dona Maria, para casá-lo com a filha Beatriz. A tragédia palaciana tornou-se do agrado do povo, ressurgindo em numerosíssimas variantes do romance oral que, em vista disso, apresenta uma grande diversificação de títulos. No Brasil, Sílvio Romero registra *Conde Alberto* e *Conde Olário*. José Aluísio Vilela traz *A Condessa Malvada* e *Conde Abelô*. Jackson da Silva Lima recolheu, além dos já citados, outros títulos: *Dona Silvana*, *O Conde Hilário*, *Príncipe Conde*, *A filha do rei* e *Pedro Alemão*. Pereira da Costa menciona *A Bela Infanta* e *Dona Isabel*. Um grande número de nossas versões referem-se ao *Conde Carlos*, *Conde Albertante* e à *Xácara de D. João*.

4. A CONCEPTUALIZAÇÃO DE O CONDE ALARCOS

A conceptualização constitui a segunda etapa do percurso gerativo da enunciação de codificação e a penúltima da decodificação. Barbosa a con-

sidera como um percurso que vai do sentido estruturável (ou amorfo) ao estruturado (ou formado), compreendendo três etapas: o arquiconceptus ou conceptus strictu sensu, conjunto de normas universais, comum a todas as culturas; o metaconceptus, noemas específicos de cada cultura e o metametaconceptus, traços semânticos conceptuais, intencionais, modalizadores e manipulatórios, no interior de uma mesma cultura, sobre um mesmo fato. Segundo Pais, o metametaconceptus permite estabelecer com outros uma relação de oposição binária.

Em *O Conde Alarcos*, a conceptualização organiza uma oposição binária básica: bem X mal que constitui a estrutura fundamental da narrativa. Em função dela, é possível considerar os noemas dos atores nas classes opositivas: homem X mulher.

A mulher aparece como figura do bem se apresentar os metassememas: compromisso com a vida doméstica, submissão à vontade do marido, educação, carinho filial, dedicação maternal e religiosidade. No romance em análise, a condessa representa essa bondade feminina.

A submissão ao marido aparece impressa no atendimento, com prontidão, a todos os seus pedidos: amornar a água para ele lavar os pés, aprontar-lhe o café, forrar a mesa e a cama, além de deixar-se matar, embora triste, para que ele possa casar-se com a filha do rei, ou resgatar a honra perdida. A submissão e o respeito pelo marido se acham figurativizados também no uso dos tratamentos: Vossa Senhoria, Dom, Vosso/Vossa, meu conde etc.

Exemplo 1:

“- Condessa, apronte a mesa, - A mesa já vive pronta	<i>carta de fome eu traria para Vossa Senhoria.”</i> (CA3)
---	--

Exemplo 2:

“- Ô mulher, bote o café - O café já está na mesa	<i>que eu tomar porém queria. como está tôdolos dias.”</i> (CA31)
--	---

Exemplo 3:

“- Ele mandou amornar água, - A água já está pronta	<i>que lavar os pés queria. para Vossa Senhoria.”</i> (CA23)
--	--

A qualificação como terna e carinhosa se faz presente no vocativo dirigido ao filho (meu filhinho), no uso de palavras em diminutivo e na preocupação sentida, quando percebeu a tristeza do conde e demonstrou vontade de ajudá-lo:

*“- Meu Dom Conde, meu Dom Conde meu rostinho de alegria
Contare a vossa tristeza como quem conta alegria.
Se lhe morreu pai ou mãe, eu sentir também queria.” (CA9)*

É também o uso do vocabulário terno e sem impropérios, bem como o fato de escrever aos pais para avisar-lhes do que estava para acontecer, mesmo num momento de grande aflição, que vão figurativizá-la como pessoa educada:

*“Dá-me lá papel e tinta toda a minha escrivania
Quero escrever a meu pai a morte que eu morreria.” (CA29)*

A dedicação maternal a leva a amamentar o filho pela última vez e a prepará-lo para perder a mãe:

*“- Mama, mama, meu filhinho neste leite de amargura
Que hoje tiveste mãe e amanhã na sepultura.” (CA4)*

A figurativização da religiosidade se faz não só no emprego do vocativo - *meu Deus*, como no próprio dever-ser de boa esposa e mãe que ultrapassou o seu próprio interior para imprimir no filho os mesmos valores, além de atrair a ajuda divina:

*“- Lá tocou o sino da Sé ai meu Deus, quem morreria?” (CA4)
“- Não permita Deus no céu, nem as chagas de Maria,
Que minha mãe chegue a morrer por senhora Dona Maria”. (CA26)
“- Foi a infante, minha mãe, pelo mal que cometia
Descasar um bem casado coisa que Deus não queria.” (CA11)*

A concepção de mulher como figura do mal encontra-se apoiada nos metassemas: crueldade, fornicção, autoritarismo em relação ao homem e, ainda, falta de postura e de educação, ira, egoísmo, impiedade e celibato. A filha do rei é o ator que, no romance, figurativiza a maldade feminina, devido ao escândalo que armou na corte (gritar, tocar instrumento alto, culpar o pai de sua desventura, reclamar, queixar-se em voz alta), ao desejo por um homem casado e às relações sexuais ilícitas que tivera com ele na juventude, ao fato de estar ainda solteira, passando da idade de casar e as maquina-

ções pela morte da condessa quando manipula o rei, fazendo-o ordenar ao conde que mate a própria esposa para servir a seus intentos. Sendo assim, o rei não foi o idealizador, mas um pau-mandado da filha, o que caracteriza sua fraqueza de caráter. Eis algumas passagens comprovadoras:

*“Princesa deu um grito que a corte estremeceu
- Meu pai casou as outras todas conta de mim não fazia” (CA1)*

No final, ela se apresenta ainda como ansiosa e egoísta ao correr para a varanda/escada/janela, a fim de ver chegar a cabeça da princesa na bacia. Em nenhum momento, mostrou piedade pelo sofrimento que estava ocasionando à condessa.

*“A princesa muito vexada para ver a dourada bacia
Deu um toque na escada e desceu na escadaria” (CA19)*

O conceito de bem para o homem acha-se vinculado aos noemas: capacidade para amar, honradez, fidelidade, fidalguia, defesa dos fracos, cortesia, altruísmo, temor a Deus. O conceito de mal traz, à tona, os noemas: crueldade, despotismo, fraqueza de caráter, omissão.

O rei figurativiza o mal (no homem) na tentativa de assassinato à vítima inocente, na forma como dá as ordens, sem permitir o diálogo, na preocupação em resgatar a honra perdida com o relacionamento libidinoso da filha, ou em favorecê-la, mesmo que, para isso, prejudique a família do conde. Eis algumas passagens comprobatórias:

*“- Cala a boca. Conde Carlos deixa de tanta prufia
Quero já ver-lhe a cabeça nesta dourada bacia
Entre uma ave-maria” (CA11)*
*“- Ele (o conde) saiu por ali com tristeza em demasia
As lágrimas eram tantas que o caminho cobria
E os suspiros eram tantos que de longe se ouvia” (CA28)*

Assim, o rei se distancia do seu povo, o que é fortalecido pela linguagem autoritária e imperativa, pela permanência na interioridade do palácio (em nenhum momento ele extrapola suas fronteiras para ter um convívio direto com seus súditos) e no requinte dos objetos que possui (bacia dourada, palácio)

Referências bibliográficas

BARBOSA, Maria Aparecida. A parassinonímia nos dicionários de língua e nos dicionários de especialidade. *IV Congresso Nacional de Linguística e Filologia*. São Paulo, 2000:1-20.

_____. Estrutura e tipologia dos campos conceituais, campos semânticos e campos lexicais. In *Acta Semiotica et Linguistica*, Revista da Sociedade Brasileira de Professores de Linguística, vol. 8 São Paulo: Ed. Plêiade, 2000, p. 95-120.

_____. *Léxico, produção e criatividade: processos do neologismo*. 3a ed. São Paulo: Editora Plêiade, 1996

BATISTA, Maria de Fátima B. de Mesquita. *A tradição Ibérica no Romancero Paraibano*. João Pessoa: Editora da Universidade, 2000.

_____. *O Romancero Tradicional no nordeste do Brasil: uma abordagem semiótica*. Tese de Doutorado. USP: 1999.

PAIS, Cidmar Teodoro. Conditions sémantico-syntaxiques et sémiotiques de la productivité systémique, lexicale et discursive. Doctorat d'État em Lettres et Sciences Humaines. 3 tomes. Directeur de Recherche: Bernard Pottier. Paris: Université de Paris-Sorbonne (Paris IV), 1993

_____. Conceptualisation, dénomination, désignation, reference: reflexions à propos de l'énonciation et du savoir sur le monde. In *Textures. Cahiers du C.E.M.I.A.* Lyon, Université Lumière Lyon 2, 1998 p. 271-311.

PIDAL, Ramon Menéndez. *Romancero Hispánico*. Madrid: Espasa-Calpe, 1953

PIDAL, Ramon Menéndez. *Estudios sobre el Romancero*. Madrid: Espasa-Calpe, 1973

PINTO CORREIA, João David. *Romancero Tradicional Português*. Lisboa: Editorial Comunicação, 1984

_____. *Os Romances Carolíngios da Tradição Oral Portuguesa*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1993

POTTIER, Bernard. *Sémantique générale*. Paris: Presses Universitaires de France, 1992

POTTIER, Bernard. *Théorie et analyse em linguistique*. Paris: Hachette, 1987

SANTOS, I. M. Fonseca dos e BATISTA, Maria de Fátima B. de M. *Cancioneiro da Paraíba*. João Pessoa: Grafset, 1993.

RELAÇÕES ISOTÓPICAS NA LITERATURA DE CORDEL BRASILEIRA

Francisca Neuma Fechine BORGES
Universidade Federal da Paraíba - UFPB
Fundação Casa de José de Alencar

Os textos da riquíssima literatura de cordel brasileira, poeticamente estruturados e com capas sugestivamente ilustradas, têm sido objetos de estudos para pesquisadores, em diversas áreas do conhecimento, oferecendo farto material para pesquisas, ensejando variadas abordagens e interpretações que remetem para os contextos sócio-culturais.

Com base em pesquisas, constatamos que os significativos textos dos “folhetos de cordel” brasileiros são ilustrados com xilogravuras, clichês de cartões postais, fotografias, desenho.

Procedendo à leitura e análise de um corpus de aproximadamente quatro mil folhetos de variados temas, tradicionais ou contemporâneos, ver-se-iam por inúmeros poetas populares, pudemos detectar significativas relações isotópicas (isossêmicas), utilizando subsídios fornecidos por propostas teóricas - a greimasiana e de outros semanticistas.

Nesse *corpus*/amostragem, detectamos e selecionamos, em capas de folhetos, relações isotópicas (marcas) icônico-textuais, representativas de:

a) sintagmas narrativos disjuncionais e performanciais dinâmicos, deslocamentos reiterados e discurso dialógico (nas pelejas, discussões, nos encontros, debates) ou em estórias tradicionais ou contemporâneas, tais como: *A batalha de Oliveiros com Ferrabrás; História de Roberto do Diabo; Joana d'Arc, a heroína da França; A chegada de Lampião no inferno; Viagem a São Saruê; Romance do pavão misterioso; Romance de João de Calae; O herói João de Calais e a princesa Constança; A vitória do príncipe Roldão no Reino do Pensamento; O cavaleiro das flores; A chegada da prostituta no céu; Peleja dum embolador de coco com o diabo; Satanás trabalhando no roçado de São Pedro; História do boi misterioso; A moça que dançou com o diabo cantando cintura fina; Futebol no inferno; Luciene, a moça que dançou lambada com o cão em Juazeiro do Norte; História de Juvenal e o dragão; O encontro da velha que vendia tabaco com o matuto que vendia fumo.*

b) qualificações estáticas correspondentes a descrições, retratos, fotos de heróis, heroínas, de paisagens, de imagens de santos, representações gráficas de objetos, que são espécies de recortes visuais em capas de folhetos (com menor índice de frequência), destacando-se : *História da Donzela Teodora*; *A cara feia da fome*; *A moça que virou cobra*; *A história de Carlos Magno e os doze pares de França*; *A grande paixão de Carlos Magno pela princesa do anel encantado*; *O verdadeiro romance do herói João de Calais*; *As aventuras de Pedro Quengo*; *A pedra misteriosa e os ladrões de Bagdá*; *Nossa Senhora Aparecida, padroeira do Brasil*.

Nunca é demais lembrar que os textos de cordel, nitidamente polisotópicos, estão abertos, portanto, a várias isotopias, aqui entendidas conforme as concepções de A. J. Greimas, François Rastier, e outros semanticistas.

O conceito de isotopia é proposto por Greimas em sua *Semantique structurale*. Referindo-se à narrativa, Greimas explicita a definição de isotopia, considerando-a como um conjunto redundante que torna possível a leitura uniforme da narrativa, eliminando as ambigüidades das leituras parciais dos enunciados, em busca da leitura única.

François Rastier considera fundamental o estabelecimento da isotopia para compreensão do discurso; assim, o conceito de isotopia impõe-se em razão da natureza polissêmica do conteúdo e da necessidade de se operar ao nível transfrástico.

Alargando o conceito de isotopia, J. Adam e J. Goldenstein propõem relações com os dois planos de expressão e conteúdo. De acordo com os diversos “feixes isotópicos”, esses dois estudiosos classificam as isotopias, conforme as estruturas do texto, em: isotaxias; isografias ; isofonias ; isossemias.

Interessam-nos, particularmente, as isossemias (isotopias sêmicas) cujas descrições poderão dar conta, com maior rigor, da significação textual, correspondendo a modos diferentes de ler o texto, implicando diversos níveis de leitura.

Nos limites deste trabalho, focalizaremos a tradicional, exemplar e sedutora *História da Donzela Teodora* versejada pelo poeta Leandro Gomes de Barros, a quem Carlos Drummond de Andrade chamou de “rei da poesia do sertão”.

A sedutora narrativa dessa incomum donzela tem, em síntese, a seguinte fabulação: donzela/escrava é comprada por um rico negociante cristão, húngaro, que mandou educá-la; com sua sabedoria, ela desafia os sábios do rei, numa acirrada disputa, vence-os, recebendo prêmio em “dobras (moedas) de ouro”, livrando seu amo da falência, sendo, portanto, admirada e louvada por todos.

Essa tradicional estória tem como redações castelhanas mais antigas dois códices manuscritos localizados por Hermann Knust e que, segundo Menendez e Pelayo, datam dos fins do século XIII ou início do XIV. Para Câmara Cascudo, a edição espanhola mais antiga é *La doncella Teodor* de 1498, impressa em Toledo, inspirada em *Las mil y una noches* em que já aparece a Doula “Simpatia”. (CASCUDO, 1978, p. 54 - 61).

Em estágios de pesquisas que realizamos em Portugal, na Espanha e França, conhecemos trinta e três versões europeias da estória de da Donzela Teodora (normalmente em prosa e, na grande maioria, com capas ilustradas com figuras representando o desafio entre ela e os sábios, na presença do rei). Dessas versões, cinco são espanholas (Toledo, 1498; Saragoça, 1540; Salamanca, 1625; Valência, 1643 e Madrid, 1726. As restantes eram lusas (também em prosa), editadas no decorrer dos séculos XVIII, XIX e XX das quais destacamos as seguintes: Lisboa, 1712, 1735, 1741, 1745, 1758, 1783, 1827, 1852; Porto, 1790, 1839, 1855, 1889, 1906; Lisboa, 1945 e 1956 e, ainda, versões portuguesas editadas no Brasil (São Paulo, 1916 e Rio de Janeiro, 1943). Não obstante a relativa atualidade da edição citada de 1956, em Lisboa, os “folhetos de cordel” portugueses, à semelhança dos “pliegos sueltos” espanhóis e dos “livrets de colportage, na França, são obras raras que só interessam a pesquisadores e colecionadores.

No Brasil, sucederam-se inúmeras edições da estória desta invulgar Donzela, nas décadas de vinte a oitenta: evidenciamos duas edições muito antigas de autoria de Leandro Gomes de Barros: *História da donzella Theodora* (completa e rimada). João Pessoa: Popular Editora, aprox. 1918/20; *Historia da donzela Theodora*. Belém: Pará; Antiga Guajarina, propr. Raimundo Saraiva Freitas, s.d.; já no Recife, nos anos quarenta, publicadas pelo tradicional editor João Martins de Athayde que comprara à viúva de Leandro os direitos autorais desse poeta; em Juazeiro do Norte, circularam várias (consultamos as seguintes edições da “História da Donzela Teodora”: 1950, 1954, 1964, 1973, 1975, 1976, 1977, 1978, 1979, 1980), editadas, inicialmente, por José Bernardo da Silva/Tipografia São Francisco (que com-

prou os direitos autorais a João Martins de Athayde) e, posteriormente, por seus filhos, filhas, viúva e seu neto, o excelente poeta e xilógrafo Stênio Dinis.

No confronto que fizemos entre versões espanholas, portuguesas e brasileiras da estória da D.T., constatamos que o texto luso está bem colado ao espanhol, correspondendo a uma tradução literal deste, que, por sua vez, difundira-se na península ibérica. Já os textos dos folhetos de cordel brasileiros, embora conservem a mesma estrutura profunda da narrativa, possuem um discurso criativo, sendo versejados no ritmo agradável da sextilha; guardam, contudo, em alguns tópicos, relações com o discurso tradicional português.

Em 1981, essa sugestiva estória foi republicada pelo MEC-PRONASEC-RURAL, através do Projeto da Biblioteca da Vida Rural Brasileira do qual participamos juntamente com vários pesquisadores, contando-se, também, com a co-participação de editoras populares e que teve como objetivos primordiais a difusão de textos em Escolas de 1º e 2º Graus na zona rural do Estado da Paraíba, com ótima repercussão.

A estrutura profunda, formada pelas antinomias básicas (SABEDORIA vs IGNORÂNCIA; JUSTIÇA vs INJUSTIÇA e HONRA vs DESONRA) que são de caráter universal, associadas aos traços marcantes da oralidade, à recorrência aos enigmas e adivinhações, ao processo de escrita e reescrita, à diversidade de editoras, vêm assegurando a permanência dessa sedutora estória, independentemente das peculiaridades regionais das diferentes comunidades (espanhola, portuguesa e brasileira) por onde ela tenha traçado sua trajetória.

No significativo percurso editorial da estória da D.T., constatam-se variadas relações icônico-textuais, nas sucessivas edições (das décadas de vinte a oitenta). Assim é que o texto se mantém inalterável nas versões brasileiras (com ligeiras modificações textuais), mas com sensíveis variações de capas, inicialmente em vinhetas, depois em clichê de cartão postal (um mais antigo e outro novo), com a figura de uma cândida e bela moça abraçada a um buquê de flores, símbolo metassêmico dos modos de ser dessa actante-heroína, com as qualificações de donzela-escrava-sábia-bela-grata); o postal mais antigo foi adaptado, em madeira, para um xilogravura sem assinatura; diferente das anteriores, a capa aparece colorida (em policromia), com uma bela moça (reprodução do retrato de Miss Brasil) em reedições pela Luzeiro, em São Paulo.

De resto, fica-nos uma indagação: Por que, na re(criação) dessa estória cheia de confrontos, debates, tão rica, portanto, de sintagmas performanciais dinâmicos, o ilustrador elegeu uma isotopia (metassêmica, é bem verdade) mas de caráter estático (privilegiando as qualificações, “modos de ser” da donzela)? Talvez possamos entender esta opção do ilustrador (editor e/ou xilógrafo), se considerarmos a grande popularidade dessa tradicional estória de Teodora cujo nome significa “dádiva de Deus”, heróina perfeita, instaurada por um estatuto cujo, suporte sêmico é o bem, investida de duplo poder (o material = BELEZA + RIQUEZA e espiritual = SABEDORIA + GRATIDÃO) e que vem tendo grande aceitação, no Nordeste brasileiro, onde o povo é sensível não apenas à emulação do confronto, do debate, mas à beleza e aos ideais de justiça e honradez, ressaltando-se, também, a grande recorrência à moralidade (contar, recontar para ensinar), uma das funções primordiais das narrativas de cordel.

Enfim, sem pretendermos exaurir as possibilidades de abordagens dos textos analisados, concluímos que as relações isotópicas (icônico-textuais), formando uma riquíssima tessitura em folhetos de cordel, sejam com temas do imaginário tradicional ou daqueles comprometidos com o contexto contemporâneo, imbricadas com arquétipos narrativos e o poder criativo de poetas e xilógrafos, compõem um vastíssimo universo semiótico “sui generis”, imprimindo linhas de força unificadoras à polisetóptica literatura de cordel brasileira.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Átila e ALVES SOBRINHO, José. *Dicionário biobibliográfico de poetas populares*. 2 ed. ampl. e reformulada. Campina Grande: UFPB, 1990 (v.2 e v.3).

BORGES, Francisca Neuma Fechine. *Estruturação e isossemias da História de João de Calais*. João Pessoa: Mestrado em Letras da UFPB, 1979. (Dis. de Mestrado).

_____. Literatura de cordel: das origens européias à nacionalização brasileira. *Rev. Berichte*, Salzburg, n. 6, p. 34 - 49, 1983.

_____. Literatura de cordel: um banco de dados no Brasil. In: *EURO-AMÉRICA: uma realidade comum?* Coord. Braúlio do Nascimento. Rio de Janeiro: Comissão Nacional de Folclore/IBECC/UNESCO, Tempo Brasileiro, 1996, p.111-132.

_____. Folhetos et gravures sur bois exposés. In: *Des conquêtes de Charlemagne au Brésil; Le moyen âge européen dans la littérature populaire brésilienne; Catalogue de l'Exposition*. Poitiers: Université de Poitiers et Médiathèque François Mitterrand, 2000, p. 43 - 60.

Obras teóricas:

BRAGA, T. *O povo português nos seus costumes, crenças e tradições*. Lisboa: Livraria Ferreira, 1985, 2 v.

CASCUDO, Luís da Câmara. *Cinco livros do povo*. 2 ed. fac-similada. João Pessoa, Editora da UFPB, 1978.

DIÉGUES JR, Manuel. Ciclos temáticos na literatura de cordel. In: MEC/FCRB. *Literatura popular em verso*; estudos. Rio de Janeiro, MEC/FCRB, 1960, p.1-151.

SARAIVA, Arnaldo. *Literatura marginalizada*. Porto: Rocha/Artes Gráficas, 1975, p.114-120.

ADAM, J. e GOLDENSTEIN, J. *Linguistique et discours littéraire*. Paris: Larousse, 1976.

GENETTE, Gerard. *Introduction à l'architexte*. Paris: Seuil, 1979.

GREIMAS, A. J. "Pour une theorie de l'interpretation du récit mythique". In: *Du sens*. Paris: Seuil, 1970.

_____. *Semantique structurale*. Paris: Larousse, 1966.

RASTIER, F. Systematique des isotopies. In: GREIMAS, A. J. et alii. *Essais de semiotique poetique*. Paris: Larousse, 1972, p. 82 - 100.

Obs. A escolha do corpus foi feita no:

Dicionário biobibliográfico..., op. cit.;

Acervo do Programa de Pesquisas em Literatura Popular/UFPB;

Na nossa coleção particular.

Consultamos ainda:

Nosso Projeto: "Memória em Literatura de Cordel: um arquivo computadorizado" (Banco de Dados de Literatura de Cordel);

Acervo do Fonds Raymond Cantel da Université de Poitiers onde atuamos como pesquisadora visitante, organizadora da Exposição de Literatura de Cordel "*Des conquêtes de Charlemagne au Brésil*", em Poitiers, agosto de 2000, coordenação da Prof^a Ria Lemaire e participação de vários pesquisadores.

- Resumo do texto a ser apres. na Reunião da SBPC, em Salvador, julho de 2001.
- Professora Francisca Neuma Fechine Borges.
End. Rua Francisco de Assis Frade, 108. Bairro Manaíra.
58038-440 João Pessoa - PB.
Tel. (083) 2461989.
E-mail: nfechine@zaitek.com.br
ou
E-mail: fechineb@uol.com.br

O MITO DA MORTE EM GURIATÃ: UM CORDEL PARA MENINO

Neide Medeiros SANTOS

Universidade Federal da Paraíba, UFPB

Universidade Estadual de São Paulo, UNESP*

O livro *Guriatã: um cordel para menino*¹, do poeta pernambucano Marcus Accioly, apresenta uma grande variedade de mitos e, entre esses mitos, destacamos o mito da morte que aparece interligado ao rito da separação. Os ritos foram estudados por vários antropólogos e destacamos a brasileira Carmem Junqueira e o antropólogo alemão Arnold van Gennep, este vinculado à escola sociológica francesa.

Carmem Junqueira², no ensaio *Em trânsito: preparando a mudança*, publicado na coletânea de ensaios da editora Summus, com o título geral de *Ritos de passagem da nossa infância e adolescência* conceitua, de forma clara e precisa, mito e rito. Para a antropóloga brasileira, mito é uma versão da História do homem, vem marcado pela imaginação, é o fio condutor da tradição e uma das linguagens da memória. Os ritos são um conjunto de atos e prática que se realizam em ocasiões determinadas. Ela estuda os ritos de passagem com base nos postulados teóricos de Gennep.

Arnold van Gennep³, no livro *Ritos de passagem*, distingue uma categoria especial de ritos de passagem que, quando submetidos à análise, se decompõem em *ritos de separação*, *ritos de agregação* e *ritos de margem*. Os de separação cortam vínculos com um estado anterior: há ruptura, afastamento. O rito mais marcante de separação é o das cerimônias funerárias: o de uma partida para uma viagem é também um rito de separação.

Como exemplo de rito de agregação, Gennep cita a páscoa dos judeus. Páscoa significa passagem, é a festa mais solene das festas judaicas. Na Bíblia, no Êxodo, encontramos inúmeras referências à instituição da Páscoa e a outras comemorações alusivas a essa data. São também considerados ritos de agregação os ritos que incluem banquetes, casamentos.

Em algumas sociedades, as cerimônias de gravidez seguem os ritos de margem. Entre os Toda, na Índia, as mulheres grávidas obedecem a um ritual que as deixam separadas do convívio familiar durante o período de gestação, só se integrando ao grupo após o parto.

Feitas essas considerações, vejamos como podemos interligar o mito da morte ao rito da separação em *Guriatã: um cordel para menino*.

A primeira referência à morte aparece nas três epígrafes que abrem o livro. Por ordem de apresentação, encontramos:

*Quando secar o rio da minha infância
Secará toda dor.*
(Frei Tito de Alencar Lima)

*A terra era tão escassa que as mães andavam sempre com
medo de que o vento levasse os meninos*
(Gabriel Garcia Márquez)

As pessoas não morrem, ficam encantadas
(João Guimarães Rosa)

A primeira epígrafe, de Frei Tito de Alencar Lima, integra versos do poema *Quando secar o rio da minha infância*. A figura emblemática de Frei Tito associa-se ao período de repressão militar, às torturas, às mortes trágicas. A segunda epígrafe é do escritor Gabriel Garcia Márquez e se refere à morte de um menino. A última, a de Guimarães Rosa, é a mais significativa. Dizer que as pessoas não morrem, ficam encantadas, é transportar o leitor para um mundo mítico, para o reino do fantástico, para um mundo onde as pessoas não morrem, antes se transformam em passarinhos (rouxinóis ou guriatãs).

A morte também aparece na dedicatória à mãe do poeta, Eunice Bezerra de Moraes Accioly, a “mãe-menina”, encantada como Leunam, em *Guriatã*. Comprovemos:

*À memória de
Eunice Bezerra de Moraes Accioly
ou
À minha-mãe menina
(ó mãe-menina)
a mesma história-estória
da infância de Sucram
entre os canaviais
cujo Bicho-Papão*

*foi a morte onde a vida
era a própria canção.*

No que se refere aos poemas, notamos que existe um ritual de preparação para a morte. De forma gradual, o narrador/poeta vai encaminhando o leitor para o encantamento de Leunam. Os constantes diálogos entre o pássaro e o menino Sucram apontam para um final trágico, mas a tragicidade da morte vem amenizada pelo encantamento, pela transformação de Leunam em *Guriatã*.

As notas explicativas, que aparecem no final do livro, não escapam do *fantasma da morte*. Amigos, parentes, entes queridos são evocados. Na primeira nota, *A Bola-de-Vidro*, o poeta relembra o avô que gostava de fumar charutos “suerdick”. O avô também foi transformado em *Guriatã*. Nessa mesma nota, o poeta recorda várias pessoas que foram encantadas, com destaque para sua mãe que o ajudava a escrever poemas, a escolher títulos de livros, a colocar letras nas músicas dos rios e dos pássaros. Eunice, Nice ou Niça entrou sozinha na bola-de-vidro e se encantou. O filho gritou muitas vezes, “Mãinha, Mãinha. . .” e apenas ouviu, “no fundo da bola-de-vidro, um canto de pássaro”. A mãe tinha virado “guriatã”.

Observamos que o poeta/narrador se utilizou de alguns artifícios para falar sobre um tema que representa, como bem averba Hohlfeldt 4, um dos mais antigos e terríficos sentimentos do homem e, em particular, da criança: a morte. Esses artifícios foram representados pelo pássaro guriatã e pela bola-de-vidro.

Guriatã: um cordel para menino é um poema que segue um rito de passagem da vida para a morte (Leunam, Eunice) e da morte para a vida (pássaro Guriatã). Leunam se transforma em *Guriatã* e Eunice entra na bola-de-vidro e também vira *Guriatã*.

A morte é responsável ainda pelo amadurecimento do menino Sucram, e podemos associar esse amadurecimento ao rito de passagem da infância para a idade adulta. O poema *LXXXIX do epílogo do narrador*, o antepenúltimo do livro, exemplifica muito bem essa passagem:

LXXXIX do epílogo do narrador
Do vidro do mar, a lua,
pelo meio, nasce já
buscando o menino fora
e dentro o menino está.

*Belalua, belalua,
o teu rosto é tão redondo
como o meu, menino-lua,
que dentro de mim me escondo.
Lua-menino difícil
e fácil de em mim me achar
coberto da minha água
de lua dentro do mar.
Água de lua-menina
verde-e-azul de mar-e-céu,
onde eu me cubro de estrelas
debaixo do seu chapéu.
E piso, com os pés de homem,
na infância de terrareia
que escutava, em voz de búzio,
o mar do peixe-sereia.*

A passagem da infância para a idade adulta está muito bem expressa nestes versos: *E piso com os pés de homem / na infância de terrareia.*

No último poema do livro, *XCI do acróstico*, utilizando-se de conjunto das letras iniciais do seu próprio nome, como é comum ocorrer com os poetas populares, o poeta/narrador recomenda que, se alguém perder um amigo, “resta trazer o passado perdido (. . .) sempre na bola-de-vidro”. O pássaro “Guriatã” e a “bola-de-vidro” representam, portanto, os elos que mantêm vivo o passado perdido. A morte pode destruir a vida, mas não consegue destruir a memória que guardamos dos entes queridos.

Dissemos no início do trabalho que iríamos procurar interligar o mito da morte ao rito da separação. Os exemplos apresentados, quer sejam por meio de epígrafes, dedicatória, poemas, notas explicativas, comprovam o que afirmamos. Se a morte é uma separação, se o “passado está perdido”, para compensar essa perda o melhor é sonhar com bolas-de-vidro e com *Guriatãs*.

- Este trabalho integra parte da tese de doutorado apresentada na UNESP/Car em abril de 1999, sob a orientação da Dra. Maria Magaly Trindade Gonçalves, na área de Estudos Literários, com o título *Guriatã: um cordel para menino - uma viagem mítica ao “país-paráiso”*.

Referências bibliográficas

1. ACCIOLY, Marcus. *Guriatã: um cordel para menino*. [Ilust. Dila]. Rio de Janeiro: Ed. Brasil/América, 1980.
2. JUNQUEIRA, Carmem. Em Trânsito: preparando a mudança In: *Ritos de Passagem da nossa infância e adolescência*. São Paulo: Summus, 1985.
3. GENNEP, Arnold van. *Os Ritos de passagem*. Trad. Mariano Ferreira. Petrópolis: Vozes, 1977.
4. HOHLFELDT, Antonio: *Guriatã: um cordel (religioso) para menino*. Letras de Hoje. Porto Alegre: EDIPUC, v. 2, nº 3, 1991, pp. 107/129.

**A LÍNGUA GERAL ANAZÔNICA
ATRAVÉS DO TEMPO**

**LÍNGUA GERAL AMAZÔNICA E PORTUGUÊS:
CONTRASTES E CONVERGÊNCIAS**

Aryon Dall'Igna RODRIGUES

Laboratório de Línguas Indígenas, UnB

**OBSERVAÇÕES SOBRE A FONOLOGIA DA LÍNGUA
GERAL AMAZÔNICA NOS TRÊS ÚLTIMOS SÉCULOS**

Ruth Maria Fonini MONSERRAT

Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ

**NATUREZA DAS MUDANÇAS GRAMATICAIS
OCORRIDAS NA LÍNGUA GERAL AMAZÔNICA
DO SÉCULO XVIII**

Ana Suelly Arruda Câmara CABRAL

Centro de Letras e Artes, UFPA

LÍNGUA GERAL AMAZÔNICA E PORTUGUÊS: CONTRASTES E CONVERGÊNCIAS

Aryon Dall'Igna RODRIGUES

Laboratório de Línguas Indígenas, UnB

1. Introdução.

As línguas gerais brasileiras juntamente com o Guaraní Criollo no Paraguai constituem produtos de uma situação sociolingüística específica das áreas em que a colonização ibérica na América do Sul nos séculos 16 e 17 entrou em contacto com povos de cultura tupi-guarani. Só recentemente tem sido publicados estudos visando a esclarecer a situação histórica e sociolingüística das línguas gerais e a compreender a natureza lingüística das mesmas (Freire 1983, Rodrigues 1986 e 1996, Cabral 2000). No caso da Língua Geral Amazônica (LGA) um aspecto importante a ser investigado é o da influência que a língua portuguesa pode ter exercido sobre ela ao longo dos quatro séculos de contacto já decorridos. O objetivo do presente trabalho é contribuir para o conhecimento dessa influência.

2. As dimensões diacrônica e diatópica.

Um fator que grandemente favorece o estudo da história interna da LGA é o fato de existir documentação linguística de vários momentos de seu desenvolvimento ao longo de quatrocentos anos. Essa documentação registra a LGA não só em determinados momentos, mas também em diferentes pontos da área geográfica por que ela se foi estendendo. Entretanto, não só a sequência cronológica como a distribuição espacial dos registros documentais são aleatórias e isto representa, naturalmente, um problema muito sério para a recuperação do complexo processo de desenvolvimento que se desdobrou ao longo de tantos anos e sobre um espaço geográfico tão extenso. É necessário um grande esforço investigativo para identificar todos os documentos relevantes e para tentar situá-los no tempo e no espaço. Houve algumas tentativas nesse sentido, mas restritas a certos documentos e a certos aspectos de problemas como os das autorias, por parte de pesquisadores como Plínio Ayrosa, Maria de Lourdes de Paula Martins e Frederico Edelweiss.

3. A natureza da documentação.

A hipótese mais razoável sobre a origem da LGA é a de que esta seja uma continuação ininterrupta da língua dos índios Tupinambá do Maranhão e do Pará, que no início do século XVII entraram em contacto forçado com os portugueses, numa variante que se foi desenvolvendo nas comunidades de mestiços (*mamelucos* no Português da época, *marába* em Tupinambá) que logo vieram a constituir a população majoritária das áreas dominadas pelos portugueses. Sendo assim, cabe indagar, primeiramente, pelos documentos da língua Tupinambá. Documentação bem definida no tempo e no espaço é a que temos nos livros dos capuchinhos franceses Claude d'Abbeville e Yves d'Évreux, da Ilha do Maranhão «e terras circunvizinhas», impressos em 1614 e 1615, respectivamente. Ambos contêm breves textos e uma grande quantidade de palavras, aqueles e estas trazendo obviamente muito da fonética da língua. A análise comparativa desses dados com os correspondentes dos registros portugueses e franceses do Tupinambá falado na costa leste demonstrou que se trata essencialmente da mesma língua (Rodrigues 1959). Isso é o que evidenciam também a gramática da «língua brasílica» do padre Luís Figueira, elaborada no início do século XVII, reeditada na segunda metade deste e usada pelos jesuítas no Pará por mais de um século, e o compêndio da doutrina cristã na «língua brasílica» elaborado e publicado na segunda metade do século XVII pelo padre João Felipe Bettendorff, que atuou no Maranhão e no Pará. Temos, portanto, ampla documentação da língua Tupinambá falada no Maranhão e no Pará no século XVII, a qual é consistente com a da mesma língua na costa leste nos séculos XVI e XVII. A língua Tupinambá desses documentos é que devemos tomar como o estado lingüístico a partir do qual começa a diferenciar-se a LGA, designada em vários documentos do século XVIII como a «língua vulgar».

Há alguns documentos da primeira metade do século XVIII cuja língua aparece alterada em diversos respeitos, mas ainda muito próxima do Tupinambá. É o caso do *Vocabulário Português-Brasílico*, de que é conhecida uma cópia datada de 1757. Embora Edelweiss (1969:114) supusesse ter sido composto entre os Tupinambá do Maranhão colonial, há neste vocabulário várias referências aos Tupinambá, mas para indicar que estes usavam palavras diferentes das que foram registradas na língua documentada. Da mesma forma indica também algumas divergências com as palavras encontradas na gramática do padre Figueira e no catecismo originalmente publicado em 1618 e reeditado em 1686, e nesses casos as formas que acolhe são dadas como «vulgarmente» usadas. Talvez um pouco mais

diferenciado, mas ainda muito conservador, é o texto inédito da doutrina cristã apresentada como «em língoa geral dos Índios do Estado do Brasil e Maranhão, composta pelo P. Philippe Bettendorff, traduzida em língoa irregular, e vulgar uzada nestes tempos». Edelweiss (1969:142-143) quis ver na referência a Bettendorff uma declaração da autoria deste jesuíta para a tradução, entretanto o que me parece mais certo é que seu nome aí tenha a ver só com seu texto da doutrina cristã publicada em Tupinambá e Português e que a expressão «uzada nestes tempos» se refira a uma época posterior, em que outro missionário tenha feito a tradução para a língua geral.

4. Contrastes.

Tendo estado continuamente em contacto com o Português, a LGA foi progressivamente incorporando características dele tanto no léxico, como na gramática e na fonologia (v. a seção seguinte). Não obstante isso, continuou mantendo características herdadas do Tupinambá ou desenvolvidas em seu próprio curso, as quais contrastam nitidamente com o Português: flexão à esquerda (prefixal) nos nomes e nos verbos, nestes pessoal e naqueles relacional; posições e conjunções pospostas; partículas interrogativas, partícula relativizadora posposta, partículas marcadoras de tempo/aspecto. A seguir, a título de exemplos, é apresentado um quadro que confronta a flexão morfológica da LGA com a do Tupinambá e com a do Português.

Quadro I: *Contrastes entre a flexão morfológica do Tupinambá, da LGA e do Português*

	Tupinambá	LGA	Português
Flexão nominal	à esquerda	à esquerda	-----
	de dependência	de dependência	
	à direita	-----	à direita
	de caso		de número, gênero
Flexão verbal	à esquerda	à esquerda	-----
	de pessoa	de pessoa	
	de dependência	de dependência	
	à direita	-----	à direita
	de modo		de modo, T/A, pessoa
Flexão adposicional	à esquerda	à esquerda	-----
	de dependência	de dependência	

Comentários ao Quadro I:

1. O Tupinambá, como as demais línguas da família Tupí-Guaraní, apresentava flexão relacional ou de dependência, que consistia em variar a forma inicial das palavras segundo a posição sintática destas em relação a seus respectivos determinantes - imediatamente precedido pelo determinante dentro de um mesmo sintagma ou não e, se não, indicando se o determinante é correferente (isto é, refere-se à mesma entidade) do sujeito da sentença, e, ainda, se, não o sendo, é uma entidade humana genérica ou não.

2. A flexão relacional do Tupinambá era prefixal (i. é, na margem esquerda da palavra), mas os nomes, além dessa, tinham também flexão casual, manifestada por sufixos (i. é, na margem direita da palavra). A LGA mantém a flexão relacional, mas perdeu a flexão casual. Em ambos os casos contrasta com o Português, que só tem flexão nominal por sufixos (na margem direita), mas de gênero e de número e não de caso.

3. Os verbos do Tupinambá, além de flexão relacional, tinham à esquerda também flexão de pessoa e apresentavam à direita flexão de modo. A LGA mantém a flexão relacional e a de pessoa, mas perdeu a flexão de modo, e contrasta com o Português que não tem nenhuma flexão prefixal, mas só sufixal, para exprimir modo, tempo/aspecto e pessoa.

4. Também as posposições do Tupinambá apresentavam flexão relacional e essa situação persiste na LGA. No Português, ao contrário, as preposições são palavras invariáveis, sem nenhuma flexão.

5. Convergências.

Mantendo embora ainda muita conformidade com o Tupinambá (e, por conseguinte, com as demais línguas da família Tupí-Guaraní), a LGA apresenta vários pontos de convergência gramatical com a língua portuguesa, seja por haver desenvolvido distinções que não eram feitas em Tupinambá, seja por ter reduzido ou eliminado distinções típicas deste último, mas desconhecidas do Português. Alguns desses pontos, em que a gramática da LGA se aproxima da do Português, são apresentados no Quadro II, abaixo:

Quadro II: *Convergências entre a LGA e o Português*

	Tupinambá	LGA	Português
Adjetivo	-----	----- > +	+

Flexão modal	indicativo I indicativo II gerúndio subjuntivo	indicativo I indicativo II > ----- gerúndio > ----- subjuntivo	indicativo subjuntivo
Flexão relacional (dependência)	+contíguo -contíguo +correferencial +genérico humano	+contíguo -contíguo ----- -----	----- ----- ----- -----
Flexão dêitica	proximidade de 1 proximidade de 2 invisibilidade indeterminação	> +3, -3	+1, +2, +3 > +3, -3
Flexão pessoal de sujeito	1, 2, 12/4, 123/3, 13, 23	1, 2, > 1+, 23, 3	1, 2, 1+, 23, 3, 33 > 1, 1+, -1, -1+
Pronomes pessoais	1, 2, 12, 123, 13, 23	1, 2, 1+, 23, 3, 3PL	1, 2, 1+, 2PL, 3, 3PL

Esclarecimento de alguns símbolos: ----- ausência; > evolução documentada de uma situação para outra; -3 forma para não terceira pessoa, como *este/esse* em contraste com *aquele*; 4 terceira pessoa não focal; 1+ todas as associações da primeira pessoa (12, 123, 13); -1 forma comum para segunda e terceira pessoas, como *escreve* em contraste com *escrevo*, *escrevem* em contraste com *escrevemos*; 2PL, 3PL pronomes de segunda do plural e de terceira do plural iguais aos correspondentes do singular mais uma marca de pluralidade.

Comentários ao Quadro II:

1. Em Tupinambá não havia uma classe de adjetivos: a expressão de epítetos era obtida por composição de um nome de entidade com um nome de qualidade, nessa ordem. Na LGA, na primeira metade do século XVIII, ainda prevalecia essa situação, mas já na segunda metade do século XIX a composição tinha cedido lugar a um sintagma binômio, em que o nome de qualidade se tornou um constituinte livre, de natureza adjetival (T *ko'émytanga* 'alvorada' [*ko'ém* 'manhã' + *pytáng* 'avermelhado' + -a 'caso argumentativo'], LGA *ko'éma piránga* 'manhã vermelha', i. é, 'alvorada'. T *kújrana* 'falsa

cuaia' [*kúj* 'cuaia' + *rán* 'semelhante' + *-a* 'caso argumentativo'] > LGA *kúja rána*, P 'cuaia falsa').

2. A LGA no século XVIII ainda distinguia, como o Tupinambá, os modos indicativo II e gerúndio, os quais deixaram de ser usados entre esse século e o XIX, substituído o primeiro pelo Indicativo I e o segundo por este e pelo subjuntivo. O sufixo flexional não acentuado, que no Tupinambá, formava o subjuntivo, transformou-se na LGA numa partícula acentuada posta ao verbo com a forma do indicativo (T *osýk* 'ele chegou', *isýkeme* 'quando ele chegou', LGA (séc. XIX) *osýka* 'ele chegou', *osýka ramé* 'quando ele chegou').

3. O paradigma da flexão relacional em Tupinambá comportava quatro formas, mas na LGA, tendo perdido as formas para determinante correferente do sujeito e para determinante humano indefinido, reduziu-se a apenas duas formas - para determinante contíguo dentro de um sintagma e para determinante não contíguo. Essa redução do paradigma em certo sentido diminuiu o contraste com o Português, em que inexistente uma flexão relacional.

4. A flexão dêitica do Tupinambá, embora não totalmente conhecida, incluía afixos para os parâmetros de proximidade ao falante (1), proximidade ao ouvinte (2), invisibilidade e indeterminação. Na LGA essa flexão foi-se reduzindo e desaparecendo, num processo que resultou na situação que prevalece desde o século XIX, com apenas duas palavras dêiticas, uma para proximidade aos interlocutores (-3) (séc. XIX *kwa'á*) e a outra para afastamento dos interlocutores (+3) (séc. XIX *ja'ã*). O sistema dêitico do Português no século XVII distinguia três graus de distância em relação aos interlocutores - próximo ao falante (+1) (*este*), próximo ao ouvinte (+2) (*esse*) e afastado de ambos (+3) (*aquele*) -, situação que na maioria dos dialetos brasileiros foi reduzida a um sistema binário pela eliminação da distinção entre +1 e +2 (+3 *aquele*, -3 *este* ou *esse*). Assim sendo, o sistema dêitico da LGA é agora coincidente com o do Português brasileiro.

5. O Tupinambá tinha um paradigma flexional de seis formas para a pessoa do sujeito dos verbos no modo indicativo I. Além das pessoas do falante (1 'eu') e do ouvinte (2 'tu') e das associações de falante com terceira pessoa (13 'nós exclusivo') e ouvinte com terceira pessoa (23 'vós'), havia formas também para duas associações do falante com o ouvinte, uma não incluindo terceiras pessoas focais (12) e a outra incluindo terceiras pessoas focais (123). Mas, nestes dois últimos casos, as mesmas formas exprimiam também terceiras pessoas não focais (4) e terceiras pessoas focais

(3), respectivamente. No desenvolvimento da LGA esse sistema de distinções pessoais foi-se reduzindo, tendo prevalecido uma só forma para todas as associações da primeira pessoa, com eliminação da forma para 13, extensão da forma de 12 para todas as associações de 1 e restrição da forma de 123 só para 3.

6. No Tupinambá havia um conjunto de pronomes pessoais correspondente às marcas das pessoas do sujeito, com a diferença de que 12 e 123 não alternavam com 4 e 3, respectivamente: *isé* ~ *sjé* 1, *ené* ~ *né* 2, *jané* 12, *asé* 123, *oré* 13, *pe'e* ~ *pé* 23. Na LGA apagou-se a distinção entre 12 e 123 com desaparecimento da forma *asé* e, posteriormente, apagou-se também a distinção entre 12 e 13 com desaparecimento da forma *oré*, o que resultou em um só pronome para todas as associações da primeira pessoa, *jané*. Por outro lado, o dêitico *a'é*, que em Tupinambá fazia referência anafórica ao que havia sido dito ou pensado, passou a ter um uso pronominal paralelo ao de ele/ela em Português e, como este, passou a receber uma marca de pluralidade (*-itá*). Com essas mudanças, o conjunto de pronomes pessoais da LGA tornou-se quase idêntico ao do Português brasileiro, deste diferindo apenas no pronome para 23, que continua tendo uma forma independente herdada do Tupinambá (*pejê*) ao passo que o Português tem a forma de 2 acrescida de uma marca de pluralidade (*vocês*).

6. Aproximações lexicais.

A par das convergências gramaticais com o Português acima indicadas, a LGA foi progressivamente recebendo um número crescente de empréstimos lexicais, alguns pela adoção fonologicamente adaptada de palavras portuguesas (p. ex. *aramosára* 'almoçar', *marica* 'barriga', *arapineta* 'alfinete', *páia* 'pai', *sepetú* 'espeto'), outros mistos de elementos portugueses e do Tupinambá (p. ex. *íra páia* 'abelha', lit. 'pai do mel', decalcado do Tupinambá *eír-úb-a* 'mel-pai-caso argumentativo'; *paitínga* 'amo', lit. 'pai branco'; *enganandába* 'ardil', lit. 'instrumento para enganar', de *enganán* 'enganar', o sufixo derivacional *-áb* 'nominalizador de circunstância' e o sufixo casual *-a* 'argumentativo'), outros, ainda, constituídos por elementos lexicais herdados do Tupinambá, mas em construções decalcadas do Português (p. ex., *waimĩ wurapára* 'arco-da-velha, arco-íris', em Tupinambá *waimi*) 'mulher velha' e *ybyrápara* 'arco de flecha', porém *jy'yba* 'arco-íris'; *pirá rupi'á* 'ovas', lit. 'ovos de peixe', em Tupinambá *pirá-úb-a*).

Referências bibliográficas

- CABRAL, A. S. A. C. 2000. "Algumas observações sobre a história da Língua Geral Amazônica". Em: M. do S. Simões (org.), *Memória e comunidade: entre o rio e a floresta*. Belém: UFPA.
- EDELWEISS, F. G. 1969. *Estudos tupis e tupi-guaranis: confrontos e revisões*. Rio de Janeiro: Livraria Brasileira Editora.
- FREIRE, J. B. 1983. "Da 'fala boa' ao português na Amazônia brasileira". *Amerindia* 8:39-83.
- RODRIGUES, A. D. 1959. *Phonologie der Tupinambá-Sprache*. Tese de doutorado, Universidade de Hamburgo.
- RODRIGUES, A. D. 1986. *Línguas brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas*. São Paulo: Edições Loyola.
- RODRIGUES, A. D. 1996. "As línguas gerais sul-americanas". *Papia, Revista de Crioulos de Base Ibérica* 4.2:6-18.

OBSERVAÇÕES SOBRE A FONOLOGIA DA LÍNGUA GERAL AMAZÔNICA NOS TRÊS ÚLTIMOS SÉCULOS

Ruth Maria Fonini MONSERRAT

Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ

Em comparação com a língua Tupinambá que lhe deu origem, a Língua Geral Amazônica (LGA) ainda hoje falada mostra uma fonologia bastante diferenciada, tanto no inventário de segmentos, quanto na fonotática e nos processos morfofonológicos.

A documentação da LGA nos séculos XVIII, XIX e XX permite acompanhar o desenvolvimento de vários aspectos do sistema fonológico a partir do estado inicial identificado com o tupinambá falado no Maranhão e no Pará no século XVII. As fontes principais para este último são a *Arte de gramática* do jesuíta Luís Figueira (1621, 1687), o *Catecismo na lingua brasilica* do jesuíta Antônio de Araújo (1618) e o *Compêndio da doutrina cristã* do jesuíta João Felipe Bettendorff (1687), além do anônimo *Vocabulário na lingua brasilica* (1622).

Para a LGA no século XVIII examinamos a ainda inédita *Doutrina Christã em lingua geral dos Indios do Estado do Brasil e Maranhão* “composta pelo P. Philippe Bettendorff, traduzida em lingua g irregular, e vulgar uzada nestes tempos” (o manuscrito, não datado, pertence à Biblioteca Nacional). Utilizamos ainda os dicionários organizados por missionários franciscanos - o *Dicionario da Lingua Geral do Brazil*, de Frei Onofre (sem data, que Ayrosa edita como *Dicionario Brasileiro-Português*), o *Dicionario Portuguez e Brasileiro* (anônimo não datado), o *Caderno da Língua*, ou *Vocabulário Português-Tupi*, de Frei João de Arronches (1739). Examinamos também o trabalho *Specimen Linguae Brasilicae Vulgaris*, do jesuíta Anselmo Eckart (1749). Finalmente, no *Tesouro do Máximo Rio Amazonas, parte III, Tratado Último*, do jesuíta João Daniel (escrito no final do século, provavelmente em 1797), encontramos algumas poucas frases na LGA). Não foram incluídos nesta fase do trabalho nem o Vocabulário português-brasilico (Ayrosa, 1951), nem os pequenos textos e vocábulos registrados pelos capuchinhos franceses Claude D'Abbeville (1614) e Yves D'Evreux (1615). Todos os documentos do século XVIII, com exceção de João Daniel, foram produzidos durante sua primeira metade.

Quanto ao século XIX, todas as fontes são de sua segunda metade. Recorremos ao *Vocabulário da língua geral usada hoje em dia no Alto Amazonas*, de Gonçalves Dias ([1851]1894) às *Notas sobre a Língua Geral ou Tupi Moderno do Amazonas*, de Charles Hartt ([1870-72]1938) ao *Curso de Língua-Geral segundo Ollendorf etc*, de Couto de Magalhães (1876), à *Grammatica da Língua Brasileira (Brasilica, Tupy ou Nheêngatú)*, de Simpson ([1876]1877) e ao *Vocabulário Indígena com a orthographia correcta*, de B.Rodrigues ([1890] 1894).

Os materiais usados para a primeira metade do século XX foram a “Grammatica da Língua Tupy”, de C. Tastevin ([1908] 1925) e “Lendas Nheêngatú”, de B.do Amorim (1928). Da segunda metade do século examinamos “Os fonemas do Nheêngatú”, de A. D. Rodrigues, D. Granier e M. Porto ([1953-54] 1964), “Apontamentos sobre o Nheengatu falado no Rio Negro, Brasil”, de G.Taylor ([1983]1985), “A Língua Geral Amazônica: aspectos de sua fonêmica”, de L.C.Borges (1991 [1986]) e “Nheengatu (Língua Geral Amazônica), its history, and the effects of language contact”, de D.Moore, Facundes e Pires (1993).

Com base nessas fontes, procuramos estabelecer, nesta primeira abordagem, o quadro fonêmico de quatro fases do desenvolvimento da LGA: fase I documentada na primeira metade do século XVIII, fase II documentada na segunda metade do século XIX, fase III documentada na primeira metade do século XX e fase IV documentada na segunda metade do século XX. Enquanto que a fase IV se limita à região do alto rio Negro, na fase III temos documentos tanto do alto rio Negro quanto do Solimões e também do rio Branco. Na fase II a documentação é mais heterogênea quanto à distribuição geográfica e inclui registros que se distribuem desde o Tocantins a leste até o Juruá a oeste. A fase I representa mais provavelmente o Pará oriental e o Maranhão ocidental, embora Eckart (1749) registre a língua falada mais a oeste, no rio Madeira.

Sem perder de vista a complexidade que representa a diversificação dialetal da LGA numa área tão extensa e em contínua modificação, procuramos verificar e descrever algumas das mudanças fonológicas que podem ser observadas a partir da fonologia do Tupinambá (estabelecida por A.D.Rodrigues em 1958) e na transição de uma fase a outra, como base necessária para um estudo da evolução diacrônica da LGA.

Entre as mudanças consonantais mais importantes na transição do Tupinambá para a LGA estão as que dizem respeito à fricativa bilabial so-

nora β , à oclusiva glotal $ʔ$, à oclusiva bilabial surda labializada p^w , às nasais m , n , η , ao flap alveolar sonoro r . No que se refere às vogais, o Tupinambá tinha seis orais e seis nasais, distribuídas, em cada caso, em três pares de alta e baixa, sendo um par anterior não arredondado, um par central não arredondado e um par posterior arredondado. Alguns dialetos da LGA mantiveram essa situação, mas no dialeto do alto rio Negro deu-se a fusão das duas vogais posteriores, tanto no par oral quanto no par nasal, tendo resultado só uma vogal posterior arredondada alta oral e outra nasal. Nesse mesmo dialeto, deu-se também a fusão da vogal central alta com a anterior alta, resultando só a anterior, uma mudança que provavelmente se deve à influência das línguas da família Aruák, especialmente Baré e Baniwa do Içana, que têm sido os idiomas maternos de grande parte dos atuais falantes da LGA.

Apresentamos a seguir mais detalhadamente, reportando-nos às fontes, algumas das mudanças ocorridas.

1. A oclusiva glotal? desaparece como fonema. No século XVII, Figueira (1687) e Bettendorff (1686) utilizam o trema sobre a vogal que antecede a oclusiva glotal. Exemplos em Figueira: *käabo* ‘no mato’, *bäecatú* ‘cousa boa’; em Bettendorff: *ëi* ‘disse’, *çöoetä* ‘animais’, *äiba recé* ‘pelo mal’, *abatäe* ‘quem?’, *mbäetäe* ‘o que?’, *oremöarukáryme* ‘não nos deixe cair’. Apesar de certas oscilações da escrita, que incluem trema onde originalmente não há glotal, como em *töur* ‘venha’ /t-o-úr/, pode-se perceber bastante regularidade no registro dessa consoante, encontrada ainda hoje em formas cognatas de outras línguas Tupi, não apenas da família Tupi-Guarani (como em Aweti, por exemplo: *ka’á* ‘mato’, *to’ó* ‘caça’, *tupi’á* ‘ovo’). No século XVIII não encontramos mais registro sistemático da oclusiva glotal. Temos, no Dpb: *moceém* ‘adoçar’, *taýra* ‘filho’, onde havia glotal antes /mo-s-e’e/) , /ta’ýra/; no Dbp encontramos registros com trema: *aimoäng* (de a-i-mo-’áng/ ‘imagino’, ao lado de anhangão ‘reprehando com vituperio’, onde não havia glotal, e grande número de palavras sem registro gráfico da consoante, onde antes o havia : *jimboé* (de je-mo-’é) ‘aprender’, *caápiír* (ka’á) ‘alimpar o mato por baixo’, *moaiba* (a’íb) ‘corromper’, *mbaê* (mba’é /ma’é/) ‘cousa’. Eckart, que registra a língua falada na missão jesuítica Abacaxis no rio Madeira, quase não utiliza o trema: *imbaêacy* ‘doente’, *acoeme* (ko’ém) ‘manhã’, *oar* (’ár) ‘nascer’, *çoopaba ara* (s-o’ó) ‘quinta feira’ (dia em que a carne acaba),

teçaeyma (e'ým) 'cego', nheenga (je'eN-a) 'língua, fala', rupiá (r-upi'á) 'ovo'. Ou o coloca onde não há glotal, como em ybýpe 'na terra', ybakýpe 'no céu'. Mantém, no entanto, o registro com trema na partícula interrogativa: erecedubtãe (ta'é) 'você escutou?'.

Os materiais do século XIX mostram algo interessante, a utilização da letra h em certas formas que originalmente apresentam oclusão glotal. Verifica-se isso em Gonçalves Dias, que registra dialetos do Alto Amazonas: mucháhu 'embebedar-se', muhé 'ensinar', soho 'caçar'. A par dessas, ele tem inúmeras outras palavras sem registro de h onde primitivamente havia glotal: muceên 'adoçar', maán 'ver', taa (partícula interrogativa), taira 'filho', tapíra 'anta'. Hartt, que registra a fala de Ereré e Santarém, no Pará, tem omaú ('u) 'comeu', eyuóg ('ók) 'arranque', mbaé 'coisa', maniók 'mandioca', ao lado de tahá (partícula interrogativa). Além disso, Hartt registra com h a aspiração que caracteriza a expressão da primeira pessoa verbal na pronúncia dos falantes de Ereré: hasó 'vou', hamopyryk se mantéga 'vou frigar minha manteiga', em oposição a xasó, xamopyry, na pronúncia dos falantes de Santarém. (hamopyryk está transcrito, equivocadamente, como hompyryk). Simpson não tem, geralmente, registro de glotal na fala do Pará e Amazonas, mas também utiliza h em algumas formas: maha 'ver', mahu 'comer', rahyra 'filho', pahy 'pai'. E escreve, indevidamente, tuhy (de-uwy) 'sangue'. Quanto a Couto de Magalhães, que tem registros do complexo Solimões/Baixo Amazonas e do rio Negro, não apenas vale-se do h, como o caracteriza foneticamente como "leve aspiração": taha (partícula interrogativa). Barbosa Rodrigues, no final do século, escreve com h os demonstrativos quahá 'este' e nhãhã 'aquele', mas também catuima 'mau' e mbaú 'comer', sem h.

Na primeira metade do século XX, Tastevin, que registra dialetos falados nas margens do Solimões, tem formas com h, outras com alternância de registro e a maioria sem nada indicando uma possível oclusiva glotal: tahira 'filho', serahima 'sem nome, pagão', mehén ~ mee) (me'eN) dar', waha ~ waa 'que', muári 'fazer cair', mue) 'ensinar', muama ('am) 'armar rede, vela', iuúka 'tirar', muanga 'fingir', nhee) 'fala', mai ta 'o que?' (de ma'é ta'é) Também escreve i 'água', dizendo que no rio Negro é hi. Brandão de Amorim registra a fala do rio Negro e não tem nenhuma expressão de oclusão glotal: nheenga 'língua', rayra 'filho', putiá 'peito', taá (part.interrogativa).

Na segunda metade do século XX, quando autores com formação linguística moderna realizam trabalhos sobre a LGA atual - o Nheengatu -, torna-se mais perceptível o fato de que a oclusiva glotal permanece no sistema sonoro de alguns dialetos da língua, pelo menos no nível fonético. A.D.Rodrigues não a percebe em material de 1953-54, do alto rio Negro: yambaú ('ú) 'comemos'. Já Taylor informa que ela é regular entre os falantes de Maués (região dos índios Maué, de língua próxima à família Tupi-Guarani), mas não no rio Negro. Borges, em dados de 1986 da região de Cucui, alto rio Negro, registra a presença facultativa e frequentemente previsível de oclusiva glotal em ambiente intervocálico (ka'á 'mato'), e também no começo, em monossílabos tônicos ('i 'água'; na fala rápida ela desaparece. Moore et alia, em dados de 1987, diz que não está claro o status da glotal: segundo ele, ela é opcional em fronteira morfológica intervocálica, mesmo antes de vogal átona (se- 'iwá 'minha fruta'), e também internamente antes de vogal tônica (ka'á 'mato').

Em suma, se a oclusiva glotal original parece ter perdido seu caráter fonêmico ao longo dos séculos que separam o Tupinambá do Nheengatú atual, ela continua presente em nível fonético, ainda que se tenham tornado mais opacos seus ambientes de realização. Seria necessário um estudo mais cuidadoso das fontes atuais em distintas regiões onde ainda é falado o Nheengatú para verificar se a permanência da glotal está relacionada à influência de outras línguas Tupi (principalmente Maué e Munduruku), ou se está ligada a uma estratégia de distinção mais clara entre encontros vocálicos silábicos e não silábicos. De qualquer forma, é sintomático que formas cognatas daquelas que os modernos citam como exemplos com glotal meramente fonética, tenham em outras línguas Tupi atuais, afastadas de qualquer contato com o Nheengatu, o fonema oclusivo glotal, como em ka'á 'mato'.

2. A fricativa bilabial sonora β do Tupinambá sofre uma série de modificações, em função de sua posição na palavra, acabando por desaparecer totalmente como fonema no Nheengatú. Em posição final, já nos dicionários brasileiros da primeira metade do século XVIII há a tendência de $\beta > w$ (escrito o) embora muitas palavras ainda mantenham o registro habitual para esse som, o grafema b. Assim, no Dpb encontramos: opáo, ovéo, japixáo, mojabao, ao lado de ojab, mogyb, mongarayb, moçangab, moyrob. No Dbp de Frei Onofre a maioria das formas tem w (o) final: moçaçáo, oveo, pitibáo,

pojabáo (ligeireza da mão), etc. Há também formas alternantes: potupáb ~ potupáo, porandúb ~ porandú. Em Eckart mantém-se o registro com b, nas poucas formas disponíveis: acendub, ercendubtãe, oré rúb. João Daniel, na única frase encontrada, tem w final (escrito u) em lugar da fricativa: nitiu jxé acuau ‘eu não sei’.

Resumindo, até a metade do século XVIII ainda se encontram muitos registros de β em posição final. A partir da metade do século XIX registra-se exclusivamente u ou o para [w]. Assim, em Hartt: munéu, xayumunéu ‘vou vestir-me’, omonéu pa riré, e também um u final onde não havia b, sapukáia oueueu (de $\beta\epsilon\beta\acute{\epsilon}$ ‘voar’). Couto de Magalhães alterna o registro com o e com u: omundéo, opáu, ocjkjnáu, opuranú. Da mesma forma Simpson: saçáo, quirimáu.

Nos materiais registrados por linguistas na segunda metade do século XX grafa-se em geral w. Isso mostra que w substituiu a antiga fricativa β em posição final.

Em posição medial β se transforma em w, ou desaparece, ou - em algumas instâncias - mantém-se o registro b, normalmente interpretado como [b] nas fontes do século XX, mas que permite especular se não poderia ter a pronúncia [β]. Exemplos com w (escrito u ou w) em Gonçalves Dias: jeuire, ueue, mocaua, ipeua; com b: bebe, bebuitawa e todas as palavras com o sufixo /-saba/. Exemplos com \emptyset , em Tastevin: mujire (de mo-jebyr) ‘fazer voltar’, muira (de mobyr), iauti (de jabuti), iucui (de ybykui); em português temos a mesma palavra como Ibicuí. No dialeto registrado por Taylor na Ilha Grande de Tapurukuára (médio rio Negro), dá-se a apócope da última sílaba, wa, do sufixo -sawa, permanecendo a forma inteira no Içana (alto rio Negro): muku)i-sá, muku)i-sáwa.

Há poucas raízes iniciadas com β no Tupinambá. Encontramos no VLB (1622): abur ‘vir-se arriba o que ferve; sordir’. Nos dicionários brasileiros e daí por diante temos: pupúre ‘ferver’. No VLB: aberab ‘reluzir’; amamberaba ‘relâmpago’; nos brasileiros: beráb ‘brilhar’, tupán berába ‘relâmpago, relampejar’; em B.Rodrigues: uerá ‘resplandecer, brilhar’. No VLB: abebe ‘vouar, auoar’; nos brasileiros: bebé; nos modernos: ueue, wewe. No VLB: bebuitaba ‘boya assi de anzolo como da ancora’; no Dbp: bubui ‘aboiar, aliviar do pezo a canoa’, bubuitába ‘boia’; B.Rodrigues: mbubui ‘boiar’. Assim, B inicial resultou, até o fim do século XIX, tanto em w quanto em b, ou mesmo p. É preciso verificar como são pronunciadas hoje

as formas correspondentes.

Um caso interessante, envolvendo o alofone mb da nasal m, a oclusiva bilabial sonora b e a aproximante w, é o da palavra tupinambá /ma'é/ [mba'é] 'coisa'. Já Anchieta (1595) alerta para a eventual escrita *bae*, dizendo que sempre tem o m antes. Desde o final do século XVII, no entanto, com Figueira e Bettendorff, percebe-se que mba'é > ba'é e que o b inicial foi reinterpretado como B, e este como w, pois a escrita da palavra passou a ser *oaê*. E no século XX, em alguns dialetos pelo menos, waé > wá.

3. As consoantes nasais do Tupinambá m, n, ŋ (com alofones nasais e pré-nasalizados) começam a desaparecer em posição final, deixando como vestígio a nasalização da vogal precedente, agora final. Isso pode ser observado ainda no século XVII, no VLB, na oscilação de registros (ora m, ora n final), mesmo em palavras não terminadas originalmente com consoante nasal. A nasal velar permanece por mais tempo, com a escrita ng, mas no século XIX é comum a escrita Vn para o original Vŋ: monhan (antes registrado como monhang). Resta saber se na pronúncia ainda persistia a consoante, ou se já se tratava de vogal nasal final, como no caso de m e n. De qualquer forma, mesmo desaparecendo como fonema, a nasal velar permanece como alofone de /n/ diante de g (tratado como fonema em A. D. Rodrigues (1964): puraNga /puranga/ 'bonito'. Paralelamente, em vez de caírem as consoantes nasais em posição final desenvolveu-se nessa situação uma vogal epentética: e, i, a, o, estabelecendo-se o padrão silábico CV, e permanecendo as consoantes, embora com certa confusão no registro entre m e n, o que não ocorre com N, registrado como ng. Ainda sobre as consoantes nasais, observa-se que em alguns dialetos desaparecem os alofones pré-nasalizados, enquanto em outros, como os fixados em B. Rodrigues, existem muitos mb, mesmo em palavras em que aparentemente não ocorriam no Tupinambá, como mbubui 'boiar' e mbubuitaba 'bóia', que no VLB, é bebui e bebuitaba. Nos autores do século XX encontram-se formas com realizações pré-nasalizadas, consideradas por Moore como fonemas independentes das nasais comuns.

O tratamento dado por A.D. Rodrigues (1964) para o fenômeno da nasalidade vocálica final que alterna com nasalidade fraca, de considerar a existência de um alofone oral para cada vogal nasal, parece poder ser entendido também para alguns dialetos atuais do Nheengatú: Algumas das formas atualmente com b inicial têm realização nasal ou pré-nasalizada em co-dialetos (bem como em outras línguas tupi-guarani) e remontam a m

[mb] tupinambá: bóya, mbóya, móya ‘cobra’. Seria o caso, então, de se tratar as oclusivas sonoras [b] e [d] como alofones orais das nasais /m/ e /n/. É certo que no presente, com o aumento de empréstimos do português, há muitos outros b iniciais que provavelmente não poderiam ser tratados assim. De todo modo, é interessante observar a pronúncia de algumas palavras portuguesas por falantes de línguas tupi: matata ou mbatata por batata; manana por banana, entre outras.

O processo de nasalização regressiva é antigo, embora não tão aparente nos dados. O exemplo mais visível, no Dpb, é o de çantam [sântã] /s-atã/ ‘dura cousa’. No VLB há migatã [myatã] /my-atã/ ‘força como quer’. No Nheengatu há vários casos desse tipo, embora não tão frequentes, fazendo aparecer na escrita as sequências mp e nt, insólitas no Tupinambá. Borges trata tais palavras como tendo uma sequência consonântica: [u)mpe)na] é /umpéna/, com nasalização regressiva do u. Mas esse e outros exemplos trazidos por ele poderiam ser analisados como sujeitos a nasalização regressiva (no caso, como /u-péna/, com nasalização regressiva de u). Em outras línguas Tupi, como por exemplo o Aweti, a nasalização tanto regressiva quanto progressiva é processo recorrente: /topã/ é [tõmbã] ‘tempestade’; /a-potã-yu/ é [ãmbõndãhu)] ‘estou roubando’ (Monserrat, 1977).

O essencial, no tratamento da nasalidade consonântica, ao longo das várias etapas de transição do Tupinambá para a LGA, culminando no Nheengatú falado atualmente, é que permaneceu em todas elas, em maior ou menor grau, em distintos dialetos, o fundo nasal primitivo. Isso significa que, para se poder fazer uma análise mais completa do sistema fonológico de um dado dialeto é necessário cotejá-lo com outros cronológica e geograficamente distintos. Acreditamos que então se poderá verificar que o sistema fonológico básico inicial se mantém com surpreendente constância.

4. No terreno das mudanças vocálicas, a mais perceptível ocorreu com a vogal alta não arredondada /y/. Desde o período inicial documentado ela se confunde frequentemente com u ou com i (observe-se, em português, Ubatuba, Catanduva, ao lado de Pendotiba, Guaratiba, etc). Tal tendência se acentua nos séculos seguintes, quando ela se confunde em alguns registros também com e. Mas no século XIX e início do seguinte /y/ ainda permanece, em Hartt, Couto de Magalhães, B.Rodrigues, Simpson e B. Amorim. A vogal mais característica das línguas Tupi desaparece completamente nos dialetos registrados na segunda metade do século XX.

5. A vogal posterior média arredondada /o/, quando em posição átona interna, vai-se confundindo paulatinamente com [u]. O prefixo verbal de terceira pessoa, no entanto, ainda é escrito como o em Amorim (1928): oiku (de o-ekó) 'está', osu (de o-só) 'vai', opurandu (de o-porandub) 'pergunta'. Nos demais autores do século XX, também nessa posição o > u. Mas Borges [1986] observa que em sílaba pré-tônica e em sílaba tônica final [o] ocorre em variação livre com [u] e [U]. Fala também em [0] (média aberta) ocorrendo somente em sílaba tônica e em variação livre com [u], mas não traz exemplos. Taylor (1985) mostra o > u, mas observa o restabelecimento de /o/ como [0] em algumas palavras de uso frequente, como em akwo ~ ako < akwaw 'acho', em confronto com akwa 'sei'. Observa também que u é mais aberto nas variantes faladas acima de São Gabriel.

Uma conclusão que se pode tirar do estudo realizado é a de que a LGA não sofreu, em relação ao Tupinambá, nenhum processo de mudança fonológica abrupta, mas que as transformações por que tem passado vêm sendo lentas e graduais ao longo dos três séculos examinados, em que pesem as influências do Português e de outras línguas cujos falantes foram sucessivamente adotando-a como segunda língua e transmitindo-a como língua materna a seus descendentes.

Apresentamos a seguir, os inventários fonêmicos de 13 fontes examinadas (todos eles têm também a nasalidade vocálica como fonema, aqui não especificada):

Tupinambá - Sec.XVI-XVII		LGA:Tupi Médio - Sec XVIII	
Rodrigues, A.D.		Monserrat, R.M.	
p t k ?		p t . k ?	
m n . ŋ		m n ŋ	
β s		β s š	
LGA: Tupi Moderno (Nheengatu) - Segunda metade Sec. XIX			
Dias, A.G. (1851)	Hart, C.F. (1870-72)	Magalhães, C. (1876)	Simpson, L.
(1876)			
p t . k (?)	p t . k	p t . k	p t . k
m n (ŋ)	m n ŋ	m n	m n
s š	s š	s š (h)	s š h
w r j	w r j	w r j	w r j
i u	i y u	i y u	i y u
e a	e a	e a	e a

Tupinambá - Sec.XVI-XVII

Rodrigues, A.D.

p t k ?

m n . ŋ

β s

LGA:Tupi Médio - Sec XVIII

Monserrat, R.M.

p t . k ?

m n ŋ

β s š

LGA: Tupi Moderno (Nheengatu) - Segunda metade Sec. XIX

Dias, A.G. (1851)
(1876)

p t . k (?)

m n (ŋ)

s š

w r j

i u

e a

Hart, C.F. (1870-72)

p t . k

m n ŋ

s š

w r j

i y u

e a

Magalhães, C. (1876)

p t . k

m n

s š (h)

w r j

i y u

e a

Simpson, L.

p t . k

m n

s š h

w r j

i y u

e a

LGA: Nheengatu - Segunda metade Sec.XX

Rodrigues, A.D.[1954]

p t . k
g

m n

s š

w r j

i u

e a

Taylor, G.[1983]

p t k kw
mb nd ng ngw

m n ñ

s š

w r j

i u

e a

Borges, L. [1986]

p t k
b d g

m n

s š

w r j

i u

e a

Moore et alia [1986]

p t (⊗) k (kw) ?
mb nd ng
(b) (g)

m n

s š

w r j

i u

e a

Referências bibliográficas

AMORIM, Antônio Brandão de. 1928. "Lendas Nheêngatú". In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Volume 154. Rio de Janeiro.

ANCHIETA, Joseph de. 1595. *Arte de grammatica da lingua mais usanda na costa do Brasil*. Coimbra.

ANÔNIMO. (1622) 1952-1953. *Vocabulário na língua brasílica*, 2a. ed., por Carlos Drummond, 2 volumes. São Paulo: Universidade de São Paulo.

Anônimo. 1934. *Diccionario Portuguez-Brasiliano e Brasiliano-Portuguez*. Reimpressão integral da edição de 1795, seguida da 2a. parte, até agora inedita, ordenada e prefaciada por Plínio M. da Silva Ayrosa. *Revista do Museu Paulista*, vol. 18:17-322.

AYROSA, Plínio. 1937. "O Caderno da Língua ou Vocabulário Portuguez-Tupi de Frei João de Arronches, 1739. Notas e commentarios á margem de um manuscripto do sec. XVIII". *Revista do Museu Paulista*, 21:49-322.

BETTENDORFF, João Filipe. (sem data). Doutrina Christaã. Em lingoa geral dos Indios do Estado do Brasil e Maranhão, composta pelo P. Philippe Bettendorff, traduzida em lingua g irregular, e vulgar uzada nestes tempos.

BORGES, Luís Carlos. 1991. *A Língua Geral Amazônica: aspectos de sua fonêmica*. Dissertação de mestrado, Universidade Estadual de Campinas. Campinas.

DANIEL, João. (1797) 1858. "Tesouro do Máximo Rio Amazonas. Parte III. tratado ultimo". *Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro*, vol. II, 2ª edição. Rio de Janeiro.

DIAS, Antônio Gonçalves. (1851) 1894. "Vocabulario da língua geral usada hoje em dia no Alto Amazonas". *Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro*, tomo XVII. Rio de Janeiro

ECKART, Anselmo. (1749) 1890. *Specimen linguae Brasilicae vulgaris*. Edição separada por Júlio Platzmann, Lipsia: Teubner.

EDELWEISS, Frederico G. 1969. *Estudos tupis e tupi-guaranis: confrontos e revisões*. Rio de Janeiro: Livraria Brasileira Editora.

FIGUEIRA, Luís. (1687) 1878. *Arte de grammatica da lingua brasílica*. Reprodução facsimilar por J. Platzmann sob o título *Grammatica da lingua do Brasil*. Leipzig: B.G.Teubner.

GRANNIER, D. M., M. G. Porto e A. D. Rodrigues. 1964. *Os fonemas do Nheengatú*. Comunicação apresentada durante a 6ª Reunião da Associação Brasileira de Antropologia. São Paulo.

HARTT, Charles Frederik. 1938. "Notas sobre a lingua geral ou tupi moderno do Amazonas". *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, vol. 54. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional.

MAGALHÃES, J. V. Couto de. 1876. *O Selvagem. I, Curso da Língua-Geral segundo Ollendorff; compreendendo o texto original de lendas tupis*. Rio de Janeiro: Typographia da Reforma.

MONSERRAT, Ruth M.F. 1977. *A nasalização em Aweti*. Comunicação apresentada na 29ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. São Paulo.

MOORE, Denny, Sydney Facundes e Nádia Pires. 1996. "Nheengatu (Língua Geral Amazônica), its history, and the effects of language contact." In: M.Langdon (ed), *Proceedings of the Meeting of the Society for the Study of the Indigenous Languages of the Americas, July 2-4, 1993*, pp. 93-118. Dept. of Linguistics, University of California, Berkeley.

ONOFRE, Frei. (sem data). 1891. "Diccionario da Lingua Geral do Brazil", publicado como Apêndice da Poranduba Maranhense de Frei Prazeres, sob o nome de "Diccionario abreviado tupinambá-portuguez". *Revista do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro*, Tomo 54, parte I. Rio de Janeiro.

RODRIGUES, João Barbosa. 1890. "Vocabulario Indigena com a orthographia correcta. Complemento da "Poranduba amazonense". In: Annaes da *Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*, vol. 14, fasc. 2. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional.

SCHMIDT-RIESE, Roland. 1999. "Perspectivas diacrônicas brasileiras: o rastro das línguas gerais". *Romanistisches Jahrbuch*, Band 49 - 1998. Berlin - New York: Walter de Gruyter.

SIMPSON, Pedro Luís. (1877) 1925. *Grammatica da Lingua Brasileira (Brasilica, Tupy, ou Nheéngatú)*, 2ª edição. Rio de Janeiro.

TASTEVIN, Constantino. (1908) 1923. "Grammatica da Língua Tupy". Separata da *Revista do Museu Paulista*, 13:537-597. São Paulo.

TAYLOR, Gerald. 1985. "Apontamentos sobre o Nheengatu falado no Rio Negro, Brasil". *Amerindia* 10:5-13.

NATUREZA DAS MUDANÇAS GRAMATICAIS OCORRIDAS NA LÍNGUA GERAL AMAZÔNICA DO SÉCULO XVIII

*Ana Suelly Arruda Câmara CABRAL
Centro de Letras e Artes - UFPA*

1 Introdução.

A Língua Geral Amazônica (LGA)¹ é um dos casos mais fascinantes de línguas que não tiveram a sua continuidade interrompida², mesmo tendo sofrido várias, diferentes e constantes influências externas durante a sua história³, que em seu caso específico se aproxima dos 400 anos. A LGA comparada a sua versão original, o Tupinambá, da qual é a única variedade sobrevivente, mostra-se em quaisquer dos seus dialetos atestados a partir do século XIX bastante simplificada, especialmente com respeito à morfossintaxe. Essa característica da LGA, somada aos empréstimos lexicais e de alguns padrões sintáticos do português (ver Rodrigues neste volume), tem levado vários estudiosos a considerá-la uma língua cuja origem teria sido não genética, mas ou (a) criada artificialmente pelos Jesuítas a partir do Tupinambá, ou (b) resultante da mistura do Português e do Tupinambá, ou, ainda, (c) resultante da aprendizagem imperfeita do Tupinambá por parte de falantes do Português e de falantes de outras línguas geneticamente distintas do Tupinambá. Entretanto, se considerarmos os dados lingüísticos existentes, que correspondem a diferentes pontos da história da LGA, podemos constatar que as reduções nos subsistemas lingüísticos originais não ocorreram abruptamente, mas gradualmente e em diferentes proporções em cada área em que passou a ser falada. Os resultados das observações das mudanças ocorridas ao longo da história da LGA servem, dessa forma, de contra-argumentos para as opiniões existentes sobre uma suposta origem não genética dessa língua.

1 Ver Rodrigues, 1996.

2 Exceto nos lugares em que foi definitivamente substituída pelo português.

3 A LGA constitui um caso especial de língua, cujo desenvolvimento, embora genético, no sentido de que a sua transmissão não foi interrompida (Thomason e Kaufman, 1988; Rodrigues, 1996: Cabral 2000b), desenvolveu-se em um contexto social mestiço e tem sofrido, desde então, diversos tipos de influências externas.

O propósito deste estudo é contribuir com evidências da morfossintaxe e da sintaxe da LGA atestada em documentos do século XVIII para a compreensão de que, apesar de ter-se desenvolvido em situação de contato e de ter sofrido diferentes e constantes tipos de interferências externas, a LGA não teve sua continuidade interrompida, mas manteve suas relações genéticas com as demais línguas da família Tupí-Guaraní. Foram comparados não só dados da LGA registrados em diferentes épocas ao longo dos 400 anos de sua existência, mas também mudanças gramaticais atestadas em línguas de diversos ramos da família Tupí-Guaraní, cujos resultados são análogos ou similares aos das mudanças ocorridas na LGA. Na presente fase do estudo resulta claro que parte ponderável dos fenômenos que caracterizam a evolução gramatical da LGA é compartilhada por outras línguas da família Tupí-Guaraní, inclusive por línguas cujos falantes tiveram pouco contacto com a sociedade regional, de modo que nem todas podem ser tomadas como simples efeitos do contato com o Português.

2 A língua geral no século XVIII.

Os quatro documentos da LGA no século XVIII que examinamos, o Dicionário Português-Brasílico (DPB), a Doutrina Cristã em Língua Geral ou Vulgar (DCLG), o Caderno da Língua (CL) e o Vocabulário Português-Brasílico (VPB), revelam variedades já diferenciadas das variedades do Tupinambá registradas por Figueira e por Bettendorff no século anterior. Algumas dessas diferenças consistiam em substituições, já consolidadas, de estratégias morfológicas originais por estratégias sintáticas; outras diferenças consistiam em oscilações entre antigos e novos padrões estruturais, que denunciavam a natureza e a direção das mudanças que vieram a estabelecer-se posteriormente e que passaram a caracterizar a LGA a partir do século XIX como uma versão bastante simplificada da língua a partir da qual se desenvolveu. Os textos em LGA registrados no século XVIII trazem importantes indicações de que ao longo de pouco mais de cem anos de uso fora do seu contexto natural, o Tupinambá, embora apresentasse vários sinais de mudanças estruturais em processo, ainda mantinha fortes traços de sua morfologia flexional original. Nesta secção serão ressaltadas as mudanças ocorridas e em desenvolvimento na LGA do século XVIII, tendo como referência o Tupinambá do século XVII, particularmente os principais aspectos de sua morfologia e morfossintaxe sumarizados em Rodrigues

(1994)⁴. Os resultados da análise contrastiva entre as duas línguas são reveladores de que, entre outras coisas, o processo de diferenciação da LGA com respeito ao Tupinambá ocorreu progressivamente, e que várias das mudanças observáveis posteriormente na sua gramática já começavam a se delinear nos primeiros cem anos de sua história.

2.1 Classes de temas

O primeiro conjunto de traços gramaticais a ser considerado é o sistema de relacionais, por ser este manifestado em todos os temas relativos, em todas as línguas da família Tupí-Guaraní, e o que mais tem resistido ao longo do tempo e da diversificação dessa família. No Tupinambá, como nas demais línguas Tupí-Guaraní, os temas podem ser divididos em duas grandes classes, a dos relativos e a dos absolutos (estes últimos, exclusivamente nominais). Os temas relativos são obrigatoriamente relacionados aos seus respectivos determinantes por meio de *prefixos relacionais* que estabelecem relações de dependência e contigüidade sintática entre ambos. São 4 os prefixos relacionais do Tupinambá: **R¹** (r- ou \emptyset -); **R²** ((s- ~ jos-) ∞ t- ∞ (i- ~ jo-) ∞ \emptyset -); **R³** (o-); e **R⁴** (-t ∞ m- ∞ \emptyset - ∞ (V \rightarrow \emptyset)). O prefixo **R¹** sinaliza em um tema que o determinante deste é a expressão imediatamente precedente e que os dois formam uma unidade sintática. O prefixo **R²** indica que o determinante não forma com o elemento determinado uma unidade sintática, podendo estar ou não expresso sintaticamente na oração. O prefixo **R³** indica que o determinante de uma expressão é idêntico ao sujeito. Finalmente, o prefixo **R⁴** indica que o determinante de uma expressão é [+genérico] e [+/- humano]. A classe dos temas relativos é por sua vez divisível em duas classes paradigmáticas de acordo com a ocorrência de seus elementos com um dos dois alomorfes do prefixo **R¹**: a **Classe I** recebe o alomorfe \emptyset - e a **Classe II** o alomorfe r-. A ocorrência de temas da **Classe I** e da **Classe II** com alomorfes específicos dos prefixos **R²** e **R⁴** constituem as bases para a divisão dos temas dessas duas classes em subclasses distintas. O quadro a seguir, adaptado de Rodrigues (1981), mostra como os temas do Tupinambá podem ser divididos em classes e subclasses distintas:

4 The grammatical structure of classical Tupí, materiais de curso na Universidade de Leiden, 1994. Conferir também Rodrigues (1981).

	Classe I		Classe II				Classe III
	Ia	Ib	IIa	IIb	Iic	IId	III
R ¹	ø-	ø-	r-	r-	r-	r-	--
R ²	i-	i-	s-	t-	s-	s-	--
R ³	o-	o-	o-	o-	o-	o-	--
R ⁴	ø-	m-	t-	t-	ø-	V- → ø-	--

As mudanças observadas nas línguas atuais com respeito aos relacionais consistem na redução da alomorfia do prefixo R⁴, na perda de R³, na passagem de temas de uma subclasse a outra, dentro da mesma classe, acompanhada ou não de acréscimo de material fonológico nos temas afetados (ver Cabral 2000a). Nas secções seguintes, nas quais se compara a morfologia flexional da LGA do século XVIII com a morfologia flexional do Tupinambá, os relacionais serão tratados em conjunto com a morfologia flexional própria de cada classe de palavra.

2.2 Morfologia flexional dos nomes

2.2.1 Relacionais nos nomes. A LGA do século XVIII mantinha sistematicamente o uso de prefixos relacionais R¹, R² e R⁴ nos nomes, mas não o R³ (exemplo 3), que passava a ser substituído pelo prefixo relacional R¹, em situações que originalmente requeriam o primeiro (exemplo 8)⁵:

		Classe Ia		
1) R ¹	Tupã Tupã	nhénga rupí ø-nhe'énga	r-upí	(Deus R ¹ -falar-Arg R ¹ -por) '...por meio da fala de Deus' (DCLG, p. 5v)
2) R ²	Marátáié tipé mará ta'é tipé	I-nhéng-a i-nhe'éng-a	poracaraçába reraçóu? ø-porakarásáb-a r-erasó-w?	(maneira Q Duv R--falar-Arg R--cumprir-N òm-Arg R ¹ -levar-Ind.II) 'como se cumpre a palavra dele?' (DCLG, p. 27)
3) R ³		Onhénga pupé nhóte o-nhe'éng-a	ø-pupé nhóte	(R ³ -falar-Arg R ² -com só) '...só com sua (própria) palavra' (DCLG, p. 11)
4) R ⁴	opacatú opakatú	nhénga cuapára ø-nhe'eng-a	ø-k'wap-ár-a	(tudo R ⁴ -falar-Arg R ¹ -saber-Nom-Arg) 'o sabedor de todas as línguas...' (DCLG, p. 45v)
		Classe Iib		
5) R ¹	oré oré	rúba r-úb-a	(nós excl. R ¹ -pai-Arg)	'nosso Pai' (DCLG, p. 77)
6) R ²	túba t-ub-a		(R ¹ -pai-Arg)	'pai dele' (DCLG, <i>passim</i>)

5 Edelweiss (1969:141) oferece exemplos adicionais de substituição do relacional R³ pelo relacional R² na DCLG.

- 7) R⁴] Tupã Túba
 Tupã t-úb-a (Deus R⁴-pai-Arg) 'Deus pai' (DCLG, p. 9)

- 8) omomytá cerá erimbáé ojoecé ipý i-pó i-pyá cutucagüera
 o-mo-mytá será erimba'é o-jo-esé i-pý-ø i-pó-ø i-pyá-ø ø-kutúk-agwér-a
 3-Caus-ficar Duv antigamente R³-Rec-em.rel.a R²-pé-Arg R²-mão-Arg R²-mão-Arg R¹-furar-Ret-Arg
 'ficaram consigo as marcas dos ferimentos de seus pés, de suas mãos e de suas entranhas?' (DCLG, p. 30)

2.2.2 Sistema casual.

O Tupinambá possuía 6 casos morfológicos: 3 casos locativos - pontual, difuso e situacional -, um caso translativo, um caso dativo (exclusivo dos pronomes independentes), e um caso que habilitava nomes e verbos a funcionar como argumento, o caso argumentativo:

	após V	após Vn	após C	após Cn
Argumentativo	ø	-ø	-a	a-
Casos locativos				
Pontual	-pe	-me	-ype	-yme
Difuso	-bo	-bo	-ybo	-ybo
Situacional	-j	-j	-i	-i
Translativo	-ramo	-namo	-amo	-amo
Dativo	-be ~ -bo	-me ~ -mo	-	-

(Rodrigues, 1994)

Há evidências de que, na LGA do séc XVIII, dos morfemas casuais originais, os casos locativo pontual (9-10) e o dativo (11) mantinham-se intactos:

- 9) Coýr ybýpe peicó nitío ybypóramo
 koýr ybý-pe pe-ikó nitío ybý-pór-amo
 agora terra-LP 23-estar NEG terra-habitante-Trans
 'agora vocês estão na terra não como habitantes (permanentes) dela' (DCLG, p. 2)

- 10) perapé cycába ybakype cecóu
 pe r-apé-ø ø-syk-áb-a ybák-ype s-ekó-w
 23 R¹-caminho-Arg R¹-chegar-Nom-Arg Céu-LP R²-estar-Ind.II
 'a chegada do seu caminho é no céu' (DCLG, p. 2)

- 11) Mbäeráma recé Tupã imééng jandébo?
 mba'é-rám-a r-esé Tupã-ø i-me'éng jandé-bo
 coisa-fut-Arg R¹-em.rel.a Deus-Arg R²-dar 12(3)-Dat
'para que Deus deu (isso) para nós?' (DCLG, p. 102)

O caso translativo continuava ocorrendo (12, 13 e 14), mas já era frequentemente substituído pela partícula **ráma**, que se estabelecia com o significado de finalidade (15-16):

- 12) Coýr ybýpe peicó nitío ybypóramo
 Koýr ybý-pe pe-ikó nitío yby-pór-amo
 terra-LP 23-estar Neg terra-habitante-Trans
'agora vocês estão na terra não como habitantes (permanentes) dela' (DCLG, p.2)

- 13) mbäé recé Tupã Täýra jandé jabé apyabáramo onhemonháng
 mba'e r-esé Tupã-ø t-a'ýr-a
 que R¹-em.rel.a Deus-Arg R⁴-filho-Arg

 jandé jabé a-pyabá-ramo o-nhe-monháng
 12(3) como homem-Trans 3-REF-fazer
'por que Deus-filho se fez homem como nós?' (DCLG, p.22v)

- 14) abá irúnamo túri?
 abá ø-iruⁿ-namo t-úr-i
 pessoa R¹-companheiro-Trans R²-vir-Ind.II
'ele veio como companheiro de quem?' (DCLG, p. 24v)

- 15) Abá pe erimbäé Tupána omonháng ypý ybypóra ráma?
 abá pe erimbaé Tupán-a o-monháng ypý yby-pór-a ráma?
 quem Q antigamente Deus-Arg 3-fez primeiro terra-habit.-Arg para
'quem Deus fez antigamente como primeiro habitante da terra?' (DCLG, p.15v)

- 16) Mbäé täé oimonháng ceteráma?
 mba'é ta'é o-i-monháng s-eté ráma
 o que Q 3-R²-fazer R²-corpo para
'o que ele fez para corpo dele?' (DCLG, p. 14v)

Quanto ao caso argumentativo **-a**, observa-se que todos os nomes terminados por consoante são registrados com um a átono final, que corresponde à forma fonológica desse morfema. Palavras com consoante final emprestadas do português, como *papel* e *anel*, seguem o padrão fonológico dos nomes da LGA.

	Tupana papéra äé eté ocuatiár			
Tupán-a	ø-papér-a	a'é	eté	o-k ^w atiár
Deus-Arg	R ¹ -papel-Arg	esse	genuíno	3-desenhar
	'o livro de Deus ele verdadeiramente escreveu' (DCLG, p. 48)			

A funcionalidade desse morfema na LGA do século XVIII pode ser demonstrada por meio de exemplos de raízes decritivas e de raízes verbais flexionadas por esse morfema: *-orýb* 'ser alegre' e *oré r-orýb-a* 'nossa alegria' (DCLG, p.121v.); *oré ø-kér-a* 'nosso dormir' (p.57), *moro-potár-a* 'desejo carnal de gente' (p.19v.)⁶. Quanto aos casos *locativo difuso e locativo situacional*, só foram encontrados exemplos do primeiro: *arýbo* 'em cima' (VPB, p. 50) e *kupébo* 'detrás de alguém' (VPB, p.107).

2.3 Morfologia flexional das posposições.

No Tupinambá, as posposições recebiam os prefixos relacionais R1 e R2, e algumas delas recebiam também o prefixo reflexivo ou o recíproco, em combinação com o prefixo relacional R3. Na LGA do século XVIII as posposições continuavam a receber a morfologia flexional original:

Classe II		classe I		
18a) Abá recé		19a) Tupã rauçúba pupé		
abá-ø	r-esé	Tupã-ø	r-ausúb-a	ø-pupé
abá-Arg	R ¹ -em.rel.a	Deus-Arg	R ¹ -amor-Arg	R ¹ -dentro
	'em relação a quem?' (DCLG, p. 24v)		'no amor de Deus' (DCLG, p. 44v)	

⁶ Entretanto, morfemas que tinham o status gramatical de sufixos derivacionais no Tupinambá, já começavam a funcionar como palavras independentes, preservando em suas formas fonológicas um a átono final, mas já inanalísável.

- | | | | |
|----|--|----|------------------------------|
| b) | cecé amëéng | b) | i-pupé |
| | s-esé a-me'éng | | i-pupé |
| | R ² -em.rel.a 1-dar | | R ² -dentro |
| | 'eu dou com respeito a isso' (DCLG, p. 77) | | 'dentro dele' (DCLG, p. 44v) |

2.4 Morfologia flexional verbal.

No Tupinambá os verbos recebiam os seguintes morfemas flexionais: (a) prefixos relacionais; b) sufixos modais; c) prefixos pessoais; d) prefixo recíproco; e) prefixo reflexivo; e f) sufixo de negação de predicados (Ver secção 6).

2.4.1 Modo indicativo.

O Tupinambá distinguia morfologicamente duas variedades do indicativo. No indicativo I, um verbo transitivo com objeto de terceira pessoa recebia prefixo de sujeito (a- '1', ere- '2', ja- '12(3)', oro- '13', pe- '12' e o- '3') e o relacional R², que sinalizava a não-contigüidade sintática do objeto: ex: a-i-nupã /1-R²-bater/ 'eu o bati'. Ainda nesse modo, um verbo intransitivo recebia os mesmos prefixos de sujeito que flexionam verbos transitivos: ex: a-sém /1-sair/ 'eu saí'. Na LGA do séc. XVIII já havia uma oscilação no uso do prefixo R² nos verbos transitivos (Edelweiss, 1969:139), como pode ser observado comparando-se o exemplo 20, em que o verbo transitivo é flexionado pelo relacional R², com o exemplo 21, no qual o esperado relacional R² não ocorre:

- 20) Mbäetäé oimonháng ceteráma?
 Mba'é ta'é o-i-monhang s-eté ráma
 coisa Q 3-R²-fazer R²-corpo para
 'o que ele fez para corpo dele (de outro)' (DCLG, p. 15v)

- 21) Abápe erimbäé Tupána omonháng ypý ybýpóra ráma
 abá-ø pe erimba'é Tupán-a
 quem-Arg Q passado.distante Deus-Arg

 o-mo-nháng ypý ybý-pór-a ráma
 3-Caus-fazer início terra-Nom-Arg para
 'quem Deus fez antigamente como primeiro habitante da terra?' (DCLG, p. 15v)

Um outro fato relevante observado na LGA do séc. XVIII é registrado no DPB. Trata-se de uma nova forma para a primeira pessoa do singular **xa-** que flutuava com a forma original **a-**, uma indicação de que a substituição da forma original por **xa-** ocorrida posteriormente em vários dialetos da LGA foi processual. Um exemplo recorrente **xa-** no DPV é: Nitíó xacoáub (NEG 1-saber/poder) ‘eu não sei’ e ‘eu não posso’ (p. 99).

Ainda com respeito ao modo indicativo II no Tupinambá, sendo o sujeito uma primeira pessoa ‘1’ ou ‘13’ e o objeto uma segunda pessoa ‘2’ ou ‘23’, o verbo não recebia prefixo de sujeito, apenas o prefixo de objeto oro- ‘2’ ou opo- ‘23’: oro-nupã / (‘1/13’) 2-bater/ ‘eu ou nós (excl.) bato/ batemos em você’; opo-nupã / (‘1/13’) 23-bater/ ‘eu ou nós (excl.) bato/ batemos em vocês’⁷. Nos documentos da LGA do séc. XVIII não foram encontrados exemplos dessas combinações de agente e paciente. Finalmente, quando o objeto é de primeira ou de segunda pessoa e o sujeito de terceira pessoa, o verbo não recebe prefixo de sujeito, mas o prefixo relacional R1 que marcava a contigüidade sintática do objeto. Pronomes absolutivos codificam o objeto nessa situação: sjé r-epják / 1 R¹-ver/ ‘ele me viu’; oré r-epják / 13 R1-ver/ ‘ele nos (excl.) viu’. Nas situações em que o objeto é de primeira pessoa e o sujeito de segunda pessoa, o verbo também não recebe prefixo de sujeito, mas o prefixo R¹ indicando a contigüidade sintática do objeto, que é codificado por meio de pronomes absolutivos, e o sujeito é expresso sintaticamente em posição pós verbal, por meio dos pronomes ergativos **jepé** ‘2’ ou **pejepé** ‘23’ (Rodrigues, 1998). Dessas situações, apenas aquelas em que o sujeito de terceira pessoa age sobre um objeto de primeira ou de segunda pessoa são encontradas nos documentos do século XVIII:

22) Tupána pemoháng

Tupán-a **pe** ø-monhángDeus-Arg **23** R²-fazer*‘Deus vos fez’* (DCLG, p. 1v)

23) mbäeráma Tupána jandé monháng?

mba’é ráma Tupán-a **jandé** ø-monhángcoisa para Deus-Arg **12** R¹-fazer*‘Para que Deus nos fez?’* (DCLG, p. 1v)

7 Cf. Rodrigues (1997), Grannier (1997) e Cabral (2000).

Um fato adicional a ser observado com respeito aos verbos no indicativo I é o de que vários desses verbos são registrados na LGA do século XVIII com uma vogal átona final, uma inovação que começa a se estabelecer nessa época, generalizando-se posteriormente entre os verbos que originalmente terminavam em consoante, o que constitui evidências adicionais de que essa generalização se deu de forma processual e não abrupta:

23 a) Enéme	b) Mondoçóca	c) Mocanhémo
i-néme	mo-ndo-sóca	mo-kajémo
R2-fedido	Caus-romper.se	Caus-perder.se
<i>'cheirar mal'</i> (DPB, p. 99)	<i>'espedaçar'</i> (DPB, p. 83)	<i>'assustar'</i> (DPB, p.62)

A outra variedade do indicativo do Tupinambá, o indicativo II, ocorre quando uma circunstância é anteposta ao predicado com sujeito de primeira ou de terceira pessoa. O verbo não recebe prefixos pessoais de sujeito, mas prefixos relacionais, e como ocorre com os relacionais em verbos em outros modos, nos intransitivos indicam a contigüidade ou não-contigüidade do sujeito, e nos transitivos, a contigüidade ou não-contigüidade do objeto. No indicativo II, além de receberem prefixos relacionais, os temas verbais recebem o sufixo desse modo *-i* (após consoante) ~ *-w* (após vogal). Na LGA do séc. XVIII, contruções no indicativo II continuam a ocorrer (24-25), embora já sejam usadas construções no indicativo I em situações que originalmente exigiam o indicativo II (26-28)⁸:

24)	Crúza	recé	imojári	
	cruz-a	r-esé	i-mo-jár-i	
	cruz-Arg	R ¹ -em.relação.a	R ² -Caus-pegar-Ind.II	
	<i>'pregaram-no na cruz'</i> (DCLG, p. 23v)			
25)	pe rapé	cycába	ybakype	cekou
	pe r-apé-ø	ø-syk-áb-a	ybák-ype	s-ekó-w
	23 R ¹ -caminho-Arg	R ¹ -chegar-Nom-Arg	céu-LP	R ² -estar-Ind.II
	<i>'o fim do vosso caminho está no céu'</i> (DCLG, p. 2)			

⁸ Edelweiss (1969:140), chama a atenção para a ausência do *i* final que corresponde ao sufixo modal do indicativo II.

- 26) Abá recé omanó cruza recé
 abá-ø r-esé o-manó cruz-a r-ecé
 abá-Arg R¹-a.respeito.de 3-morrer cruz-Arg R¹-em
 'por quem ele morreu na cruz?' (DCLG, p. 24v)

- 27) mbäétaé çtíf omonhang çeté
 mba'é ta'é ø-suí o-monhang s-eté
 Coisa Int R²-de 3-fazer R²-corpo
 'de que deus fez o corpo dele?' (DCLG, p.15v)

- 28) ndébo oronheángerúr ore poacémbäé oré jacëöbäébé
 ndé-bo oro-nhe-áng-erúr oré ø-poasém-ba'é oré ø-jase'ö-ba'é bé
 2-Dat 13-Ref-alma-trazer 13 R¹-gemer-Rel 13 R¹-chorar-Rel também
 'A ti suspiramos, nós que gememos, nós que choramos também' (DCLG, p. 60v)

Além dessa oscilação entre o uso e o não uso do indicativo II em certas variedades da LGA, em outras variedades, temas verbais terminados por vogal eram flexionados tanto pelo alomorfe **-i** quanto pelo alomorfe **-w** do sufixo do modo indicativo II: ko sekóu ou ko sekóu 'aqui está' (VPB, p.49), o que revela que a motivação fonológica para a ocorrência do alomorfe **-w** em temas terminados por vogal já começava a se perder. Todos esses fatos juntos são indicadores de que o indicativo II já sofria certa instabilidade na LGA da época e que o desaparecimento desse modo na LGA foi resultado de uma mudança processual.

2.4.2 Modo gerúndio.

Nesse modo, os verbos transitivos não recebiam prefixos de sujeito, apenas prefixos relacionais e o sufixo de gerúndio, **-abo** ~ **-amo** (depois de V alta, respectivamente oral e nasal) ~ **-bo** ~ **-mo** (depois de V baixa, respectivamente oral e nasal) e **-a** (depois de consoante). A condição essencial para que um predicado tivesse a forma do gerúndio era a correferência entre o seu sujeito e o sujeito da oração principal. Os dados da LGA do século XVIII revelam que nessa época o gerúndio continuava produtivo:

- 30) oapixára pixápixápa icutucutúca inupánupámo jamotaréyma
 o-apixár-a ø-pixá-pixáp-a i-kutu-kutúk-a
 R³-semelhante-Arg R¹-ferir-ferir-Ger R²-furar-furar-Ger

i-nupã-nupã-mo i-amotar-e'ým-a
R²-bater-baterGER R²-querer-Neg-Ger
'seu semelhante ferindo-o na cabeça, furando-o, batendo-o, odiando-o' (DCLG, p.71)

31) cunhã buruá moçangãiba tũbãe opuruá jucápotá
 kunhã-puruá m-posáng-a'fb-a u-'ú-ba'é
 Mulher-gravidez **R⁴-remédio-ser.mau-Arg 3-comer-Nom**
 o-puruá-ø ø-jucá-potá-ø
R³-gravidez-ARG R¹-matar-querer-Ger

coipó cunhã apyába recé oicó riré opuruápotárẽýma
 koipó kunhã-ø apyáb-a r-esé
 mulher-Arg homem-Arg **R²-em.rel.a**

o-ikó riré o-puruá-potár-e'ým-a
 3-estar depois.de **3corr-gravidez-querer-Neg-Ger**

'a mulher que bebe poção má, querendo matar sua própria gravidez, ou a mulher não querendo engravidar depois de ter estado com um homem' (DCLG, p. 71)

2.4.3 Modo subjuntivo.

Em Tupinambá, um predicado no modo subjuntivo correspondia a uma circunstância temporal e sua ocorrência estava condicionada à não correferência do sujeito da oração dependente com o sujeito da oração principal. O núcleo de predicados no modo subjuntivo recebia prefixos relacionais que sinalizavam a contiguidade/não-contiguidade do sujeito (verbos intransitivos) ou do objeto (verbos transitivos), assim como o sufixo desse modo **-reme ~ -neme** (após vogal oral e nasal, respectivamente), **-me** (após consoante labial ou j) e **-eme** (após outras consoantes). Embora o modo subjuntivo continuasse a ser usado na LGA do século XVIII (32), a restrição de não correferência de sujeitos, que condicionava a forma morfossintática de predicados nesse modo, já não era sistematicamente observada (33):

32) ore pacárame okaçuí oreçémrame, Tupã ókype
 oré ø-paká-rame '-ók-a ø-su'í oré ø-sém-rame Tupã-ók-ype
 13 **R¹- acordar-SUB R⁴-casa-Arg R¹-de 13 R¹-sair-Sub Deus-casa-LP**

Oreikérame, oré kéra janondébé

Oré iké-rame oré ø-kér-a janondé bé
 13 entrar-Sub 13 R¹-dormir-Arg antes.de também

Quando nós acordamos, quando nós saímos de casa, quando nós entramos na igreja, também antes de nosso dormir (DCLG, p. 5)

33) Xamanopotárame, tamanõ ndé graça pupé, xe mombêúcatúriré

xa ø-manõ-potá-rame t a-manõ ndé ø-graça
 1 R¹-morrer-querer-Sub Opt 1-morrer 2 R¹-graça

ø-pupé xe ø-mombe'ú-catú riré
 R¹-dentro 1 R²-contar-bem depois

'quando eu for morrer, que eu morra na tua graça, depois de me confessar' (DCLG, p. 77)

Há também evidências de que na variedade da LGA registrada no VPB, a forma -reme do Tupinambá flutuava com a forma -rame, como em amôramê e amôremê 'às vezes' (VPB, p. 25).

2.4.4 Modo imperativo.

No Tupinambá, o núcleo de um predicado no modo imperativo é flexionado pelos prefixos pessoais e- '2' e pe- '23'. Quando o verbo é transitivo, além do prefixo de sujeito, recebe o prefixo R², que marca a não contigüidade sintática do objeto de terceira pessoa. Há evidências de que o modo imperativo era produtivo na LGA do século XVIII, mas não foram encontrados exemplos que ilustrem o relacional R² com verbos transitivos nesse modo.

2.5 O reflexivo e o recíproco.

Os prefixos je- 'reflexivo' e jo- 'recíproco' continuavam a ocorrer na LGA do séc. XVIII, mas este último já era usado com significado reflexivo em verbos (41-43) e posposições (44), embora jo- ocorresse em posposições com valor reflexivo já no Tupinambá (Anchieta, 1595).

39) Ojobabê oáne
 o-jo-bábe uán
 3-Rec-ajustar esses
 'eles se ajustam' (DPB, p. 54)

40) joausuba
 jo-ausúb-a
 Rec-amar-Arg
 'amizade' (VPB, p. 20)

- 41) Aiocyty
a-jo-kytý
1-Ref-esfregar
'esfregar-se a si' (DPB, p.196)
- 42) Aiociê
a-jo-ku'é
1-Ref-mexer.o.corpo
'mover-se, buscar' (DPB, p.196)
- 43) aiorobiar
a-jo-robier
1-Ref-acreditar
'dar fé, ter opinião' (DPB, p.196)
- 44) Omomytá cerá erimbãé ojoecé ipý i-pó i-pyá cutucagõera
o-momytá será erima'é o-jo-ecé
3-Caus-ficar Duv antigamente 3-Ref-em.rel.a

i-pý-ø i-pó-ø i-py'á-ø kutúk-á-wér a
R¹-pé-Arg R¹-mão-Arg R¹-coração-Arg furar-Ret-Arg
'ficaram consigo as marcas dos ferimentos de seus pés, de suas mãos e de suas entranhas' (DCLG, p.30)

2.6 Negação.

No Tupinambá, a negação de predicados no modo indicativo I se faz por meio da combinação do proclítico **n(a)**, que ocupa a primeira posição no predicado, e do núcleo deste (nome ou verbo) flexionado pelo sufixo de negação **-i** (segundo consoante) ~ **-j** (segundo vogal). Efeitos estilísticos específicos eram obtidos por meio da combinação do proclítico e do sufixo derivacional **-e'yím**, ou por meio de outras estratégias morfológicas e ou sintáticas. Na LGA do séc. XVIII, a partícula **nitíw**, que se desenvolveu a partir de **-týb** 'existência' negado (Tb **n i-týb-i** 'não existe'), substituiu todas as alternativas de negação de predicados no indicativo I. No século XVIII, **nitíw** já era uma partícula e havia não só substituído a negação original de predicados no indicativo I, como também competia com a partícula **ruã** que antes negava constituintes nominais topicalizados:

- 45) nitíu acepiác
nitíw a-s-epják
Neg 1-R2-ver
'eu não o vejo' (DGLG, p.7)
- 46) Nitíu abáramo oicobo
nitíw abá-ramo o-ikó-bo
Neg pessoa-Trans 3-estar.em.mov.-Ger
'ele não vive na qualidade de homem' (DGLG, 53v.)

A forma **nitíuxoéri** contém uma indicação temporal de futuro, correspondente ao Tupinambá -swé, provavelmente influenciado pelo Tupinambá -swér 'instativo', mas já inanalísável, como a sua contraparte **nitíu**.

- 47) Nitíuxoéri opáb
 Nitíwxoéri o-páb
 Não.fut 3-acabar
 'não acabará' (DGLG, p. 32)

Por outro lado, a negação do indicativo II e a negação do gerúndio, ambas expressas em Tupinambá por meio do sufixo derivacional **-e'ým**, o qual também nega nomes em função de argumento, continuava produtiva na LGA do século XVIII:

- 48) oçopotar bää c-epiácäým
 o-só-potár-ba'é s-epiáka-'ým
 3-ir-querer-Nom R²-ver-Neg
 'o que quer ir sem vê-lo.' (DGLG, p. 72)

- 49) cunhã buruá moçangãlba úúbää opuruá jucápotá
 kunhã-puruá m-posáng-a'fb-a u-'ú-ba'é
 Mulher-gravidez R⁴-remédio-ser.mau-Arg 3-comer-Nom

o-puruá-ø ø-jucá-potá-ø
 R³-gravidez-ARG R¹-matar-querer-Ger

coipó cunhã apyába recé oicó riré opuruápotárëýma
 koipó kunhã-ø apyáb-a r-esé
 mulher-Arg homem-Arg R²-em.rel.a

o-ikó riré o-puruá-potár-e'ým-a
 3-estar depois.de 3corr-gravidez-querer-Neg-Ger

'a mulher que bebe poção má, querendo matar sua própria gravidez, ou a mulher não querendo engravidar depois de ter estado com um homem' (DCLG, p. 71)

2.7 Partículas

Além das partículas nitíw e ráma, que já haviam se estabelecido na LGA do século XVIII, substituindo morfemas flexionais originais, observa-se ainda o uso das partículas serã e ta'é em lugar da partícula interrogativa pe do Tupinambá, já pouco usada na época:

- 50) Cristãope ndé
 Christão pe ndé
 cristão Q 2
 'você é cristão?' (DCLG, p. 2v)
- 51) o-manõ será N. S. J. C°?
 o-manõ será N. S. J. C°.
 3-morreu Duv Nosso senhor Jesus Cristo?
 'morreu Nosso Senhor Jesus Cristo?' (DCLG, p.23)
- 52) Mbäetäé oimonháng ceteráma?
 mba'é ta'é o-i-monháng s-eté ráma?
 coisa Q 3-R²-fazer R²-corpo para
 'o que fez como/para corpo dele?' (DCLG, p. 5v)

Há ainda situações em que perguntas não contêm nenhuma marca interrogativa, como em:

- 53) Mbäé recé Tupã Täýra jandé jabé apýabáramo onhemonháng?
 mba'é r-esé Tupã t-a'ýr-a jandé
 coisa R¹-em.rel.a Deus R⁴-filho (de h.) 12(3)
- jabé apýába ramo o-nhe-monháng
 também homem Trans 3-Ref-fazer
 'por que Deus filho se fez como homem como nós?' (DCLG, p. 23)

2.8 Morfologia derivacional

Dos morfemas derivacionais do Tupinambá, os prefixos **mo-** 'causativo' (54) e **ero-** 'causativo comitativo' (55) continuavam ativos, mas o morfema **-ukár** 'causativo prepositivo' era usado ora em composição com temas verbais (56), ora como palavra independente (57):

- 54) omomytá
o-mo-mytá
3-Caus-ficar
'*ele fez ficar*' (CL p.30)
- 55) Aromanó
a-ro-manó
1-C.Com-morrer
'*faço morrer comigo*' (VPB, p. 57)
- 56) cuabucár
kuab-ukár
saber-C.Pre
'*fazer saber*' (DPB, p.85)
- 57) Jamotareyma ucár abâ
j-amotar-e'ým-a ukár abâ-ø
R²-odiar-NEG-Arg Caus pessoa-Arg
'*causar discórdia*' (DPB, p.97)

Todos os morfemas nominalizadores do Tupinambá continuavam plenamente produtivos na LGA do séc. XVIII: **emi-** 'nominalizador de objeto' (58), **pýr/-ypýr** 'nominalizador de paciente' (59), **-áb/-sáb/-táb** 'nominalizador de circunstância' (59), **-ár/-sár/-tár** 'nominalizador de agente' (60-61), **-pór** 'originário de' (62), **-swar/-ndwár/-gwár** 'nominalizador de agente habitual' (63), e **-ba'é** 'relativizador' (63a):

- 58) Juripari remiauçuba rama opyßtá
Juriparí-ø r-emi-ausúb-a ráma o-pytá
Diabo-Arg R¹-Nom-cativar-Arg para 3-ficar
'*ele fica cativo do diabo*' (DCLG, 3)
- oicobé cepiác cecobiára Tubixába cepiacypýra eçába
- 59) o-ikó-ainda s-ekobiára t-ubixáb-a s-epiakypýra 'é-sáb-a
3-estar.em.mov-aida R²-substituto R⁴-chefe-Arg R²-ver-Pac-Arg dizer-Circ-Arg
'*existe algum chefe substituto dito visível?*' (DCLG, p. 38v)
- 60) Tupã recó monhángába rupí
Tupã-ø r-ekó- Monháng-ár-a r-upí
Deus-Arg R¹-estar- fazer-Nom-Arg R¹-em.rel.a
'*pelos mandamentos de Deus*' (DCLV, p. 67)
- 61) xe monhangára
xé ø-monhang-ár-a
1 R²-fazer-Nom-Arg
'*meu criador*' (DCLV, passim)

- 62) ybypóramo
yby-pór-amo
terra-habitante-Trans
'habitante da terra' (DCLV, p. 52)
- 63) Ybákaguára
ybáka guára
céu-Arg hab
'(o que é) do céu' DCLV, p. 63)
- 63a) ndébo oronheángerúr ore poacémbäé ore jacëöbäébé
ndé-bo oro-nhe-áng-erúr ore ø-poasém-ba'é ore ø-jase'ö-ba'é bé
2-Dat 13-Ref-alma-trazer 13 R¹-gemer-Rel 13 R¹-chorar-Rel também
'A ti suspiramos, nós que gememos, nós que choramos também' (DCLG, p. 60v)

Desses morfemas, o sufixo **-swár** 'nominalizador de agente habitual' (63) já começava a ser tratado como palavra independente. O mesmo parece que ocorria com os antigos sufixos derivacionais endocêntricos **-pwér** 'retropectivo' (65), **-miri** 'atenuativo' (69) e **-rán** 'falso' (70). O sufixo **-wasú** 'intensivo' já apresentava um alomorfe **usú** ocorrendo após vogal (71) e o sufixo **-rám** 'prospectivo', já se confundia com a nova partícula **râma**. Note-se que o **a** final das formas fonológicas desses morfemas, os quais já se realizavam como morfemas independentes, não era mais analisável como correspondente à forma fonológica do sufixo do caso argumentativo:

- 64) mbäérâma recé Tupã imééng jandébo?
mba'é ráma r-esé Tupã i-me'éng jandébo
coisa-Prop R¹-em.rel.a Deus R²-dar 12(3)-Dat
'por que Deus deu (isso) para nós?' (DCLG, p. 102)
- 65) onhemonhábäepoéra jandé jabé
o-nhe-monháng-mba'é-pwéra Jandé jabé
3-REF-fazer-Nom-Ret 12(3) como
'o que se fez nós' (DCLG, p.62)
- 66) cecócatú aguéra recé
s-ekó-katú agwéra r-esé
R2-estar.em.mov-katú Ret R¹-em.rel.a
'por seu bom comportamento passado' (DCLG, p. 63)

67) Tupána *rendagoéra*

Tupána r-endá-gwér-a
 Tupã-Arg R¹-lugar-Ret-Arg
 'antiga morada de Deus' (DCLG, p.62)

68) mbäéráma *recé Tupã imëéng jandébo?*

mba'é ráma r-esé Tupã i-me'éng jandébo
 coisa-Prosp R¹-em.rel.a Deus R²-dar 12(3)-Dat
 'por que Deus deu (isso) para nós' (DCLG, p. 102)

69) Mbäétié *teco angaipába mirí*

mba'é ta'é t-ekó angaipáb-a mirí
 coisa Q R⁴-estar.em.mov pecado-Arg Aten

'o que é um pecado pequeno?' (DCLG, p. 41)

70) Itajúbarána

itajubá-rán-a
 ouro-falso-Arg
 'ouro falso' (DBP, p.237)

71) Tembiúoçu

t-embí'ú-usú
 R⁴-comida-intens.
 'banquete' (DBP, p.64)

72) tatá goaçu eté

tatá-gwasú-eté
 fogo-intens-genuíno
 'fogo realmente grande' (DCLG, p. 12v)

3. Considerações finais

No decorrer deste estudo, mostrou-se que na LGA registrada no século XVIII, que representa um estágio intermediário entre o Tupinambá falado na região norte do Brasil no século XVII e a LGA registrada nos séculos XIX e XX, é possível observar várias mudanças em processo, bem como algumas mudanças já consolidadas. As mudanças em processo correspondem ao uso não sistemático (a) do prefixo relacional de não-contigüidade em verbos transitivos no modo indicativo I, (b) das formas morfossintáticas correspondentes aos verbos no modo indicativo II, (c) do reflexivo, freqüentemente substituído pelo recíproco, essencialmente nos verbos, (d) do gerúndio, substituído pelo subjuntivo em situações que requeriam o primeiro, e (e) do caso translativo. Os documentos em LGA do século XVIII mostram também outros sinais de mudanças em processo, como o uso de morfemas originalmente sufixais, ora como sufixos, ora como partículas. Esses eram os casos tanto de sufixos flexionais, como o sufixo do subjuntivo **-rame/-reme ~ ramé/remé**, quanto de sufixos derivacionais como **-ukár ~ ukár** 'causativo prepositivo', **-pór ~ póra**

‘originário de’, **-miríⁿ** ~ **miríⁿ** ‘atenuativo’. Exemplo de perdas já bem estabelecidas na época é a do sufixo de negação de predicados. Neste cenário, constata-se o desenvolvimento de novas partículas, como a partícula de negação **nitíw**, as marcas de modalidade **serã** e **ta'é** usadas nas perguntas em lugar do antigo clítico **pe**, e a partícula **pa'é** ‘disque’, que substituiu a partícula original **jé**.

As mudanças em processo correspondem a importantes indicações de que no século XVIII a língua já apresentava as condições que levariam às mudanças estruturais ocorridas posteriormente em sua história. Ainda de importância capital é o fato de que nos textos do século XVIII, embora as inovações representem desvios dos padrões originais, pouco mudavam a essência da gramática da LGA, enquanto língua Tupí-Guaraní. Finalmente, os registros da LGA do século XVIII trazem diversas evidências lingüísticas de que, apesar de uma história de pouco mais de cem anos desenvolvida em um contexto social mestiço, essa língua não havia corrompido suas relações genéticas com a família Tupí-Guaraní, embora já se diferenciasse do Tupinambá e as causas dessa diferenciação fossem em sua maioria decorrentes de fatores externos, como pressões exercidas pelo português, interferência de aprendizagem imperfeita da LGA por parte de falantes nativos do português e de outras línguas indígenas brasileiras ou de línguas africanas, ou ainda decorrentes de outros fatores externos e mecanismos de mudanças. Das mudanças ocorridas até então, as que muito provavelmente seguiram padrões do Português foram o desenvolvimento da partícula **nitíw**, a partir de um verbo existencial negado por influência do português **não**, e da partícula **serã**, que, embora venha provavelmente do Tupinambá **serã**, passou a ser usada em posição oracional equivalente à da partícula interrogativa **será** do português. Outra mudança que pode ter ocorrido por influência do português foi o surgimento de uma partícula **ráma** com o significado de finalidade e que, além de contribuir para o desaparecimento do caso translativo, passou a ser usada também em situações que originalmente pediam orações no modo gerúndio (‘eu fui para dormir’), e nesses casos contribuiu também para ampliar o uso do modo indicativo I que, por sua vez, já se tornara mais freqüente com construções como **ja-manõ riré** ‘depois que nós morreremos’. Muito provavelmente, a estrutura morfossintática de verbos seguidos de **ráma** e/ou de **riré** terminou por influenciar a reinterpretação definitiva do sufixo de subjuntivo **-reme** como uma marca sintática: **xa-só ramé** ‘quando eu for’.

Por outro lado, várias das mudanças que podem ser observadas na LGA do século XVIII, tomando como referência o Tupinambá, correspondem também a mudanças regulares ocorridas em outras línguas da família Tupí-Guaraní. Tomemos como exemplo o Araweté e o Jo'ê, cujos falantes viveram longe da influência do português até os anos 80 do século XX. O Araweté, além de perder os sufixos modais do indicativo II e do gerúndio, perdeu também o sufixo de negação de predicados, o prefixo objetivo '2', o caso argumentativo, desenvolveu uma primeira pessoa inclusiva que substituiu a forma original Tupí-Guaraní, e desenvolveu ainda uma partícula de negação (Vieira e Leite, 1999). O Jo'ê, que diferentemente do Araweté manteve as consoantes finais exceto /w/ (Cabral, 1996), perdeu também os sufixos modais do gerúndio e do indicativo II, desenvolveu duas partículas negativas - uma negativa existencial *daikej* e outra usada no imperativo - e não possui prefixos correferenciais de primeira e segunda pessoa. O Urubú-Ka'apor, cujos falantes são em sua grande maioria monolíngües na língua nativa, perdeu o sufixo de negação, todos os sufixos modais, a diferença entre a primeira pessoa inclusiva e a exclusiva, e desenvolveu uma partícula associativa a partir do nome descritivo *-etá* 'ser muitos', como ocorreu com a LGA (Corrêa da Silva, 1997). Mas todas essas línguas mantêm correspondências regulares em todos os subsistemas lingüísticos com as outras línguas da família, apesar das reduções sofridas em seus respectivos sistemas flexionais originais. No entanto, comparados os dois estágios extremos da LGA, o Tupinambá do século XVII e algumas variedades da LGA faladas a partir do século XIX, as mudanças parecem mais significativas, pois somam-se a elas além das reduções no sistema flexional original, a preferência por construções analíticas, bem como a adoção de vários empréstimos lexicais e de outras partículas do português. Entretanto, as evidências fornecidas pelos documentos em LGA do século XVIII somadas às correspondências regulares encontradas entre as variedades da LGA dos séculos XIX e XX e as demais línguas da família constituem indicações fundamentais de que o seu desenvolvimento foi genético e que o seu processo de diferenciação do Tupinambá ocorreu progressivamente, embora sob constante e crescente pressão do português, que terminou por substituí-la definitivamente na maior parte da grande área em que a LGA foi a principal língua de comunicação durante 300 anos. Os resultados da presente análise contrastiva comparados com diferentes variedades da LGA registradas nos séculos XIX e XX são apresentados nos quadros a seguir, como ilustração das reduções sofridas pela gramática da LGA do século XVII ao século XX:

Prefixos relacionais nos nomes

	Tb	LGA (séc. XVIII)				LGA (séc. XIX)			LGA (séc. XX)	
		<i>DCLV</i>	<i>CL</i>	<i>DPB</i>	<i>VPB</i>	<i>Hart</i>	<i>CM</i>	<i>Tast</i>	<i>ABA</i>	<i>Tayl</i>
R ¹	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+
R ²	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+
R ³	+	+/-	?	?	?	-	-	-	-	-
R ⁴	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+

Sufixos Casuais

	Tb	LGA (séc. XVIII)				LGA (séc. XIX)		LGA (séc. XX)		
		<i>DCLV</i>	<i>CL</i>	<i>DPB</i>	<i>VPB</i>	<i>Hart</i>	<i>CM</i>	<i>Tast</i>	<i>ABA</i>	<i>Tayl</i>
LP	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+
LD	+	?	+	+	?+	-	-	-	-	-
LS	+	?	?	?	?-	-	-	-	-	-
Arg	+	+/-	+/-	+/-	+/-	-	-	-	-	-
Trans	+	+/-	+/-	+/-	+/-	-	-	-	-	-
Dat	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+

Prefixos relacionais nas Posições

	Tb	LGA (séc. XVIII)				LGA (séc. XIX)		LGA (séc. XX)		
		<i>DCLV</i>	<i>CL</i>	<i>DPB</i>	<i>VPB</i>	<i>Hart</i>	<i>CM</i>	<i>Tast</i>	<i>ABA</i>	<i>Tayl</i>
R ¹	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+
R ²	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+

Prefixos relacionais nos verbos

	Tb	LGA (séc. XVIII)				LGA (séc. XIX)		LGA (séc. XX)		
		<i>DCLV</i>	<i>CL</i>	<i>DPB</i>	<i>VPB</i>	<i>Hart</i>	<i>CM</i>	<i>Tast</i>	<i>ABA</i>	<i>Tayl</i>
R ¹	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+
R ²	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+
R ³	+	+	+	+	+	-	-	-	-	-
R ⁴	+?	?	?	?	?	-	-	-	-	-

Prefixos pessoais

	Tb	LGA (séc. XVIII)				LGA (séc. XIX)		LGA(séc. XX)		
		DCLV	CL	DPB	VPB	Hart	CM	Tast	ABA	Tuyl
'1'	a-	a-	a- ~ xa-	a-	a-	a-	xa-	xa-	a-	a-
'2'	ere-	+	+	+	+	+	+	+	+	+
'12(3)'	ja-	+	+	+	+	+	+	+	+	+
'13'	oro-	+	+	+	+	-		-	-	-
'12'	pe-	+	+	+	+	+	+	+	+	+
'3'	o-	+	+	+	+	+	+	+	+	+
Objetivos										
'2'	oro-	?	?	?	?	-	-	-	-	-
'23'	opo-	?	?	?	?	-	-	-	-	-
Corref.										
'1'	wi-	?	?	?	?	-	-	-		-
'2'	e-	?	?	?	?	-	-	-		-
'12(3)'	ja-	?	?	?	?	-	-	-		-
'13'	oro-	?	?	?	?	-	-	-		-
'12'	pe-	?	?	?	?	-	-	-		-
'3'	o-	+/-	?	?	?	-	-	-		-
Imp										
e- '2'	+	+	+	+		+		?		?
pe- '23'	+	+	+	+		+		?		?

Sufixos Modais

	Tb	LGA (séc. XVIII)				LGA (séc. XIX)		LGA (séc. XX)		
		DCLV	CL	DPB	VPB	Hart	CM	Tast	ABA	Tuyl
Ind. II	-i (C ₋) -w (V ₋)	+/-	+/-	+/-	-i ou -w (V ₋)	-	-	-	-	-
Gerúndio	-abo ~ -amo ~ -bo ~ -mo/-a	+	+	+	+	-	-	-	-	-
Subjuntivo	-reme ~ -neme ou -me	-reme/-rame ~ ramé	-reme/-rame ~ ramé	-reme/-rame ~ ramé	+	ramé	ramé	ramé	ramé	ramé

Prefixos reflexivo e recíproco

	Tb	LGA (séc. XVIII)				LGA (séc. XIX)		LGA (séc. XX)		
		<i>DCLV</i>	<i>CL</i>	<i>DPB</i>	<i>VPB</i>	<i>Hart</i>	<i>CM</i>	<i>Tust</i>	<i>ABA</i>	<i>Tayl</i>
Reflexivo	je-	+		+	+	ju-				
Recíproco	jo-	+		+	+					

Referências bibliográficas

AMORIM, A. B. de. 1987. *Lendas em Nheengatú e em Português*. Manaus: Fundo Editorial ACA, 1987.

CABRAL, Ana Suelly, A. C. 1996. Algumas evidências lingüísticas de parentesco genético do Jo'ê com as línguas Tupí-Guaraní. *Moara, Revista dos Cursos de Pós-Graduação em Letras*, 4: 47-76. Belém: UFPA.

_____. 2000a. Prefixos relacionais na família Tupí-Guaraní. Comunicação apresentada na Reunião Anual da SBPC, Universidade de Brasília.

_____. 2000b. Observações sobre a história social da Língua Geral Amazônica. Em: SIMÕES, M. do S. (org.), *Memória e Comunidade: entre o rio e a floresta*, p.103-129. Belém: Universidade Federal do Pará.

AYROSA, Plínio. 1937. Caderno da Língua ou Vocabulário Português-Tupí, atribuído a Frei João de Arronches (1739). Notas e comentários á margem de um manuscrito do século XVIII. *Revista do Museu Paulista* 2149-322.

CORRÊA DA SILVA, B. C. 1997. Urubú-Ka'apór, da gramática à história: a trajetória de um povo. Dissertação (Mestrado em Lingüística), Universidade de Brasília.

Doutrina Cristã em Lingoa Geral dos Indios do Estado do Brasil e Maranhão composta pelo P. João Philippe Bettendorff, traduzida em lingoa g irregular, e vulgar uzada nestes tempos (ms.).

Diccionario Português-Brasiliiano e Brasiliiano Português; Reimpressão integral da edição de 1795, seguida da 2ª parte, até hoje inedita, ordenada e prefaciada por Plinio M. da Silva Ayrosa. *Revista do Museu Paulista* 18:17-322. 1932.

EDELWEISS, Frederico G. 1969. *Estudos tupis e tupi-guaranis*. Rio de Janeiro: Livraria Brasileira Editora.

FIGUEIRA, L. 1878. *Arte de grammatica da lingua brasilica* (2a. edição). Lisboa. Reprodução facsimilar da edição de 1687. Leipzig: Teubner.

HARTT, Charles Frederik. 1938. Notas sobre a língua geral ou tupi moderno do Amazonas (tradução de Notes on the Língua Geral or Modern Tupi of the Amazonas. Nova York, 1872, acrescida das duas partes até então inéditas.). *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, vol. 54.

MAGALHÃES, J. V. Couto de. 1876. *O Selvagem*. Rio de Janeiro: Typographia da Reforma.

RODRIGUES, A. D. 1981. *Estrutura do Tupinambá* (ms).

_____. 1985. Relações internas na família lingüística Tupi-Guaraní. *Revista de Antropologia* 27/28:33-53. São Paulo.

_____. 1994. The grammatical structure of classical Tupí, materiais de curso na Universidade de Leiden.

_____. 1996. As língua gerais sul-americanas. *Papia* 4(2): 6-18.

_____. 1998. Alguns casos de regramaticalização em línguas da família Tupí-Guaraní. Comunicação feita no Seminário Permanente de Línguas Indígenas, Universidade Federal do Pará, Belém.

_____. 2000. Caso em Tupí-Guaraní, particularmente em Tupinambá. In: *Síntese*, Anais do XIII Congresso da ANPOLL (CD-ROM). Niterói: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Lingüística.

RODRIGUES, D. M. G. 1997. *Ergatividade em Guaraní Antigo*. Trabalho apresentado no Seminário Permanente de Línguas Indígenas. Universidade Federal do Pará. Belém.

TASTEVIN, C. [1910]1922. Gramática da língua Tupy, Vocabulário Tupy-Portugues, Nomes de plantas e animais em língua Tupy. *Revista do Museu Paulista*, tomo 13, pp. 537-763, São Paulo.

TAYLOR, G. (coord.). 1991. *Caderno de Leitura Nheengatu 1, vamos escrever a nossa língua*. Manaus: Universidade do Amazonas.

THOMASON, S. G. & KAUFMAN, T. 1988. *Language Contact, Creolization, and Genetic Linguistics*. Los Angeles: University of California Press.

VIEIRA, M. M. D., e LEITE, Y. de F. 1998. Observações preliminares sobre a língua Araweté. *Moara, Revista dos Cursos de Pós-Graduação em Letras* 9:7-31. Belém: UFPA.

Vocabulário Português-Brasilico, in *Boletim 135 da Fac. de Filosofia, Ciências e Letras*. São Paulo: Universidade de São Paulo. 1951.

ENCONTRO

O Atlas Lingüístico do Brasil

ATLAS LINGÜÍSTICO DO BRASIL: UM RESGATE HISTÓRICO

Maria do Socorro Silva de ARAGÃO
Universidade Federal do Ceará - UFC

A METODOLOGIA DO ATLAS LINGÜÍSTICO DO BRASIL NO QUADRO DA GEOLINGÜÍSTICA CONTEMPORÂNEA

Jacyra Andrade MOTA
Universidade Federal da Bahia

ATLAS LINGÜÍSTICO DO BRASIL: UM RESGATE HISTÓRICO

Maria do Socorro Silva de ARAGÃO
Universidade Federal do Ceará - UFC

1. INTRODUÇÃO

A Dialetolegia no Brasil, apesar das dificuldades pelas quais tem passado, especialmente com a pouca quantidade de pessoal qualificado dedicado a estes estudos, da falta de interesse das instituições e da conseqüente falta de recursos, continua a se expandir, não só quantitativamente, mas qualitativamente, incluindo em seus estudos, além dos aspectos diatópicos, os aspectos diastráticos e diafásicos.

O trilhar desse caminho só tem sido possível graças ao esforço de um grupo de abnegados pesquisadores que fizeram da Dialetolegia e especialmente da Geolingüística, o objetivo maior de suas pesquisas.

O resultado dessas pesquisas é a publicação, até o momento, de cinco Atlas Lingüísticos regionais: o Atlas Prévio dos Falares Baianos (1963), o Esboço de um Atlas Lingüístico de Minas Gerais (1977), o Atlas Lingüístico da Paraíba (1984), o Atlas Lingüístico de Sergipe (1987) e o Atlas Lingüístico do Paraná (1994).

Outros tantos Atlas encontram-se em fase avançada ou em início de elaboração, como o Atlas Lingüístico do Ceará, O Atlas Lingüístico Etnográfico da Região Sul, o Atlas Etnolingüístico dos Pescadores do Estado do Rio de Janeiro, O Atlas Lingüístico de São Paulo, o Atlas Lingüístico do Acre, o Atlas Lingüístico do Mato Grosso do Sul, o Atlas Geo-Sociolingüístico do Pará e o Atlas Lingüístico do Maranhão.

Assim, apesar dos pesares, o sonho de Antenor Nascente e Serafim da Silva Neto vai aos poucos sendo realizado, prevendo-se sua completa realização com o Atlas Lingüístico do Brasil, em fase inicial de elaboração.

2. RETROSPECTIVA

Os estudos dialetológicos em sentido amplo, e a Geografia Lingüística em particular, não têm ainda tradição muito firmada no Brasil.

Apesar do esforço de um grupo de pioneiros como os professores Serafim da Silva Neto, Antenor Nascentes e Cândido Jucá Filho inicialmente e, posteriormente, dos professores Sílvio Elia, Celso Ferreira da Cunha, Nelson Rossi e Heinrich Bunse, poucos são os cursos de Dialetoologia e Geografia Lingüística em nossas universidades.

O professor Serafim da Silva Neto, um desses pioneiros, iniciou seus cursos de Dialetoologia em 1951, na Universidade de Minas Gerais. Em 1953, fundou, no Museu Nacional do Rio de Janeiro, o Centro de Estudos de Dialetoologia Brasileira, e em 1954, ministrou curso de Dialetoologia na Universidade do Rio Grande do Sul. Ainda em 1954, no 2º Colloquium de Estudos Luso-Brasileiros, em São Paulo, propôs uma série de passos a serem dados para a concretização do estudo dos nossos falares. Em 1955, ministrou na Faculdade Nacional de Filosofia do Rio de Janeiro um curso sobre a técnica das monografias dialetais. Em 1958, o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia publicou a 2ª edição melhorada e ampliada de sua obra "Guia para Estudos Dialectológicos", resultado de uma série de cursos e conferências proferidas na Faculdade Catarinense de Filosofia.

Como resultado desses cursos e da pregação do prof. Silva Neto, o Centro de Pesquisas da Casa de Rui Barbosa, através de sua Comissão de Filologia, propôs como um de seus objetivos a elaboração do Atlas Lingüístico do Brasil. Para a consecução desse objetivo, e a convite da Casa de Rui Barbosa, esteve no Rio, em 1954, o Professor Sever Pop que ministrou um curso, a partir do qual se esperava que surgissem pessoas interessadas em desenvolver pesquisas dialetológicas, o que não ocorreu.

O professor Antenor Nascentes, outro dos precursores da Geografia Lingüística no Brasil, publicou as "Bases para Elaboração do Atlas Lingüístico do Brasil", em duas partes. A primeira, em 1958 e a segunda, em 1961. Nesses trabalhos, o autor apresenta diretrizes gerais para a escolha de localidades, de informantes e para a elaboração do questionário lingüístico, e propõe, muito claramente, a elaboração de atlas regionais, argumentando que:

Embora seja de toda vantagem um atlas feito ao mesmo tempo para todo o país, para que o fim não fique muito distanciado do princípio, os Estados Unidos, país vasto e rico e com

*excelentes estradas, entregou-se à elaboração de atlas regionais, para mais tarde juntá-los no atlas geral.¹
Assim também devemos fazer em nosso país, que é também vasto e, ainda mais, pobre e sem fáceis vias de comunicação.*

Em 1957, os professores Serafim da Silva Neto e Celso Ferreira da Cunha, no III Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros, em Lisboa, apresentaram a idéia de um Atlas Lingüístico-Etnográfico do Brasil, por regiões, tarefa que agora começa a ser cumprida, com a pesquisa do Atlas Lingüístico do Brasil - AliB.

Por não termos, em nosso país, dados técnicos confiáveis definindo as características da língua portuguesa falada em todo o território nacional, a realização do Atlas Lingüístico do Brasil é tarefa importante e urgente.

A propósito, Amadeu Amaral nos fala sobre o chamado dialeto brasileiro, que até a época de sua publicação, não se sabia muito o que era. Em suas palavras:

Fala-se muito num “dialeto brasileiro”, expressão já consagrada até por autores notáveis de além-mar; entretanto, até hoje não se sabe ao certo em que consiste semelhante dialeção, cuja existência é por assim dizer evidente, mas cujos caracteres ainda não foram discriminados.²

Os estudos dialetais realizados no passado, analisando, principalmente, as diferenças lexicais, e os estudos de natureza monográfica, abrangendo uma determinada área, a exemplo dos trabalhos de Amadeu Amaral, Antenor Nascentes e Mário Marroquim, entre outros, têm o caráter introdutório ou exploratório das características específicas dessas áreas e regiões estudadas. Apesar da importância desses trabalhos, eles não abrangem todas as áreas dialetais do país sendo necessária, assim, uma descrição mais ampla e sistemática, recobrando todo o território nacional, a fim de que se tenha uma visão de conjunto dessa realidade lingüística do País.

1 NASCENTES, A. *Bases para a elaboração do Atlas lingüístico do Brasil*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1958, p.7.

2 AMARAL, A. *O dialeto caipira*. 2.ed. São Paulo: Huicitec/ Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia, 1976, p. 43.

Mário Marroquim, em seu trabalho, já dizia que o estudo do dialeto brasileiro ainda não tinha sido feito, afirmação que nos parece, em pleno século vinte e um, estar perfeitamente atualizada. Diz ele:

Não está ainda feito o estudo do dialeto brasileiro. A enorme extensão geográfica em que o português é falado no Brasil dá a cada região peculiaridade e modismos desconhecidos nas outras, e exige, antes da obra integral que fixe e defina nossa diferenciação dialetal, trabalhos parcelados, feitos com critério e honestidade, sobre cada zona do país.³

Portanto, como se vê, o primeiro movimento para a elaboração de um atlas lingüístico do Brasil começou com trabalhos monográficos isolados tendo se iniciado oficialmente em 1952, quando, através do Decreto no. 30.643, Art. 3o. de 20 de março, determina-se como principal finalidade da Comissão de Filologia da Casa de Rui Barbosa a elaboração do atlas lingüístico do Brasil. Tal determinação foi regulamentada pela Portaria nº 536, de 26 de maio do mesmo ano, a qual, ao baixar instruções referentes à execução do decreto de criação do Centro de Pesquisas Casa de Rui Barbosa, estabeleceu como finalidade principal, entre as pesquisas a serem planejadas, a própria elaboração do atlas lingüístico do Brasil.

A partir desse breve histórico podem-se destacar alguns aspectos importantes, entre eles: a) a idéia da elaboração de um atlas lingüístico do Brasil; b) a produção de atlas regionais, como passo importante para a consecução do atlas nacional e c) a tentativa de criar princípios gerais, parâmetros nacionais, para, sem uniformizar, tornar a tarefa coordenada em nível nacional.

As condições históricas, geográficas, políticas e sócio-econômico-culturais do país são marcadamente diferentes daquelas dos idos de 1950, quando os pioneiros da Geolingüística pretendiam iniciar a tarefa para a elaboração do Atlas Lingüístico do Brasil.

3 MARROQUIM, M. *A língua do Nordeste*. Curitiba: HDLivros, 1996, p.9.

Naquele momento, a população, segundo o censo de 1950⁴, atingia a cifra de 51.944.397 habitantes, dos quais 33.161.506 se situavam nas zonas rurais e apenas 18.782.891 estavam estabelecidos nas zonas urbanas, ou seja, aproximadamente 63% da população se encontrava no campo e apenas 37% nas grandes cidades, o que revela a maior concentração demográfica fora dos centros urbanos. Os meios de comunicação - rádio, televisão, telefone - tinham um perfil muito tímido naquele período. A extensão da rede de estradas de ferro em tráfego alcançava 36.681 km. As rodovias se estendiam por 341.035 km. As empresas aéreas civis⁵ atingiam em 1952 um percurso de 96.600.775 km e a navegação marítima e a fluvial apresentavam um movimento de 406 embarcações em tráfego. Decorridos quase cinquenta anos, a situação do país, no tocante a esses mesmos itens, é bem diferente, conforme dados do censo de 1991, nos itens citados: população geral de 146.917.459 habitantes, dos quais 110.875.826 se situam na zona urbana e 36.041.633 na área rural, o que revela uma total inversão dos números, se comparados aos registrados para 1950; a rede telefônica apresenta, para 1991, um total de 15.922 localidades atendidas com 14.426.673 telefones instalados; a rede ferroviária conta com 30.282 km - caso único de modificação para menos, com uma redução de cerca de 6.000 km em relação a 1950, fato deplorável, para não dizer criminoso, em relação ao sistema de transporte do país; o tráfego aéreo atinge 287.761.775 km; e a navegação conta com um movimento total de 46.310 embarcações.

Os limites geográficos, históricos, políticos e sócio-econômico-culturais praticamente desapareceram face à invasão de informações universais e simultâneas aos acontecimentos transmitidas pelo rádio, a televisão e à informática; na mobilidade social, seja por obrigação de trabalho, seja pelo lazer, que faz de cada comunidade um pequeno universo e de cada cidadão um homem sem fronteiras; na política econômica de fomento ao turismo - fonte moderna de captação de recursos explorada por ricos e pobres -, que põe em contato diuturnamente populações, costumes e usos lingüísticos diferenciados; nos avanços tecnológicos, que encurtam as dis-

4 Os dados estatísticos referidos foram extraídos do *Anuário Estatístico do Brasil - 1954. Ano XV*. Rio de Janeiro, IBGE-Conselho Nacional de Estatística, 1954 e do *Anuário Estatístico do Brasil - 1993*. Rio de Janeiro, Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE, 1993.

5 Os dados referem-se ao ano de 1952.

tâncias e aproximam os povos. O mundo moderno transforma-se numa grande velocidade; é o fenômeno da globalização.

O Brasil, nos últimos cinquenta anos, como não poderia deixar de ser, também sofreu todas essas mudanças. Mudou a configuração demográfica do país com maior concentração da população nos grandes centros urbanos e com o esvaziamento das áreas rurais, trazendo conseqüências, também, para a linguagem. Todos esses fatos mostram a necessidade premente de identificar, registrar, descrever e catalogar a realidade lingüística brasileira, antes que as marcas diatópicas, diastráticas, diageracionais, diassexuais e diafásicas se percam ou sejam absorvidas ou pasteurizadas pelos meios de comunicação de massa.

O quadro histórico, geográfico, político, econômico, social e cultural do país, atualmente, requer o conhecimento sistemático e geral da realidade lingüística brasileira, especialmente no que diz respeito à oferta de subsídios para um ensino da língua portuguesa que leve em conta o caráter multilingüístico, multissocial e multicultural do país. A Dialectologia brasileira, neste início de milênio, tem as condições técnicas para a realização dessa tarefa, através da realização do atlas lingüístico do Brasil.

Pode-se entender, assim, que esses fatos constituem uma indicação de que este é o momento certo para se iniciar o atlas lingüístico do Brasil. Para a equipe que está se encarregando dessa tarefa:

A realização de um atlas lingüístico do Brasil terá, entre outros méritos, o de permitir que se tracem isoglossas definidoras de áreas dialetais que propiciarão o estabelecimento de uma divisão dialetal do Brasil de base eminentemente lingüística.⁶

Além disso faz-se necessária uma visão multidimensional da língua do país, não apenas para a demarcação dos espaços geolingüísticos, mas para que se possa também oferecer dados e informações para um melhor relacionamento entre a realidade sócio-lingüístico-cultural de cada uma das áreas nacionais e o ensino da língua materna que nelas se processa.

6 CARDOSO, S.A.M.et al. Projeto Atlas Lingüístico do Brasil -AliB. Salvador: UFBA, 2000, p.8.

2. OS MODERNOS ATLAS LINGÜÍSTICOS

A Dialetoologia atual não produz apenas resultados geolingüísticos, como nos tradicionais atlas lingüísticos que apresentavam dados *monodimensionais, monostráticos, monogeracionais e monofásicos*, no dizer de Elizaincín e Thun, mas produz informações sobre a variação lingüística em diferentes dimensões - a diatópica, a diastrática, diageracional, diassexual e a diafásica. Pois, como afirmam Thun, Forte e Elizaincín:

*... el Atlas lingüístico tiene la obligación y es además capaz de dar una imagen de la multidimensionalidad y de las interrelaciones de los fenómenos variacionales.*⁷

Os atlas lingüísticos podem ser classificados em três fases diferentes:

- a) os de **primeira geração** que têm como objetivo principal apresentar a diversidade de usos e a sua distribuição espacial, o que permite apenas análises do ponto de vista puramente lingüístico. Os atlas são, assim, um conjunto de cartas, algumas vezes acrescidas de notas que trazem informações sócio-lingüístico-culturais, mas sem apresentarem interpretação de dados.
- b) Os atlas de **segunda geração** que apresentam, além das cartas lingüísticas, comentários, análises e interpretações dos fenômenos observados.
- c) Os atlas de **terceira geração**, que apresentam os dados considerados tradicionais nas cartas, acrescentado-lhes informações sonoras, acústico-articulatórias, da voz do informante, relacionando-as simultaneamente com o ponto da rede onde se situa o falante. Esse tipo de Atlas pode mostrar, ainda, via *Internet*, as cartas com a localização das localidades, dos informantes e as ocorrências registradas. São os atlas totalmente informatizados, chamados “falantes”. Um Atlas desse tipo é o *Atlas Linguistique de la Corse*, coordenado por Jean Philippe Dalbera.

7 THUN, H. et al. El atlas lingüístico diatópico y diastrático del Uruguay (ADDU). Presentación de un Proyecto. Iberorománica, 3. Tübingen, 2662, 1989, p. 28.

Segundo Suzana Alice Cardoso, Diretora e Presidente do Comitê Nacional do Projeto ALiB, na apresentação do projeto:

O Atlas Lingüístico do Brasil, ao tempo em que prioriza a identificação espacial dos fenômenos, se propõe não só manter sob controle certas variáveis sociais dos informantes, como também fornecer comentários e estudos interpretativos que acompanharão as cartas e, ainda, tentar estabelecer, via Internet, um sistema de consulta à distância que faculte ao leitor o conhecimento de formas ou usos linguageiros e também lhe dê a possibilidade de ouvir, de viva voz, as realizações daquela área cartografada e selecionada para audição. Do ponto de vista da orientação teórica, pretende ser o ALiB um atlas de terceira geração, reunindo, assim, às informações lingüísticas cartografadas, estudos e comentários às cartas e oferecendo as facilidades de acesso aos dados vivos por meio do que os franceses identificam como um atlas informatisé et parlant.⁸

O referido Comitê foi criado no final de 1996 com o objetivo de elaborar o Projeto e conduzir a realização da pesquisa para o Atlas Lingüístico do Brasil. Esse Comitê é constituído por seis professores e pesquisadores de Universidades brasileiras, sob a coordenação da professora Suzana Alice Cardoso, da Universidade Federal da Bahia, Maria do Socorro Silva de Aragão, da Universidade Federal do Ceará, Vanderci de Andrade Aguilera, da Universidade Estadual de Londrina, Mário Roberto Zágari, da Universidade Federal de Juiz de Fora, Walter Koch, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Jacyra Mota, da Universidade Federal da Bahia.

O Comitê vem se reunindo sistematicamente, para traçar as diretrizes, métodos e técnicas a serem utilizadas e para o treinamento dos pesquisadores. Para isso, foram realizados dois workshops, um em Salvador, Bahia e outro em Londrina, Paraná e oito reuniões de trabalhos em diferentes cidades do país.

8 CARDOSO, S A. M. et al. Op. cit. p. 13.

4. OBJETIVOS DO ALiB

Os objetivos do Projeto Atlas Lingüístico do Brasil definem-se como gerais e específicos.

4.1. Objetivos gerais

- Descrever a realidade lingüística do Brasil, no que tange à língua portuguesa, com enfoque na identificação das diferenças diatópicas, diastráticas e diageracionais (fônicas, inclusive prosódicas, morfossintáticas, léxico-semânticas), consideradas na perspectiva da Geolingüística pluridimensional;
- Oferecer aos estudiosos da língua portuguesa (lingüistas, lexicólogos, etimólogos, filólogos e das demais áreas dos estudos lingüísticos), aos pesquisadores de áreas afins (História, Antropologia, Sociologia) e aos pedagogos (gramáticos, autores de livros-texto para o 1º e 2º graus, professores) subsídios para o aprimoramento do ensino/aprendizagem e para uma melhor interpretação do caráter multidialetal do Brasil.

4.2. Objetivos específicos

- Descrever a realidade lingüística do português do Brasil com vistas a identificar fenômenos fonéticos, morfossintáticos, lexicais, semânticos e prosódicos característicos da diferenciação ou definidores da unidade lingüística no território nacional;
- Estabelecer isoglossas, com vistas a traçar a divisão dialetal do Brasil, tornando evidentes as diferenças regionais através de resultados cartografados em mapas lingüísticos e de estudos interpretativos de fenômenos considerados;
- Registrar, com base na análise em tempo aparente, processos de mudança;
- Identificar fenômenos lingüísticos localizados e específicos de áreas com vistas a estudar as suas repercussões no ensino-aprendizagem da língua materna;
- Examinar os dados coletados na perspectiva de sua interface com outros ramos do conhecimento - história, sociologia, antropologia -, com vistas a fundamentar e definir posições teóricas sobre a natureza da implantação e desenvolvimento da língua portuguesa no Brasil;
- Oferecer aos interessados nos estudos lingüísticos um imenso volume de dados que permita aos lexicógrafos aprimorarem os dicionários, ampliando

- o campo de informações; aos gramáticos atualizarem as informações com base na realidade documentada pela pesquisa empírica; aos autores de livros didáticos adequarem a sua produção à realidade cultural de cada região; aos professores aprofundar o conhecimento da realidade lingüística, refletindo sobre as variantes que enformam a língua portuguesa no Brasil e, conseqüentemente, encontrando meios de, sem desprestigiar os seus dialetos de origem, levar os estudantes ao domínio da variante culta;
- Contribuir para o entendimento da língua portuguesa no Brasil como instrumento social de comunicação diversificado, possuidor de várias normas de uso mas dotado de uma unidade sistêmica.⁹

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização das pesquisas para a elaboração do Atlas Lingüístico do Brasil, será, sem qualquer dúvida, um marco na história dos estudos dialetais e geolingüísticos no Brasil. A concretização de tal empreitada pode ser assegurada por fatores de dois tipos:

1. Infra-estrutura e vontade política

- a) O país oferece as condições de transporte e infra-estrutura para que se possa cruzá-lo de norte a sul e de leste a oeste;
- b) Há a vontade política das universidades para apoiar tal tipo de pesquisa;
- c) Os diversos segmentos das áreas de Letras e Lingüística do país estão convencidos da importância e da necessidade da realização da pesquisa.

2. Condições técnicas:

- a) Há, em diferentes universidades brasileiras, pessoas competentes e dispostas a realizarem o trabalho para a elaboração do Atlas Lingüístico;
- b) Há bibliografia com trabalhos teóricos e práticos de Dialetoologia e Geolingüística, não apenas estrangeira, mas, acima de tudo, nacional, que podem fornecer o apoio documental de que se necessita;
- c) O país já conta com um sistema de computação e informação via internet, que permite a realização de um Atlas de terceira geração, como pretende ser o AliB.

9 CARDOSO, S A. M. et al. Op. cit. p. 11.

6. Referências bibliográficas

AGUILERA, Vanderci de A. *Atlas lingüístico do Paraná*. Curitiba: Imprensa Oficial do Estado do Paraná / Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 1994/1995.

_____. (org.) *A geolingüística no Brasil - caminhos e perspectivas*. Londrina: UEL, 1998.

AMARAL, A. *O dialeto caipira*. 2.ed. São Paulo: HUCITEC/Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia, 1976.

Anuário Estatístico do Brasil - 1954. Ano XV. Rio de Janeiro, IBGE-Conselho Nacional de Estatística, 1954.

Anuário Estatístico do Brasil - 1993. Rio de Janeiro, Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE, 1993.

ARAGÃO, Maria do Socorro Silva de e MENEZES, Cleusa P.B. *Atlas lingüístico da Paraíba*. Cartas léxicas e fonéticas. Brasília: CNPq/UFPB, 1984.

_____. *Atlas lingüístico da Paraíba*. Análise das formas e estruturas lingüísticas encontradas. Brasília: CNPq/UFPB, 1984.

ARAGÃO, Maria do Socorro Silva de. La situation de la géographie linguistique au Brésil. In: *Geolinguistique*, vol. III, 1987. Grenoble: Université Stendhall - Grenoble III.

_____. *Bibliografia dialetal brasileira*. João Pessoa: UFPB, 1988.

BESSA, José Rogério F. et al. *Atlas lingüístico do Ceará*: questionário. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 1982.

BRANDÃO, Silvia Figueiredo. *A geografia lingüística no Brasil*. São Paulo: Ática, 1991.

CARDOSO, S.A. M.A geolingüística no Brasil: meio século de contribuição à ciência da linguagem e ao ensino da língua materna. *Boletim da ABRALIN*, 23. Florianópolis, 1999, p. 18-34.

_____. et al. *Projeto atlas lingüístico do Brasil*. Salvador: UFBA, 2000.

CARUSO, Pedro. Amostra de um inquérito lingüístico prévio para o estado de São Paulo. In: *ALFA* 26: 69-77, São Paulo, 1982.

_____. *Atlas lingüístico do estado de São Paulo*: questionário. Assis: Instituto de Letras, História e Psicologia/UNESP; Prefeitura Municipal de Assis, 1983.

ELIA, Silvio E. *Atlas lingüístico da Paraíba - apresentação*. Brasília: CNPq/UFPB, 1984.

FERREIRA, Carlota da S. et al. *Atlas lingüístico de Sergipe*. Salvador: Instituto de Letras/Fundação Estadual de Cultura de Sergipe, 1987.

_____. *Diversidade do português do Brasil: estudos de dialetologia rural e outros*. Salvador: UFBA, 1988.

FERREIRA, Carlota da S. et CARDOSO, Suzana Alice. *A dialetologia no Brasil*. São Paulo: Cortez, 1994.

MARROQUIM, M. *A língua do nordeste*. 3.ed. Curitiba: HD Livros, 1996.

NASCENTES, Antenor. *Bases para a elaboração de um atlas lingüístico do Brasil*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1958.

ROSSI, Nelson. *Atlas prévio dos falares baianos*. Rio de Janeiro: INL, 1963.

_____. *Atlas prévio dos falares baianos*; introdução, questionário comentado, elenco das respostas transcritas. Rio de Janeiro: INL, 1965.

SILVA NETO, Serafim. *Guia para estudos dialetológicos*. Belém: INPA, 1958.

THUN, H. et al. El atlas lingüístico diatópico y diastrático del Uruguay (ADDU). Presentación de un proyecto. *Iberoromânica*, 3. Tübingen, 26-62, 1989.

ZÁGARI, Mário Roberto L. et al. *Esboço de um atlas lingüístico de Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1977.

A METODOLOGIA DO ATLAS LINGÜÍSTICO DO BRASIL NO QUADRO DA GEOLINGÜÍSTICA CONTEMPORÂNEA

Jacyra Andrade MOTA
Universidade Federal da Bahia

Em sua feição moderna, a Geolingüística substituiu a busca de dialetos arcaizantes, isolados, acantonados em localidades antigas e afastadas dos centros maiores, documentados a indivíduos analfabetos, em geral do sexo masculino, ligados ao meio rural e, tanto quanto possível, sem afastamentos da região em que nasceram, para procurar deprender e sistematizar a complexa rede de variantes que se encontra em todas as línguas.

Buscando caracterizar essa nova concepção dos estudos geolingüísticos, observa Thun (2000: 408):

“La nouvelle géolinguistique se caractérise par l’élargissement de son champ d’observation et par un travail en profondeur plus poussé. Elle passe de l’analyse de la superficie, constituée par la dimension diatopique, à celle de l’espace linguistique formé par la prise en considération de variables comme la dimension diastratique, diaphasique ou d’autres. D’autre part, la géolinguistique moderne se veut plus objective et représentative. Elle introduit la statistique dans le traitement des données. Elle fait de l’atlas silencieux un atlas parlant. Elle n’emploie plus toute son énergie à la recherche du dialecte pur rural mais elle entre également dans les villes, elle analyse des langues régionales, focalise des situations de contact, questionne aussi des gens démographiquement mobiles”.

Tendo-se iniciado em 1996¹, o Projeto Atlas Lingüístico do Brasil (ALiB), como não podia deixar de fazê-lo, procura utilizar os avanços metodológicos da Geolingüística pluridimensional contemporânea, contem-

1 Retomou-se a idéia de um atlas lingüístico nacional no Seminário *Caminhos e Perspectivas para a Geolingüística no Brasil*, realizado na UFBA, em novembro de 1996.

plando, de modo sistemático, além da dimensão diatópica, a diagenérica (ou diassexual), diageracional, diastrática, diafásica e diarreferencial, de acordo com o que se diz no texto que o apresenta:

“O que se espera dos atlas lingüísticos, hoje, é que possam dar a imagem real da pluralidade e das inter-relações dos fenômenos da variação. A nova configuração do mundo contemporâneo, a mobilidade social, a distribuição demográfica, entre outros, constituem-se em fatores que exigem um redirecionamento dos caminhos da metodologia dialetal, sem, contudo, quebrar-se a fidelidade ao princípio de que à Dialectologia cabe, prioritariamente, investigar a diversidade diatópica”.

A variação diatópica

Para a depreensão da variação diatópica conta-se com uma rede de 250 pontos que leva em consideração, prioritariamente, a densidade demográfica de cada região e de cada estado e a distribuição espacial dos pontos, com os ajustes necessários, tanto nos casos das áreas que apresentam densidade abaixo de 1,0 como naqueles de densidade populacional muito grande. Entre os primeiros estão os estados do Acre, com 0,8 de densidade populacional, Amapá, com densidade de 0,6, cada um deles com dois pontos; e Roraima - estado de menor densidade populacional (0,4) - ao qual coube apenas um ponto. No 2º. caso, encontra-se a região sudeste, onde, para uma densidade total de 108,5, estão previstos 80 pontos. de modo a possibilitar uma adequada distribuição espacial. Nesta região, o estado de Minas Gerais, com densidade de 27,0, ficou com vinte e dois pontos, o Rio de Janeiro, com densidade de 22,0, com quatorze pontos e São Paulo, com densidade de 55,0, com trinta e nove pontos².

Para a escolha das localidades foi avaliada a proposta de Nascentes em *Bases para a elaboração do atlas lingüístico do Brasil*, tendo-se chegado a cento e cinquenta e duas localidades coincidentes com os seiscentos e seis pontos por ele sugeridos em 1958.

Também a rede de pontos dos atlas regionais publicados foi levada em consideração, registrando-se quarenta e quatro casos de coincidência, as-

² Os dados são do Censo de 1991.

sim distribuídos: nove localidades constam também do *Atlas Prévio dos Falares Baianos*, duas do *Atlas Lingüístico de Sergipe*, vinte do Esboço de *Atlas Lingüístico de Minas Gerais*, cinco do *Atlas Lingüístico da Paraíba* e oito do *Atlas Lingüístico do Paraná*.

Quanto às localidades escolhidas, deixando-se de considerar, como prioritários, critérios como antigüidade e grau de isolamento com relação a centros mais desenvolvidos na região, consideram-se, além da distribuição espacial:

a) a existência de zonas dialetais já delimitadas através de pesquisas anteriores - como, por exemplo, aquelas resultantes da publicação de atlas regionais, como a área do 'falar baiano'³, compreendida por Bahia, Sergipe e parte setentrional de Minas Gerais; ou os falares 'baiano', 'mineiro' e 'paulista', encontrados em Minas Gerais⁴.

b) a importância da localidade no Estado ou na região, incluindo-se, por exemplo, cidades de grande e médio porte, lingüísticamente representativas como as capitais de Estado, entre as quais se excluem apenas duas: o Distrito Federal - em vista da data de sua criação e, em consequência, do fato de ter população proveniente ou descendente de diversos pontos do país - e Palmas, capital do Tocantins, cidade ainda em formação, sem habitantes nela nascidos;

c) os limites interestaduais e internacionais.

A recolha de novas amostras em localidades anteriormente pesquisadas, com o registro de outros informantes, apesar das diferenças metodológicas entre os inquéritos realizados para a elaboração dos atlas regionais e os que se prevêem para o AliB, fornecerá, certamente, dados importantes para a análise da mudança fônica em tempo real de curta duração, em estudo do tipo do que Labov (1994: 84-85) identifica como *trend study*.

Como é a norma em trabalhos desse tipo - a não ser naqueles em que se considera a oposição entre diatopia estática e diatopia dinâmica -, os informantes devem ser naturais da região lingüística pesquisada, da qual não se tenham afastado por mais de 1/3 de suas vidas, filhos de pais preferentemente da mesma região lingüística que eles. Os afastamentos e tempos de permanência fora da localidade devem ser controlados pela ficha do informante.

3 O 'falar baiano' na proposta de Nascentes (1953: 25-26) compreenderia também o oeste de Goiás e parte do atual Tocantins, áreas sobre as quais ainda não dispomos de dados.

4 Cf. Zágari, Mário Roberto (1998).

A variação social

O perfil estabelecido para os informantes do ALiB afasta-se daquele que Chambers e Trudgill (1994: 57) identificam como NORM (*nonmobile, older, rural male*) - ou HARAS (homem, adulto, rurícola, analfabeto e sedentário), na versão sugerida por Zágari (1998) -, inserindo-se na metodologia contemporânea da Geolinguística pluridimensional. Consideram-se, portanto, sistematicamente, na seleção dos informantes, as variáveis gênero e faixa etária, incluindo-se, no grupo dos representantes das capitais, também o grau de escolaridade.

Para a depreensão da variável diagenérica ou diassexual, os 1.104 informantes devem distribuir-se igualmente pelos dois sexos, perfazendo um total de 552 homens e 552 mulheres, dois informantes masculinos e dois femininos em cada localidade, e, nas capitais, onde o número se eleva para oito informantes, quatro masculinos e quatro femininos.

Do ponto de vista geracional, o Projeto ALiB contempla, em cada localidade, duas faixas distanciadas entre si pelo menos 20 anos - uma mais jovem, de 18 a 30 anos, e uma mais velha, de 50 a 65 anos, de modo a obter dados que possibilitem a análise da variação ou, se for o caso, da mudança em tempo aparente.

Deixa-se de incluir, por razões operacionais - para não aumentar demasiadamente o número de informantes, dificultando a tarefa que já se apresenta bastante onerosa - o grupo intermediário de 31 a 50 anos, apesar da importância que se atribui a essa faixa em trabalhos de natureza sociolinguística, quer como mantenedora de um padrão mais conservador, em geral aquele de maior prestígio, quer, em alguns casos, como usuária das variantes mais inovadoras.

Do ponto de vista estratégico, priorizam-se o grau de escolaridade e a inserção do informante no contexto social local, com endereço e profissão definidos, evitando-se indivíduos que, por qualquer motivo, encontrem-se marginalizados pela comunidade.

Quanto à escolaridade, entende-se que o tipo representativo de cada localidade não deve situar-se nos graus extremos de formação escolar, optando-se por indivíduos não analfabetos e que tenham cursado, no máximo, até a 4a série. Excetuam-se as capitais de estado, onde os oito informantes se distribuem por dois níveis de escolaridade: quatro devem ter cursado apenas até a 4a. série do ensino fundamental, como os das demais localidades, e quatro devem ter a escolarização universitária, permitindo o confron-

to entre dois grupos da mesma área, diferenciados estraticamente.

A inclusão da variável diastrática em todas as localidades não se mostrou viável, em razão das possibilidades reais da pesquisa em nível nacional, não apenas quanto ao número de informantes, mas também pela dificuldade de se encontrar informante com escolaridade de 3º grau, que preencha todos os outros requisitos exigidos, em todos os pontos da rede.

Ainda sobre o aspecto estrático, para que se obtenham dados sobre a inserção do informante no ambiente sociocultural em que vive, incluem-se em uma ficha informações sobre a sua profissão (inclusive dos pais e cônjuge), a sua renda individual ou familiar, o contato que mantêm com os meios de comunicação (TV, rádio, jornal, revista), as suas diversões preferidas (cinema, teatro, esportes, etc.) e, se for o caso, a sua participação em atividades religiosas.

Para minimizar as interferências lingüísticas de outras áreas, em termos de contato pessoal, já que o rádio e, principalmente a TV, promovem, hoje, o conhecimento das mais distantes regiões e, conseqüentemente, de diferentes variantes, serão evitados informantes cuja ocupação ou profissão requiera grande mobilidade (como, por exemplo, caminhoneiros, militares, etc.).

A variação diafásica

A variação diafásica, especialmente nos níveis fônico e morfossintático, poderá ser analisada, nos dados do ALiB, a partir do confronto entre os diferentes tipos de registros previstos, a saber:

a) as respostas às indagações do inquiridor, no diálogo dirigido que constitui a maior parte do inquérito lingüístico e que, como sabemos, apresentam, muitas vezes, algum grau de tensão e formalidade, sobretudo nos momentos iniciais;

b) o relato do informante, em elocuições mais descontraídas e mais coloquiais, sobre um momento marcante de sua vida (relato pessoal), a atuação política de um governante ou um programa de televisão (comentário), o seu próprio trabalho (descrição) e um fato de seu conhecimento (relato não-pessoal), temas a serem sugeridos pelo inquiridor, na parte final do inquérito;

c) a descrição de gravuras, procedimento previsto para o registro de variantes morfossintáticas;

d) a leitura de uma versão adaptada da parábola conhecida como 'Parábola dos Sete Vimes'.

Embora restritas a determinados fatos, as diferenças de registro podem fornecer elementos para análise da variação diafásica, como observado em inquéritos experimentais, inclusive no discurso de informantes de baixo grau de escolaridade, onde as variantes estigmatizadas - a africada palatal, dita ‘baiana’, em vocábulos como *muito doido*, por exemplo - aparecem com maior frequência nos trechos em que o informante fala livremente, seja para desenvolver um tema sugerido pelo inquiridor, seja por iniciativa própria, comentando uma resposta anteriormente dada, do que nas respostas monovocabulares ao questionário.

Exemplifica o fato o trecho a seguir, registrado em Salvador a uma informante de 60 anos, com escolaridade até a 3a. série do ensino fundamental, que assim explica a diferença entre dois terrenos:

“A diferença é que o de cá tem [¹ mũ tʃe] argila, [¹ mũ tʃe] ... aí não há condições da... das fruta podê sai, que só... só é pedra, num... num é terreno assim... bem úmido, pras que as fruta venham... venham....”,

apesar de, quando diretamente perguntada pelo “contrário de pouco” (Questionário fonético-fonológico, perg. 77), haver preferido a variante padrão [¹ mujtU].

Varição diarreferencial

A variação diarreferencial, que busca relacionar a língua-objeto, documentada no discurso do informante, e o conhecimento deste sobre a sua realidade lingüística, pode ser depreendida a partir das respostas a seis questões de natureza metalingüística sobre o modo de falar local, as pessoas que ‘falam diferente’ na localidade ou em outras áreas, e os exemplos que, segundo o informante, marcam essa diferença.

O confronto entre as realizações efetivamente ocorridas e o julgamento do falante permitirá avaliar o prestígio atribuído a algumas variantes ou a sua estigmatização.

1. O Questionário

Um outro aspecto a considerar dentro da metodologia do ALiB é a constituição do questionário, que, ao contrário do que tradicionalmente tem sido feito, não se limita às questões de ordem semântico-lexical e fonético-

fonológico, mas contempla também o nível morfossintático, contém questões de pragmática, temas para discursos semidirigidos e questões sobre a própria língua, buscando, como vimos, dados para a análise da diarreferencialidade.

Para que se obtenham, em todo o país, respostas inteiramente intercomparáveis, todas as perguntas são previamente redigidas, cabendo, no entanto, ao inquiridor fazer as adaptações necessárias à realidade da área a inquirir ou a uma resposta anteriormente ouvida.

Algumas vezes, a própria redação já contém duas hipóteses de pergunta, como, por exemplo, a questão de nº. 84 do Questionário Semântico-Lexical (QSL), referente a *sanguessuga*:

*“Como se chama aqui um bichinho que se gruda nas pernas das pessoas quando elas entram num **banhado** ou **córrego** (cf. item 1)?”.*

Esse redação prevê que o inquiridor aproveite, em sua indagação, o vocábulo - *banhado*, *córrego* ou um outro -, utilizado pelo informante como resposta à pergunta *“Como se chama aqui um rio pequeno, de uns dois metros de largura?”* (perg. 01).

Questionário semântico-lexical

Do questionário semântico-lexical (QSL) constam 202 questões que se distribuem por 14 áreas semânticas, a saber: acidentes geográficos; fenômenos atmosféricos; astros e tempo; atividades agropastoris; fauna; corpo humano; ciclos da vida; convívio e comportamento social; religião e crenças; jogos e diversões infantis; habitação; alimentação e cozinha; vestuário e acessórios; vida urbana.

As questões foram selecionadas com o objetivo de documentar o registro coloquial do falante, buscando as formas de emprego mais geral na localidade, sem priorizar regionalismos, arcaísmos ou linguagens especiais de grupos, tendo-se desprezado perguntas a respeito de flora, fauna, acidentes geográficos, costumes ou objetos característicos exclusivamente de determinadas regiões, como, por exemplo, *geada*, *neve*, *tipos de abóbora*, *danças regionais*.

Incluem-se, porém, perguntas referentes a formas que se revelaram de interesse do ponto de vista lexical nos atlas publicados, quer pela riqueza

sinonímica que apresentam, quer pela indicação de áreas dialetais, como, por exemplo, a que apura a denominação para a *Parte terminal da inflorescência da bananeira* (perg. 44), cujos resultados, cartografados no APFB (carta 32), no ALS (carta 33) e no ALPR (carta 45), revelam, com relação a *buzo*, *buzá*, *buzina*, a predominância, na área baiana limítrofe com Sergipe, estendendo-se em uma faixa em direção oeste, a presença, no estado de Sergipe, em todas as localidades à exceção de uma, e a ausência no Paraná.

Questionário fonético-fonológico

O questionário fonético-fonológico (QFF) é constituído de 170 questões, 159 especialmente dirigidas à apuração da alofonia diatópica, diastrática, diageracional ou diafásica, e 11 questões de prosódia.

Têm como objetivo o levantamento de fatos de caráter diatópico, entre outras, as questões sobre: (a) o timbre das vogais em distribuição inacentuada - como em *televisão* (perg.04), *mentira* (perg.106), *borboleta* (perg. 46), *tomate* (perg. 30); (b) a realização das consoantes em coda silábica - como em *caçca* (perg. 31), *desvio* (perg. 69), *torneira* (perg. 12), *calor* (perg. 61), *almoço* (perg. 19), *sol* (perg. 58); (c) a variação entre oclusivas dento-alveolares e africadas palatais diante de vogal alta - como em *noite* (perg. 55) e *tarde* (perg. 62).

Para a análise da variação diastrática incluem-se, por exemplo, questões sobre: a emissão sincopada de formas proparoxítonas - como *fósforo* (perg. 15) ou *sábado* (perg. 60); e, sobre a variação diafásica, o apagamento de consoantes em final de palavra - como em *varrer* (perg. 18), *calor* (perg.61) - e do /d/ em formas gerundivas - como em *remando* (perg.52), *dormindo* (perg. 148).

O questionário morfossintático (QMS) contém 49 questões, tanto destinadas à apuração da variação diatópica quanto à diastrática ou diafásica. No primeiro caso, encontra-se, por exemplo, a pergunta sobre o uso de tu ou você como pronome sujeito (perg. 24), assim formulada: “*Quando se vê um amigo com uma mala e se quer saber para onde ele vai, como é que se pergunta?*”.

Como exemplo de perguntas dirigidas à apuração da variação diastrática, podem-se citar as referentes à flexão de número de *lápiz*, *anel*, *avental*, *pão*, *mão*, *leão*, *degrau*, *flor*, *chapéu*, *anzol*, olho, apuradas, de forma indireta, através da descrição de gravuras.

A variação diafásica pode ser percebida através da variação entre nós e a gente, em questões como: “*O que fazem vocês no fim-de-semana?*” (QMS, perg. 26).

As questões de prosódia visam ao levantamento das diferenças entonacionais entre diversas áreas brasileiras em frases interrogativas, afirmativas e imperativas, dados que poderão vir a confirmar a divisão proposta por Nascentes (1953) entre falares do norte e falares do sul.

O Questionário do ALiB, em sua primeira versão, foi publicado pela Universidade Estadual de Londrina, em 1998. Após aplicação em inquéritos experimentais que se realizaram em diversas áreas do país e análise dos resultados, discutidos em reuniões nacionais, foi publicada em 2001, também pela UEL, a versão considerada final, que será utilizada na recolha dos dados.

Questões de Pragmática

Em número de quatro, essas questões pretendem apurar as formas de tratamento utilizadas para chamar a atenção de alguém desconhecido, do mesmo gênero e da mesma faixa etária do falante ou de gênero e faixa etária diferentes, em questões do tipo: “*Um objeto (carteira, lenço) caiu do bolso de um rapaz jovem e ele não viu. Como um outro rapaz jovem chama a atenção desse rapaz?*”.

Apresentação dos dados

Do ponto de vista da apresentação de dados lingüísticos também pretende o ALiB inserir-se entre os atlas mais modernos, fornecendo, como os chamados atlas de 2a. geração, além das cartas lingüísticas propriamente ditas, estudos interpretativos sobre alguns dos aspectos cartografados. E, seguindo a tendência contemporânea, acrescentar aos dados cartografados informações de natureza acústica que permitam o acesso direto à voz do próprio informante em sincronização com a indicação do ponto onde ele se situa, ou de exibição, via *internet*, de cartas e localização de pontos de inquérito e respectivas ocorrências registradas, como nos denominados atlas de terceira geração⁵.

5 Cf. Atlas Linguistique de la Corse, sob a responsabilidade de Jean Philippe Dalbera. Nesse sentido trabalham pesquisadores franceses para formar com as equipes de Nice/Ajaccio um polo especializado para a constituição de bases de dados e de organização de programas específicos dessa nova metodologia que possam ser transferidos a outras equipes, sem dificuldade

Em resumo, podemos repetir o que consta da apresentação do Projeto ALiB:

“O Atlas Lingüístico do Brasil, ao tempo em que prioriza a identificação espacial dos fenômenos, se propõe não só manter sob controle certas variáveis sociais dos informantes, como também fornecer comentários e estudos interpretativos que acompanharão as cartas e, ainda, tentar estabelecer via internet um sistema de consulta à distância que faculte ao leitor o conhecimento de formas ou usos languageiros e também lhe dê a possibilidade de ouvir, de viva voz, as realizações daquela área cartografada e selecionada para audição. Do ponto de vista da orientação teórica, pretende ser o ALiB um atlas de terceira geração, reunindo, assim, às informações lingüísticas cartografadas, estudos e comentários às cartas e oferecendo as facilidades de acesso aos dados “vivos” por meio do que os franceses identificam como um ‘atlas informatisé et parlant’”.

Referências bibliográficas

- AGUILERA, Vanderci de Andrade (1996) *Atlas lingüístico do Paraná* (ALPR). Curitiba: Imprensa Oficial do Estado.
- ARAGÃO, Maria do Socorro; MENEZES, Cleusa Bezerra de (1984). *Atlas lingüístico da Paraíba* (ALPB). I-II. Brasília: Universidade Federal da Paraíba: CNPq, 1984.
- COMITÊ NACIONAL DO PROJETO (2001). ALiB. Atlas Lingüístico do Brasil: questionários 2001. Londrina: Ed.UEL.
- FERREIRA, Carlota; MOTA, Jacyra; FREITAS, Judith; ANDRADE, Nadja; CARDOSO, Suzana; ROLLEMBERG, Vera; ROSSI, Nelson. (1987). *Atlas lingüístico de Sergipe* (ALS). Salvador: UFBA-FUNDESC, .
- LABOV, William (1994). *Principles of linguistic change*. v. I - Internal Factors. Cambridge: Blackwell.
- MOTA, Jacyra. Variação diatópica e variação social no Atlas Lingüístico do Brasil. In: MOURA, Denilda (Org.). *Os múltiplos usos da língua*. Maceió: EDUFAL, 1999. p.141-144.
- NASCENTES, Antenor (1953). *O linguajar carioca*. Rio de Janeiro: Simões.
- NASCENTES, Antenor (1958). *Bases para a elaboração do atlas lingüístico do Brasil*. Rio de Janeiro: Casa de Ruy Barbosa, v. I.
- RIBEIRO, José; ZÁGARI, Mário; PASSINI, José; GAIO, Antônio (1977). *Esboço de um atlas lingüístico de Minas Gerais* (EALMG). I. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa: Universidade Federal de Juiz de Fora.
- ROSSI, Nelson; FERREIRA, Carlota; ISENSEE, Dinah (1963). *Atlas prévio dos falares baianos* (APFB). Rio de Janeiro: INL-MEC.
- THUN, Harald (2000). Atlas linguistique et variabilité - Introduction à la table ronde. In: XXIIe. Congrès International de Linguistique et de Philologie Romanes, 1998, Bruxelles, Actes...v. III, Tübingen: Max Niemeyer Verlag. p. 407-409.
- ZÁGARI, Mário Roberto L.(1998). Os falares mineiros: Esboço de um Atlas Lingüístico de Minas Gerais. In: Aguilera, Vanderci. *A Geolingüística no Brasil*. Londrina: Editora UEL. p. 31-54.

**CONCURSO: O QUE É SER LINGÜISTA -
TRABALHOS PREMIADOS**

**PROFISSÃO: LINGÜISTA BRASILEIRO (A) -
REFLEXÕES SOBRE SUA IDENTIDADE E ATUAÇÃO**

Ana Clara Eufrásio

O LINGÜISTA: ABÁ-PE AÎPÓ?¹

Pseudônimo: Nuno Lis

*“Ca a uerdade dizer / odereyto nome da Jnssoa / nõ ha nome de Cadiz. mais
Guadiz. Ede Guadiz ha o mar nome Guaditaneo ! mais os home)e)s tolherõ o
nome áa Inssoa Guadiz ! e chamana Cadiz / porque lhis semelha onome chus
fremoso.”²*

PROFISSÃO: LINGÜISTA BRASILEIRO (A) - REFLEXÕES SOBRE SUA IDENTIDADE E ATUAÇÃO

Ana Clara Eufrásio

Traçar o perfil do(a) profissional de Lingüística configurou-se como um empreendimento repleto de desafios. Além dos complexos aspectos conceituais envolvidos na descrição da profissão, apresentaram-se os riscos da homogeneização, oriundos tanto do prestígio das vertentes *mainstream*¹ da Lingüística como de armadilhas inerentes à própria linguagem.

Quanto à Lingüística *mainstream*, cujo prestígio se impunha como modelo para a caracterização de um dado profissional, optei por apresentar perspectivas gerais de várias vertentes da Lingüística. Apesar disso, reconheço o risco da exclusão que se corre quando se procede a um recorte teórico. Em relação às imposições da língua, cujo masculino genérico me dificultou falar com mais tranquilidade também sobre a profissional de Lingüística, decidi adaptar ao meu estilo certas estratégias, como a inclusão da desinência de gênero feminino entre parênteses², embora muitas vezes, em favor da legibilidade, o recurso genérico seja empregado.

Além disso, partindo do pressuposto de que não há sujeito sem história e sem sociedade, resolvi pensar no perfil de um(a) lingüista em atuação na sociedade brasileira contemporânea.

O percurso conceitual, portanto, não é simples e exigiu incursões na história dos interesses pelos estudos da língua, na diversidade que hoje constitui a ciência lingüística, nas questões éticas implicadas nos estudos da linguagem, na dinâmica sócio-econômica da sociedade brasileira e em questões políticas relativas ao fenômeno da linguagem.

1 Recorro aqui a um empréstimo da expressão inglesa *linguistics mainstream*, que se refere às áreas mais tradicionais e prestigiadas da ciência lingüística.

2 Atualmente, diversos teóricos do mundo anglofônico, reconhecendo os preconceitos inscritos na língua, adotam a estratégia do feminino genérico, quando do uso de pronomes em referência a um antecedente sem gênero definido. Por exemplo, em referência a *linguist* [lingüista], numa perspectiva genérica, emprega-se o pronome feminino ao invés do tradicional masculino (e.g. If a linguist wants to apply a theory, which principles she should follow? [Se um lingüista quiser aplicar uma teoria, que princípios *ela* deveria seguir?]).

1. Uma longa história de interesses pela língua

A linguagem humana tem sido objeto de teorização desde épocas remotas. Os interesses que governavam os primeiros estudos, no entanto, são diferentes daqueles que orientam os trabalhos da lingüística. Já na Grécia Antiga, Platão, dedicando-se ao estudo da natureza e dos efeitos da linguagem, chegou a excluir os poetas da república ideal, espaço criado a partir do juízo dos filósofos para o perfeito exercício da democracia e da justiça (Rajagopalan, 2000). No mundo oriental, o desejo de um contato mais íntimo com Deus motivou uma série de estudos realizados pelos antigos hindus sobre o sânscrito, a sua língua sagrada (Orlandi, 1993). Na América do Sul, a catequese dos índios modelou estudos gramaticais sobre as línguas indígenas, desenvolvidos principalmente com o objetivo da doutrinação.

A Lingüística, que viria a se estabelecer como ciência no início do século XX, com a publicação do Curso de Lingüística Geral, de Ferdinand de Saussure, nasce com objetivos distintos da *condenação* platônica e da *doutrinação* religiosa. Enquanto ciência, a Lingüística firma-se com o propósito de *descrever* o funcionamento da linguagem verbal humana, em clara oposição à longa tradição de estudos que *prescrevem* como deve ou não deve ser a linguagem, os quais se verificam ainda hoje em certas gramáticas e reflexões de domínio público.

O primeiro desafio que se apresenta ao(à) profissional de Lingüística, em especial àquele(a) em formação nas diversas graduações em Letras deste país, diz respeito à natureza das teorias que orientam a prática profissional. Verifica-se, mesmo na universidade, um sem número de reflexões, em geral baseadas no senso comum, que *prescrevem* usos para a linguagem, ditam conceitos de certo e errado, reforçando uma série de preconceitos. Tal postura não científica nega um dos princípios mais básicos do fazer científico (ou seja, o princípio explicativo, não dogmático) e impede uma postura investigativa, própria daqueles que fazem um estudo científico de qualquer natureza.

2. Da lingüística saussuriana às lingüísticas atuais

A ciência lingüística enquadra-se no escopo das ciências humanas, ou seja, daquelas que investigam o sentido das coisas (Fiorin, 2001:16). A linguagem verbal, dentro do contexto maior das atividades simbólicas humanas, tem sido o palco da construção de significados que norteiam o pensar e o agir humanos. É justamente esse palco, complexo e heterogêneo, que tem sido o

objeto de reflexão da ciência lingüística ao longo dos seus quase cem anos.

No interior da própria Lingüística, encontramos abordagens e orientações diversas dadas aos estudos dos fatos lingüísticos. Cada uma dessas abordagens procede a um trabalho de delimitação de seu objeto, i.e., estabelece um recorte relativamente ao fenômeno de linguagem que se propõe a estudar. Os princípios e métodos do(a) profissional de Lingüística, naturalmente, se darão de acordo com a singularidade da abordagem escolhida.

O estruturalismo, corrente lingüística que coincide com o surgimento da Lingüística, centra a sua análise no estudo da língua enquanto sistema. Ao estabelecer os seus recortes, a abordagem estruturalista faz uma escolha pelo estudo da língua em abstrato (i.e., a *langue* em oposição à *parole*) analisada num recorte de tempo, ou seja, em um estado sincrônico. Esses estudos, que observam a língua numa perspectiva imanente, desenvolveram-se em especial nos campos da fonologia e da morfologia, com relevantes estudos descritivos das línguas em geral, inclusive das línguas indígenas.

Até os anos 50, o estruturalismo foi hegemônico nas reflexões lingüísticas (Orlandi, 1993). A teoria estrutural observou um franco aperfeiçoamento não apenas na Europa ocidental, mas também na Rússia, com as teorias funcionalistas da comunicação, oriundas das reflexões de R. Jakobson e, nos EUA, com o desenvolvimento do distribucionalismo por L. Bloomfield.

O propósito de uma lingüística imanente, preocupada com o falante ideal, foi abraçado por N. Chomsky, com os postulados da teoria gerativa. Baseado no racionalismo, Chomsky afirma que os seres humanos nascem com uma capacidade natural para o uso da linguagem e cabe ao lingüista explicar os princípios que subjazem a esse uso (Orlandi, 1993). Ainda hoje, hipóteses gerativas são empregadas no estudo da linguagem, em especial nos domínios da sintaxe.

No domínio das ciências cognitivas, outras teorias lingüísticas, opoentes ou não ao gerativismo, têm experimentado um grande desenvolvimento nas duas últimas décadas. Dentre elas, tem-se a Lingüística Cognitiva, inaugurada na década de 80 com o lançamento do livro *Metaphors we live by*, por G. Lakoff e M. Johnson. Segundo a lingüística cognitiva, a linguagem reflete nossa experiência com o corpo e com o mundo e sua estrutura é basicamente metafórica. Outros estudos da relação linguagem-pensamento vêm sendo desenvolvidos nas últimas décadas, consolidado uma nova vertente lingüística: a Psicolingüística, que trata aquisição da linguagem e dos processos cognitivos que subjazem ao uso da língua.

Atualmente, novas teorias têm negado a postura imanente adotada pelo estruturalismo e pelo gerativismo, propondo a articulação dos fenômenos lingüísticos com fenômenos mais amplos, como os sociais, históricos e ideológicos. Nessa orientação, métodos e teorias diversos têm-se desenvolvido.

Estudando a língua como reflexo da configuração da sociedade, a Sociolingüística é uma das teorias lingüísticas que assumem em suas reflexões o falante real, em condições sociais de produção de significado. Sob esse foco é que se desenvolveram os estudos pioneiros da variação lingüística por W. Labov, que ofereceram aplicação concreta ao ensino de línguas para as classes menos favorecidas dos Estados Unidos. No caso do Brasil, a pesquisa sociolingüística já soma um *impressionante acervo de descrições do português que aqui se fala e um quadro relativamente bem delineado da complexa realidade lingüística de um país em que se fala perto de 180 línguas (Faraco, 2001)*, além de importantes contribuições ao ensino de língua portuguesa.

Um dos campos de estudo da Lingüística que se preocupa com o fenômeno da significação é a Pragmática. Várias noções são acrescentadas pela Pragmática ao estudo desse fenômeno, como é o caso das máximas conversacionais, postuladas por P. Grice, e das ações que se praticam através da língua, desenvolvidas pioneiramente por J. L. Austin.

Dentre as vertentes da Lingüística que consideram questões sociais no estudo dos fatos da língua, encontra-se a Análise de Discurso. A reflexão promovida pela Análise de Discurso incorpora a noção de discurso, que envolve tanto questões lingüísticas como ideológicas. Os estudos das manifestações da linguagem se dão sempre considerando quem a enuncia, para quem a enuncia e em que contexto sócio-histórico-ideológico a enunciação acontece. Trata-se de uma teoria crítica, que dialoga com teorias advindas de outras disciplinas, como a Sociologia e a Psicanálise.

Há ainda outras tendências que não foram incluídas nesta rápida análise panorâmica. O objetivo principal desta fotografia foi o de mostrar o estado abrangente em que se encontra a ciência lingüística e a sua heterogeneidade de métodos e discursos. O(A) profissional que se insere nesta ciência naturalmente deve escolher dentre os diversos métodos e orientações aqueles que melhor se adequam ao fenômeno de linguagem a ser investigado. No entanto, como exigência que se apresenta a qualquer indivíduo que viva em meio a diversidade, o(a) profissional de Lingüística deve estar aberto(a) à pluralidade e reconhecer que coabitam nesse domínio ci-

entífico uma diversidade de métodos para a explicação dos fatos da língua.

3. A questão ética nos estudos da linguagem

Os vários domínios da ciência, em especial os experimentais, têm obtido um grande avanço no século XX. Com o aumento das tecnologias da informação, o fazer científico tem enfrentado imperativos éticos postulados de uma posição além dos muros acadêmicos. A imprensa, guiada por interesses de várias razões, tem assumido o papel de porta-voz, ora da sociedade, ora da ciência, no que diz respeito a implicações éticas envolvendo, por exemplo, a pesquisa genética.

No entanto, dada a natureza corriqueira e sutil do objeto da Lingüística, o discurso ético não se configura como um imperativo posto pelos segmentos sociais. Aliás, em se tratando de reflexões sobre a língua, a sociedade em geral desconhece a existência de uma ciência da linguagem (Faraco, 2001). Assim, questões como a educação indígena, cujas orientações teóricas apresentam sérias implicações para aqueles que serão beneficiados, em geral, caminham isentas de uma reflexão maior por parte dos teóricos relativamente às conseqüências que suas escolhas podem causar. E é no campo das escolhas que reside a ética.

Discuti no tópico anterior a necessidade de uma visão plural por parte do(a) profissional de Lingüística. Não quero com esta afirmação propor o ecletismo e a fragmentação na formação do lingüista. Ao contrário, defendendo que a abertura à interdisciplinaridade pode provocar reflexões maiores em torno das escolhas, e isso significa agir eticamente. Em se tratando da educação lingüística do índio, por exemplo, mais eficaz do que a simples aplicação de uma dada teoria pautada no letramento, seria o confronto da mesma com o discurso crítico da Análise de Discurso e mesmo com o discurso da Etnografia.

4. Desafios que a sociedade apresenta ao(à) profissional de Lingüística

Acredito que a vocação dos resultados da pesquisa lingüística não seja a estante das bibliotecas universitárias. No mesmo sentido, vejo o profissional de lingüística como detentor de uma voz e de um saber que se aplicam para além dos muros da academia.

Observamos atualmente uma discussão contundente acerca da questão teoria/prática na pesquisa lingüística, o que tem provocado uma reflexão

em torno da própria natureza da Língua em suas vertentes teórica e aplicada. Como a separação entre teoria e prática não passa de mera abstração, acredito que a teoria lingüística produzida no Brasil hoje deve prever, minimamente, uma aplicação à realidade socio-político-econômica que se nos apresenta. Este é um dos desafios sociais ao profissional de Língua.

Vivemos atualmente numa sociedade batizada de pós-moderna, marcada pelo fenômeno da globalização econômica e cultural. Convivemos com muitas das mazelas que esse fenômeno tem reservado aos países periféricos, quais sejam o desemprego, a recessão econômica e a injustiça social. A aplicação das teorias lingüísticas, que é uma das responsabilidades fundamentais do trabalho do(a) lingüista, insere-se nessa dinâmica socio-econômica. Dada a (oni)presença da linguagem nesses fenômenos políticos, sociais e econômicos, a ação do(a) lingüista deve ser consciente de sua influência.

Ao longo do processo de instauração dessa dinâmica social, a linguagem atua como importante elemento simbólico, sendo ao mesmo tempo instrumento e palco da construção dessa realidade. Apenas mencionando um dos processos em que a linguagem é constitutiva, tem-se a difusão do inglês como língua internacional. É evidente que a proliferação da língua inglesa não é um fenômeno meramente lingüístico; se uma língua é uma bandeira de conotações políticas e ideológicas (Rajagopalan, 1999³), então os efeitos que esse fenômeno podem causar nas minorias lingüísticas não são meramente de mudança de hábitos lingüísticos. Diante dessa questão, a Língua, ao lado de outras ciências, tem desenvolvido teorias que, ao refletirem sobre os efeitos desse fenômeno, constituem-se como importante contraponto na construção dessa realidade.

Discutindo o papel da pesquisa em Letras e Língua na constituição do Mercosul, J. Fiorin critica a função que se tem atribuído aos profissionais da área, que teriam o papel de *domesticadores do homem submetido à brutal acumulação de capital que se processa* (2001:16). Ou seja, a relevância social dos pesquisadores da linguagem residiria em sua missão de *consolar a humanidade que sofre a miséria material e a degradação da qualidade de vida, (...) dando colorido ao mundo* (id. *ibid.*).

Ora, a pesquisa lingüística que se tem feito aponta justamente para uma aplicação social oposta a essa. Desvendando os mecanismos lingüísticos que participam da construção da realidade opressora, o discurso da Língua-

3 Apud Rajagopalan (s/d)

tica possui o potencial de contra-argumentar, de resistir aos discursos homogeneizantes, enfim, de lutar pela participação nesse processo de construção social. A esse respeito Fiorin tece os seguintes comentários:

É preciso pensar uma nova essencialidade para as Letras e a Lingüística, não a essencialidade ditada pelo mercado, mas uma essencialidade voltada para a sociedade considerada em sua totalidade. É preciso mostrar que as Letras e a Lingüística têm um papel a exercer na construção do mundo. (2001: 17)

Como a reflexão aqui centra-se na atuação do(a) lingüista, cabe lembrar que o papel atribuído por Fiorin à pesquisa em *Letras e Lingüística* na *construção* do mundo trata-se de um processo metonímico que, evidentemente, pressupõe o papel de sujeitos construtores.

5. Das ações políticas do(a) lingüista

Discutindo as complexas relações entre linguagem e poder, M. Gnerre afirma que *a linguagem constitui o arame farpado mais poderoso para bloquear o acesso ao poder* (1998: 22). Em nossa recente história política, existe um exemplo clássico do uso da linguagem como arma de bloqueio ao poder. Nas eleições presidenciais de 1989, dentre outros argumentos preconceituosos contra o candidato Luis Inácio Lula da Silva, havia o de que ele seria politicamente incapaz devido a (desprestigiada) variedade lingüística que dominava. A eficácia desse argumento na derrota de Lula em favor de um outro candidato que dominava uma variedade lingüística de prestígio revela que as questões de linguagem são também questões políticas.

Ao lado das ciências naturais, a ciência lingüística tem alcançado resultados capazes de derrubar poderosos argumentos arraigados no preconceito, como o de que o não domínio de uma norma culta é sinônimo de incapacidade intelectual. No entanto, ao contrário das ciências da natureza, cujas novas hipóteses têm obtido uma certa evidência nos discursos de divulgação da mídia, *a lingüística permanece invisível e inaudível para a sociedade em geral* (Faraco, 2001).

Enquanto isso, o poderoso discurso mítico sobre a língua continua reforçando seus preconceitos e reinando absoluto nos vários segmentos da

sociedade. Os conselheiros gramaticais, que no dizer de Marcos Bagno se auto intitulam filósofos da língua, utilizam de seu (grande) espaço na mídia para defender um absurdo modelo único de língua, que rejeita a variação e desconhece a lógica das línguas naturais. Sobre os efeitos na sociedade desses discursos tradicionais, Faraco (2001) comenta que:

Essas colunas semanais, embora inócuas para o que se propõem, têm um efeito lastimável sobre nossa auto-estima linguística (fica sempre a imagem de que não sabemos falar e isso tem resultados negativos de grande monta para o cidadão em geral e para a educação linguística em particular). Elas têm também um efeito desastroso sobre nossa compreensão cultural do que deve ser o cultivo de um desejável padrão de língua.

Inclusive nos segmentos que têm o poder de legislar sobre as questões sociais, o discurso da Linguística ainda não se fez perceber. O projeto de lei do deputado Aldo Rebelo, que se propõe a combater a *ameaça voraz* dos estrangeirismos à *vitalidade* da língua, já foi aprovado na câmara dos deputados e se encaminha ao senado, levando consigo o *indisfarçável desejo de controle social da pior espécie, daquele que, ignorando a heterogeneidade e a dinâmica da vida cultural, quer impor o homogêneo e o único* (Faraco, 2001).

Todas essas ações, que desconhecem o dizer científico sobre a língua, afetam a identidade linguística do cidadão e, ao propor um modelo anacrônico de língua, cristalizam preconceitos, distorcendo a visão da língua enquanto bem cultural - e o pior - reforçando o bloqueio ao poder.

Encontra-se em curso um projeto que visa a implantação de uma política linguística para o Brasil (Scliar-Cabral, 1999). O documento, que reflete os avanços da pesquisa linguística brasileira, tece importantes considerações sobre a identidade linguística do país e apresenta os direitos linguísticos do cidadão. São discutidos também os pontos de resistência à implementação de uma política linguística. Trata-se dos *preconceitos que integram uma ideologia historicamente enraizada* (Scliar-Cabral, 1999), cujos efeitos, dentre outras coisas, podem barrar a integração dos grupos linguísticos no país e dificultar o desenvolvimento da competência comunicativa pelas crianças.

Um dos pontos desse documento que mais interessam a esta discus-

são é a ênfase que recai no(a) profissional de lingüística como agente catalisador desse projeto político. Atribui-se aos lingüistas o papel de atuar na conscientização de formadores de opinião pública, professores de língua, redatores de material didático e representantes dos poderes legislativo e judiciário quanto aos direitos lingüísticos do cidadão.

A meu ver, tais atribuições refletem os desafios políticos que se apresentam aos(as) profissionais de lingüística como um todo e não apenas àqueles(as) mais diretamente ligados(as) à definição da política lingüística. Nesse sentido, comenta o lingüista C. Faraco (2001) sobre a importância da voz do(a) lingüista nessa *luta* política:

Aos linguistas, coloca-se o desafio de trabalharem essas questões todas como questões fundamentalmente políticas e de buscarem meios para projetar sua voz, contribuindo, assim, para a instauração de uma necessária guerra cultural entre os discursos que dizem a língua no Brasil.

6. Considerações finais

Os princípios e procedimentos básicos que caracterizam o trabalho de um(a) lingüista foram discutidos neste ensaio tomando por base as características mais gerais envolvidas no estudo científico da linguagem. A Lingüística atualmente conta com uma amplitude de vertentes, e os seus discursos são polifônicos, marcados pela contribuição de discursos de outras ciências. Portanto, dadas as naturais diferenças entre os princípios teóricos e metodológicos de um neurolingüista e de um analista do discurso, por exemplo, não procedi ao delineamento de *um* perfil do(a) profissional de Lingüística. Contrariamente, refleti sobre a natureza e atuação da profissão, tendo em vista aspectos mais amplos ligados ao fenômeno da linguagem humana.

De uma maneira geral, tentei mostrar que um(a) lingüista é um(a) profissional que, dada a singularidade de seus princípios teóricos, se interessa pela *descrição, explicação e/ou crítica* de fatos relacionados à língua. Aos seus princípios teóricos subjazem implicações éticas a serem consideradas tanto na teorização como na aplicação de um modelo. A atuação do(a) profissional de Lingüística não se dá no vácuo; ao contrário, insere-se numa dinâmica socio-econômica peculiar e é desafiada por questões políticas atreladas ao seu objeto de estudo, a linguagem verbal humana.

Referências bibliográficas

FARACO, Carlos Alberto (2001) Guerras em torno da língua. In *Folha de S. Paulo*, 25/03/2001.

FIORIN, José Luís (2001) Desafios e perspectivas da pesquisa em Letras e Lingüística na construção do Mercosul. In ABRALIN. *Boletim da Associação Brasileira de Lingüística. Dezembro de 1999*. Fortaleza: Imprensa Universitária (UFC).

GNERRE, Maurizio (1998) *Linguagem, escrita e poder*. São Paulo: Martins Fontes.

ORLANDI, Eni Pulcinelli (1993) *O que é Lingüística*. São Paulo: Brasiliense.

Rajagopalan, Kanavillil. (2000) Sobre o porquê de tanto ódio contra a linguagem “politicamente correta”. In SILVA, F. L. & MOURA, H. M. *O Direito à Fala: a questão do preconceito lingüístico*. Florianópolis: Insular.

_____. (s/d) *Teorizando a resistência*. Campinas: Unicamp (mimeo).

SCLIAR-CABRAL, Leonor (1999) Definição da Política Lingüística do Brasil. In ABRALIN. *Assembléia Extraordinária do 2º Congresso Nacional da ABRALIN*. Florianópolis: UFSC.

O LINGÜISTA: ABÁ-PE AÍPÓ?¹

Pseudônimo: Nuno Lis

“Ca a uerdade dizer / odereyto nome da Jnssoa / nõ ha nome de Cadiz. mais Guadiz. Ede Guadiz ha o mar nome Guaditaneo ! mais os homẽes tolherõ o nome áa Inssoa Guadiz ! e chamana Cadiz / porque lhis semelha onome chus fremoso.”²

As línguas humanas têm instigado no homem uma constante reflexão de natureza metalingüística.

Reflexão muitas vezes tirada ou “tolheyta” - para se utilizar do léxico arcaico do português, com base no fragmento medieval acima - do impressionismo pessoal do homem comum, em que a dimensão do mais belo ou do mais “fremoso” pudesse também se oferecer como explicação plausível e imediata. Guaditaneo, ontem, Mediterrâneo, hoje, conquanto o mesmo mar.

Antes de o mundo ocidental desenvolver os primeiros alicerces que viriam a constituir a lingüística moderna, nos moldes científicos em que hoje se apóia, o homem já havia articulado suas primeiras impressões sobre esse objeto complexo, plural e variável, que é a língua humana.

Veja-se que o “mais antigo tratado sobre a linguagem preservado até hoje, na Índia, é o de Yaska, um autor que viveu no IV século aC., e tem por nome *Nirukta* que significa *Explicação*” (Câmara Jr., 1990:15), embora não seja essa obra tão importante como a posterior de Pānini, sobre o sânscrito, escrita no mesmo século.

No Portugal quinhentista, homens como Fernão de Oliveira, em 1536, e João de Barros, em 1540, já apresentavam as primeiras reflexões metalingüísticas sobre o português, em que se esboçavam, em linhas gerais, a preocupação da

1 Trad.: “Quem é esse?” Cf. Navarro (1999:22).

2 Transcrição de um fragmento de um *Flos Sanctorum* do século XIV, fôlio 16r, coluna 2, linhas 12 a 18, manuscrito pergamináceo escrito em português, integrante do acervo da Divisão de Coleções Especiais da Biblioteca Central da Universidade de Brasília, originalmente trazido para o Brasil na década de 50 pelo ilustre professor e filólogo Serafim da Silva Neto, que o adquiriu, conjuntamente com o *Livro da Aves* e os *Diálogos de São Gregório*, em Portugal.

descrição das realizações fonéticas, na obra do primeiro, e a correlação dos sons da língua e sua forma escrita, como fio condutor no trabalho do segundo.

Se como artifício taxionômico se possa aceitar que só a partir de 1916 a lingüística aufero o estatuto de ciência, com a publicação do *Cours de Linguistique Générale*, de Ferdinand de Saussure, muito se deve à saga e ao trabalho precursor de alguns homens de visão que, embora condicionados ao nível de desenvolvimento social e civilizatório de sua época, formaram as bases ontológicas do despertar do homem científico contemporâneo, que perscruta sua própria linguagem e muitas vezes a de outros, sob a ótica de diferentes teorias que “podem construir objetos teóricos distintos sobre um objeto observacional que é supostamente o mesmo” (Dascal & Borges Neto, 1991:20).³

Em linhas gerais, o lingüista moderno inicia sua *cruzada* de trabalho sob a égide de uma fundamental noção de sistema, originalmente proposta por Saussure - mas só tornada pública por intermédio da compilação de notas de sala de aula de seus discípulos - que procurava correlacionar a lingüística a um objeto teórico homogêneo, que outorgasse sua autonomia enquanto ciência. E nesse ponto pode-se certamente dizer que essa estratégia obteve êxito.

Essa visão de sistema passa depois a encontrar progressivamente novas reformulações.

Embora se possa admitir que “the study of language is still in its infancy”⁴, como bem adverte Lightfoot (1999:x), em recente trabalho, muitos avanços teóricos foram conquistados pelos homens e mulheres da lingüística, desde as primeiras idéias de Saussure.

Seu processo de expansão vivenciou e continua a vivenciar diversas correntes de pensamento dos estudos lingüísticos, entre elas, as propostas gerativistas de Chomsky (1957), em seu *Syntactic Structures*, e suas posteriores e constantes reformulações teóricas, vistas por alguns como “estágios de um mesmo programa” estruturalista (Kato, 1997: 276), mas pelo

3 Dascal & Borges Neto (1991:19-20) definem objeto observacional como “a região que a teoria privilegia como foco de sua atenção”, isto é, o recorte a ser estudado, e objeto teórico como “objetivo geral de estudo (*fazer ciência*, por exemplo) e do nível de adequação pretendido”, que pode ser entendido como os princípios conceituais básicos a serem utilizados na análise.

4 Trad.: “o estudo da linguagem esteja ainda em sua infância”.

próprio autor como um rompimento com o modelo anterior, até as idéias da sociolinguística quantitativa de base empírica, aperfeiçoada por Labov, a partir do antológico artigo em co-autoria com Uriel Weinreich, seu mestre, e com Marvin Herzog, intitulado *Empirical foundation for a theory of language change*, de 1968, em que o conceito de sistema homogêneo é contrariado em prol de uma heterogeneidade sistemática da língua, que por si só pressupõe a variação.

Mas não é sobre as diversas formas de se fazer linguística nem sobre sua historiografia que se pretende aqui brevemente tratar, já que certamente se apresentaria uma lista bastante incompleta, haja vista a dimensão e a pluralidade que essa ciência atingiu no contexto mundial e não menos no Brasil. Mas, antes, esboçar algumas características e funções próprias ao linguista, nomeadamente ao linguista brasileiro, no âmbito do desenvolvimento da ciência linguística nacional.

Como se sabe, o primeiro homem a tentar implementar um curso de Linguística no Brasil foi o professor Mattoso Câmara Júnior, que, convidado para conduzir um curso na extinta Universidade do Distrito Federal, no Rio de Janeiro, em 1938, viu seu projeto, já em 1939, cerceado pelo getulismo da época (Mattos e Silva, 1998:100).

O homem brasileiro teria de esperar, como há muito esperava pelas “novidades” desenvolvidas no mundo lá fora.

Apenas em 1963, por força de lei promulgada no ano anterior, a Linguística passa a ser matéria obrigatória nos currículos universitários.

É bastante claro o entendimento de Mattos e Silva sobre o cenário em que foram formados os primeiros linguistas do País, cuja opinião, embora longa, não se furta, aqui, de reproduzir:

A Linguística Moderna, tanto pela via europeia como pela via americana, que mal aportava às nossas margens pela se-gura mão de Mattoso Câmara Jr., já estava contestada nas zonas estrangeiras de poder e é nesse contexto que explode, sem retorno possível, a Linguística Brasileira: na recusa à tradição histórico-filológica; na contestação aos ainda mal digeridos estruturalismos; já sufocada com o primeiro modelo chomskiano, o de 1957, que já se substituíra pelo modelo padrão de 1965 (1998:102-3).

Os primeiros lingüistas brasileiros em emergência, à exceção, talvez, de alguns poucos que tiveram a oportunidade de muito cedo conviverem com o desenvolvimento de teorias lingüísticas no exterior e acompanhar, *pari passu*, seu amadurecimento, iniciam, pois, sua trajetória nesse cenário multifacetado, por vezes sujeitos a conceitos e correntes suplantadas, que teriam ainda de absorver e reanalisar, no seu processo de formação.

O contexto sócio-político, com a reinstauração de uma nova ditadura, logo em 1964, viria, certamente, a condicionar o percurso do desenvolvimento intelectual e científico no Brasil.

Muitos professores, entre eles alguns que conduziam trabalhos de formação de novos lingüistas, foram, como se sabe, afastados pelo poder que, à força, se impunha, a exemplo do que ocorreu na recém-criada Universidade de Brasília, em que, havia pouco tempo, se instaurara o primeiro curso de Mestrado em Lingüística no País.

Essa conformação histórica de introdução da Lingüística no Brasil é de fundamental importância para uma primeira tentativa de caracterização do lingüista brasileiro, embora formulada na interrogativa: ainda hoje um importador das teorias desenvolvidas no exterior?

Borges Neto (1986:78) acredita que “nos voltamos para as idéias estrangeiras sem vermos para que elas nos servem, sem nos preocuparmos como o que podemos fazer com elas”. Uma compreensão há muito debatida por diversos campos do saber das ciências humanas que perpassa pela questão do sentimento de *homem historicamente colonizado*, que os constantes cerceios promovidos pelos diversos golpes antidemocráticos ajudaram a construir e que parece de certa forma ainda conduzir algumas atitudes do homem brasileiro, felizmente não sem a reação de alguns. Afinal “o homem não nasce dentro da natureza mas dentro da cultura” (Benveniste, 1976:48).

Mas como diz ainda, muito propriamente, Benveniste (1976:43) que na linguagem tudo “tem de ser definido em termos duplos”, já que “tudo traz a marca e o selo da dualidade opositiva”, assim se deveria talvez pensar sobre esse que foi aqui previamente - conquanto sob o benefício da interrogação - caracterizado como *importador de teorias*, que seja o lingüista brasileiro.

Será que, como afirma Rajagopalan (1986:85), o lingüista nacional, do ponto de vista “acadêmico-intelectual”, ainda teria de aprender a “*interpretar*, e não apenas praticar, a lingüística”?

Se por um lado parece inegável que, no Brasil, se seguem (e diga-se:

competentemente) os modelos teóricos criados e ciclicamente reformulados no exterior, por outro, já se pode falar de inovações que, mesmo sem a repercussão que uma idéia estrangeira teria em seu lugar, já foram introduzidas, no âmbito dessas teorias, por lingüistas nacionais.

Ademais, se por muito tempo o País teria vivido “uma lingüística de indivíduos” (Altman, 1998:127), percebe-se, hoje, que aos poucos se começa a estabilizar grupos bem definidos de pesquisa, voltados a estudos sobre o português, nomeadamente sua variedade brasileira, que em algum tempo possam estabelecer as “raízes para a pesquisa lingüística em nosso país”, fator considerado por Borges Neto (1986:81) como de fundamental importância para o percurso de solidificação dos estudos lingüísticos no Brasil.

Dentre as contribuições do ponto de vista teórico seja talvez um bom exemplo da capacidade do lingüista brasileiro de *interpretar* ou, melhor dizer, da habilidade de reinterpretar os modelos importados, a proposta de Fernando Tarallo (1987) de uma “sociolingüística românica paramétrica”, que procura conjugar as teorias sociolingüística e gerativista, para um melhor entendimento da sintaxe do português brasileiro, união de que, segundo Duarte (1996:160), “já se podem colher os frutos”, haja vista os diversos trabalhos já realizados e muitos, certamente, em curso, que “combinam análises quantitativas de inspiração labovianas a hipóteses de inspiração paramétrica”.

O prenúncio dessa proposta já parece transparecer num texto originalmente apresentado por Tarallo em 1984 e publicado em 1986, na Revista *D.E.L.T.A.*, cujo cerne, com a força de seu peculiar estilo metafórico, se reproduz aqui:

(...) o lingüista existente em nós deveria ser, na realidade, mais *zeligiano* que o pretendemos e o fazemos. Em outras palavras, uma certa dosagem de *falta* de personalidade acirradamente teórica poderá levar o lingüista a resultados mais condizentes com os fatos que se propõe a analisar (Tarallo, 1986:128-9).

E parece que essa pretensa *falta de personalidade* tem de fato levado a bons resultados, nomeadamente sobre a sintaxe do português brasileiro, transformando essa contra-ortodoxia teórica do lingüista nacional em uma renovação e em uma virtude *per se*, conquanto não imponha os “*laços de fidelidade* que o prendam a determinado modelo” (Borges Neto, 1986:80),

a que os lingüistas estrangeiros costumam condicionar-se.

Ainda no âmbito da Teoria da Variação Lingüística, poder-se-ia destacar o princípio de *saliência fônica*, proposto por Anthony Naro e Miriam Lemle, em trabalho originalmente escrito em inglês (Cf. Naro e Lemle, 1976), que integra hoje o inventário teórico da Sociolingüística como um todo, nomeadamente daqueles que têm rastreado os diversos fenômenos relacionados a aspectos do português brasileiro, como, por exemplo, a variação na concordância verbal e nominal, que o próprio Naro tem também levado a cabo.

Haveria outros exemplos do resultado da antropogenia brasileira sobre a elaboração de teoria lingüística que a especulação pudesse fomentar, mas que não seriam mesmo assim suficientes para alterar o quadro que o senso comum daqueles que fazem lingüística no Brasil facilmente esboçaria: importam-se as teorias, sim, mas a “ligação do brasileiro com as idéias estrangeiras é, do mesmo modo, tão tênue que ele não se sente obrigado a assumi-las de um modo mais profundo” (Borges Neto, 1986:79).

Não obstante a efemeridade ou grau de fidelidade de sua filiação a determinada corrente teórica, o lingüista brasileiro parece que tem conseguido construir uma trilha segura para o desenvolvimento da lingüística nacional, que poderia ser conjecturada em duas frentes principais de ação.

A primeira emerge daqueles que, independentemente das idéias teóricas em que se apóiem, têm no português brasileiro o seu escopo de trabalho, fazendo com que se desvende cada vez mais a realidade lingüística do País.

Observe-se que da amostra de artigos utilizados por Altman (1998), na análise de sua investigação sobre a pesquisa lingüística no Brasil de 1968 a 1988, anteriormente citado, 75% se relacionam ao português brasileiro, que conjuntamente com os 8%, que investem no estudo de línguas indígenas nacionais, definem, indubitavelmente, o campo de interesse do lingüista brasileiro. Afinal como afirmam Maurício Tapajós e Aldir Blanc, na música *Querelas do Brasil*, o “Brasil não conhece o Brasil”. E talvez seja essa a primeira meta a ser atingida por todos os campos do saber científico, nomeadamente pela Lingüística.

O projeto coordenado por Ataliba de Castilho *Para a História do Português Brasileiro*, que tem sido nacionalmente implementado, é um bom exemplo, entre outros que poderiam ser apontados, da direção que tem sido tomada nesse sentido.

Embora seja uma comportamento pertinente a todas as comunidades

do mundo, o distanciamento entre o que se ensina na escola e o uso que se faz da língua oficial assumem, no Brasil, proporções tão abissais e paradoxais aos modelos normativistas impostos, muitas vezes tão distantes do professor quanto do aluno, que só um grande esforço coletivo para o conhecimento da realidade lingüística do País pode pouco a pouco vir a reverter.

E parece ter sido essa a função precípua do lingüista brasileiro: buscar esboçar a feição que o português tem assumido deste lado do Atlântico, conquanto, para isso, não evite utilizar modelos teóricos importados. Aliás, não tem sido esse o caminho histórico de todas as civilizações no longo percurso de seu desenvolvimento tecnológico e científico?

A segunda frente levada a termo pelo lingüista brasileiro, que aqui se conjectura, relaciona-se àqueles que, fiéis às idéias geradas pelas correntes lingüísticas em que se inserem, perseguem sua constante e imediata atualização, estando sempre com avidez à espera das novidades teóricas lançadas no estrangeiro.

Embora Borges Neto (1986:79) considere que com esse comportamento se deixe de “fazer lingüística para se ler sobre lingüística” e que “a atualização não pode ter um fim em si mesma”, esse comportamento, enquanto não predomine hegemonicamente no cenário nacional, pode muito bem servir ao avanço e solidificação de uma lingüística brasileira, já que poderá preparar o terreno, os fundamentos científico-metodológicos necessários, para a formação de novas gerações de lingüistas brasileiros, sem os mesmos “traumas” que o contexto multifacetado e “mal-digerido” do momento de introdução dessa ciência no País, por certo, acarretou e cujos reflexos ainda se podem sentir.

Mesmo aqueles que, no Brasil, concentram seus trabalhos sobre teorias formalistas, notadamente de natureza gerativista, para as quais o uso concreto da língua não desperta interesse, senão do ponto de vista do *falante ideal*, e que, por força da própria dinâmica da teoria em constante reformulação, precisam acompanhar seu desenvolvimento *pari passu*, não se alijam completamente da primeira frente de trabalho aqui conjecturada, estando sempre a promover estudos, cujo exemplário testado se concentra no português brasileiro, inclusive em sua dimensão diacrônica, no que se refere ao processo de aquisição da linguagem.

Ademais, há de forma geral, no Brasil, uma retomada progressiva aos estudos de natureza sócio-histórica, mormente na reconstituição histórica da língua portuguesa, antes bastante relegados pela avassaladora orienta-

ção estritamente sincrônica imposta pelo estruturalismo e pelo quase aniquilamento total dos estudos filológicos, causado pela emergência da Lingüística no País.

Em recente livro, sobre uma temática a princípio distante do interesse normal do lingüista, intitulado *Os vivos e os mortos na sociedade medieval*, Jean Claude Schmitt afirma que “três tipos de visões constituem uma hierarquia, homóloga à hierarquia das faculdades da alma: a visão corporal depende dos sentidos do corpo; a visão espiritual da imaginação; a visão intelectual, da razão pura” (Schmitt, 1999:39).

O lingüista parece que precisa de todas elas, enfim, para a consecução plena de seu trabalho, pois a língua perpassa necessariamente esses três campos conceituais.

Ser lingüista no Brasil é ser o resultado de seu próprio contexto de formação, plural, heterogêneo, de base originalmente exógena, assim como são as línguas naturais, inegavelmente, o reflexo de seus intercursos sócio-históricos, mesmo que para alguns a linguagem humana se fundamente no inatismo de uma gramática de natureza biológica, comum à espécie humana. Uma idéia não precisa necessariamente invalidar a outra.

O lingüista brasileiro pode ser um elemento em “variação estável” ou “mudança em curso” no processo de construção de uma Lingüística nacional, mas é certamente o sujeito de sua comunidade de fala, que tem dado todos os indícios do domínio da metalinguagem que servirá de base a seus trabalhos científicos. Não seria esse o lingüista “chus fremoso”, o mais completo?

Referências bibliográficas

- ALTMAN, Cristina (1998). *A pesquisa lingüística no Brasil (1968-1988)*. São Paulo: Humanitas.
- BENVENISTE, Émile (1976). *Problemas de lingüística geral*. Trad. de Maria da Glória Novak e Luiza Neri; Rev. do Prof. Isaac Salum. São Paulo: Ed. Nacional.
- BORGES NETO, José (1986). Lingüística no Brasil: mera importação de modelos estrangeiros?. *Boletim ABRALIN*, 8: 77-82.
- CÂMARA JR. J. Mattoso. (1990) *História da Lingüística*. Trad. de Maria do Amparo B. de Azevedo. Petrópolis: Vozes.
- CHOMSKY, Noam (1957). *Syntactic Structures*. Haia: Mouton.
- DASCAL, M. & BORGES NETO, J. (1991). De que trata a Lingüística afinal. *Histoire, Epistemologie, Language*, 13 (1): 13-50.
- DUARTE, Maria E. Lamoglia (1996). A Sociolingüística 'paramétrica'. *Atas I Congresso Internacional da Associação Brasileira de Lingüística: conferências - mesas-redondas*, Salvador, 11/16 de setembro de 1994 / Organizadas por Jacyra Mota e Vera Rolemborg - Salvador: Abralín.
- KATO, Mary (1997). Teoria sintática: de uma perspectiva de "ismos" para uma perspectiva de "programas". *D.E.L.T.A.* 2(13): 275-89.
- LIGHTFOOT, DAVID (1999) *The development of language: acquisition, change and evolution*. Oxford: Blackwell.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (1998). Sobre desencontros e reencontros: Filologia e Lingüística no Brasil no século XX. *Estudos Lingüísticos e Literários*, 21-22: 97-108.
- NARO, Anthony & LEMLE, Miriam (1976). Syntactic diffusion. In: STEEVER, S. B. et alii (eds.) *Papers from the parasession on diachronic syntax*. Chicago, Chicago Linguistic Society. p. 221-41.
- NAVARRO, Eduardo de A. (1999) *Método moderno de tupi antigo: a língua do Brasil dos primeiros séculos*. Petrópolis: Vozes.
- RAJAGOPALAN, Kanavillil (1986). Comunicar é preciso. *Boletim ABRALIN*, 8: 83-85.
- SAUSSURE, Ferdinand de [1916] (1968). *Curso de Lingüística Geral*. São Paulo: Cultrix.
- SCHMITT, Jean Claude (1999). *Os vivos e os mortos na sociedade medieval*. Trad. de Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia das Letras.

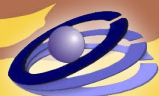
TARALLO, Fernando (1986) Zelig: um camaleão-lingüista. *D.E.L.T.A.*, 1(2):127-144.

WEINREICH, Uriel, LABOV, William & HERZOG, Marvin (1968). Empirical foundations for a theory of language change. In: LEHMANN, W. & MALKIEL, Yakov (Eds.) *Directions for Historical Linguistics: A Symposium*. Austin: University of Texas Press. p.95-195.



EXPRESSION GRÁFICA

Rua João Cordeiro, 1285 - Aldeota
Tel: (85) 253.2222



UFC

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ